

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.1 n.2 mai./jun.2012

ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



Gestão e Cultura no Espírito Santo

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.1 n.2 mai./ago. 2012 ISSN: 2317-2428
www.rigs.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Reitora: Prof^a. Dr^a. Dora Leal Rosa

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS
Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Tânia Fischer

Editor

Eduardo Paes Barreto Davel
(CIAGS/EA/UFBA; ESA/TÉLUQ)

Gestores Executivos

Kleber Moitinho
(CIAGS/EA/UFBA) revistarigs@ciags.org.br
Marcelo Fraga da Silva

Gestão da Comunicação

Rodrigo Maurício Freire Soares
(CIAGS/EA/UFBA)

Editor do Número Temático

Gestão e Cultura no Espírito Santo-
João Gualberto Moreira Vasconcellos
(CIAGS/EA/UFBA)

Design

Márdel Santos
(CIAGS/EA/UFBA)

Diagramação

Ana Luisa Freitas Oliveira

Gestão Financeira

Hugo Cardoso do Vale
(CIAGS/EA/UFBA)

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol.1, no. 2 (mai./ago. 2012)-
- Salvador : EAUFBA, 2012 -
v.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: Vol. 1, n.2 (mai./ ago. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.
CDD 352

Conselho editorial

Afef Benessaiah
(TÉLUQ, Université du Québec
à Montréal, Canadá)

Alain Chanlat
(HEC Montréal, Canadá)

Antonio Strati
(Università degli Studi di
Trento, Itália)

Diane-Gabrielle Tremblay
(TÉLUQ, Université du Québec
à Montréal, Canadá)

Fernando Guilherme Tenorio
(EBAPE/FGV)

Jacqueline Butcher
(ISTR, México)

Jean-François Chanlat
(Université Paris -Dauphine,
França)

José Antonio Gomes de Pinho
(NPGA/UFBA)

Luciano Junqueira
(PUC-SP)

Peter Kevin Spink
(EAESP/FGV)

Roberto Costa Fachin
(PUC-MG)

Rosinha da Silva Machado
Carrion
(PPGA/UFRGS)

Sylvia Maria Azevedo Roesch
(British Journal of Industrial
Relations, Reino Unido)

Jean-Louis Laville
(Conservatoire National des
Arts et Métiers, França)

Maria Ester de Freitas
(EAESP-FGV)

Maria Tereza Flores-Pereira
(PUC-RS)

Mary Jo Hatch
(Boston College, EUA)

Neusa Rolita Cavedon
(UFRGS)

Paula Chies Schommer
(UDESC)

Silvia Gherardi
(Università degli Studi
di Trento, Itália)

Sylvia Constant Vergara
(EBAPE-FGV)

Tânia Fischer
(CIAGS/EA/UFBA)

Valéria Giannella
(UFCE)

Comitê Editorial

Elizabeth Matos
(UFBA)

Maria Elisabete Santos
(UFBA)

Genauto Carvalho de França
Filho
(UFBA)

Horácio Nelson Hastenreiter
Filho
(UFBA)

José Célio Andrade
(UFBA)

José Marcelo Dantas dos Reis
(UFBA)

Maria Suzana Moura
(UFBA)

Mônica de Aguiar Mac-Allister
(UFBA)

Rosana de Freitas Boullosa
(UFBA)

Fábio Ferreira
(UFBA)

sumário

09 Editorial

GESTÃO E CULTURA NO ESPÍRITO SANTO

11 Apresentação

João Gualberto Moreira Vasconcellos

13 A Construção do Elemento Sócio-Histórico na Cultura das Empresas Capixabas

Contribuição Teórica

João Gualberto Moreira Vasconcellos

37 Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento

Contribuição Teórica

Orlando Caliman

67 Arranjos Produtivos, Desenvolvimento Local, Relações Interorganizacionais: O APL das Rochas Ornamentais do Espírito Santo

Contribuição Teórica

Erivelton Guizzardi, Ricardo Savacini Pandolfi, João Gualberto Moreira Vasconcellos

91 A Força da Imigração Italiana na Construção de uma Cultura Empresarial

Contribuição Teórica

Ricardo Savacini Pandolfi

115 Tradição Italiana e Modernidade: A Organização da Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante

Contribuição Teórica

Nara Falqueto Caliman

141 Representações Familiares a partir da Gestão: Um Estudo de Caso em uma Indústria de Bebidas

Contribuição Teórica

Claudiani Waiadnt, Gelson Silva Junquilha

165 Modernidade e Tradição em Anthony Giddens: Um Olhar sobre os Estilos de Vida nas Paneleiras de Goiabeiras

Contribuição Teórica

Giovana Gava Camiletti

193 Ações Empreendedoras e o Imaginário Social: Do Coronel Duarte ao Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Iconha (ES)

Contribuição Teórica

Rodrigo Kuyumjian, Marcelo Zandomingue Monti, João Gualberto Moreira Vasconcellos, Sérgio Robert Sant'Anna

213 Sucessão e Parceria em uma Empresa Capixaba de Bebidas: Durante o Jantar

Contribuição vivencial

Claudiani Waiandt, Eduardo Davel

editorial

Desde o início dos anos 80, pesquisadores e profissionais em administração discutem a temática da cultura das/nas organizações, destacando como cada organização tem a sua (ou as suas), para o bem ou para o mal. O campo teórico da cultura organizacional é amplo, múltiplo, com vários posicionamentos, nem sempre convergentes em um único conceito, visão ou perspectiva. Em paralelo, com a intensificação dos processos de globalização, constatamos o forte enfoque em teorias sobre gestão internacional, o que significa, na maioria das vezes, um enfoque nas culturas nacionais e seus impactos mais ou menos explícitos nas culturas organizacionais, profissionais e negociais. Ou seja, cultura é uma categoria conceitual que remete tanto ao plano organizacional quanto nacional. No entanto, quando se observa a prática de mobilidade dos gestores brasileiros de uma região brasileira para outra, constata-se, muitas vezes, choques culturais significativos. Esses choques não teriam impactos determinantes nas práticas de gestão e organização?

Neste número da RIGS, temos o prazer de contribuir nesse sentido, pensando a gestão social no plano regional. Trata-se de um conjunto de artigos que versam sobre a cultura do Espírito Santo e suas diversas influências no âmbito das organizações e práticas administrativas. Se o foco recai em um contexto regional específico, nossa atenção deve se ampliar para sua aplicação em outros contextos teóricos e empíricos. A contribuição das análises da cultura capixaba nas organizações não nos deslumbra somente pela riqueza contextual, mas também por abrir um campo de pesquisas fundamental para se sofisticar práticas gerenciais que dependem da sintonia estabelecida com valores, significados e tradições locais.

Este número temático sobre culturas regionais nos brinda com uma aprendizagem importante: não nos deixa esquecer que gestão social é gestão das sensibilidades culturais locais, dentro, através e no entorno das organizações contemporâneas.

Eduardo Paes Barreto Davel
Editor

apresentação

É com muito prazer que apresento aos leitores da RIGS as reflexões contidas no conjunto de textos que compõem o presente número temático. Na verdade, eles são produto de uma longa trajetória intelectual. Ela iniciou-se, já fazem alguns anos, quando Eduardo Davel me convidou para organizar um livro sobre Cultura e Gestão no Espírito Santo. Ele faria parte de uma coletânea intitulada “*Brasileirinhas*”, a qual reuniria pesquisadores de vários estados federados brasileiros. O princípio que orientou tal empreendimento intelectual foi o de que temos no Brasil culturas regionais muito fortes. Assim, se não temos internamente disputas étnicas e religiosas, se temos uma só língua apesar da imensidão geográfica, temos diferenças regionais acentuadas. Cada livro delimitaria elementos culturais presentes na sociedade e que impactam as organizações.

O que proporcionou o convite, imagino, foi o fato de eu, como professor do Mestrado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, conduzir uma linha de pesquisas e reflexões sobre a formação do estado onde nasci e vivo, sua cultura, seu imaginário social e seus desdobramentos na gestão de organizações públicas e privadas. Ao longo de dez anos, nosso grupo produziu monografias, dissertações, artigos e apresentações verbais versando sobre as tipicidades de nossa cultura. Mais do que isso, sobre como as organizações no Espírito Santo vivem esse universo.

Assim, o que este número temático apresenta é um rol de reflexões sobre Cultura e Gestão no Espírito Santo, feitas por estudiosos capixabas de alguma forma ligados à Universidade Federal. O primeiro deles é de minha autoria e tenta elucidar a trajetória da formação histórica de uma certa identidade cultural capixaba. Mostra também como essa formação se reflete no campo das organizações capixabas hoje, criando culturas empresariais de sólida base regional.

O segundo artigo, do economista Orlando Caliman, aprofunda no melhor da lógica econômica as observações presentes no primeiro texto. Permite que o compreendamos melhor. Faz, assim, uma viagem na história econômica do Espírito Santo, na sua vertente de formação. É também um ensaio de leitura sobre os acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX, os quais, de certa forma, delineiam e constroem as bases de um novo ciclo da economia capixaba para o século XXI.

Duas contribuições importantes nos dão Ricardo Pandolfi e Nara Caliman quando estudam a força da cultura italiana na construção de uma cultura do trabalho no Espírito Santo e como ela se manifesta em dois municípios diferentes. Eles mostram, a um só tempo, que a imigração italiana para terras capixabas na segunda metade do século XIX, associado à expansão da cultura do café e à pequena propriedade, foi fundamental para a construção do nosso mundo do trabalho. Deixou marcas que vão muito além dos limites estudados

comumente no campo da gestão, para entrar no mundo da cultura, para estudar as raízes da tradição, para entrar na construção imaginária de uma sociedade. Ao mostrar com maestria a questão, os autores fazem uma bela viagem por um novo mundo para os que estudam administração no Brasil, ancorada em marcas típicas de nossa sociedade.

Marcas que estão presentes em todos os textos. Erivelton Guizzardi, Ricardo Pandoldi e eu mesmo voltamos a elas quando analisamos, em um terceiro município capixaba, a força das redes institucionais na construção de um certo padrão de atividades empresarias. Digamos que seja um importante dado cultural daquela região o desenvolvimento de redes. Como no restante dos artigos, há uma demonstração da força da sociedade no campo organizacional.

Giovana Camiletti, ao realizar estudo sobre a produção das famosas panelas de barro, ícone da cultura capixaba, aprofunda reflexões sobre a noção de modernidade em Anthony Giddens, mostrando um panorama bem documentado e rico em informações sobre essa atividade ainda artesanal. Não por acaso, utiliza do mesmo aporte conceitual de Nara Caliman ao estudar a sobrevivência da cultura italiana em Venda Nova do Imigrante. A leitura comparada dos dois artigos com a mesma base conceitual permite-nos uma compreensão densa dos universos estudados

O mundo da comparação cultural remete-nos ao artigo sobre o Coronel Duarte na construção de um certo padrão empresarial no setor de transporte em outro município capixaba. Ele mostra com clareza como certas referências empresariais se formaram historicamente, o que é, aliás, um argumento central em todos os artigos que compõem o número temático da Revista Interdisciplinar de Gestão Social da qual tenho a honra de ser editor convidado. A consistência do olhar dos autores acaba por esclarecer a relação de raízes históricas das ações administrativas. Como fazem vários outros artigos da presente coletânea.

Finalmente, Claudiani Waiadnt dá-nos um panorama de um outro ponto de vista: a dos núcleos familiares nascidos dum outro grupo de imigrantes, não italianos. Esses núcleos estão fortemente presentes na empresa por ela estudada em seus artigos, um deles em parceria com Eduardo Davel. Neles, de forma brilhante, está desenvolvido todo um argumento sobre a força da dimensão da tradição familiar no sucesso organizacional. É preciso registrar também a inteligência do texto de Waidant e Davel, feitos a partir de um elemento do cotidiano, mas que expressa um universo simbólico rico e expressivo.

Apesar da diversidade, existe uma unidade em todos os artigos: a força do passado no presente. Em outras palavras, como nós devemos levar em conta a história para entender como funciona o mundo das empresas, ou melhor, o mundo das organizações. Ao estudar o Espírito Santo, pretendemos, antes de tudo, pensar um modelo para estudar as organizações brasileiras em suas origens. Essa é nossa contribuição. Espero que gostem.

A Construção do Elemento Sócio-Histórico na Cultura das Empresas Capixabas

João Gualberto Moreira Vasconcellos

Resumo A construção do elemento sócio-histórico do Espírito Santo e seus rebatimentos no campo da gestão ancora-se em três momentos diferentes da trajetória regional. O primeiro deles está ligado ao campo do trabalho e da forma como ele se articula com o conceito de Ética da Aventura, nos moldes de Holanda (1987). Em um segundo momento, temos a presença no Espírito Santo da imigração europeia, como parte dos esforços do Segundo Império de dinamizar a economia. O terceiro elemento é a reinvenção do Espírito Santo, na era republicana, o que acabou por criar uma nova cultura empresarial no decorrer do tempo, além do processo mais recente de industrialização que acabou agregando os elementos anteriores do processo social histórico. O artigo pretende mostrar a trajetória da formação histórica de uma diversidade cultural própria, diferente da de outras regiões brasileiras. Esse complexo cultural é bastante desconhecido, mas se reflete no campo das organizações capixabas, hoje, criando culturas empresariais com forte vinculação a uma base regional.

Palavras-chave Socio-Histórico. Identidade. Cultura regional. Cultura empresarial. Empresas Capixabas.

Abstract The construction of the social history of Espírito Santo and its repercussions into the management field is anchored in three different moments of the regional evolution. The first one is connected to the field of work and how it ties into the concept of Ethics of Adventure, along the lines of Holland (1987). In a second step, we have Espírito Santo's presence in European immigration as part of the Second Empire's efforts to boost the economy. The third element is the reinvention of Espírito Santo, in the republican era, which ended up creating a new corporate culture over time, and the more recent process of industrialization that just added the elements of the previous social-historical process. The article shows the trajectory of the historical formation of cultural identity of one Brazilian region as different in relation to the others. Even if this cultural complex is largely unknown, it

affects the Espírito Santo organizations, creating corporate cultures showing a strong regional basis.

Keywords Social-Historical. Identity. Regional Culture. Corporate Culture. Companies Capixabas.

INTRODUÇÃO

A construção do elemento sócio-histórico no Espírito Santo, na perspectiva que estamos adotando, ancora-se em três momentos ou, se quisermos dizer de outra forma, em três ordens diferentes de fatores. A primeira está ligada ao campo do trabalho e de seus desdobramentos no conceito de Ética da Aventura proposto pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda. Assim, torna-se fundamental iniciarmos descrevendo o marasmo econômico, para usarmos uma expressão forte, a situação que quase levou à extinção da Capitania do Espírito Santo.

Entretanto, se reproduziram localmente os mesmos fenômenos existentes na sociedade brasileira como um todo. Escravidão, aculturação de indígenas e um mundo que negava o trabalho como valor positivo. O trabalho estava relegado aos pobres e sem esperança.

Em um segundo momento, temos a presença no Espírito Santo da imigração europeia, como parte dos esforços do Segundo Império de dinamizar a economia. Ela foi realizada através da distribuição de terras que levaria a província a ter forte presença de pequenas propriedades. O projeto civilizatório do Império, com marco claramente positivista, realizou-se de forma muito especial entre os capixabas.

Um dos fatos mais importantes ligados à presença dos europeus no trabalho, sobretudo do campo, talvez tenha sido vencer o preconceito escravagista e semear aquilo que poderíamos chamar de cultura do trabalho. Como tivemos pouca presença econômica e social na fase colonial e no início do século XIX, as marcas do período colonial não são tão fortes como em outras regiões como a Bahia, o Rio de Janeiro ou o Rio Grande do Sul, por exemplo. Assim, temos um presente marcado pela cultura do trabalho, que contribuiu com um modo de ser capixaba marcado por esse elemento, embora não se possa limitar ao econômico a produção cultural de uma sociedade. Porém, devido ao processo econômico com certa dinâmica ser muito recente, ele influenciou de forma marcante e particular no presente dos capixabas.

O terceiro momento definidor daquilo que somos hoje é a reinvenção do Espírito Santo, para utilizar uma expressão do historiador Estilaque Ferreira dos Santos, na era republicana. Estadistas da envergadura de um Muniz Freire, primeiro presidente eleito do Espírito Santo, tiveram um projeto de construção de uma nova lógica baseada no café, principal

produto econômico do Espírito Santo nessa época. O escoamento do café pelo Porto de Vitória, as ferrovias que cortaram o interior deram uma nova dinâmica espacial. Trouxeram o pequeno produtor de origem estrangeira para um outro mercado. Criaram uma nova cultura empresarial, tirando o imigrante só da cultura do café e ajudando a criar empresas familiares bastante significativas.

Entretanto, esse novo momento tem marcas sub-regionais muito fortes. É o que o artigo pretende estudar, mostrando a trajetória de formação histórico-social de uma identidade cultural diversa da de outras regiões brasileiras e bastante desconhecida - somos um pouco invisíveis, a partir do próprio sotaque, considerado pelos capixabas como pouco marcante em relação a outras regiões. Essa invisibilidade é fortalecida pela própria dimensão geográfica, afinal temos menos de 1% do território brasileiro e cerca de 2% do PIB nacional - e de como esta formação se reflete no campo das organizações capixabas, hoje, criando culturas empresariais de base regional.

No tocante à questão metodológica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em que se buscou trazer os elementos culturais, históricos e sociais que construíram o contexto em que as empresas capixabas estão inseridas. Já a construção da análise dos dados baseou-se na categorização de cada etapa com a finalidade de ajudar a elucidar as culturas existentes nas empresas no Espírito Santo.

Organizamos o texto da seguinte forma: primeiro uma introdução, em seguida, as frágeis marcas do passado colonial, discutimos também a cultura do café em um espaço regional reinventado, analisamos a imigração, pequenas propriedades e cultura do trabalho, apresentamos os dados empíricos da pesquisa realizada e tentamos construir uma compreensão das culturas presentes no mundo empresarial capixaba, e finalmente algumas conclusões, ainda que preliminares.

AS POUCAS MARCAS DO PASSADO COLONIAL

O Espírito Santo existe desde que os portugueses começaram o processo de colonização do Brasil. Em 1534, Dom João III, rei de Portugal, assinou carta de doação, atribuindo 50 léguas na costa brasileira à Capitania do Espírito Santo, destinada a Vasco Fernandes Coutinho, e que se estendia de uma faixa litorânea até a linha de Tordesilhas, limite dos territórios de Portugal e da Espanha (VASCONCELLOS, 1995).

O Capitão era um nobre português que tinha participado de atividades militares em Goa, Malaca e na China (OLIVEIRA, 1976). Ele chegou chefiando uma pequena expedição - tudo leva a crer que se limitava a uma caravela batizada de Glória - na qual embarcaram no Porto de Lisboa. No dia 23 de maio de 1535, a caravela Glória tocou a costa. A versão mais difundida sobre o nome da capitania é que, como era dia dedicado ao Espírito Santo no calendário católico, os recém-chegados deram esse nome a um braço de mar que forma a baía de Vitória, e que pensavam tratar-se de um rio. Foi dado o mesmo nome à cidade então

fundada. Mais tarde, o nome foi estendido a toda a capitania (VASCONCELLOS, 1995). O historiador Santos (2007) acredita que outros elementos levaram o primeiro donatário a escolher esse nome.

Como aconteceu em todo o processo de colonização brasileira, a administração do novo território foi concebida e formalizada através dos serviços ligados ao poder da Coroa: o almoxarifado e a feitoria. Também coube à Coroa a nomeação dos responsáveis pela condução dos negócios no Espírito Santo. A capitania, entretanto, não prosperou. Atravessou todo o período colonial presa a atividades de subsistência, não tendo vivido nenhum momento de prosperidade. Uma agricultura tímida e alguns poucos engenhos, nunca extrapolaram os limites muito próximos ao litoral. A presença dos jesuítas deu aos indígenas o conhecimento da fé cristã e a divulgação das primeiras letras.

Na verdade, a conquista do território, e o início de sua exploração, foi antes de tudo movida pelo espírito de aventura, o desejo de enriquecimento rápido que motivou os portugueses. Um ponto colocado em relevância por Holanda (1987) é o de que, para nossos colonizadores, o trabalho era tido como uma obrigação dolorosa, algo mesmo a ser evitado. Essa ausência de vínculos positivos com o trabalho teria sido em grande parte responsável pelo amor à aventura dos ibéricos. Holanda (1987) trabalhou o conceito de uma ética da aventura, contrária à ética do trabalho, nos moldes weberianos. É dessa reflexão que nos apropriamos no presente trabalho.

Toda nossa linha de raciocínio parte, então, da premissa de que no período colonial reinou a ética da aventura, a mentalidade ligada ao lucro fácil em uma sociedade escravocrata. Pode-se observar o fenômeno em diversos eventos da história do Espírito Santo. Desde a chegada dos primeiros colonos com seus desejos de enriquecimento imediato, forjou-se um tipo de ética baseada nesse princípio do imediatismo. Ou seja, uma lógica do trabalho muito distante daquela que estava sendo construída nas sociedades reformadas da Europa ou mesmo nas colônias da América do Norte no mesmo período, o da revolução industrial.

Essa distância na colônia entre o trabalho e o enriquecimento, foi um dos elementos centrais do imaginário das elites portuguesas transferido para as colônias. Imaginário utilizado aqui no sentido que lhe é dado por Castoriadis (1982), e que marcaria de maneira longa e profunda os destinos do Espírito Santo até o século XIX. Portanto, pelo menos durante toda a fase colonial. Esse longo período teve consequências históricas importantes e certamente um dos fatores explicativos mais amplos para a inexistência de prosperidade entre os capixabas.

O elemento imaginário instituinte da vida no Brasil colonial foi estruturado a partir de um campo onde o trabalho era elemento do mundo dos escravos. Os colonizadores desenvolveram instituições imaginárias no caminho oposto ao que estava se gestando na revolução industrial ocidental. Não era, definitivamente, o trabalho que produzia significações sociais imaginárias naquele mundo.

Esse imaginário, ligado à ética da aventura típica de toda a sociedade brasileira em seu nascimento, marcou presença também no Espírito Santo. Prova da existência desse imaginário que se alimenta do desejo do enriquecimento rápido foi a busca obsessiva de uma serra de esmeraldas que estaria localizada no norte da capitania e que mobilizou recursos financeiros e militares, bem como o interesse de grande parte da população. Houve inúmeras tentativas de encontrar a tão sonhada serra de esmeraldas. Ela foi motivo de tantas expedições que se fala mesmo em uma psicose das minas (OLIVEIRA, 1976). Um homem chamado Sebastião Fernandes Coutinho conseguiu despertar a tal ponto a curiosidade oficial que, já em 1574, o governador Luiz de Brito e Almeida organizou uma bandeira composta de 150 portugueses, 400 indígenas e 2 padres jesuítas. Apesar da presença dos 2 religiosos, essa bandeira escravizou 7.000 índios, conduzindo-os pelo litoral em uma interminável viagem de 1.320 quilômetros. As pedras tidas como preciosas conseguidas no empreendimento foram levadas para serem examinadas na metrópole, onde não despertaram qualquer interesse.

Porém, o desejo de enriquecer rapidamente e de maneira fácil não foi o único elemento estruturante de nosso imaginário social. Outras significações foram instituídas no espaço colonial. Um bom exemplo disso é o fato de Vasco Fernandes Coutinho trazer em sua caravela não somente a forma jurídico-legal da nova capitania, mas também os atos do Rei nomeando os ocupantes dos cargos públicos. Os indígenas foram integrados de forma arbitrária pela educação jesuítica.

Não se tratava apenas de educar na prática e nos valores do cristianismo, era na verdade muito mais. Tratava-se – mesmo que aqueles que o operassem não tivessem plena consciência disso – de quebrar a coluna central de todo um imaginário coletivo, para colocar um outro em seu lugar. No aporte teórico de Castoriadis (2002), trata-se de produzir cidadãos heterônomos, para impedir a criação de uma sociedade autônoma, ou seja, sem a criação coletiva de instituições nascidas de um imaginário instituinte autonomizado, estaríamos inexoravelmente condenados a ser o que fomos: uma colônia incapaz de gerar durante séculos um processo político que lhe fosse próprio e que expressasse a autocriação de seus cidadãos.

Nesse sentido, o Espírito Santo, como toda a sociedade colonial brasileira, construiu significações imaginárias sociais que não contribuíram para a construção de uma sociedade autônoma, fato agravado pela presença do trabalho escravo e dos grandes latifúndios. A forma autoritária e violenta, em todos os sentidos, com que os nativos foram incorporados ao projeto define bem que tipo de sociedade foi possível construir.

Entretanto, nem todas as capitanias tiveram destinos semelhantes, algumas prosperaram mais do que as outras, foram capazes de gerar movimentos de libertação, como Minas Gerais no século XVIII. Se a presença da autoridade portuguesa e, sobretudo, a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 impediram ou dificultaram a construção de instituições autônomas, criações do imaginário coletivo local, por outro lado, as distâncias regionais permitiram a criação de núcleos de cultura que possibilitaram identidades regionais

bastante distintas. Talvez o maior fenômeno de diferenciação brasileira esteja no campo das identidades regionais. Do ponto de vista político, por exemplo, como elas recrutam suas elites, mobilizam seus cidadãos e realizam alinhamentos políticos que permanecem no tempo.

No caso da sociedade brasileira, o longo período colonial fez com que a nação tornada independente em 1822 construísse realmente culturas regionais muito fortes. Identidades que as tornaram bastante distintas. A cultura gaúcha existe de fato, tem sua visibilidade e possui seus elementos. O mesmo ocorre com a Bahia ou com Minas Gerais. Porém, qual será a essência da cultura capixaba? Quais serão seus elementos identificadores, seus ícones coletivos? Por que ela não é tão visível como em outras regiões? Em suma, como podemos explicar o que se passou no Espírito Santo e qual a sua essência cultural?

O primeiro ponto a ser considerado é que como a capitania não prosperou, pensando mesmo as autoridades da metrópole em sua extinção, nada de muito significativo registram os historiadores no longo correr dos séculos. O Espírito Santo chegou ao século XIX sem que avanços significativos tivessem sido feitos na ocupação econômica do território.

Somente a partir da chegada da Família Real ao Brasil é que acontecimentos importantes começariam a ocorrer, mudando a vida brasileira como um todo, inclusive o Espírito Santo, para que pudéssemos ter o estatuto de sede da Coroa. Para vencer o quadro desalentador existente no Espírito Santo foi nomeado em 1812 um novo governador, Francisco Alberto Rubim.

A capital, que não conseguiu se elevar à situação de cidade, possuía nove igrejas e dois conventos. Porém, as condições das outras localidades não eram melhores. Nova Almeida era um lugar de miséria. Vila Velha, que havia sido a primeira localidade fundada pelos portugueses na chegada, possuía 40 casas, a maioria coberta de palha. A navegação marítima para a Europa e para a África havia desaparecido.

Entretanto, no início do século XIX, sobretudo com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, inaugura-se uma nova fase na história brasileira. Podemos mesmo dizer que o Brasil passa a construir de forma mais clara sua autonomia, cria suas instituições, estrutura-se como nação com a chegada de Dom João VI e sua corte em 1808. Embora a marca da importação de instituições europeias viesse a marcar nossa história. Várias foram as suas ações no sentido de dotar o Brasil de condições de tornar-se a sede do reino. Entre elas, muitas foram no sentido de semear o progresso nas capitanias, sobretudo as mais esquecidas.

Assim, o novo momento reservou para o Espírito Santo a nomeação de um agente político mais empreendedor, um novo capitão-mor com a missão de construir uma estrada que ligasse o Espírito Santo a Minas Gerais e que fosse capaz de criar um dinamismo econômico inexistente. As Minas Gerais haviam prosperado com o ouro, mas não tinham, como não têm, até hoje, acesso ao mar. Assim, o transporte de mercadorias e gentes poderia criar um novo processo econômico. A Estrada do Rubim, como ficou conhecida, ficou pronta

em 1820. Apesar do desejo das elites que chegaram ao Brasil, para o Espírito Santo, os resultados não foram os melhores. Tanto é assim que, em 1830, os viajantes eram tão poucos que o governo tirou as guarnições da estrada, entregando os raros passantes à sua própria sorte. A primeira tentativa foi, portanto, de poucos resultados.

Entretanto, foi o mesmo Dom João VI, e com os mesmos motivos, que fez o gesto inaugural de uma nova fase para o território ao trazer 30 casais de açorianos para o Espírito Santo e instalá-los em Viana, no pé da cadeia de montanhas que separam Minas do Espírito Santo. Novos elementos foram sendo introduzidos e lentamente eles começaram a produzir uma outra realidade e nos distanciando da mansidão reinante durante mais de três séculos. Esses novos elementos são vitais para explicar o que aconteceria a partir do século XIX, tirando a capitania daquele marasmo que a marcou por tanto tempo.

Foi, sobretudo, a cultura do café que fez a passagem da capitania estagnada para um espaço regional dinâmico. Sua introdução marcaria a integração do espaço local com outras regiões brasileiras e criaria as condições do aporte de uma massa de imigrantes que acabaria por mudar a face do Espírito Santo.

Uma primeira compreensão histórico-social se faz necessária nesse momento: como estivemos estagnados em todo o período colonial, com poucas cidades, pequenas atividades econômicas, uma população diminuta, temos poucas marcas do passado, pela pequena expressão das manifestações sociais e culturais que aqui tivemos. Por razões facilmente compreensíveis, não têm os capixabas a mesma riqueza de tradições do passado de baianos, gaúchos ou paulistas, por exemplo. É como se nossa história só tivesse ganhado o mesmo impulso de outras regiões um pouco mais tarde. O que houve até o século XIX em termos econômicos, políticos e sociais esteve muito delimitado a certas regiões como São Mateus, ao norte, na fronteira com a Bahia, produtora de farinha de mandioca consumida na capitania vizinha.

Assim, talvez sejamos um daqueles estados da federação brasileira que forjou seu processo cultural e de construção de uma identidade regional mais recentemente, sem uma referência central do passado colonial. Nosso imaginário adquiriu significações que hoje estruturam a vida no Espírito Santo basicamente a partir da segunda metade do século XIX. Processo muito recente quando comparado a outras regiões brasileiras, sobretudo, a outras sociedades de longas tradições históricas. Certamente, isso explica o que chamamos de invisibilidade. Na inexistência de símbolos mais gerais, mais identificadores do conjunto da sociedade local, a produção social dos capixabas, no sentido que lhe dá Castoriadis, está muito fragmentada, tem marcas muito locais.

É importante registrar que, se o passado colonial não foi capaz de construir elementos fortes e definitivos de identificação, é certo também que elementos tanto da cultura indígena quanto da cultura negra sempre existiram e continuam existindo em nosso universo. Por exemplo, na região de Vitória, o longo período de isolamento que a economia colonial nos impôs fez com que ela se voltasse para si mesma e, em termos de hábitos, para o que se

podia produzir localmente. Alguns desses elementos culturais naturalmente permanecem na sociedade capixaba, embora não tenham abrangência em todo o estado, visto que estavam alojados sobretudo no litoral, e Vitória, como a capital, acabou sendo um dos lugares mais marcados por esses traços. Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que visitou o Espírito Santo em 1818, registrou que a faixa de território cultivada não se distanciava mais de quatro léguas, aproximadamente 26,4 quilômetros do oceano. As matas e os temidos índios conhecidos como botocudos mantiveram a civilização branca colada ao mar.

No registro do naturalista francês, a maioria da população alimentava-se de farinha, feijão, peixes frescos ou secos e mariscos de uma forma geral. Não havia lojas de artigos mais sofisticados ou de luxo. Era, pois, natural que os homens se vestissem com simplicidade, com calças e camisas de algodão. As mulheres vestiam-se com camisas de algodão e “saías” indígenas. Sem médico, dentista ou farmacêutico, restava a utilização dos conhecimentos da medicina tradicional indígena. Sem condições concretas de comprarem alimentos fora, prevalecia a cozinha dos índios (Saint-Hilaire, 1939).

Dessa cozinha, restaram pratos como a Torta e a Moqueca Capixaba, ambas com receitas próprias e diferentes da culinária de outras regiões. Não apenas a forma de preparar esses alimentos, mas também os utensílios utilizados ainda estão presentes. As panelas de barro feitas em Vitória, com um saber-fazer até hoje atribuído aos índios, marca a região. Mesmo as panelas fabricadas industrialmente, sem contar com o mesmo prestígio e qualidade, também são elementos culturais identificadores de uma região. As panelas de barro de Vitória são consideradas um bem cultural local, reconhecidas oficialmente por organismos governamentais. Seguramente essa culinária de Vitória e cidades vizinhas fazem parte dos elementos que compõem a cultura popular capixaba. Essa mesma cultura que, por não encontrar, como já foi registrado, grandes elementos identificadores, produziria uma diversidade própria e muito rica.

A CULTURA DO CAFÉ EM UM ESPAÇO REGIONAL REINVENTADO

O historiador Santos (2007), em trabalho original, discute, entre outros assuntos, a obra de Oliveira Vianna, os fundamentos de um pensamento autoritário e centralizador brasileiro. Ele nos ensina que, na passagem do império para a república, mais precisamente nos últimos anos do regime imperial, quando a república ia sendo construída no plano da cultura e das práticas políticas brasileiras, argumentações pessimistas clássicas como as de Oliveira Vianna não se sustentam quando aplicadas aos quadros regionais.

A principal razão desse argumento é que, sempre foi tomado como referencial analítico para estudo, a situação trazida com o advento da república, um ponto de vista construído exclusivamente a partir dos mecanismos de funcionamento de seu centro político. Na vertente de Vianna, ou de outros que analisaram a vida política e social brasileira a partir de seu centro, a República Velha - como a chamamos comumente hoje - fracassou.

Esse tipo de análise, na visão de Santos (2007), desconsidera a grande relevância que passaram a ter as antigas províncias enquanto núcleos de poder e da própria representação que estes mesmos núcleos passaram a ter com relação a suas sociedades particulares. As regiões começaram a conviver agora com reivindicações políticas e sociais organizadas de forma mais descentralizadas, criando projetos de sociedade regional próprios, com diferenças consideráveis entre si .

Para o historiador, existem evidências de que o regime republicano inaugurou, em amplos espaços regionais do território brasileiro, um movimento interessante de gestação de um novo lugar para a política, o surgimento de sentimentos diferenciados dos que até então compunham majoritariamente a nossa sociedade. Portanto, acabaram por fortalecer elementos das identidades políticas regionais, até então dificultadas pelo centralismo imperial.

Santos (2007) situa com clareza o processo de desenvolvimento ocorrido no Espírito Santo na esfera social, econômica, política e até cultural, especialmente na segunda metade do século XIX. Para ele, importa muito ter em conta os aspectos fundamentais dos processos que se desenrolam no restante do país, sobretudo em análise comparativa. Análise essa que aponta no sentido de um desenvolvimento próprio e original que possuía analogia com o que se passava em outros centros, até porque buscou-se neles inspiração em inúmeras vezes.

No início, esse desenvolvimento, entretanto, ficou muito vinculado às elites da região central, a da capital. O sul do estado, a região de Cachoeiro do Itapemirim, próxima ao Estado do Rio de Janeiro. Ela teve um período de forte crescimento a partir de 1840, com a introdução em larga escala da agricultura cafeeira, como fonte de expansão da cultura do Vale do Paraíba, vinculada aos esquemas comerciais localizados na Corte.

Assim, a expansão do café, nos anos 1850 e 1860, foi organizada segundo as práticas tradicionais, vinculadas ao latifúndio exportador e escravagista, que formavam as bases da economia brasileira. Numa primeira fase, as grandes fazendas produtoras de cana já existentes no litoral foram transformadas em produtoras de café, mantendo seus escravos. Nos anos seguintes, as regiões não litorâneas ainda virgens passaram a conhecer um vigoroso fluxo migratório de fazendeiros fluminenses e mineiros, vindos para ocupar as terras do Alto Itapemirim e aquelas banhadas pelos Rios Castelo e Itabapoana, todas próximas ao Rio de Janeiro. O café passou assim a ser produzido também no interior. Boa parte dos fazendeiros recém-chegados trouxeram consigo escravos. Eles requeriam ao Estado as chamadas terras devolutas. Estas eram terras até então não exploradas e o governo provincial fazia uma espécie de doação, vinculada a certas condições, a todos aqueles que requeressem para exploração agrícola.

Esse movimento permitiu a ocupação de vastas quantidades de terra no interior da província. A forma como se deu a ocupação também permitiu a ampliação das mesmas

relações de poder tradicionais da sociedade brasileira. Exemplo disso é a importância da escravidão, como revela o censo de 1872, que registrou na região do Itapemirim, no sul da Província, população de 11.722 escravos contra os 4.381 existentes em 1856. Quanto à população escrava da capital e de São Mateus, ao norte, apresentou, no mesmo período, um crescimento muito pequeno. A primeira passou de 4.923 em 1856 para 6.919 em 1872. Já a de São Mateus foi de 2.213 para 2.813, mostrando claramente haver uma correlação entre o crescimento do plantio do café na região sul, sobretudo em Cachoeiro do Itapemirim, e o número de escravos na Província.

Esse processo fez do café o principal produto da agricultura do Espírito Santo. Em 1872, as exportações atingiram 432.414 arrobas, crescendo 5 vezes em relação a 1856. Pode-se dizer que o café começou a produzir, naquele momento, um novo Espírito Santo, diferente daquele que existia na fase colonial. Foi o café que o colocou na cena política e econômica nacional.

Foi instituída uma verdadeira cultura do café, na sua expressão mais ampla. Produzindo novas elites vinculadas ao novo ciclo econômico e um novo tipo de trabalhador. São essas elites renovadas que vão reinventar o Espírito Santo na expressão de Santos (2007), contando, sem dúvida alguma, com a nova presença de trabalhadores imigrantes. Para Santos (2007), quando jovens advogados como Afonso Cláudio e Muniz Freire iniciam suas trajetórias políticas na década de 1880, o Espírito Santo era uma formação social onde sobressaíam ainda os vestígios do mesmo desalento que teria vigorado na época colonial, imerso que estava em uma lógica econômica incapaz de gerar um processo consistente e sustentável de desenvolvimento, até porque boa parte das terras do interior e até do litoral ainda permanecia sob controle indígena ou produzindo decadentes canaviais.

Entretanto, a partir de 1847, por iniciativa do governo imperial, mas com o apoio dos grupos políticos tradicionais que atuavam na capital e que eram aliados dos presidentes de províncias nomeados pelo poder central, iniciou-se uma corrente migratória que lentamente foi ocupando os vales dos Rios Novo/Benevente, Jucu e Santa Maria – regiões situadas mais próximas a Vitória, com a formação das Colônias de Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina. A partir dessa época, a principal tarefa dos presidentes da província passou a ser a atração dos imigrantes para a região central do Espírito Santo. Processo diferente do ocorrido em São Paulo, onde prósperos fazendeiros tiveram força política para vedar o acesso à terra aos imigrantes. No Espírito Santo, iniciou-se um processo de produção do café em pequenas propriedades, com forte presença dos colonos europeus.

Assim, o café tornou-se cultura preponderante também na região central, mais próxima a Vitória, além da já existente no sul da Província. Situação que criou a base sobre a qual se apoiaria a política de imigração e colonização empreendida sob a liderança do governo imperial. Ela resultaria na formação de núcleos coloniais, constituídos, sobretudo por trabalhadores estrangeiros, mas, também, alguns nacionais. Eles se ocupariam do cultivo do café. Na verdade, do ponto de vista dos governos locais, a implantação das colônias estrangeiras fazia parte do projeto de ativar o desenvolvimento mercantil e urbano da capital.

Vitória seria beneficiada através da viabilização de estradas que a ligassem a Minas Gerais, o que tornaria o Porto de Vitória também beneficiário, através das exportações, do café que se produzia na província vizinha. Era clara a conexão entre a construção de ferrovias e o interesse em tornar Vitória o eixo de um complexo que seria hoje chamado de logístico. É esse eixo que estabeleceria as bases para um desenvolvimento urbano e comercial da capital.

Na política de criação de núcleos coloniais no interior da Província do Espírito Santo, estava envolvido um projeto de reconstrução regional proposto pelo próprio governo imperial, dentro de uma visão estratégica para o país, centrado, essencialmente, no desenvolvimento da capital, a partir da cafeicultura. Não houvesse o café, nada do que estamos descrevendo teria acontecido. Como o processo econômico do Espírito Santo é muito recente, as marcas dele ainda são muito fortes e ele teve uma grande capacidade de impactar a realidade.

Esses elementos articulados acabaram por trazer para Vitória uma outra dinâmica, tornando-a de fato capital de uma Província que movimentava seu principal porto com o comércio do café e trazendo também uma base comercial indispensável às atividades econômicas, a qual iria desde a compra do produtor até a venda ao comprador internacional, passando pelo sistema de crédito e expedientes administrativos relativos ao comércio mais dinâmico que foi criado.

Os novos quadros que se formavam não estavam dispostos a viver na situação de abandono do poder central. Ao contrário, apostava-se no futuro, construindo o primeiro projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo, que iria, ao longo do século XX, promover grandes transformações. Transformações essas que, embora nascidas no campo econômico, não se limitavam a ele. Ao contrário, pretendiam modernizar a vida econômica, além de realizar amplos projetos de reforma do ensino público e a construção, no plano cultural, de uma memória coletiva capaz de conferir identidade provincial e melhorar sua autoestima.

Outro estadista que se destacou na República Velha por suas ações foi Jerônimo Monteiro. Filho de um grande produtor de café de Cachoeiro do Itapemirim, ele foi eleito Presidente do Estado em 1908 quando Muniz Freira já estava com seu grupo político dividido e com dificuldades para mantê-lo unido. Grande empreendedor, foi o responsável pela remodelação urbana de Vitória. Foi em sua gestão que a cidade foi dotada de energia elétrica e água canalizada. São obras que se destacam em seu governo: serviço de bondes elétricos, dois novos cemitérios, a remodelação do Palácio do Governo em estilo neoclássico, do Congresso Legislativo, do Arquivo Público Estadual, da Santa Casa de Misericórdia, da limpeza pública, dentre muitos outros. Implantou também uma importante reforma no ensino público, construindo escolas e mudando métodos, por exemplo, implantou os exercícios físicos, o que causou forte polêmica na época.

Jerônimo Monteiro, na verdade, teve as condições concretas e o espírito de liderança política para implementar parte das reformas que haviam sido propostas por Muniz Freire e seu grupo, quase 20 anos antes. Era mais um passo para transformar Vitória em centro

comercial importante e cidade digna da República e do século XX. Quanto à sua cidade natal, Cachoeiro do Itapemirim, tentou modernizá-la no campo econômico, fazendo esforços para criar as bases de uma industrialização moderna. Destaca-se entre suas obras na região: fábrica de tecidos para o aproveitamento de fibras têxteis; Usina Paineiras de Açúcar; fábrica de cimento; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras.

É importante que seja bem compreendida a nova fase proporcionada pela cultura do café. O dinamismo agrícola e comercial que o novo produto de cultivo produziu em terras capixabas mudou para sempre seu destino. Entretanto, isso não seria possível sem a existência de um outro elemento fundamental: a imigração europeia.

IMIGRAÇÃO, PEQUENAS PROPRIEDADES E CULTURA DO TRABALHO

O primeiro período da produção do café no Espírito Santo foi caracterizado pela chegada de mineiros e fluminenses. Foi o período da ocupação de áreas do interior, em torno de Cachoeiro do Itapemirim, e do aumento numérico da população escrava. A expansão inicial do café até a década de 1860 foi organizada segundo as práticas coloniais, vinculadas ao latifúndio exportador e escravagista. Os fazendeiros recém-chegados em função da grande disponibilidade de terras virgens, as quais eram doadas pelo governo estadual, as chamadas terras devolutas, também traziam seus escravos. Esse movimento permitiu a ocupação de vastas quantidades de terra no interior da província (VASCONCELLOS, 1995). Nesse sentido, ganha importância a escravidão no século XIX, no mesmo momento em que ela já estava em crise no Brasil.

Entre 1872 e 1888, foi a imigração europeia que buscou ocupar as terras altas da região central. A Colônia de Santa Leopoldina mostra bem a contribuição proveniente da imigração. Em 1857, esta colônia tinha 140 habitantes e, 13 anos mais tarde, 2.000 habitantes. Nos dois anos seguintes, como a imigração, a população mais que duplicou, chegando a 5.000 habitantes. Na década seguinte, Santa Leopoldina chegou a ter 11.000 habitantes (CAMPOS JR., 1993). A província começou a se desenvolver inicialmente com a mão de obra escrava e, logo em seguida, mesmo mantida a escravidão legal, com o ingresso dos imigrantes.

Durante uma segunda fase, os imigrantes estabeleceram-se na região central e também na região sul. Trata-se de um período importante, já que a população do estado praticamente dobrou: de pouco mais de 100.000 habitantes em 1890, ela chegou a 209.000 em 1900 (CAMPOS JR., 1993). Esse processo de incorporação de força de trabalho e ocupação territorial provocou uma significativa elevação da produção cafeeira, que chegou a atingir 90% das exportações locais. A exportação do café passou de 196.964 arrobas em 1856 para 1.250.838 arrobas em 1891. Ou seja, o café teve sua exportação multiplicada em menos de 20 anos.

No início, a produção do café cresceu de maneira mais ou menos isolada nas regiões internas

do estado. Porém, com a construção da Ferrovia Sul do Espírito Santo, ficou estabelecida uma ligação entre o sul e a capital. Da mesma forma, a construção da Ferrovia Vitória-Minas, entre o leste de Minas Gerais e Vitória, foi o principal indutor da ocupação do norte do Estado, feita a partir do que já havia na região central. Foi seguindo os trilhos da ferrovia que os imigrantes e seus descendentes chegaram a Colatina, às margens do Rio Doce, permitindo, dessa maneira, a ocupação do norte capixaba.

É bom reforçar que com o fim da escravidão, os trabalhadores da região sul passaram a trabalhar em sistema de parceria e os da região central reforçaram a produção familiar. Esse esforço na pequena produção familiar deveu-se à política do Império de distribuir frações de terra às famílias imigrantes, principalmente italianas e germânicas, as quais, com um pequeno pedaço de terra, geraram uma importante estrutura de minifúndios e foram responsáveis por parte significativa da produção cafeeira, sobretudo na região central e de montanhas.

Em outro texto elaborado por Pandolfi, Hoffmann e Vasconcellos (2007), tentamos compreender como foi construído o chamado capital cultural desses ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos de parentesco e que gerou, na região noroeste do estado, cujo centro é Colatina, aspectos sociais e culturais bastante próprios e com desdobramentos empresariais na região estudada, assim como também em inúmeras outras do estado.

Voltando à questão dos imigrantes europeus, eles foram em sua maior parte italianos, mas também chegaram contingentes importantes de alemães, poloneses e pomeranos, todos tratados inicialmente de forma popular e genérica de alemães, devido a características parecidas, sobretudo as línguas de origem não-latina, com sonoridade e maneiras de falar o português, de alguma forma, semelhantes. Como foram praticamente todos trabalhar nas suas próprias colônias, as quais eram pequenas propriedades produtoras de café e outros itens de subsistência, criaram seus mundos próprios.

As pequenas propriedades produziam o café que chegava ao mercado e era vendido no tempo da colheita ou armazenado à espera de melhores preços. Além disso, a propriedade deveria produzir os alimentos necessários a toda a família, assim sendo, produzia-se o milho, o feijão, o arroz e outros itens de primeira necessidade. As famílias eram numerosas, em sua maioria tinham mais de 10 filhos, e toda a atividade necessária à vida familiar era desenvolvida na própria propriedade ou então em associação, ou no sistema de trocas com os vizinhos. Assim, costuravam-se as roupas, fabricavam-se e consertavam-se os sapatos e as mobílias simples da casa como mesas, cadeiras e camas. Muitos itens do consumo diário, como vinagre ou sabão, também eram produzidos nas propriedades.

Assim, como não tivemos uma massa de assalariados que tivesse renda monetária e fosse ao mercado comprar seus bens, as propriedades tornaram-se autônomas, se não em sua totalidade, em grande parte. Uma sociedade não-escravagista de pequenos produtores que sobreviviam com o trabalho livre, embora não-assalariados, vindos de culturas onde já havia,

há séculos, o trabalho do artesão, produziu resultados importantes. Um deles é que tivemos aquilo que poderíamos chamar de “saber-fazer”, ou seja, nas colônias, sobretudo italianas, criaram-se gerações de costureiras, sapateiros, cozinheiros e outras profissões, digamos, tradicionais. Esse processo acabou por gerar alternativas de trabalho fora do campo quando veio a grande crise da cafeeira capixaba na metade do século XX e, mais profundamente, nos anos 1960 e 1970. Talvez daí tenham surgido as oportunidades de criação dos chamados arranjos produtivos, como os de confecções em Colatina, o moveleiro em Linhares e o das pedras ornamentais na região sul, ainda centralizada por Cachoeiro do Itapemirim. Todas essas localidades têm forte presença dos chamados ítalo-brasileiros, o que lhes dá uma base cultural mais homogênea, embora com suas diferenças.

Os imigrantes criaram assim, durante o século XIX e, pelo menos, na primeira metade do século XX, seus elementos culturais próprios. Em essência, o Espírito Santo acabou não reproduzindo integralmente os padrões clássicos da colonização brasileira. Pelas poucas atividades econômicas que aqui tivemos e pelo reduzido número de habitantes, os restos do nosso passado são menos importantes do que em outras regiões, embora eles existam e marquem sua presença cultural. Como já foi registrado, na região norte, tivemos uma forte produção de farinha de mandioca – praticamente toda exportada pelo Porto de São Mateus para Salvador – com base no trabalho escravo, nela temos esses traços que a diferenciam de outros espaços regionais.

Na região sul, a escravidão e as grandes propriedades foram produzidas somente no século XX, com a entrada do café, o qual transbordou do Vale do Paraíba para as regiões vizinhas do Espírito Santo, sendo a cidade de Cachoeiro do Itapemirim o seu principal centro. Na mesma região, durante as crises do café, várias dessas fazendas foram divididas e vendidas aos colonos italianos ou seus descendentes, de tal forma que duas vertentes do nosso processo de construção cultural vivem no mesmo espaço. Ali, em algumas cidades, temos manifestações mais clássicas da cultura popular brasileira de raiz africana. Entretanto, na mesma região, sobretudo em suas terras mais altas, os italianos deixaram claramente suas marcas.

Para ficarmos no mundo que o italiano construiu no Espírito Santo, vamos usar os mesmos argumentos do texto de Pandolfi *et al.* (2007), lembrar dos pilares que construíram a vivência desse grupo entre nós. O primeiro deles é certamente o papel fundamental da família. Como nos ensina Colbari (1998), a colonização foi uma aventura familiar, o que significa que não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreendimento familiar, tendo o seu apoio mais notório na igreja e no trabalho.

O papel da família era fundamental para aqueles que chegavam numa terra que desconheciam. Não falavam a língua, não conheciam os costumes e tinham dificuldade de comunicação com outros centros devido ao relativo atraso da Província do Espírito Santo, o que acabou por potencializar um elemento cultural já presente entre os que chegavam, a família. Como nos lembra a própria Colbari (1998), a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente autossuficiente na produção de bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal.

Essa forma de socialização, ou seja, aqueles que se associavam em grupo, constituíram a realidade dos imigrantes e estavam estruturados a partir da vida familiar, sendo esse o núcleo que provocou o desatar dos motivos ou causas para enfrentar as adversidades das condições físicas e sociais da região estudada e para manter o grupo unido e coeso, nessa vivência comunitária. O texto citado de Pandolfi *et al.* (2007) chama a atenção para o fato da família ser uma espécie de cooperativa e um importante elemento para a compreensão da estrutura das empresas locais que hoje sobrevivem com sucesso.

Nas unidades produtivas agrícolas, todos trabalhavam muito. Havia papéis definidos para crianças e adultos, homens e mulheres. A regra era o trabalho estafante. Além desse regime de trabalho pesado em família, outro elemento agregador importante era a igreja. Ao contrário do catolicismo português vivido no Brasil até o século XIX, os italianos trouxeram uma outra visão do padre e da paróquia, os quais passaram a ser centros articuladores não apenas de questões propriamente religiosas, mas de toda uma vida social.

O que mais nos importa colocar luzes nesse texto é sobre o que chamamos de cultura do trabalho, como um dos traços culturais capixabas. Ao contrário da ética da aventura já citada e retirada das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda (1987), desenvolveu-se em amplos setores da sociedade capixaba uma cultura do trabalho. É bom que fique claro que não estamos defendendo aqui nenhuma superioridade étnica ou cultural dos europeus. O que não se pode deixar de considerar é que a escravidão humilha e sacrifica o trabalhador. Não o dignifica, não cria instituições imaginárias em que o trabalho possa ocupar lugar de relevância. Antes pelo contrário, o que a história mostra é que nas sociedades escravocratas, o ócio é que marca os bem-nascidos. As marcas do trabalho árduo, como os músculos fortes, eram abominados no Brasil colônia. Eles tornavam visíveis as condições de trabalhadores, algo nada dignificante naquele universo.

O que estamos tentando registrar é que as famílias tinham o trabalho como elemento fundador. O trabalho familiar foi, acima de tudo, o que uniu, juntamente com o elemento religioso, as famílias imigrantes. Queremos com isso dizer que no Espírito Santo foi forjada uma cultura do trabalho, mesmo que baseada na ética católica, ao contrário de algumas teses clássicas como a de Max Weber, aplicável em outros espaços. Essa cultura do trabalho é nosso elemento diferenciador e faz de frações importantes do estado diferente de outros que ficaram ainda apegados a uma lógica mais tradicional. O sucesso empresarial, por exemplo, está fortemente vinculado a essa cultura, como se pode facilmente observar nos estudos realizados nas empresas familiares italianas de sucesso no Espírito Santo. Houve, por certo, a imigração alemã, mas numericamente inferior, mais localizada no espaço. Assim, foi a presença maciça dos italianos que acabou por influenciar mais fortemente nossos traços essenciais.

Porém, não foram somente os italianos que aqui chegaram com seu trabalho livre, suas pequenas propriedades e seus desejos de vencer pelo trabalho. Outros povos também colaboraram muito nessa direção. Afirma Saleto (2007) que a imigração estrangeira massiva cessou, mas não o fluxo migratório interno, atraído pela fronteira agrícola. Em 1940, numa

população de 739 mil habitantes, os naturais de outros estados eram 106 mil, 14% do total. Lamentavelmente, o censo de 1900, que deveria contar os estrangeiros logo após o final da imigração de massa, foi muito incompleto; só vamos encontrar um registro confiável da presença deles duas décadas mais tarde, em 1920, quando constituíam 4,1% da população do estado, índice muito inferior ao de São Paulo (18%), do Paraná (9%), do Rio Grande do Sul (7%) e próximo ao de Santa Catarina (4,6%), porém maior que o de todas as outras unidades da federação.

Dentro do quadro da imigração, outra presença importante é a dos pomeranos, os quais chegaram no final da década de 1850. A Pomerânia situava-se no litoral do Mar Báltico, no norte da Alemanha. Hoje o território pertence à Polônia. Esses colonos pomeranos que para cá vieram eram, em quase toda a sua totalidade, empregados dos latifúndios da Pomerânia Exterior: eram pastores de ovelhas, servos, domésticos e cocheiros. Havia também alguns artesãos, a maioria carpinteiros e ferreiros (HARCKBART, 2006). A área que ocuparam fica, sobretudo, na região serrana central, indo depois também para a região norte.

Em 1859, aportaram alguns milhares de pomeranos que, por se tornarem maioria absoluta entre os colonos germânicos, exerceram forte influência em toda a colônia de origem alemã no Espírito Santo. Pelo fato de o grupo pomerano ser numericamente superior, acabou absorvendo uma boa parte dos demais grupos germânicos em termos da língua e de confessionalidade religiosa, a luterana.

Embora em menor número e mais localizados, a colonização alemã também foi definitivamente um dos elementos centrais da diversidade cultural que pretendemos ter como ponto de partida para a construção de uma reflexão sobre o mundo do trabalho no Espírito Santo. Wagemann (1949) diz que: “Existem, atualmente, no Espírito Santo, de 17 a 18 mil alemães [...] a grosso modo, o número de protestantes seria de 12.500 e o de católicos em torno de 5.000.”

Esse número expressivo de grupos étnicos, portadores, cada um em si, de uma cultura, não podiam se unir em um único movimento. Cada sociedade, segundo Castoriadis (2002), precisa produzir um leque de *tipos antropológicos* que lhes dê sustentação. Esses *tipos antropológicos* são sujeitos criados em determinados períodos históricos a partir de valores consagrados e incontestáveis no âmbito daquela sociedade.

Dentro da diversidade cultural, os vários *tipos* nascidos de etnias e culturas diferenciadas, acabaram por não produzir elementos identificadores de um conjunto, que provavelmente não se reconhecia como tal, do ponto de vista de construção de um imaginário social coletivo. Daí, talvez, o fato de não se ter um elemento único que nos simbolize e que seja reconhecido tanto interna quanto externamente como uma marca forte capixaba.

A SOCIEDADE SE INDUSTRIALIZA

É importante verificarmos como esse elemento histórico social se desdobra em termos da construção de uma cultura própria das atividades empresariais. Atividades que começaram a se estruturar tardiamente no Espírito Santo, depois da crise do café dos anos 1960. Segundo Rocha (1998), com a política do governo federal durante a gestão de Juscelino Kubitschek, sobretudo aquelas implementadas pelo Plano de Metas a partir de 1957 e que vieram a ter consequências efetivas a partir de 1960, o Espírito Santo foi contemplado com uma série de investimentos importantes: indústrias, usinas hidrelétricas e rodovias. Além disso, foi criado, localmente, um sistema de incentivos fiscais à industrialização que foi capaz de captar uma série de empresas de pequeno e médio porte, predominantemente ligadas a capitais privados regionais e processadoras de matérias primas locais.

Ainda segundo Rocha (1998), a combinação destas três políticas diante da crise da cafeeira e do *boom* econômico nacional no período 1967/73 fez com que, pela primeira vez na história capixaba, o setor industrial liderasse o processo de crescimento econômico e também o debate político local.

Assim, na onda do desenvolvimento desse período, foram se formando os mais importantes grupos empresariais locais não ligados ao café. As atividades urbanas também ganharam impulso e passaram a ser palco de importantes investimentos, como a construção civil e o transporte de cargas e passageiros

A essa linha de crescimento na indústria capixaba, caracterizada pela supremacia do capital privado local, por empreendimentos de pequeno e médio porte, por indústrias dos gêneros tradicionais e pelo forte e decisivo apoio do sistema de incentivos fiscais, somou-se uma segunda, derivada do movimento expansivo da economia nacional que transformou radicalmente não só a economia, mas também a sociedade capixaba. A Companhia Vale do Rio Doce, hoje simplesmente Vale, ampliou e diversificou suas atividades. Foi implantada a Samarco Mineração S.A., com um mineroduto, trazendo minério de ferro de Minas Gerais, e um porto no Município de Anchieta, nas proximidades de Vitória. Na época, uma siderúrgica destinada à exportação e com capacidade inicial de produzir 3 milhões de toneladas de aço por ano também instalou-se em Vitória.

A Aracruz Celulose, ao instalar-se no litoral norte capixaba, não apenas impactou fortemente toda uma cadeia produtiva, como também mudou o perfil da agricultura local pelo plantio de extensas florestas de eucalipto na região norte do estado.

Dessa forma, entre os anos 1960/1970 e o início do século XXI, a economia capixaba modernizou-se e criou uma lógica nova, mas manteve um *ethos* que lhe é próprio. Vamos a alguns fatos para construir nosso raciocínio básico: com relação à área de atividade de empresas, os segmentos de confecção, mármore e granito e móveis são os que apresentam os maiores percentuais, regionalmente localizados em arranjos produtivos próprios. Existem, portanto, grandes quantidades de empresas localizadas nesses setores. Elas são produto da

integração dos dois grandes processos econômicos, o agrícola e o industrial. De um lado, temos a indústria tradicional que nasceu da tentativa de criarem-se novas alternativas ao plantio do café em crise. Assim, as famílias dos imigrantes europeus, vivendo em suas propriedades onde produziam quase tudo o que consumiam, foram trabalhar em ofícios antes secundários na propriedade: fabricação de móveis, consertos de sapatos, produção de vestimentas. Essa é a origem de nossa indústria tradicional que o Governo Cristiano Dias Lopes (1967/1971), principalmente, tentou proteger. Essa base de pequenas e médias empresas organizadas regionalmente em cidades polo, como Cachoeiro do Itapemirim, Colatina ou Linhares, deram origem ao que os economistas chamam de Arranjos Produtivos Locais. Na verdade, a palavra chave aí é arranjo. São arranjos empresariais fortemente marcados pela cultura regional que até aqui descrevemos, ou seja, base familiar das indústrias, a cultura do trabalho como elemento chave, as relações de confiança existentes entre os empresários.

Quando os grandes negócios começaram a funcionar efetivamente, nos anos 1980, tinham essa base para construir suas cadeias produtivas. O setor metalmeccânico, incentivado pela Vale, pela CST, Samarco e Aracruz, foi capaz de produzir uma ampliação da base de negócios que transformou, de fato, aqueles polos de indústrias tradicionais em Arranjos Produtivos Locais. Mais do que isso, deu uma dinâmica empresarial nova ao estado tendo como elemento sócio-histórico básico nosso passado recente: o Espírito Santo reinventado pelas indústrias e as atividades modernas na área de serviços que ela pode proporcionar. Isso tudo sem perder nossos laços da tradição herdada.

ORGANIZAÇÕES E CULTURA(S) DAS EMPRESAS NO ESPÍRITO SANTO

Com base no que foi descrito anteriormente, dentro de uma construção social histórica específica e num quadro tão recente, o qual implica em níveis de consolidação e enraizamento ainda muito provisórios, como podemos pensar culturalmente o universo do trabalho e da cultura empresarial?

São vários os caminhos que podemos seguir. Vamos começar nossa reflexão a partir do marco conceitual, a partir do pensamento de Castoriadis (2002). Outros poderiam ser os caminhos, outros poderiam ser os autores. Entretanto, parece-nos que a posição desse autor é muito forte e pertinente com o que temos tratado.

Quando pensamos em aplicar os conceitos de Castoriadis (2002) ao que foi vivenciado pela sociedade capixaba, o que podemos pensar em primeiro lugar do que ele chama de *se gostar* ou *se querer como sociedade*? Qual poderia ser a essência desses conceitos entre os capixabas? Nosso ponto de partida é que ele se ancora em uma cultura do trabalho herdada de um passado recente. Passado esse fortemente produzido pelas circunstâncias e políticas criadas no Segundo Império e, sobretudo, no período republicano. Foram tentativas históricas de vencer o passado colonial permeado de atraso e isolamento com dois elementos fundamentais para o Espírito Santo em especial, diferentemente de outras regiões brasileiras que não fizeram a mesma passagem: o trabalho livre e a pequena

propriedade. Foram esses elementos que acabaram por articular as bases de nossa cultura regional, não apenas pelo que eles produziram no campo econômico. Somente a economia não cria cultura empresarial, ela é sempre resultante de uma teia de relações entrecruzadas que se alimentam reciprocamente. Nossa teia tem seus nós, para usar uma figura de retórica, na cultura do trabalho, na pequena propriedade, em um desejo de progresso pessoal sempre presente no espaço regional reinventado. Entretanto, a passagem desse elemento para a construção de um sistema econômico mais bem discutido e vivido democraticamente não ocorreu. Daí nossas empresas viverem certamente sob intensa pressão internacional, mas sem que isso seja considerado por todos como um valor a ser preservado. Sem impactar na autoestima e na construção da identidade capixaba. Nossos empresários, com grandes e honrosas exceções, não se transformaram em atores com visibilidade do processo de transformação local.

Também vale destacar da citação feita, a ideia do *se querer*, ou seja, uma sociedade não se identifica somente pelos elementos que ela herdou, mas também do que ela deseja construir a partir desses elementos. Todo processo de identificação porta, também, um desejo, uma ideia de futuro. Assim, estamos trabalhando com a ideia de que a história é o autodesdobramento da sociedade no tempo. Contudo, esse tempo é, em suas características essenciais, uma criação da sociedade, tanto como tempo histórico, como tempo particular de cada sociedade, suas articulações significativas, seus pontos de apoio, seus projetos e suas promessas. Em síntese, a história não acontece à sociedade, ela é antes seu autodesdobramento (CASTORIADIS, 2004).

A cultura empresarial neste território comporta um nível de compreensão de sua temporalidade, já que nenhuma instituição se explica a não ser que esteja situada em seu contexto histórico, em seu momento social histórico. Ocorre que o sócio-histórico não é um conceito que comporta apenas o passado ou os restos do passado. Antes pelo contrário, o tempo capaz de identificar uma organização é, antes de tudo, um tempo presente. Esse tempo presente porta o passado e os desejos do futuro.

Quanto à cultura, a distinção entre cultura no sentido estrito do termo e a dimensão puramente funcional da vida social é que a cultura é o domínio do imaginário no sentido estrito, o domínio do poético, aquilo que numa sociedade vai além do que é puramente instrumental. Nenhuma sociedade é reduzida ao funcional, assim como não existe sociedade sem cultura. Nelas, sempre encontramos cantos, danças, coisas que “de nada servem”. (CASTORIADIS, 2004).

Por isso, nenhuma cultura empresarial pode ser compreendida se não analisarmos a organização em termos de seu passado, de seu presente e de seus sonhos de futuro. É dessa conjugação de fatores que nasce o social histórico, que nascem as significações imaginárias que fazem com que uma organização seja o que ela é.

ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

A construção social histórica do Espírito Santo e seus rebatimentos no campo da gestão ancoram-se em três momentos. O primeiro deles está ligado ao campo do trabalho e de seus desdobramentos no conceito de ética da aventura. Em um segundo momento, temos a presença, no Espírito Santo, da imigração europeia, como parte dos esforços do Segundo Império de dinamizar a economia. O terceiro elemento é a reinvenção do Espírito Santo, na era republicana, criando uma nova cultura empresarial que se expressa mais fortemente a partir da crise da cafeeira nos anos 1960/1970. Porém, esse novo momento tem marcas sub-regionais muito fortes, resultando numa trajetória de formação histórico-social de uma identidade cultural diversa da de outras regiões brasileiras. O desenvolvimento mais recente acrescentou elementos importantes, todos baseados em nossas raízes históricas. A modernidade e a globalização certamente impactaram nossas práticas, mas dentro de uma lógica totalmente compatível com nossas raízes.

Quando os grandes negócios ligados à economia global, implantados pelos militares a partir dos anos 1970, foram se desdobrando e enraizando em outros setores, momento em que houve o adensamento das cadeias produtivas, o universo empresarial local estava preparado, portador que era de capital social, para enquadrar-se na forma operacional deles. Melhor dizendo, havia as condições para uma socialização inexistente em outras unidades da federação. Por isso, o progresso espalhou-se. Por isso, o Espírito Santo pôde iniciar, mesmo que tardiamente, seu processo de industrialização em moldes menos concentrados do que o projeto original.

REFERÊNCIAS

CAMPOS JUNIOR, C. T. **O novo arrabalde**: aspectos da formação urbana de Vitória. Vitória, Adufes, 1993.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

_____. A dissimulação da ética. In: **As Encruzilhadas do Labirinto IV: A Ascensão da insignificância**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Modo de ser e problemas de conhecimento do social histórico. In: **Figuras do Pensável**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Imaginário e Imaginação na Encruzilhada**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

COLBARI, A. L. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI,

A.H.(org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

HARCKBART. E. **Família Entrefem**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1987.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultura do Espírito Santo, 1976.

PANDOLFI, R. *et al.* Família, trabalho e igreja: uma reflexão sobre as trajetórias familiares empresariais em Colatina (ES). In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 7., 2007, Porto Alegre, **Anais...** São Paulo: ABA, 2007.

ROCHA, H. C. R. Formação Econômica do Espírito Santo e sua Lógica Empresarial. In: DAVEL, E.; VASCONCELOS, J.G.M. **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho**: Ensaio sobre o Espírito Santo. Vitória: FCAA, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem ao Interior do Brasil (Espírito Santo)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

SALETTTO, N. **A Composição Étnica da População Capixaba**. Vitória: s/e, 2007.

SANTOS, E. F. **A transição Republicana e a Reinvenção do Espírito Santo (1882-1889)**: o pensamento político capixaba. Vitória: s/e, 2007.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A Invenção do Coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: EDUFES, 1995.

WAGEMANN, E. **A Colonização Alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

**João Gualberto
Moreira
Vasconcellos**

Professor Titular aposentado da UFES, onde lecionou no curso de graduação e administração e também no mestrado da mesma área. Coordenou linhas de pesquisa denominada Capital Cultural, Desenvolvimento e Poder Local. Diretor da Futura Pesquisa e Consultoria, com atuação nos estados da Bahia e Espírito Santo. Pesquisador Associado do CIAGS/UFBA. Possui doutorado em Sociologia Política na EHESS, Paris, França. Autor, dentre outros livros, de *A Invenção do Coronel*, Edufes, 1995 e co-autor com Roberta da DaMatta de *Fé em Deus e Pé na Tabua*, Rocco, 2010.



ESCOLA BOMAS DE CONDO
Serra-ES - 2010



Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento

Orlando Caliman

Resumo O objetivo do presente texto é fazer, ao mesmo tempo, uma viagem na história econômica do Espírito Santo, na sua vertente de formação, e também um ensaio de leitura sobre os acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX que, de certa forma, delineiam e constroem as bases de um novo ciclo da economia capixaba para o século XXI. Para essa leitura e compreensão mais geral, é importante que tenhamos a percepção de que todo processo de formação socioeconômica e cultural se apresenta como um todo indivisível. Nós a dissecamos apenas para efeito de aprofundar a compreensão das partes. É nessa percepção que elegemos o fato ou fenômeno econômico como elemento central de observação. É isso que faremos nesse texto. Trata-se, então, de um ensaio que, através de relatos de fatos e fenômenos, números, percepções, observações e avaliações, pode ajudar na compreensão da formação econômica e social capixaba.

Palavras-chave Formação Econômica. Espírito Santo. Período Colonial. Projeto. Desenvolvimento.

Abstract The purpose of this paper is to bring about some insights regarding the economic history of the State of Espírito Santo, especially concerning the basis for the economy. It is also a reflection upon some significant events that occurred during the second half of the twentieth century and that played an important role in the “construction” of the economic structure of the 21st century. In order to do so, a more general understanding of the whole process of the economic, social and cultural construction is required. Reality is indivisible; we separate certain dimensions of it only for the purpose of deepening the understanding of some parts. That is the reason why we regard the economic phenomenon as the core element of observation and analysis. The paper

is an exploratory work through reports of facts and phenomena, figures, perceptions, observations and assessment of the economic and social basis of the State of Espírito Santo.

Keywords Economic History. Espírito Santo. Colonial Period. Development Project.

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que, em termos de expressão econômica e sociocultural, o Espírito Santo inicia a sua história de ocupação territorial e de formação econômica, social, política e cultural a partir de meados do século dezenove. Isso se deu tendo como elemento comum e estruturante a cultura do café. É com base nessa atividade que o Espírito Santo se integra ao comércio internacional, constrói os seus laços com a economia nacional e forja a sua base sociocultural e também, em grande parte, a sua identidade.

O objetivo do presente texto é fazer, ao mesmo tempo, uma viagem na história econômica do Espírito Santo, na sua vertente de formação, e também um ensaio de leitura sobre os acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX que, de certa forma, delineiam e constroem as bases de um novo ciclo da economia capixaba para o século XXI.

Para essa leitura e compreensão mais geral, é importante que tenhamos a percepção de que todo processo de formação socioeconômica e cultural se apresenta como um todo indivisível. Nós a dissecamos apenas para efeito de aprofundar a compreensão das partes. É nessa percepção que elegemos o fato ou fenômeno econômico como elemento central de observação. É isso que faremos nesse texto, o qual não tem a pretensão ou a preocupação de uma perfeição analítica fundamentada em referenciais teóricos. Trata-se, sim, de um ensaio que, através de relatos de fatos e fenômenos, números, percepções, observações e avaliações pode ajudar na compreensão da formação econômica e social capixaba.

Mesmo assim, é bom deixarmos bem claro que ao tomarmos a dimensão econômica como foco de análise e leitura, de alguma forma, estamos delimitando um espaço específico da realidade, a qual, em si, é indivisível. Essa característica de indivisibilidade foi muito bem explorada por um grande economista que viveu de 1883 a 1950, Joseph Alois Schumpeter (1982)¹. Na verdade, segundo ele, todo processo social deve ser entendido como “um todo indivisível”. No entanto, para facilitar a compreensão desse “todo indivisível”, são usados alguns artifícios, cuja finalidade é separar – delimitar – as diversas formas e ângulos de observação e análise de uma realidade complexa e dinâmica. Para isso, a realidade é dissecada, utilizando-se critérios que possibilitem se chegar à distinção – em abstrato – entre fato econômico e social.

Não é uma operação tão simples. A classificação e categorização dos fatos obedecem a critérios artificiais, pois não há como se estabelecer limites precisos, por exemplo, entre um fato econômico e um fato social. Em ambos, teremos sempre, no fundo, relações sociais e culturais. A própria caracterização de um fato econômico, segundo Schumpeter, já envolve uma abstração.

Ao designarmos um fato como econômico, no fundo, estamos observando o fato econômico através de uma “cópia mental” – uma abstração – de uma dada realidade. Todavia, na essência, ele – fato econômico – deriva essencialmente do comportamento econômico.

Naturalmente, todo o comportamento econômico enquadra-se como um ato ou ação movida pelo desejo de aquisição de bens e serviços. Em resumo, toda a construção sociocultural tem fundamento numa construção econômica. Não foi diferente no Espírito Santo. Do café, herdamos nossa diversidade étnica e cultural, nas suas expressões mais regionais; do comércio, dos serviços modernos e da indústria, a identidade que expressa a aposta no futuro.

Reportando-nos, novamente, a Shumpeter,

Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação ao tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente. (SHUMPETER, 1982, p.55).

É importante, também, percebermos que, dos fragmentos de um período colonial obscuro e limitado em termos de impacto construtivo da nossa sociedade, passamos pela cultura quase hegemônica do café, a qual não chegou a produzir rupturas que provocassem mudanças, e nos encontramos, agora, em um projeto de futuro mais aberto ao mundo globalizado, através do comércio exterior mais diversificado, da agricultura diversificada, dos serviços e da indústria mais sofisticada.

O futuro que se projeta agora é de um Espírito Santo com o petróleo e gás, com o aço, com a celulose, com o mármore e granito, com a fruticultura, com um comércio exterior dinâmico, com um interior desenvolvido e com bem menos pobreza.

Na linha do tempo, poderíamos, então, estabelecer como períodos da história da formação econômica do Espírito Santo:

- período colonial, caracterizado pela estagnação econômica e isolamento territorial;
- primeira fase do ciclo do café, sustentado pelo regime escravista, com uma economia incipiente e desarticulada territorialmente, e também desconexa do restante do país;

- de Muniz Freire até a metade do século XX²: estratégia de integração territorial e externa pela via comercial;
- crise do café e opção pela indústria: décadas de 50 e 60;
- industrialização a partir de grandes plantas industriais voltadas para o mercado externo: economia industrial e de serviços com forte relação com o comércio exterior – final do século XX;
- novo ciclo de desenvolvimento: sofisticação e diversificação da economia, globalização da base produtiva e incorporação do interior do estado ao processo de desenvolvimento a partir do litoral.

FRAGMENTOS COLONIAIS

No período colonial brasileiro, o Espírito Santo sobreviveu à margem dos principais ciclos econômicos que, de certa forma, marcaram a formação socioeconômica e cultural de regiões como o Nordeste, com a cana-de-açúcar; Minas Gerais, com o ciclo do ouro; e também dos pequenos ciclos que desenvolveram nas franjas destes, como o da pecuária. Desta última, por exemplo, derivaram atividades ligadas à produção de animais para o transporte, couros e derivados, carne para abastecimento das regiões onde se concentravam as atividades voltadas para o mercado externo, principalmente no sul do país.

Embora tenha desenvolvido atividades ligadas à cultura da cana-de-açúcar, no sul, em Itapemirim e nos arredores da capital, Vitória, essa atividade econômica não encontrou condições favoráveis para a sua expansão, até pelo fato de ter ingressado nessa atividade tardiamente, quando os preços no mercado internacional já se encontravam em níveis tão baixos que não atraía investimentos vultosos.

No norte capixaba, mais especificamente na região de São Mateus – São Mateus e Conceição da Barra³, a cultura da mandioca para a fabricação de farinha ganhou certo dinamismo, funcionando como base de suprimento para outras regiões do Brasil. Porém, tratava-se de uma atividade com baixo potencial de expansão e pouco dinamismo.

O isolamento vivido pelo Espírito Santo nessa época pode ser comprovado pelo crescimento lento da sua população. Nos aproximadamente trezentos anos de colonização, a sua população atingiu apenas 49.092 pessoas, no ano de 1856, dos quais 12.269 escravos. Nos arredores da capital viviam 26.324 habitantes; 15.915 em Itapemirim e 5.853 em São Mateus. Proporcionalmente a maior concentração de escravos estava em São Mateus, com 2.217 escravos (ROCHA; MORANDI, 1981).

Esse isolamento durante tanto tempo encontra explicação na ausência de um produto que pudesse atrair as atenções da Coroa Portuguesa. É bom lembrar que Portugal detinha o monopólio da comercialização de qualquer produto que fosse produzido pelas suas colônias. Nada podia ser produzido e comercializado sem passar pelo crivo da Metrópole portuguesa.

Não se deve perder de vista que a essência do regime colonial português passava pela esfera do comércio. Era através do comércio que Portugal se enriquecia e, com ele, a Coroa, que exercia o poder político monárquico, de forma absoluta.

O fato do Espírito Santo não ter encontrado um produto que chamasse a atenção da Metrópole o excluiu, naturalmente, do regime do “exclusivo metropolitano”. O Espírito Santo não fazia parte das rotas comerciais das nave portuguesas. Além das restrições que o mercado lhe impunha, o Espírito Santo também sofreu restrições quanto à utilização de vias de acesso a Minas Gerais, por razões estratégicas de proteção ao monopólio da comercialização do ouro.

Quem bem retrata essa situação de estagnação da Colônia do Espírito Santo é o professor Estilaque Ferreira dos Santos, professor de História da Universidade Federal do Espírito Santo, no seu artigo “Vias de Comunicação, Conquista Territorial e Colonização Estrangeira no Espírito Santo do Século XIX”.

Segundo Estilaque (2010), a situação do Espírito Santo no final do século XVIII era quase desesperadora e de quase abandono do território. Não havia, por exemplo, justificativa econômica para que qualquer navio português parasse no litoral capixaba. Aventou-se até a possibilidade de extinção da Capitania do Espírito Santo. Estilaque (2010) faz menção, em seu texto, que, na nomeação de Silva Pontes como presidente da Capitania, em 1797, o próprio Príncipe Regente, mais tarde Dom João VI, faz referência explícita da missão do nomeado no sentido de “reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo”.

Podemos concluir que o período colonial do Espírito Santo pouco deixou de mais sólido e mais permanente. Nem mesmo a sua identidade, forjada de forma mais abrangente e visível através da cultura do café, o qual começa a ser produzido no território capixaba a partir da década de trinta do século XIX.

O CICLO DO CAFÉ

Concretamente, o Espírito Santo começa a mostrar a sua “cara” para o Brasil e para o mundo através da cultura do café. A palavra cultura aqui tem um duplo sentido. Um sentido econômico, de uma atividade que envolve todo um sistema de produção ou, visto através de uma expressão mais sofisticada, um modo de produção próprio. O segundo sentido evoca o lado da construção sociocultural projetada pelo conjunto das relações forjadas a partir desse modo próprio da produção do café, no Espírito Santo, diferentemente de outros estados brasileiros, os quais também tiveram no café as suas bases de desenvolvimento, como São Paulo.

Não seria exagero afirmar que o Espírito Santo nasce efetivamente na era moderna ou, mais precisamente, na segunda metade do século dezenove e não no período colonial. No período anterior, colonial, o estado viveu um verdadeiro atraso colonial, isolado da dinâmica

geral da nação que desabrochava, e incapaz de gerar processos internos de superação.

Esse atraso, de diferentes formas, repercutiu, na linha do tempo, na sua inserção retardatária à economia nacional, o que aconteceria a partir da segunda metade do século dezenove, não mais na lógica exclusiva mercantil escravista, mas na lógica mercantil de um capitalismo que se afirmava a partir da Europa, tendo como base o café. No limite, o Espírito Santo nasce e se constrói já na era moderna e já com ares e impregnado por ideias e ideais transformadores da modernidade.

A introdução do café no Espírito Santo se deu a partir das fronteiras com o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, como forma de expansão do seu cultivo. O regime de produção ainda se dava através da utilização da mão-de-obra escrava, que perdurou até a abolição da escravatura, já no final da década de oitenta do século XIX. Inicialmente ocupando a região sul do estado, a economia cafeeira prosperou atrelada fortemente ao Rio de Janeiro, para onde escoava toda a produção.

Portanto, a formação econômica e social do Espírito Santo começa pelo sul, com o café. Sua produção se dava em grandes propriedades e sob o regime da mão-de-obra compulsória. A sua comercialização fez surgir centros urbanos que funcionavam como verdadeiros entrepostos de intermediação de venda do produto e também de ponto de compras de bens de consumo. Foi assim que surgiram efetivamente cidades como Cachoeiro de Itapemirim, grande polo de convergência das relações comerciais a partir do café.

O café, embora introduzido na década de quarenta do século XIX, não apresentou bom desempenho até o final desse mesmo século.

O estudo realizado pelo NEP – Núcleo de Estudos e Pesquisa do Departamento de Economia da UFES, coordenado pelo professor Haroldo Corrêa Rocha - aponta, por exemplo, que o volume produzido pelo Espírito Santo cresceu apenas 166% entre 1876 e 1890, enquanto São Paulo apresentou uma expansão da produção equivalente a 300%. No início desse mesmo período, em 1876, o Espírito Santo detinha uma participação de apenas 3% da produção do país, contra 21,3% de São Paulo. Já em 1890, os percentuais evoluem para 5,4%, no caso do Espírito Santo, e 56%, no caso de São Paulo.

Na verdade, no final da década de noventa do século XIX, a economia capixaba ainda era relativamente incipiente e desintegrada territorialmente. Não havia uma infraestrutura que facilitasse a integração entre as regiões. Norte e sul não se ligavam à capital. Não havia ligação eficiente entre a capital, Vitória, e Cachoeiro de Itapemirim. Esta última cidade vivia praticamente ligada à dinâmica impulsionada pela capital do país, Rio de Janeiro.

Principalmente a partir da década de setenta do século dezenove, seguindo a estratégia nacional, o Espírito Santo começa a receber imigrantes europeus, sobretudo italianos. Esse fenômeno é considerado como decisivo para a construção da nossa base sociocultural.

Diferentemente de São Paulo, a imigração italiana no Espírito Santo foi incentivada e

motivada por outros fatores, dentre os quais se destaca a de colonizar o território capixaba e não o de substituir a mão-de-obra escrava. O objetivo estratégico era ocupar as imensas áreas vazias. Acresceu-se à imigração italiana, povos de outras origens, como os alemães, os quais chegaram inclusive antes dos italianos e se fixaram na região central, Serrana; destacam-se também os poloneses.

Quem melhor detectou o problema de desarticulação e ausência de comunicação entre as regiões do Espírito Santo foi o seu primeiro presidente eleito, Muniz Freire. O primeiro mandato de Muniz Freire ocorreu entre 1892 a 1896, quando foi idealizado um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo, sem dúvida, o primeiro. Ele sonhou com um Espírito Santo cosmopolita, uma cidade de Vitória aos moldes das grandes metrópoles europeias.

Na sua visão, através da integração territorial, abria-se a perspectiva de ganhos de escala para a operação do Porto de Vitória. Assim como, também, através de uma cidade nos moldes da modernidade, se abriria o Espírito Santo para o mundo, atraindo pessoas, negócios e, sobretudo, o progresso. Muito provavelmente, Muniz Freire guardava no seu projeto a possibilidade de construção de uma nova identidade para o estado, apartada do passado, conectada com o mundo moderno, numa visão de futuro: uma identidade nova e moderna, cujo símbolo estivesse representado exatamente na visão do Novo Arrabalde (CAMPOS JR, 1996).

Em 1890, a participação do Espírito Santo na produção de café no Brasil foi de 5,4%, contra 57% de São Paulo (ROCHA; MORANDI, 1981, p.10). A característica ainda escravista e também marginal da produção, até então, não oferecia condições favoráveis para um crescimento mais acelerado nem para a sua expansão para além das terras do sul do estado. Além disso, o circuito de sua comercialização acontecia no Estado do Rio de Janeiro, pela ausência de infraestrutura.

A diferenciação da cultura do café no Espírito Santo em relação aos demais estados produtores deu-se não somente no período em que predominou a forma escravista de produção – marginal e de baixa produtividade, mas também, e principalmente, na sua fase subsequente, quando predominou a pequena propriedade e a produção familiar. Aliás, é essa forma que irá forjar uma nova identidade ao Espírito Santo, inclusive com forte influência nas economias regionais e nos arranjos produtivos específicos que surgirão a partir da década de setenta do século XX.

A hegemonia do café permeia praticamente um século da história capixaba, com início em meados do século XIX, chegando à década de sessenta do século XX. Contudo, sem ter sido marcada por grandes transformações; mas que, mesmo assim, deixou marcas por todo o território; foi responsável pela nossa territorialidade.

Se, de um lado, todo o período colonial, de aproximadamente 300 anos, não conseguiu forjar uma identidade abrangente e integrada do conjunto das regiões do estado, de outro, em 100

anos da cultura do café é possível encontrar traços e símbolos mais enraizados e comuns a praticamente todo o território capixaba.

Assim, não seria de todo ousadia afirmar que a cultura do café, e ainda mais como consequência das suas especificidades, marcou uma forma singular de ocupação territorial e formação sociocultural. Trata-se de um modo particular de expansão, consolidação e sobrevivência de uma atividade econômica específica.

As marcas da cultura do café, no entanto, não foram derivadas do seu dinamismo e sua capacidade transformadora. O que efetivamente a caracterizou foi exatamente a ausência de dinamismo e poder de transformação. De meados do século XIX até a década de 50 do século XX, nada aconteceu de extraordinário em todo o território capixaba, mas o café subsistiu, ou resistiu, sem evoluir.

O que aconteceu no Espírito Santo foi totalmente diferente do que ocorreu em São Paulo, onde a cultura do café possibilitou a industrialização, a urbanização, a modernização e diversificação da base. Logicamente, a diferenciação se deveu a fatores diversos e específicos. Lá o capital comercial acumulado serviu de base para a industrialização.

A importância da cultura do café está mais pelo lado da sua singularidade de expressão no campo sociocultural do que na força transformadora que pudesse atuar no campo da dinâmica econômica. Sem dúvida, foi a singularidade do modo de produção e reprodução da cultura do café que produziu especificidades, as quais foram expressas nos modos de vida e cultura do povo capixaba.

Um dos elementos centrais para a compreensão dessa singularidade pode ser encontrado inicialmente na ruptura mais abrupta em relação à produção sob o regime escravista e sua substituição por um modelo baseado na pequena propriedade, sobretudo, a familiar. Passou-se rapidamente de um regime escravista e de grandes propriedades para um regime de produção autônoma e baseada na pequena propriedade.

No entanto, e até paradoxalmente, essa característica marcante da presença da pequena produção – leia-se também pequena propriedade, ao contrário de abrir novas perspectivas de crescimento, de expansão e diversificação da economia, a aprisionou num ciclo produtivo “monocórdio” e avesso a mudanças e desafios. Isso se deveu, principalmente, em função das características do modo de produção predominante, a pequena propriedade, a qual subsistia às turbulências das crises sem provocar mudanças estruturais. Subsistência e geração de excedente conviviam pacificamente. Quando a crise aparecia, encolhia-se na sobrevivência; quando os preços do café subiam, florescia novamente. Não havia crise que provocasse uma ruptura drástica que pudesse ocasionar transformações de fundo.

Em resumo, a economia girava predominantemente dentro dos limites da pequena propriedade e o café se transformou na única e exclusiva forma de conexão concreta com o mundo exterior.

Isso prevaleceu até a década de sessenta do século XX, quando se inicia o processo de industrialização, o qual não é alimentado, como esperado, pelo excedente do comércio do café. A industrialização surge por necessidade de sobrevivência, de busca de alternativa de desenvolvimento; surge da necessidade de um novo projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo. A sua gestação começa ainda no início da década de cinquenta, no governo de Jones dos Santos Neves.

DE UM PROJETO DE INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DAS POTENCIALIDADES LOCAIS À GRANDE INDÚSTRIA

Se alguém perguntasse o que teria marcado a economia capixaba no século XX, não hesitaria em afirmar que foi a sua integração ao comércio internacional pela via da grande indústria e pelas atividades que se desenvolveram ligadas ao comércio exterior. Sob o domínio do café, a integração se deu numa única direção: os mercados compradores. Diferentemente do que ocorreu a partir da segunda metade do século XX, com a indústria exportadora internacionalizada e o comércio e os serviços de importação.

É importante ressaltar que essa trajetória não foi produto do acaso. Tem raízes na história. Dentre tantos que pensaram, ou mesmo sonharam, o Espírito Santo do século XX, aparece com destaque a figura do governador Muniz Freire, que governou o estado de 1892 a 1896. Na verdade, ele imaginou um Espírito Santo integrado por ferrovias, internamente e com o resto do país, tendo Vitória, a capital, como um centro comercial de amplitude internacional. Segundo Muniz Freire, o Espírito Santo estaria vocacionado para o comércio exterior e poderia ser um elo de ligação entre o território nacional e o mundo exterior.

O professor Carlos Teixeira, no seu livro “O Novo Arrabalde: Aspectos da Formação Urbana de Vitória”, revela com singularidade esse lado sonhador e idealizador de Muniz Freire. Segundo o autor, Muniz Freire, além de idealizar a integração territorial do estado, imaginou a Cidade de Vitória como elo central e catalisador do capital comercial gerado pela economia cafeeira. Essa “centralidade” o fez projetar o Novo Arrabalde, uma Vitória pensada à frente do seu tempo, planejada em detalhes e que pudesse acolher de forma eficiente as atividades comerciais ligadas principalmente ao porto.

É bom recordar que, no final do século XIX, a economia capixaba se resumia ao café na região sul, centrada em Cachoeiro; na cana-de-açúcar, nas proximidades de Vitória e em São Mateus, no norte. Essas regiões não se comunicavam entre si. Daí a ideia de integrá-las através de ferrovias e portos.

Assim surgiram os trechos de ferrovias de Vitória para Castelo, Marataízes e Cachoeiro, partindo, dessa última cidade, as conexões para Minas Gerais e Rio de Janeiro. De Vitória também partiria a ligação com Minas Gerais, pelo Vale do Rio Doce – futura Ferrovia Vitória-Minas. Logicamente, pouca coisa aconteceu efetivamente no seu governo. O

governador Jerônimo Monteiro, no início do século XX, por exemplo, foi executor de vários dos projetos do governo de Muniz. Outros foram se efetivando no decorrer do século. Hoje, o Espírito Santo não somente está integrado ao comércio internacional, mas, também, muito fortemente, ao mercado brasileiro. É dele que se alimentam grande parte das nossas pequenas e médias empresas nos vários arranjos produtivos.

Curiosamente, o Espírito Santo é o estado brasileiro que mais aumentou o seu intercâmbio com os outros estados no final do século XX. Conforme a Tabela 1, as suas vendas para o mercado interno, que correspondiam a 22% do PIB – Produto Interno Bruto, em 1975, passaram a representar 66%, em 1998. Isso significa 192% de aumento, conforme tabela abaixo. A média de participação das vendas interestaduais do país, nesse mesmo período, aumentou 68%.

Tabela 1 - Espírito Santo: Comércio Interestadual - % do PIB

Especificação	Anos		Variação (%)
	1975	1998	
Compras do ES	39,0	60,1	54,1
Vendas do ES	22,6	66,2	192,9
Saldo	-16,4	6,1	
Brasil	24,5	41,1	67,8

Fonte: PIB, IBGE, 1998.

O Espírito Santo não somente passou a ser superavitário na sua relação com o mercado externo, mas também com o mercado interno. Nossa economia tornou-se diversificada e complexa, e o “Novo Arrabalde”⁴ se transformou em metrópole. Ou seja, é possível ver na visão de Muniz Freire traços do Espírito Santo no século XXI.

Fica claro que, na sua história econômica, o Espírito Santo viveu alguns momentos onde se evidenciaram as intenções de seus governantes em construir as condições favoráveis ao crescimento econômico e, mais que isso, ao desenvolvimento econômico. Um dos exemplos marcantes ocorreu no governo de Jerônimo Monteiro, o qual, na mesma linha de Muniz Freire, no início do século XX, idealizou um projeto de desenvolvimento que tinha como base a industrialização do estado. Foi no seu governo que ocorreram investimentos industriais, com a participação estatal direta no setor têxtil e de açúcar.

Na verdade, é importante ressaltar que a frágil estrutura produtiva privada requeria, naquela época, um suporte maior que pudesse garantir um aporte mais significativo de recursos. O certo é que com Jerônimo Monteiro idealizou-se um projeto para o Espírito Santo e geraram-se instrumentos adequados de intervenção, compatíveis com o momento histórico.

O sonho de Muniz Freire e o espírito empreendedor de Jerônimo Monteiro retornaram, em meados do século XX, com Jones dos Santos Neves. No governo de Jones dos Santos Neves, na década de 1950 (VASCONCELOS, 1995, p.146), podemos identificar também a

idealização de um projeto para o Espírito Santo e, por conta dele, trabalhou-se principalmente para que fossem geradas as condições indispensáveis para a sua implementação: uma infraestrutura adequada. Assim, investimentos em energia elétrica, rodovias e portos foram considerados fundamentais, bem como o aparelhamento do estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro.

Ressalta-se que, ao iniciar-se a crise do café, já em meados da década de cinquenta, a indústria capixaba era ainda muito incipiente. O valor da produção industrial atingia apenas 0,7% do valor da produção nacional e se resumia ao gênero produtos alimentares, respondendo, aproximadamente, por 76% do valor bruto total da produção industrial (ROCHA e MORANDI, 1981, p.78) Mesmo assim, as atividades estavam concentradas, principalmente, no beneficiamento de café.

No mesmo curso “jonista” e respaldado, principalmente, em lideranças empresariais, sob a tutela da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, um projeto mais consistente é gerado e implementado no período de governo do Dr. Cristiano Dias Lopes, na década de 1960. Com Dias Lopes, é traçada uma nova trajetória para a economia estadual, bem como são concebidos os principais instrumentos de uma política de desenvolvimento. Deve-se atentar para o fato de que a economia capixaba passava nessa década por uma das maiores crises, em função da queda dos preços do café e da conseqüente erradicação dos cafezais.

É bom lembrar que, em 1950, o café era a atividade principal para 75% das propriedades (ROCHA e MORANDI, 1981). Ainda segundo Haroldo e Morandi, nesse mesmo ano, a agricultura representava 50% do total da renda interna gerada no estado, sendo que, da renda agrícola, o café representava 64%, o que equivalia a 35% da renda total da economia. Esse era o peso do café tanto para a economia como um todo, como também para a ocupação da maioria da população capixaba.

A ideia de se buscar na industrialização a forma de sair da monocultura cafeeira remonta à visão de Muniz Freire, o pragmatismo de Jerônimo Monteiro e continua presente no primeiro governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, iniciado em 1947, no governo de Jones do Santos Neves, no início da década de cinquenta e no segundo mandato de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, eleito em 1958.

O governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, por exemplo, no seu primeiro mandato, instituiu incentivo tributário específico para novas indústrias que se instalassem no Espírito Santo. Já no seu segundo mandato, no final da década de cinquenta, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, como era chamado, introduziu o mecanismo de planejamento governamental como forma de preparar o Espírito Santo para a passagem para a era industrial. Foi ele que institucionalizou o planejamento na gestão de governo.

Talvez o evento de maior expressão simbólica do governo do Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg tenha sido a realização de um seminário que versou sobre o futuro do desenvolvimento do Espírito Santo, denominado na época como Seminário de

Desenvolvimento. Esse seminário aconteceu em 5 de fevereiro de 1960. Contou com a participação de técnicos do Espírito Santo e consultores externos (VASCONCELOS, 1995, p. 215). Ressalta-se que, naquela época, o estado dispunha de um grupo de técnicos que se preocupavam em desenhar um novo futuro para o Espírito Santo. Estes se abrigavam na recém-instituída Federação das Indústrias do Espírito Santo, sob a liderança do empresário Américo Buaiz.

As estratégias e diretrizes traçadas nesse seminário seriam retomadas posteriormente no governo de Cristiano Dias Lopes. No entanto, mais especificamente, os balizadores do seu governo foram extraídos de um diagnóstico elaborado no ano de 1966, sob a coordenação de José Arthur Rios, consultor contratado para organizar os trabalhos (ROCHA e MORANDI, 1981, p. 37). O desafio era então encontrar saídas para a forte crise da agricultura, em especial do café, que já provocara um enorme êxodo rural e, por consequência, um acelerado processo de urbanização, com concentração nos municípios da Grande Vitória.

Os trabalhos coordenados por Arthur Rios só fizeram reiterar a necessidade do Espírito Santo buscar, como alternativa econômica, a industrialização.

É no governo de Cristiano Dias Lopes que são criados os principais instrumentos de política de desenvolvimento, bem como implantado todo um aparato voltado ao fomento e apoio do desenvolvimento. Nasce assim o FUNRES (Fundo de Recuperação do Espírito Santo), o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) e incentivos específicos de cunho fiscal de bonificação de ICMS. Do lado institucional, foi criada a CODES, transformada posteriormente em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, hoje BANDES. Todos esses instrumentos institucionais de política de desenvolvimento existem até hoje.

Podemos classificar o período de governo de Cristiano como um período de inflexão, pelo fato de representar, de certa forma, uma ruptura do modelo de crescimento anterior. Trata-se de um momento de mudança da trajetória, que acaba servindo de base para a inserção da economia capixaba na economia brasileira, na década de setenta, articulada e conduzida, na primeira fase, pelo governador Arthur Carlos. Já nessa outra fase, novos atores entram no processo, alguns deles ligados a capitais estatais (da União), outros do exterior. Estamos na era dos chamados Grandes Projetos. Na década de setenta, a nossa economia cresceu a uma taxa média anual em torno de 11%, principalmente devido ao crescimento industrial.

Nesse sentido, no governo de Arthur Carlos G. Santos, o foco central passa a ser a inserção do Espírito Santo no curso das transformações pelas quais passava a economia brasileira. Houve um esforço de aparelhamento da infraestrutura para qualificar o território capixaba enquanto *locus* capaz de receber grandes investimentos de origem externa e estatal. É importante ressaltar que, no início da década de setenta, a economia brasileira está a pleno vapor, apresentando altas taxas de investimento, especialmente em setores produtores de insumos básicos ou que pudessem aumentar as nossas exportações.

Em resumo, o Governo de Arthur conduziu o Espírito Santo para a sua inserção no Segundo PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, sobretudo, no campo das articulações que culminaram com a vinda para o Espírito Santo de grandes empreendimentos como a Aracruz Celulose e a CST. A sustentação da estratégia traçada pelo governo de Arthur estava na percepção de que o desenvolvimento da economia capixaba teria que passar necessariamente por uma articulação e inserção maior com a economia nacional. Até então, os elos que ligavam a economia local à nacional eram tênues e se resumiam ao café e ao minério.

O Espírito Santo foi um dos poucos estados brasileiros a dispor de uma política industrial e de desenvolvimento, através da utilização de instrumentos como incentivos fiscais e de fomento, como o FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias e outras formas de incentivo a partir do ICMS. Para operar tais instrumentos, foram criadas instituições como o Bandes e o GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo. Refiro-me à experiência iniciada com o governo de Cristiano e que acabou por consolidar mais tarde alguns arranjos produtivos locais importantes, bem como consolidou as atividades portuárias de importação e exportação.

Entretanto, há um marco decisivo nesse processo de internacionalização da economia capixaba que está ligado à construção do Porto de Tubarão. Nesse contexto, surge a figura de um grande estrategista, Eliezer Batista. Foi ele que melhor soube compreender o momento preciso e a forma de inserção da economia capixaba no contexto da economia internacional. O Porto de Tubarão, localizado na parte norte do Município de Vitória, também denominada Ponta de Turbarão, representa um salto de visão de futuro e de uma nova escala de comércio, muito bem percebida por Eliezer Batista. O Porto de Tubarão constitui um marco divisório de dois períodos da histórica econômica do Espírito Santo: antes de Tubarão e depois de Tubarão. Também representa uma mudança radical de escala de operação da economia capixaba.

A partir de Tubarão, a economia capixaba ganha outra dimensão, outra escala; mais global e mais competitiva no campo da produção e logística de *commodities*. Abre também espaço para outros empreendimentos ligados ao setor minero-siderúrgico.

Segundo Rocha e Morandi (1981), o setor industrial, puxado pela indústria de transformação e a construção civil, passa a ditar o dinamismo da economia.

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA CAPIXABA NO FINAL DO SÉCULO XX

O Espírito Santo mudou muito nos últimos quarenta anos. De um estado praticamente agrícola e com grande dependência da cultura do café, na primeira metade da década de 1960, transformou-se num estado com uma indústria e um setor de serviços e comércio fortemente ligados ao comércio internacional. Graças a sua localização geográfica e suas

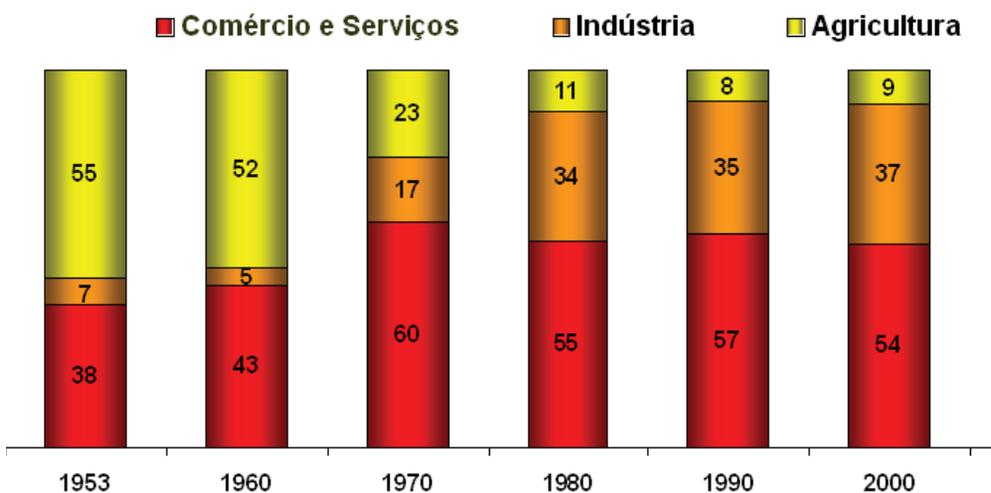
aptidões naturais para a implantação de portos, grandes projetos voltados para o mercado exterior foram implantados, principalmente a partir da década de 1970.

O setor industrial que, em 1960, respondia por aproximadamente 7% do PIB (Produto Interno Bruto), em 1970, chega a representar 17%, para em 2004 atingir 44%. Em sentido inverso, o setor agrícola, o qual participava em 50% do PIB em 1960, apresenta um percentual inferior a 5% em 2004. Já o setor de comércio e serviços que, em 1960, detinha uma participação de 43%, passa, em 2004, a representar 51% da riqueza produzida no estado.

De acordo com a nova metodologia adotada pelo IBGE, mas que ainda não está retratada nos números aqui utilizados, o setor terciário já chega a responder por aproximadamente 65% do PIB.

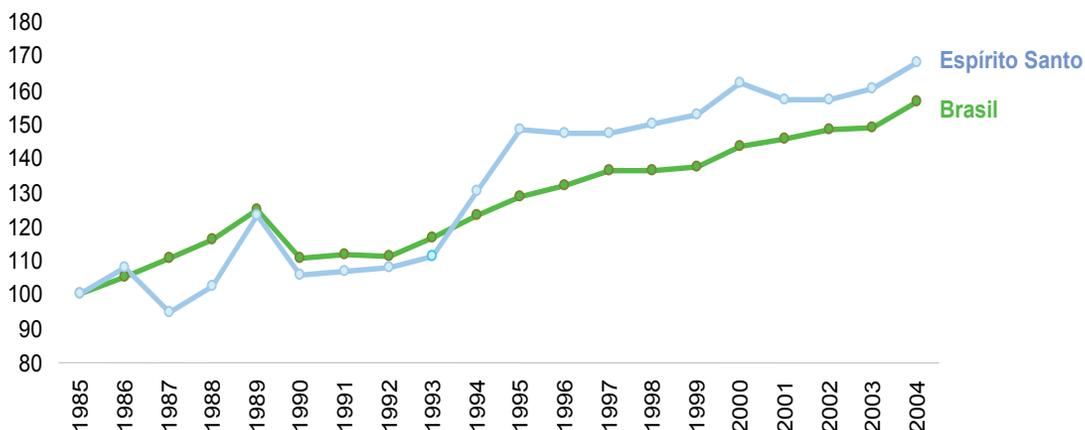
Conforme o Gráfico 1, de 1970 a 2005, a economia capixaba apresentou um crescimento médio anual de 5,9%, contra 3,9% da economia brasileira. No entanto, é na década de 1970 que o diferencial de taxas apresenta-se maior. Enquanto o Espírito Santo cresceu a uma taxa média anual de 14,2%, o Brasil cresceu a 9,6%.

Gráfico 1 – Participação (%) dos Setores na Economia do Espírito Santo (1950 – 2005)



Fonte: IBGE, 2006.

Nas décadas de oitenta e noventa, as taxas de crescimento caem tanto para a economia brasileira, quanto para a capixaba. Mesmo assim, o Espírito Santo continua a manter um ritmo melhor do que o da economia nacional. A década de oitenta foi a pior das décadas, tanto para o Espírito Santo quanto para o Brasil – 3,7% para o Espírito Santo contra 1,9% para o Brasil (Gráfico 2). Ainda em ritmo lento, na década de noventa, a liderança do Espírito Santo se mantém.

Gráfico 2 – Crescimento Real do Espírito Santo em Relação ao PIB

Fonte: IBGE, 2006.

Durante esse período, intensificou-se o processo de internacionalização da economia, sobretudo com o crescimento das atividades de importação, pouco acionadas em períodos anteriores. Isso foi possível através da utilização de mecanismo de incentivo denominado FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, criado no início da década de setenta.

A quase totalidade das importações foi feita ao abrigo do FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, um benefício de natureza financeira. O FUNDAP foi criado no início da década de setenta no governo de Cristiano Dias Lopes. As empresas importadoras ou aquelas que operam para importadoras podem se beneficiar de parcela do montante pago sob a forma de ICMS, o qual retorna a estas na forma de financiamento de longo prazo (25 anos), juro de 1% ao ano e sem correção monetária. O sistema FUNDAP foi o grande responsável pelo desenvolvimento das atividades portuárias de importação. Através dele, o Espírito Santo qualificou-se em termos empresariais e infraestrutura de serviços para comércio exterior.

Todas essas mudanças ocorridas na economia repercutiram fortemente na distribuição territorial da população, nos investimentos públicos, nas estruturas dos governos estadual e municipal, nas bases tributárias, nas demandas da sociedade. Enfim, mudanças aconteceram de maneira rápida e também de forma profunda. Também mudaram as relações, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, da economia capixaba com a economia brasileira e internacional. A economia capixaba se apresenta hoje como uma economia globalizada e também mais integrada com a economia nacional.

Essa trajetória mais recente da economia capixaba foi marcada fortemente pelos grandes

empreendimentos industriais ligados ao complexo minero-siderúrgico e à celulose, que funcionaram tanto como sustentáculo do seu dinamismo, como também serviram de base para um amplo processo de diversificação e especialização comercial e de serviços. Esses grandes empreendimentos foram importantes ainda para o desenvolvimento de atividades econômicas de características mais locais, as quais se transformaram em verdadeiros arranjos produtivos. É o caso do mármore e granito, da indústria de confecção, da indústria de móveis, do turismo, da indústria metalomecânica, dentre outras.

Hoje, o Espírito Santo vive um momento novo, talvez impar na sua história. As descobertas de gás e petróleo no seu litoral, os investimentos em expansões por parte das grandes empresas ligadas ao complexo minero-siderúrgico e à produção de celulose, e o dinamismo que vem alcançando alguns dos arranjos produtivos locais reforçam os sinais de que o estado está entrando num novo ciclo de desenvolvimento. Aliado a isso, um novo e saudável ambiente político e institucional passa a funcionar como fator de atração de novos negócios.

Como explicar essa boa performance? Como destacamos, na década de sessenta, éramos ainda uma economia incipiente. Mudanças mais profundas começam a ocorrer na segunda metade da década de sessenta, principalmente em razão da adoção de políticas consistentes de incentivos à industrialização.

Em 1970, a indústria responde por 17% do PIB. Por outro lado, a agricultura cai drasticamente para 23%, de um patamar de 50% registrado em 1960. Essa forte mudança está intimamente ligada à crise cafeeira, a qual culminou com a erradicação de extensas áreas plantadas. Todavia, a grande reviravolta estaria ligada ao crescimento mais acelerado da economia brasileira, com viés industrial.

É nesse momento que a economia capixaba passa se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, através dos chamados grandes projetos, a começar pela expansão da CVRD, com o Complexo de Tubarão, seguido pela Aracruz, Samarco e CST. Portanto, podemos creditar esse segundo salto à inserção da economia capixaba na lógica da economia brasileira. Nesse aspecto, o Espírito Santo deixa de ser economia agrícola e comercial provinciana e passa à era industrial, globalizada.

Não podemos deixar de destacar a política de incentivos para o desenvolvimento do estado. Não há dúvida de que os incentivos fiscais criados, em especial o FUNRES, representaram um papel importante na formação e consolidação de alguns arranjos produtivos locais. Estamos nos referindo a investimentos incentivados nos segmentos da agroindústria, mármore e granito, turismo, confecção, metal-mecânico e mais recentemente no setor moveleiro. Devemos destacar, também, o FUNDAP, os investimentos estratégicos em infraestrutura de operação, as EADI (Entrepósito Aduaneiro de Interior) e os investimentos em atividades produtivas.

QUESTÃO REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

O rápido crescimento econômico provocou alterações na distribuição espacial da riqueza produzida, na dinâmica populacional e no desempenho tributário dos municípios e regiões. Regiões mais próximas ao litoral, por exemplo, passaram a concentrar população e riqueza, em detrimento das demais. Isso revela também que transformações estruturais e espaciais aconteceram num prazo de tempo relativamente curto.

Portanto, as transformações de natureza estrutural possibilitaram um rearranjo da estrutura produtiva estadual do ponto de vista regional. A acelerada urbanização, motivada, de um lado, pela desestruturação da base agrícola, na década de sessenta, seja por um processo de modernização conservadora, seja pela crise que se abateu no campo, sobretudo, sobre o café e, por outro lado, pelo efeito atração do próprio processo de industrialização, fez emergir os desequilíbrios internos (inter-regionais), constituindo um quadro de desigualdades regionais.

A ordem de grandeza dessas mudanças pode ser avaliada pela simples leitura de diversos indicadores socioeconômicos, como população, consumo de energia, número de veículos, investimentos públicos e privados, desempenho espacial dos diversos setores econômicos, geração de tributos (ICMS) e indicadores de qualidade de vida, como mortalidade infantil, índice de indigência, etc. Regiões, por exemplo, como a Microrregião Sul do estado, que tem o Município de Cachoeiro de Itapemirim como seu núcleo de maior importância, vem passando por um processo de retração econômica, populacional e dos níveis de qualidade de vida.

Quanto à participação relativa de cada macrorregião na produção da riqueza estadual (PIB) no período que vai de 1970 a 2005, observa-se que a concentração maior do crescimento econômico se dá na região macrometropolitana, a qual congrega a região metropolitana propriamente dita e a região serrana sob sua influência. Assim, a microrregião metropolitana que produzia 55% da riqueza do estado em 1970, passa a produzir 63% em 2005.

O movimento da população também acompanha a dinâmica econômica. Nesse aspecto, a região macrometropolitana tem sua população relativa aumentada, não acontecendo o mesmo com as demais regiões.

É interessante observar que o movimento mais forte da população em direção à Grande Vitória aconteceu ainda na década de 1960, quando essa região apresentou um incremento da população de 96%. Nessa década, Vila Velha foi o município que apresentou a maior taxa de crescimento de sua população (123%).

O movimento ocorrido na década de sessenta tem a ver com a desestruturação da agricultura capixaba ou, mais precisamente, com a erradicação dos cafezais. Já na década de setenta, a motivação para a continuidade do processo de concentração da população na Grande Vitória estaria no processo de industrialização da região. Decorre daí o fato do Município de Serra apresentar um percentual altíssimo de crescimento da população: 378%.

A Tabela 2 apresenta de forma resumida indicadores de distribuição de diversas variáveis, dentre as quais a distribuição do ICMS, tomando como referência o valor adicionado fiscal – VAF – de cada município (Mapa 1). A Região Metropolitana foi responsável, em 2000, pela geração de 63% do PIB do estado e recebeu o correspondente a 62% do ICMS gerado.

Tabela 2 – Espírito Santo: Indicadores de Participação Regional (em %)

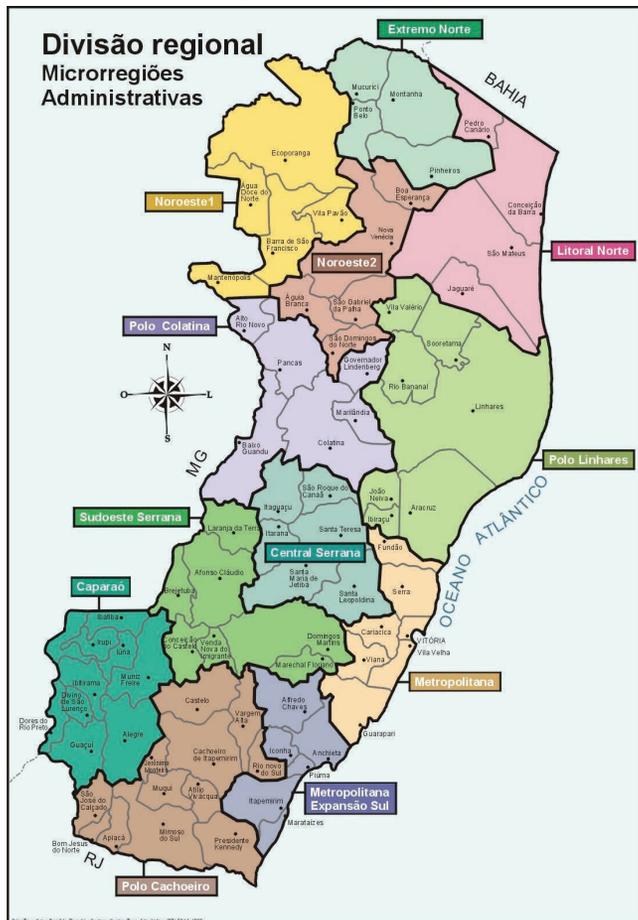
Região	Variáveis							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Macro Sul	18,00	8,00	11,90	15,60	6,00	7,50	8,30	16,56
Micro Pólo Cachoeiro	10,00	6,50	8,70	10,70	6,00	7,25	6,40	10,81
Micro Caparaó	8,00	1,50	3,20	4,90	0,00	0,25	1,80	5,75
Macro Metropolitana	47,00	82,80	71,10	65,10	88,60	83,95	79,90	49,48
Micro Metropolitana	5,00	62,20	49,90	46,40	79,30	33,72	63,00	40,53
Micro Polo Linhares	14,00	13,60	10,00	7,70	6,70	22,17	9,10	8,96
Micro Metropolitana Exp. Sul	10,00	3,70	3,50	3,80	1,30	27,30	4,30	8,63
Micro Central Serrana	10,00	1,50	3,50	3,20	1,30	0,04	1,60	3,74
Micro Sudoeste Serrana	8,00	1,80	4,20	4,00	0,00	0,72	1,90	4,88
Macro Noroeste	29,00	6,30	11,90	12,50	4,60	1,66	6,20	14,78
Micro Polo Colatina	5,00	4,10	5,90	5,70	3,30	1,38	3,30	5,72
Micro Noroeste I	14,00	0,70	2,50	3,10	0,00	0,04	1,20	4,44
Micro Noroeste II	10,00	1,50	3,50	3,70	1,30	0,24	1,80	4,62
Macro Norte	19,00	3,10	5,10	6,70	0,70	6,89	5,60	10,55
Micro Litoral Norte	11,00	2,60	3,80	5,10	0,70	6,88	4,70	7,97
Micro Extremo Norte	8,00	0,50	1,30	1,60	0,00	0,01	0,80	2,58
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE 2006, cálculos do autor.

Observação:

- 1 Área
- 2 Valor Adicionado Fiscal – ano de 2000
- 3 IPM no ICMS – ano de 2000
- 4 População – 2004
- 5 150 maiores empresas – 2000
- 6 Investimentos previstos para o período de 2005-2010
- 7 PIB municipal – 2002
- 8 Participação no total de pobres do estado- 2000

Mapa 1 – Divisão Regional do Espírito Santo



O processo concentrador ainda persiste nos primeiros anos do século XXI. Produção e população tendem a crescer mais no litoral do que no interior do estado. A concentração do PIB e da população continua presente nas cidades com população acima de 200 mil habitantes. Todavia, na faixa de extrato de municípios com população entre 20 mil e 30 mil habitantes é observada uma variação significativa no PIB.

BUSCA DE EXPLICAÇÕES

Para uma melhor compreensão da questão das desigualdades regionais e entendê-las nas especificidades do Espírito Santo, é importante, primeiramente, fazer-se uma incursão nos distintos enfoques teórico-explicativos disponíveis, pois podem facilitar o reconhecimento e entendimento dos processos de desigualdade inter-regional numa dimensão mais geral.

Segundo Hoffmann (1997), podem ser distinguidas duas vertentes teóricas que intentam explicar o fenômeno da desigualdade entre regiões. A primeira vertente é de inspiração neoclássica e apresenta como explicação o isolamento de uma ou mais regiões. Infere-se daí que a solução para a redução das disparidades entre regiões ou países estaria na abertura comercial e dos canais de comunicação. As ramificações dessa concepção teórica podem ser identificadas, por exemplo, na teoria neoclássica da igualação da remuneração dos fatores, no modelo de aproveitamento dos recursos naturais no espaço e também na teoria do dualismo estrutural.

A segunda vertente, ainda segundo Hoffmann (1997), busca as causas das desigualdades regionais nas relações econômicas e sociais produzidas entre as regiões, cujos desníveis de desenvolvimento têm sido forjados historicamente. Como ramificações desta, podem ser classificadas a “teoria da causação circular cumulativa e as variadas interpretações da teoria do colonialismo interno”.

O primeiro grupo de teorias tem como fundamento o princípio de que a mobilidade perfeita dos fatores de produção entre países e regiões teria como consequência a igualação da remuneração dos mesmos, eliminando-se assim as desigualdades. Em síntese, a origem do intercâmbio entre regiões teria como explicação exatamente a diferenciação na dotação de fatores entre regiões.

Essa concepção pode ser vista como mais forte hoje que no passado, basta analisar as políticas que, à luz do neoliberalismo, pregam a eliminação das barreiras interpaíses e intrapaíses. Nessa visão, o problema do subdesenvolvimento somente seria resolvido com a eliminação das barreiras à mobilidade dos fatores.

A origem dessa linha teórica é apresentada por Eli Hecksher e Bertil Ohlin⁵, com a finalidade de analisar os efeitos do comércio internacional na distribuição de renda por habitante dos países. Hecksher e Ohlin, economistas da chamada escola sueca, acabaram produzindo o que ficou sendo conhecido como o Teorema Hercksher-Ohlin. A essência do desenvolvimento do teorema parte da constatação da existência de aportes diferentes de recursos humanos e de capital entre os diferentes países, chegando a admitir que uma mobilidade perfeita de fatores em escala mundial levaria à igualação dos preços absolutos de fatores em todo o planeta. Esse raciocínio também poderia ser transplantado à escala regional (regiões de uma nação).

A conclusão mais lógica dessa corrente é de que as chamadas políticas regionais de desenvolvimento, justamente aquelas que teriam como objetivo eliminar as desigualdades, não teriam sentido algum; muito pelo contrário, poderiam, sim, intensificá-las.

Já a segunda vertente reconhece a instância histórica como uma determinante fundamental dos processos de desigualdades. Como expressa Hoffman (1997, p.282): “el sistema capitalista esta compuesto de subsistemas nacionales con especificaciones y formas propias de inserción en el sistema de orden superior”.

Esse segundo grupo de teorias pode ser desdobrado em correntes relativamente distintas

ou, para alguns, profundamente distintas. A primeira admite que a questão da desigualdade é inerente ao modo de funcionamento da economia de mercado, sem penetrar na discussão do mesmo. Ou seja, não se discute se o funcionamento do mercado implica em relação de exploração; enfoque que é ressaltado pela segunda corrente. Essa, sim, expõe claramente as relações entre exploradores e explorados, nitidamente fundamentada na análise marxista.

Especificamente no Brasil, a Questão Regional tem sido objeto de análise sob diferentes enfoques. Enquanto alguns buscaram analisar o processo de formação histórica das diversas regiões do país, inclusive o processo de integração do espaço nacional, a exemplo de Celso Furtado (1959), Wilson Cano (2007); outros enveredaram pelo campo da intervenção do Estado, na perspectiva de que através de intervenções planejadas (planejamento regional), as desigualdades pudessem ser minimizadas ou até eliminadas.

Não há dúvidas de que, especialmente a partir da década de noventa, a abertura da economia brasileira associada ao processo de globalização tem alterado os critérios de escolha dos pontos de destino do fluxo de investimentos. Isso tem acarretado um rearranjo espacial dos focos de atração, onde a tendência parece apontar para uma intensificação das desigualdades inter e intrarregionais. Tudo indica, por exemplo, que o Espírito Santo está sendo diretamente afetado pelas mudanças de “focos” ou de “eixos de desenvolvimento” no contexto recente da economia brasileira, ao mesmo tempo em que, internamente, ampliam-se as desigualdades entre as macro e microrregiões.

Parece crer que o fenômeno da abertura econômica e a globalização tendem a redefinir as relações interespaços; privilegiam alguns e repelem outros. Os “repelidos” o são pela fragilidade das suas ligações com as demais regiões e principalmente com o mundo. Isso pode explicar, por exemplo, o isolamento ou enfraquecimento de determinadas regiões. No Espírito Santo, a região sul poderia se encaixar nessa situação.

Sob a ótica espacial mais geral e considerando a configuração do espaço econômico brasileiro, a trajetória de desenvolvimento passa por várias fases, as quais, segundo Guimarães (1997), podem ser assim classificadas:

- a fase do *isolamento relativo*, fundado nos antigos complexos exportadores, cuja existência chegou ao limiar no século XX. Para o Espírito Santo, significou a ocupação e formação de grande parte do seu território. Decorre desse período, a formação da “centralidade” (domínio de espaço econômico) de Cachoeiro de Itapemirim. Essa centralidade foi alimentada pela construção de ferrovias que integravam a cidade de Cachoeiro ao Rio de Janeiro e aos municípios vizinhos;
- a fase de *articulação comercial* que também ensejou o surgimento e consolidação da indústria brasileira, chegando até a década de 60. O Espírito Santo inseriu-se apenas periféricamente, enquanto base primário-exportadora, com o café e minério;
- a fase de *integração produtiva*, na década de setenta e com maior intensidade na década de oitenta. Nessa fase, o Espírito Santo integra-se nacionalmente a partir dos chamados grandes projetos.

Assim, diferenciação regional mais intensa tem seus fundamentos assentados mais fortemente na fase do isolamento, quando toda a infraestrutura e o esforço econômico estão concentrados nos complexos exportadores regionais. Num segundo momento, já na segunda fase, a fase de formação do mercado interno, as diferenciações regionais se ajustam e se constrói a partir do núcleo central integrador da economia nacional, o sudeste. Os mercados regionais se integram na lógica a partir desse núcleo.

Segundo Guimarães (1996), o processo de desconcentração que ocorre de meados da década de setenta e vai até os meados da década de 1980 tem relação direta com o processo de integração produtiva. No entanto, a partir de meados de oitenta, por fatores ligados à própria crise econômica e ao enfraquecimento do estado – crises fiscal e financeira –, dá-se início a uma nova fase que pode ser caracterizada como indefinida sob a ótica da concentração e desconcentração espacial, caracterizada por Guimarães como nem de concentração nem de desconcentração.

Aqui podemos inserir o Espírito Santo. Primeiro, na década de setenta, quando este se integra à economia brasileira, no bojo do II PND. Já na década de oitenta, o Espírito Santo não faz senão manter-se seguindo o impulso inercial da década anterior.

Com relação ao período chamado “indefinido” – década de 1980 - dois autores se apresentam, Diniz (1996), que estende o espaço nucleador da fase anterior – o Sudeste – até o Centro Sul; e Pacheco (1998), que trabalha com a perspectiva de um processo de fragmentação econômica do território nacional, já admitindo a existência de subespaços com especializações específicas e sem muito atrelamento com o núcleo dinâmico central (São Paulo) e mais “plugados” numa economia globalizada.

Talvez o aspecto mais relevante dessas duas abordagens esteja na ruptura da forma corrente de visualizar a questão regional. Até então, ressaltava-se a escala macrorregional do desenvolvimento, retratada nas tradicionais regiões nordeste, sudeste, norte, centro-oeste e sul. Enquanto Diniz (1996) resalta o papel de setores chamados dinâmicos, sobretudo aqueles que estão na liderança do processo de reestruturação da economia em escala mundial. Para ele, os fatores competitivos sistêmicos desempenham um papel fundamental nas decisões de localização. Em síntese, a incorporação do que se chama novo paradigma tecno-econômico por parte do parque industrial brasileiro redefine e reorienta a estrutura produtiva sob o ponto de vista espacial.

Pacheco (1996) trabalha num enfoque mais projetivo dos efeitos decorrentes do processo de globalização e inserção produtiva em escala mundial. A perspectiva de segmentos dinâmicos localizados operando em circuitos comerciais superiores, sobretudo ligados ao comércio internacional, pode proporcionar um processo de reconcentração espacial especializada. Nesse aspecto, é possível perceber uma tendência de aumento da heterogeneidade dentro dos limites de região.

A versão de Pacheco (1996) parece se aproximar mais de uma explicação convincente para a nossa realidade mais recente, sobretudo, na década de noventa. Com certeza, aí estaria a

explicação para uma situação de fragmentação do espaço regional no Espírito Santo.

PLATAFORMA PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

A economia capixaba, sem dúvida, continua crescendo a taxas que podem ser consideradas altas para os padrões do Brasil.

A dinâmica econômica dos primeiros anos da primeira década do século XXI pode ser avaliada a partir de alguns indicadores como consumo de energia, arrecadação de tributos, compra de automóveis, etc. A Tabela 3 mostra alguns desses indicadores, onde o Espírito Santo se destaca da média nacional.

Tabela 3 - Indicadores da Dinâmica Capixaba: Variação no Período 2002-2006 (%)

Discriminação	ES	BR	ES/BR
Consumo Residencial de Energia	26,8	17,8	50,6
Arrecadação de ICMS	113,7	62,1	83,1
Venda de Veículos	66,5	28,7	131,7
Emprego Formal	28,5	20,5	39,0

Fonte: IBGE, 2006.

Essa positiva performance da economia pode ser vista como resultante da retomada da capacidade de investimento do setor público e da forma como este se posiciona diante do futuro, principalmente a partir de 2003.

Podemos avaliar que tanto a sustentabilidade quanto a capacidade de aceleração da economia estadual, como também a dinâmica econômica das regiões, estão assentadas nos grandes complexos nucleados e forjados a partir dos grandes projetos – minero-siderúrgico e madeira e celulose – e todo o aparato de infraestrutura e logístico que os cercam – portos, ferrovias, aeroporto, etc. Eles é que formam a “massa” de atração e também funcionam como elementos difusores de inovação através de efeitos diretos e indiretos.

Não há como dissociar, por exemplo, os avanços no setor madeireiro – silvicultura, produção de artefatos de madeira e indústria moveleira – do complexo silvícola e industrial da Aracruz Celulose. Pode-se afirmar o mesmo com relação aos setores metal mecânico e de prestação de serviços industriais especializados, com forte ligação com o complexo minero-siderúrgico. Indo um pouco mais além, mesmo que tais complexos representem vulnerabilidade em relação às crises externas, principalmente em relação ao valor bruto da produção, causados pelas oscilações de preços e quantidades produzidas, são mantidos os níveis de emprego e renda, pois o horizonte de cálculo destes investimentos vai além do curto e médio prazo.

Em termos de perspectiva, não seria despropósito afirmar que a economia capixaba se encontra atualmente diante de um processo de transformação que a alçará a um novo patamar de complexidade, diversidade e integração interna e externa – nacional e internacional. Já

podemos perceber sinais nítidos de uma “nova” economia capixaba, a qual, sem se desgarrar do seu passado ou mesmo negá-lo, incorpora novos valores e abre novas frentes de expansão. Na verdade, ela emerge da velha economia, que a molda nos seus fundamentos e trajetória, mas a distingue na sua capacidade de aprendizado e de avançar.

É comum não darmos conta de perceber o novo que acontece ao nosso redor, em qualquer campo de observação. No mundo econômico, não é diferente. As transformações são tão rápidas que o novo passa despercebido ao ser incorporado no curso do dia-a-dia. Além disso, muitas vezes, os resultados demonstrados em números não refletem de forma clara e objetiva as mudanças que ocorrem nas entranhas do mundo produtivo, em especial, aquelas de natureza qualitativa. No mundo produtivo capixaba, muita coisa nova está acontecendo, seja na agricultura, na indústria, nos serviços ou nas grandes empresas.

Essa nova economia capixaba pode ser vista, por exemplo, através do setor de mármore e granito, o qual se apresenta hoje como um arranjo produtivo maduro, capaz de enfrentar mercados exigentes. Ou de um setor moveleiro que, de forma surpreendente, também se abre aos mercados de outros países, integrando-se a lógica exportadora da economia capixaba através da incorporação de tecnologias, capacidade empreendedora e processos inovadores de produção. O mesmo acontecendo com o setor metalomecânico.

Não há como deixar de registrar também o mosaico de iniciativas inovadoras que acontecem na agricultura capixaba, seja na sua tradicional cultura, o café, seja na fruticultura, na avicultura, na aquicultura, etc. Além disso, numa nova relação, as grandes empresas e os grandes negócios colocam-se mais presentes e mais parceiros no processo de construção dos fundamentos dessa nova economia capixaba. É nessa lógica que vemos também o novo “grande negócio” chamado gás e petróleo. Dele poderemos tirar muito proveito, não somente em termos de oportunidades de emprego e renda, mas principalmente no que esse novo negócio poderá gerar de base tecnológica e capital humano avançado, aquele que fará a diferença no futuro bem próximo. E será exatamente pela estratégia de diferenciar-se, de qualificar-se para o novo e através do novo que a economia capixaba encontrará o seu espaço no contexto de um mundo cada vez mais competitivo.

Há uma percepção, no entanto, de que tanto a sustentabilidade, quanto a capacidade de aceleração da economia estadual estão assentadas nos grandes complexos nucleados e forjados a partir dos grandes projetos – minero-siderúrgico e madeira e celulose – e todo o aparato de infraestrutura e logístico que os cercam – portos, ferrovias, aeroporto, etc. Eles é que formam a “massa” de atração e também funcionam como elementos difusores de inovação através de efeitos diretos e indiretos.

Esse novo ciclo está esboçado no Projeto de Desenvolvimento do Espírito Santo para os próximos vinte anos – o ES 2025⁶ elaborado através de um processo de parceria e cooperação entre o Governo do Estado, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, sob o patrocínio da Petrobrás, e que contou com as participações da sociedade organizada, de entidades representativas do setor privado e instituições públicas. O Novo Ciclo pressupõe uma integração mais forte e mais competitiva da economia estadual nos âmbitos nacional e internacional.

NOTAS

- 1 Trata-se da discussão feita no início do capítulo I, quando fica explicitado que “os fatos econômicos resultam do comportamento econômico... definido como comportamento dirigido para a aquisição de bens” (p.9). Em seguida, “como falamos dos fatos econômicos em geral, assim o fazemos com o desenvolvimento econômico”.
- 2 Muniz Freire foi governador do Espírito Santo em dois mandatos: no período de 1892 a 1896 e entre 1900 a 1904. Muniz Freire foi responsável pelo primeiro projeto de desenvolvimento do Espírito Santo com visão de longo prazo. Imaginou o Espírito Santo integrado internacionalmente e internamente, moderno e diversificado economicamente; projetou e construiu ferrovias como a que liga Vitória a Cachoeiro de Itapemirim e o trecho de Vitória a Colatina, o que seria a atual Vitória Minas.
- 3 São municípios situados no extremo do litoral norte do Espírito Santo, os quais, no período colonial, foram mantidos como um núcleo praticamente isolado da capital do estado. No entanto, esse isolamento não impediu que lá fossem desenvolvidas atividades econômicas, mesmo que incipientes, dentre as quais a de produção de farinha de mandioca, com base na mão de obra escrava, atendendo principalmente o mercado do Estado da Bahia, sobretudo da Capitania de Porto Seguro.
- 4 “Novo Arrabalde” foi um projeto de cidade idealizado por Muniz Freire sob a inspiração de Paris, tida, na época, como a “cidade luz”.
- 5 Esses dois autores suecos produziram, na primeira metade do século XX, a primeira alternativa ao modelo ricardiano (David Ricardo, economista Inglês) das vantagens comparativas entre nações. A primeira aproximação ao modelo foi produzida por Heckscher em 1919, o qual foi melhorado por Ohlin em 1933. Posteriormente, Poul Samuelson, renomado economista americano, em 1948, reuniu as duas contribuições dando-lhes um formato de aplicação. Em 1991, mais precisamente em 17 de junho, The MIT Press publicou os textos originais dos dois autores suecos.
- 6 O ES 2025, o Plano de Desenvolvimento do Estado, foi elaborado em 2005. Trata-se de um plano de longo prazo que a partir da construção de uma visão de futuro focada em 2025 delineou estratégias e um portfólio de projetos capazes de tornar essa visão em realidade.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS JR, C. T. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970**. Campinas: Editora UNESP, (3ª edição) 2007.
- DINIZ, E. Estratégias Empresariais, Crise e Reforma Liberais: uma análise comparada da América Latina no limiar dos anos 90, **ARCHE**, n.7, p.67-94, 1994.
- DINIZ, C. Campolina; CROCCO, Marco A. Reestrutura Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira, **Nova Economia**, vol.6, n.1, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Ciclos econômicos e desigualdade regional no Brasil. Campinas, Encontro Nacional de Economia – ANPEC, **Anais...**, 1996, pp.480-499.
- HOFFMANN, R. Desigualdades entre os estados na distribuição da renda no Brasil, **Economia Aplicada**, São Paulo, abril/jun., p.281-296, 1997.
- NEP- Núcleo de Estudos e Pesquisas do Departamento de Economia da UFES. **Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo 1850-1930**. Vitória: FCAA, 1983.
- NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas do Departamento de Economia da UFES. **Proposta de Estratégia de Interiorização do Desenvolvimento e Descentralização de Investimentos no Espírito Santo**. Vitória: FCAA, 1993.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- PACHECO, Carlos A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e Grande Indústria: A Transição no Espírito Santo 1955-1986**. Vitória: FCAA, 1991.
- SANTOS, E. F. **Vias de Comercialização, Conquista Territorial e Colonização Estrangeira no Espírito Santo do Século XIX, 2010**. (no prelo).
- SHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Abril, 1982.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A Invenção do Coronel**. Vitória: Editora da UFES, 1995.

Orlando Caliman Professor aposentado do Departamento de Economia da UFES, tendo exercido vários cargos na administração pública estadual, tais como secretário de planejamento e dirigente de instituição bancária e de estudos e pesquisa. Suas áreas de atuação sempre foram ligadas ao tema do desenvolvimento, em especial em âmbito regional, com foco no Espírito Santo. Atualmente é sócio diretor do Instituto de Pesquisa Futura





Arranjos Produtivos, Desenvolvimento Local, Relações Interorganizacionais: O APL das Rochas Ornamentais do Espírito Santo

Erivelton Guizzardi, Ricardo Savacini Pandolfi, João Gualberto Moreira Vasconcellos

Resumo O artigo visa entender o perfil das relações entre as instituições de apoio ao arranjo produtivo de rochas ornamentais do Estado do Espírito Santo, tomando como principal referencial a teoria de redes de Castells (1999). Foi utilizado o estudo de caso como forma de confrontar a visão teórica com os dados obtidos. Visando verificar a presença da lógica organizacional da rede no caso estudado, foram escolhidos alguns atributos de uma organização com base em rede para Castells (1999), quais sejam a existência de um alto grau de interação entre as entidades de apoio, a percepção da interdependência existente entre as mesmas, sua forma de comunicação e sua atuação como centros promotores de interação em rede e de desenvolvimento regional. Os principais resultados apontam que existem sérias limitações quanto à presença dos atributos de uma organização com base em rede na região estudada, principalmente no que se refere ao pensamento necessário para o estabelecimento de relações em rede.

Palavras-chave Arranjos Produtivos. Desenvolvimento Local. Relações Interorganizacionais. Rochas Ornamentais. Castells.

Abstract The article aims at understanding the profile of relations among the institutions to support the production of ornamental arrangement in the State of Espírito Santo, taking as reference Castells's network theory (1999). We used the case study as a way to confront the theoretical view with the collected data. In order to verify the presence of the organizational logic of network in the case studied, some attributes were chosen based on an organization network by Castells (1999), existence of a high degree of interaction between those who support the perception of interdependence between them, their way of communication and their role as promoters of interaction centers and a network of regional development. The main results show that there are

serious limitations to the presence of the attributes of a networking organization based in the region studied, especially with regard to the thinking required for the establishment of network relationships.

Keywords Clusters. Local Development. Interorganizational Relations. Ornamental Stones. Castells.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura entender como se configuram, à luz da teoria de redes de Castells (1999), as relações entre as entidades de apoio ao arranjo produtivo de rochas ornamentais do Espírito Santo. A escolha da teoria de redes decorre da importância e crescimento dos estudos que tratam das relações interorganizacionais e do entendimento de como estão sendo construídos os processos interativos sociais.

No campo organizacional, percebe-se uma tendência de as organizações se estabelecerem em redes, tanto nas suas relações umas com as outras, quanto em seu próprio funcionamento interno. A percepção da interdependência entre as organizações favorece o estabelecimento de um comportamento altamente interativo entre as mesmas, através de uma enorme aproximação via intercâmbio de informações e conhecimentos, e mediante o surgimento de centros importantes que influenciam fortemente as decisões estratégicas tomadas na rede. Esses são alguns atributos de uma organização com base em rede no entender de Castells (1999) e que servem como parâmetros para a análise do arranjo estudado. Os atributos que foram eleitos visam, em última instância, verificar a presença da lógica da rede no ambiente de estudo.

Os arranjos produtivos, por serem aglomerados espaciais de organizações e por contemplarem um certo grau de interatividade – dependendo do seu estágio de evolução –, são unidades de análise que podem ser estudadas na perspectiva de redes. Eles têm uma série de características relativas às suas organizações, tais como complementaridade, proximidade territorial, cooperação, instituições de apoio etc, que os tornam particularmente importantes de serem estudados na vertente da inter-relação. Suas características são muito favoráveis ao aparecimento de relações em rede, tanto é que alguns autores costumam considerar, de forma precipitada, o arranjo produtivo como sendo um tipo de rede.

Como, principalmente para Castells (1999), a lógica das redes se faz cada vez mais presente nas relações interorganizacionais e o arranjo produtivo é um modelo que está sendo cada vez mais estudado por diversos autores como Porter (1999), Cassiolato (2003) e Casarotto (2001) - principalmente na vertente do desenvolvimento e da competitividade - estudos que visem compreender a dinâmica do arranjo proposto na perspectiva de redes são de grande contribuição para o gerenciamento de arranjos produtivos.

Nesse sentido, os arranjos produtivos são importantes para o Estado, pois ele é um dos poucos da federação brasileira a dispor de uma política industrial e de desenvolvimento e de instrumentos que possibilitam a sua implementação. Foi graças a essa política que surgiram alguns dos arranjos produtivos locais importantes, como o de Rochas Ornamentais.

Sendo assim, o arranjo produtivo pode ser considerado um instrumento metodológico adequado para a melhoria das condições de competitividade de regiões e municípios. A constatação de que os chamados fatores intangíveis adquirem maior importância na determinação da capacidade de competir de uma localidade, na medida em que esses fatores surgem com maior facilidade em ambientes representados por empresas com forte interação entre si.

Se, de um lado, o poder público pode prover as localidades da infra-estrutura necessária para gerar o desenvolvimento, de outro, o setor privado, sobretudo organizado na forma de arranjo e com capacidade de liderança, faculta a formação dos chamados fatores intangíveis, como a capacidade de inovar, a cultura para os negócios e a propensão para a cooperação. Já a cooperação entre ambos pode promover a qualificação para a gestão de negócios e a capacitação para a pesquisa e desenvolvimento. Na verdade, é o arranjo produtivo que dá a devida consistência material e de motivação para o crescimento de uma região.

Como o propósito dessa pesquisa é entender um fenômeno social (relações entre organizações), a pesquisa qualitativa foi a abordagem utilizada. Assim, foi observada a percepção dos entrevistados a respeito de questões referentes aos quatro atributos de uma organização com base em rede abordados na pesquisa. A população escolhida é formada pelas instituições de apoio ao arranjo, localizadas na região em torno do Município de Cachoeiro de Itapemirim, constituindo-se preponderantemente de dirigentes das instituições escolhidas como foco de análise. Quanto ao tratamento das informações, foi usado o método da análise de conteúdo. As categorias de análise foram construídas visando agrupar as informações levantadas de acordo com os objetivos da pesquisa: verificar o grau de interatividade, a percepção da necessidade de atuação conjunta das instituições de apoio do arranjo, bem como a troca de informações e conhecimentos e o papel dessas instituições como centros de rede ou nós.

Quanto aos resultados finais obtidos, é importante esclarecer que o mesmo não é exclusivamente resultado de uma análise dos dados. Ele vai se constituindo através do desenvolvimento de todo o estudo, de modo que algumas ideias finais vão surgindo já no decorrer do processo investigativo, de acordo com o caráter retroalimentativo da pesquisa qualitativa.

A EMERGÊNCIA DE ESTUDOS INTERORGANIZACIONAIS

Diante dos desafios colocados pela limitação das teorias que enfatizam os mecanismos de mercado como explicativos da dinâmica da competitividade e desenvolvimento, surgem estudos que procuram enfatizar a importância da dinâmica do espaço local, principalmente

sob a denominação de *clusters* (PORTER, 1999). Nesse sentido, Cassiolato e Lastres (2003) enfatizam a importância de se estudar os arranjos produtivos locais. Segundo esses autores, para enfrentar os novos desafios colocados pela difusão da chamada “sociedade da informação” ou “era do conhecimento” assumem relevância fundamental os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica inovativa dos conjuntos de empresas. Para eles, na busca de um melhor entendimento sobre os fatores subjacentes ao melhor desempenho competitivo das empresas, verifica-se uma crescente convergência de visões entre as diversas escolas de pensamento. O foco de análise estaria deixando de centrar-se exclusivamente na empresa individual, passando a incidir sobre as relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A perspectiva de análise do arranjo proposto é a de rede de relações interorganizacionais, tendo em vista a relevância que o paradigma das organizações em rede adquire no cenário de desenvolvimento em escala mundial. Para Castells (1999), a experiência histórica recente está mostrando que as novas formas organizacionais, ainda que sob expressões culturais diversas, estão se baseando em redes. Essas formas organizacionais nascem como resposta às drásticas mudanças ambientais que fazem crescer a necessidade de interdependência. Entre essas mudanças, vale destacar aquelas que dizem respeito às condições de demanda por muitos recursos especializados, à necessidade de processamento de informação, bem como de estreito contato com os clientes e prevalências de trocas baseadas em personalização.

Os componentes das redes interorganizacionais são organizações independentes que mantêm relações umas com as outras, com o objetivo de obter benefícios dos resultados sinérgicos decorrentes dessas relações. As diferentes formas de relações interorganizacionais entre distintos tipos de organizações dão origem a diversas formas de redes.

A teoria de redes, na área empresarial, emerge como uma forma de pensar a relação das empresas para com o ambiente em que elas estão inseridas. A teoria sistêmica e contingencial já procurava dar conta dessa relação. Segundo Morgan (1996), o pensamento da ecologia empresarial, ao ver as organizações como organismos, entende que elas podem desempenhar um papel ativo no delineamento do seu futuro, especialmente quando agem em conjunto com outras organizações.

No entender de Castells (1999), as redes são formas organizacionais novas, resultantes de um processo de mudança das formas tradicionais de organização em direção a modelos mais flexíveis de atuação.

Para melhor entender os objetivos desse trabalho, faz-se necessário uma observação importante sobre tecnologia e organização. Em alguns estudos, quando são abordados temas referentes à “sociedade da informação” ou à “era do conhecimento”, às vezes, fica subentendida a existência de um determinismo das transformações tecnológicas. A impressão que se tem é a de que o avanço das tecnologias, principalmente as de comunicação e informação, determina o rumo das mudanças organizacionais. Porém, para a presente

pesquisa, é fundamental entender que, na visão de Castells (1999), as mudanças que ocorrem nas formas organizacionais são independentes das que ocorrem com as tecnologias de comunicação e informação. Ele deixa claro que o surgimento da lógica organizacional da rede *não* depende da evolução tecnológica, embora ganhe força e se expanda com essa evolução. Isso é verificado quando se observa que algumas das trajetórias organizacionais que convergem para a lógica da rede precederam o surgimento das novas tecnologias da informação. O sistema *kan-ban*, por exemplo, introduzido na Toyota em 1948, não precisou de conexões *on-line*, mesmo sendo um sistema que funciona através da troca de informações de uma região da fábrica para outra. Nesse sentido, a pesquisa procura verificar a presença da lógica organizacional da rede, não se atendo às estruturas de tecnologia existente na região de estudo. É a lógica da rede que se pretende verificar e não a estrutura tecnológica que acaba surgindo à medida que essa lógica se manifesta.

A INTERAÇÃO ORGANIZACIONAL VISTA SOB A LÓGICA DO ARRANJO PRODUTIVO E VISTA SOB A LÓGICA DA REDE

Pelo fato de o presente estudo procurar entender o arranjo produtivo na perspectiva de redes, é importante que se estabeleça uma distinção entre a interação sob a lógica do arranjo produtivo e a interação sob a lógica da rede.

Se analisarmos as vantagens dos *clusters* para Porter (1999), veremos que elas estão basicamente ligadas à proximidade territorial e à presença de condições do ambiente do *cluster*, tais como acesso à mão-de-obra e fornecedores, acesso a informações especializadas, possibilidade de comparação de desempenho entre as empresas. Nessa perspectiva, a interação é incentivada pelas condições do ambiente do *cluster* e ela pode ser maior ou menor dependendo das iniciativas dos seus diversos agentes. Contudo, o processo interativo na lógica do *cluster*, não se constitui na criação deliberada de um novo espaço de articulação, como é o caso da rede, a qual, em geral, independe da proximidade ou contiguidade física. No caso da rede, não são necessárias proximidades entre as organizações para que se crie um espaço interativo, porque a essência da rede é o espaço de articulação, de troca de informações e conhecimentos.

É claro que a interação em um *cluster* é maior dentro do que fora dele, mas o é como resultado da existência das outras características do *cluster*, tais como complementaridade e proximidade física. Em outras palavras, a interação sob a lógica do *cluster* é resultado do ambiente propício e sob a lógica da rede é ação deliberada, é planejamento, é empenho, é busca consciente da necessidade de maior interação. Isso não quer dizer que não deve existir essa busca deliberada em um *cluster*, mas que a interação elevada e deliberada já se constitui num comportamento de relacionamento em rede.

Mesmo quando Porter (1999) ressalta as ligações interempresas, a ênfase recai sobre a complementaridade de atividades correlatas. Ou seja, a sinergia provém do resultado da soma das atividades correlatas – resultando em um produto final melhor para o cliente ou na formação de uma imagem positiva e forte do *cluster* – e não necessariamente provém do

grau avançado de interação interempresarial. A interação é necessária, mas não em um grau elevado. É melhor que seja em grau elevado, mas não é necessário para que se caracterize um *cluster* ou arranjo produtivo. Não é condição *sine qua non* para a denominação de uma região como *cluster*.

Segundo Cassiolato (2003), a definição proposta pela RedeSist¹¹ enfatiza o papel da interação, lembrando que um arranjo produtivo precisa ter vínculos, mesmo que incipientes. A importância da interação vai de baixa para arranjos rudimentares a alta para sistemas produtivos locais. Os sistemas produtivos locais, pelo alto grau de interação requerido, poderiam, então, ser chamados de arranjos produtivos articulados em rede. A interação, portanto, é algo que serve para identificar o estágio de evolução de um arranjo, mas não é determinante de sua lógica.

Por outro lado, quando se trabalha com o conceito de rede é importante colocar que a interação entre os agentes, sejam eles de um arranjo ou não, adquire centralidade. Não é possível falar em rede com pouca ou nenhuma interação. Analisando a interatividade entre os atores de uma rede de acordo com Castells (1999), percebe-se que ela é um elemento que, necessariamente, deve estar presente para que falemos em rede. Um padrão elevado de interatividade é condição *sine qua non* para a existência da rede. Para esse autor, as vantagens das redes organizacionais são advindas de interações intra e interorganizacionais, as quais são efetivadas via interconexões favorecidas pela difusão das tecnologias de comunicação e informação.

A interação sob a lógica da rede é uma forma de diminuir os espaços entre as organizações. Num ambiente em constante mudança, as organizações, principalmente as ligadas a uma cadeia produtiva, precisam aproximar-se mais, trocar mais informações e conhecimentos, enfim, precisam agir de forma mais integrada. Para isso, assume importância fundamental o aumento da interação interorganizacional.

O *cluster* facilita a interação através da aglomeração em uma região. No arranjo produtivo, os trabalhadores e dirigentes de diferentes organizações, bem como fornecedores e prestadores de serviço, podem encontrar-se com mais facilidade. A proximidade existe em si, bastando que os agentes do arranjo tenham a iniciativa de buscar um relacionamento mais interativo.

Já a forma de se organizar em rede visa promover a interação - e, com isso, as vantagens advindas dessa interação - por intermédio da interconexão. Através dos canais de troca de informações e conhecimentos, os participantes de uma rede podem aproximar-se enormemente, ainda que estejam fisicamente distantes, visando aumentar a competitividade das organizações, pela multiplicação de conhecimentos no interior da rede e/ou pela capacidade de competir em conjunto no mercado.

O ARRANJO PRODUTIVO DE ROCHAS ORNAMENTAIS DO ESPÍRITO SANTO

A história da exploração de rochas ornamentais no Espírito Santo está relacionada à história do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Esse município situa-se na Mesorregião Sul do Espírito Santo, é formado por cinco distritos, possui uma população de 174.879 habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE de 2000 e totaliza uma área de 880 quilômetros quadrados, equivalendo a 1,93% do território estadual (DEE *et al*, 1994 apud SABADINI, 1998).

De acordo com Sabadini (1998), foi somente a partir de 1820 que a ocupação de Cachoeiro de Itapemirim se deu de forma efetiva, depois de um período em que as pessoas que ali se instalavam tinham como objetivo a busca por ouro em regiões vizinhas.

Observando pelo lado econômico, as origens da atividade mineradora remontam ao período em torno do ano de 1874 e 1878, época em que já se observava, em algumas áreas do município, a fabricação da cal que era utilizada na fabricação de cimento por colonos europeus, principalmente os italianos, recém-chegados a essa localidade (SABADINI, 1998). De acordo com esse autor, em 1878, já existiam relatos sobre a atividade publicados pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império da época. No Projeto “Companhias industriais” desenvolvido no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) – e que visava implantar diversas unidades industriais no Espírito Santo partindo da região Sul – também era relatada a importância das fábricas de calcário e cimento (SABADINI, 1998). A cal produzida era basicamente consumida pelo mercado interno e muito pouca era destinada à exportação.

Apesar de a atividade mineradora ter surgido muito cedo na região, foi somente em 1930 que a primeira marmoraria foi implantada em Cachoeiro. Esse pioneirismo no trabalho com o mármore na região se deve aos portugueses. Eles trabalhavam no beneficiamento final (polimento e corte) de rochas que, na época, ainda não eram extraídas na região. A matéria-prima vinha de São Paulo, do Rio de Janeiro e até mesmo da Itália e Portugal. O pioneirismo na extração de rochas veio com os italianos a partir de 1957. Já as serrarias (desdobramento da pedra) somente apareceram na região a partir de 1966 (SABADINI, 1998).

Percebe-se que as fases de desenvolvimento da atividade não coincidem com as fases de produção das rochas. Talvez pela tecnologia exigida, a etapa de desdobramento, que é uma fase intermediária da produção, somente veio a ocorrer 36 anos depois de iniciados os trabalhos de beneficiamento final.

Após esse breve resumo, percebe-se que não é por acaso que o Município de Cachoeiro de Itapemirim concentra hoje a maioria das empresas do arranjo produtivo de rochas ornamentais do estado²². Essa concentração está fortemente relacionada à existência de raízes históricas da atividade mineradora na região, inclusive rochas ornamentais.

Sobre o cenário atual, é importante entender que o arranjo produtivo de rochas ornamentais do Espírito Santo está passando por mudanças muito rápidas. O arranjo como um todo vem tendo um crescimento com taxas anuais cada vez mais expressivas, tanto em relação ao número de empresas quanto ao de empregados (SABADINI, 2002) e à participação nas exportações.

Quanto ao número de empresas, somente para se ter uma ideia do crescimento acelerado, a taxa de crescimento na última década foi de 338,8 %. Segundo Sabadini (2002), nesse mesmo ano, o estado já concentrava um total de 1.071 empresas nas três fases do processo produtivo de rochas ornamentais, quais sejam extração, serragem e beneficiamento. Se se levar em conta as empresas produtoras de insumos, de bens de capital, empresas de transporte e de outros serviços, percebe-se, então, a dimensão do crescimento desse arranjo.

O crescimento das exportações capixabas também é algo digno de nota, além de ser um indicador extremamente positivo no que se refere ao potencial do arranjo. De 2001 para 2002, as exportações de rochas ornamentais do Espírito Santo cresceram aproximadamente 33% em US\$, enquanto o crescimento no Brasil no mesmo período foi em torno de 21 %³³. Se se retira a participação do estado nas exportações brasileiras, as diferenças se elevam ainda mais. Enfim, esse arranjo, além de já ser grande, tem um potencial enorme a ser ainda explorado.

A Interação entre as Instituições de Apoio

Através da observação do trabalho conjunto realizado entre as entidades de apoio das dificuldades encontradas para realizar esse trabalho, bem como da participação do empresariado como um todo junto a essas instituições, objetivou-se levantar informações para a construção da categoria que trata da interação interinstitucional. Essa é uma categoria mais global, pois está diretamente ligada às outras como a percepção de interdependência, fluência da comunicação e papel dos centros de rede.

Para Castells (1999), uma organização social com base em redes precisa estar com seus componentes interconectados. A interconexão se dá pelo estabelecimento de uma forte interação, seja uma interação via conexões materiais (aparato de tecnologias de comunicação e informação), seja uma interação via reuniões, conversas individuais e/ou visitas presenciais, uma vez que é sabido que muitos conhecimentos são tácitos e não podem ser codificáveis para o seu intercâmbio em redes opteletrônicas.

A forma de organizar-se em rede visa promover a interação por intermédio da interconexão. A interação visa a aproximação entre os componentes de uma rede para facilitar troca de informações e conhecimentos (CASTELLS, 1999). A participação dos integrantes de uma rede é que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem a participação, ela deixa de existir. Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade de seus componentes.

Por meio da fala dos entrevistados, foi percebido que a interação entre as entidades de apoio é dificultada pela existência de um posicionamento individualista, o qual não abre espaço para ações coletivistas. Alguns entrevistados têm esse discernimento, apontando tal questão como o principal problema enfrentado em termos de articulação, pois a melhora da comunicação e da atuação conjunta das entidades de apoio estaria atrelada à maneira de enxergar o mundo de forma individualista. As pessoas que reconheceram essa característica mostravam a sua insatisfação perante tal situação e declaravam que a mudança precisa acontecer para que a interação exista em um grau mais elevado.

Para outros, contudo, esse individualismo não chega ao nível do consciente, sendo entendido, não como desinteresse, mas como falta de tempo diante das responsabilidades diárias. Ou seja, é uma visão mais natural e justificada da situação. Isso é um forte indicativo da séria barreira a ser enfrentada pelo arranjo na construção de um relacionamento em rede, pois é sabido que a justificativa da falta de tempo não tem fundamento. Como, no dia-a-dia, as pessoas precisam escolher e priorizar as atividades que consideram mais importantes, aquilo que não for priorizado e realizado pode ser considerado como o menos importante, ou seja, aquilo que não é fundamental e pode ser deixado para depois. Deve ficar entendido que o primeiro passo para a desconstrução de posicionamentos individualistas e construção de atuações coletivas é a percepção desse individualismo e a insatisfação para com ele.

No caso da participação dos empresários junto às instituições e nos trabalhos conjuntos, essa tendência é também verificada. Aliás, é a postura do empresariado como um todo que leva à atuação individualista das instituições, uma vez que as instituições são o reflexo da atuação dos empresários, pois representam esses últimos e são compostas por eles em sua maioria.

Outros entrevistados veem a participação do empresariado como pequena, mas de forma positiva, percebendo se tratar de um processo de conscientização em andamento. Nesse caso, já existe a percepção de que a causa da pouca participação é a limitação de visão coletiva, na medida em que percebem que somente participam aqueles que já estão conscientizados da importância da participação em grupo para a discussão dos problemas do arranjo como um todo.

Observando a opinião sobre qual entidade lidera, incentiva e trabalha mais para a promoção das atividades conjuntas, percebe-se que os entrevistados preferem não situar uma liderança na região estudada. Ou seja, não existe uma visão clara sobre a existência de uma liderança, de uma instituição que seja a grande propulsora de uma aproximação maior entre as entidades de apoio. O SINDIROCHAS (Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo) chega a ser lembrado como uma entidade que consegue realizar muitas ações em prol do arranjo, mas não no sentido de ser uma liderança do trabalho coletivo.

Essa percepção da ausência, ou essa não definição, essa não convicção de uma entidade que lidere as ações conjuntamente é um forte indicador do grau de interação dessas

entidades. A ausência da liderança pode ser um sinal da pequena frequência e intensidade das atividades realizadas coletivamente. Em outras palavras, para que haja uma liderança das atividades realizadas conjuntamente, é preciso primeiro que essas atividades existam em uma quantidade e intensidade razoáveis. Em um ambiente onde não existem muitas interações, a emergência de lideranças de ações interativas realmente fica comprometida.

Por fim, é importante ficar claro que o processo interativo existe. Ou seja, existe interação entre as instituições de apoio, mas ela não é completa, ela ainda não está presente em um nível tal para que se possa dizer que é uma interação em rede da forma como Castells (1999) a concebe.

A Percepção da Necessidade de Interação: Interdependência

Todos os modelos que Castells (1999) traz tendem a demonstrar que, no ambiente atual, nenhuma empresa, seja ela pequena ou grande, é independente e autossuficiente. A maior mudança no comportamento organizacional nos últimos anos é o reconhecimento dessa interdependência, e as redes nascem como resposta a essa orientação.

O que se percebe em Castells (1999) é que a forma de organização em rede surge da percepção por parte das organizações de que não é possível mais ficar somente no âmbito interno da empresa, montando estratégias que visem a adaptação a um ambiente cada vez menos previsível e que a ação pró-ativa da organização junto ao mercado não é suficiente se for uma ação individual. O alto grau de incerteza estratégica, tecnológica e operacional caracteriza, cada vez mais, o mundo dos negócios de hoje e, para acessar continuamente conhecimentos e recursos, uma organização deve estabelecer interações com outras.

Analisando a percepção da interdependência organizacional, ou seja, da necessidade de atuação integrada, ficou muito visível que os entrevistados pensam a atuação conjunta como uma questão muito importante. Fatores como a competitividade em um mundo globalizado, bem como a necessidade de desenvolvimento regional, foram citados como causas da interdependência. Alguns demonstraram ter uma visão de certa forma sistêmica, enfatizando ser necessário a realização de trabalhos junto à comunidade, lembrando que a rede não deve incluir somente os membros da atividade produtiva.

Todavia, um olhar mais atento a outras respostas indica que essa percepção é somente de importância e não uma percepção de necessidade, não uma visão de que a atuação integrada é condição *sine qua non* para a competitividade e desenvolvimento do arranjo. Eles ressaltam a necessidade da ação coletiva no discurso, mas, ao descreverem o engajamento das instituições e empresas, percebe-se que esse trabalho não é levado tão a sério a ponto de ser considerado uma necessidade efetiva para o arranjo. Quando se reportam ao voluntariado, isso fica claro. Se a ação integrada fosse vista como uma necessidade, a participação seria muito maior, independente de ser voluntariada ou não. Enfim, se a percepção fosse realmente de necessidade de atuação conjunta, a participação seria maior, pois seria vista como um imperativo e não como uma opção.

O que se pretende que fique claro é que a simples consciência da importância da ação integrada não pode ser equiparada à percepção de necessidade. A percepção da interdependência envolve muito mais que discurso. Envolve engajamento, envolve ação. Quando as pessoas percebem que uma ação é necessária, os seus comportamentos passam a ser muito diferentes daqueles que adotam quando têm apenas a percepção de importância.

Um entrevistado particular, que teve uma posição muito diferente dos demais, chama a atenção para o fato de que esse pensamento da necessidade da atuação coletiva está só no discurso das pessoas e deveria ser transformado em ações efetivas, reforçando o que foi concluído acima. Ao mesmo tempo, é possível perceber que, na região, sua visão é diferenciada da dos outros. Analisando sua fala global, sua pessoa e sua posição no setor, percebe-se que sua visão envolve variáveis que não são contempladas pelas falas dos outros entrevistados. Inclusive essa sua diferenciação chega a ser consciente e reconhecida por ele, segundo suas próprias palavras. Ele defende que deveria haver uma percepção e ação mais sistêmica. Essa pessoa articula a necessidade de melhorias estéticas e receptividade da cidade, de melhorias na educação e, até mesmo, alerta para a ausência de uma aproximação da Universidade com o setor produtivo.

Em síntese, percebe-se que, diante da situação de pouca interatividade interinstitucional, encontra-se um discurso em forte contradição com o cenário de interação local. A necessidade de atuação conjunta está apenas no discurso dos entrevistados. Constrói-se a imagem da necessidade de atuação coletiva, mas tal necessidade não chega a ser uma percepção real da situação, uma vez que ela não se transforma em ações efetivas. O discurso dos entrevistados é o de que a ação conjunta é um imperativo do ambiente e da concorrência para a sobrevivência e desenvolvimento das empresas do arranjo. Entretanto, a pequena atuação conjunta das entidades e a pouca participação do empresariado mostra que a real percepção dos entrevistados é a de que a atuação coletiva é somente importante para o desenvolvimento, mas não um imperativo, não uma necessidade, não uma essencialidade. Ou seja, não existe a percepção da existência de uma interdependência entre as entidades de apoio ao arranjo.

A Comunicação entre as Entidades de Apoio

Toda rede precisa ter um certo grau de conectividade, ou seja, a capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre seus componentes (CASTELLS, 1999). A troca de informações e conhecimentos é também um atributo de uma organização social com base em redes no entender de Castells (1999). Os fluxos de informações não são somente importantes, mas necessários exatamente porque no novo momento, marcado pelo modo informacional de desenvolvimento, é a utilização de conhecimentos como força produtiva direta que influencia o desenvolvimento e competitividade de empresas, de redes de empresas, regiões e até mesmo de nações inteiras.

O fluxo de informações e conhecimentos é um atributo tão importante da forma organizacional em rede que pode ser verificado antes mesmo da difusão das tecnologias de

comunicação e informação. Quando se avalia o caso do sistema *kan ban*, o fluxo coordenado de informações no sistema de troca de trás para frente, considerando a linha de produção, é um forte indicador de como o intercâmbio de informações e conhecimentos já se constituía em fator chave para as formas de organização que possuíam uma lógica a favor da formação de redes.

Para Castells (1999), a interdependência leva a uma maior interação entre as organizações que não dispensa, de forma alguma, o incentivo ao fluxo contínuo de informações dentro da rede. Muito pelo contrário, ela exige um padrão comunicativo mais intenso. Percebe-se, então, que a comunicação intensa e de qualidade se constitui num atributo da forma organizacional em rede por ser uma importante, aliás, indispensável forma de exercer um comportamento interativo frente à interdependência crescente entre os componentes de uma rede.

A partir da fala dos entrevistados é possível visualizar um cenário em que o processo comunicativo não flui com facilidade. A comunicação entre as entidades de apoio se apresenta como um reflexo do nível de interação das mesmas. Os entrevistados não conseguem dar uma resposta satisfatória, demonstrando que a qualidade da comunicação, bem como a sua intensidade, ainda estão em patamares bem abaixo daqueles observados por Castells (1999) na presença de uma organização com base em rede.

Essa avaliação não é resultado da fala direta dos entrevistados. Somente alguns deles apontam a existência de uma comunicação não muito boa entre as entidades de apoio. A maioria defende a existência de uma boa comunicação. Entretanto, uma análise mais atenta verifica que as respostas deixam subentendidas as dificuldades de uma situação que ainda está longe de ser suficiente para haver uma integração em rede entre os atores do arranjo. Isso fica subentendido - através da resposta vazia, da fuga do tema central e de argumentos que ao final fazem ressalvas à qualidade desse processo comunicativo. As facilidades apontadas restringem-se à proximidade física e à participação de vários diretores de uma entidade nas outras entidades, principalmente no caso do SINDIROHAS (Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo) e do CETEMAG (Centro Tecnológico do Mármore e Granito).

Se as facilidades de um processo comunicativo são atribuídas ao ambiente externo, ou seja, à proximidade física entre as entidades, logo se verifica que o processo comunicativo é carente de uma organização entre as entidades. Ações com caráter deliberado pelas organizações seriam, ao contrário, uma indicação positiva, seriam demonstrações de um controle comunicativo próprio das organizações. Mas não é isso o que acontece. Apesar de existir uma comunicação razoável - com a qualidade daquela encontrada entre organizações de uma forma geral - não se pode falar em uma comunicação que facilite o estabelecimento da forma organizacional em rede. Isso é percebido através da fuga das respostas, da resposta vazia e das ressalvas que são feitas após elogiar a comunicação.

As pessoas ouvidas chamam sempre a atenção para as reuniões. Para elas, a comunicação

é boa, porque acontecem muitas reuniões, lembrando daquelas que ocorrem sempre às segundas-feiras e as do Projeto REDE ROCHAS (Programa para o Desenvolvimento em Rede do Setor de Rochas Ornamentais do Espírito Santo). Porém, um entrevistado dá uma informação que qualifica esse processo de reuniões, ao levantar que elas acontecem, mas o problema é conseguir uma participação de todos nessas reuniões, como o próprio entrevistado diz, “colocar todo mundo junto nas reuniões”. Particularmente em relação ao programa REDE ROCHAS, que sempre é citado como o principal espaço de articulação conjunta, ressalta-se que a comunicação por *e-mail* é dificultosa e a entidade passa por um problema de divulgação de seu trabalho. Essas informações ajudam a completar a avaliação feita anteriormente sobre uma comunicação com muitas dificuldades.

O que se argumenta aqui não é o fato de que não existe comunicação entre os atores do arranjo, principalmente entre as entidades de apoio, mas que esse processo comunicativo ainda não é suficientemente intenso e aberto para que o relacionamento em rede, na perspectiva de Castells (1999) possa emergir na região. O processo de intercâmbio de informações e conhecimentos existente não é um tipo de comunicação inferior ao encontrado entre organizações no mercado. Porém, também não atende às expectativas da teoria de redes na perspectiva de Castells (1999).

A Existência de Nós: Centros de Rede

Os *nós* ou centros de rede são lugares onde se situam as funções estrategicamente importantes para a rede. É onde se constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função-chave da rede. A localização no nó conecta a localidade com toda a rede (CASTELLS, 1999). Os nós seguem uma hierarquia organizacional de acordo com seu peso relativo na rede. Porém, essa hierarquia pode mudar dependendo da evolução das atividades processadas na rede. Em alguns casos, alguns lugares podem ser desconectados da rede, e seu desligamento resultará em deterioração econômica, social e física (CASTELLS, 1999). A importância, ou mesmo existência, de um nó está, portanto, condicionada à sua função na rede e à sua capacidade de construir atividades e organizações locais em torno dessa função (CASTELLS, 1999).

Para que se possa entender a essência de um nó, deve ficar entendido que os principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em rede, ligando lugares ou organizações (*nós*) diferentes e atribuindo a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de geração de riqueza, processamento de informação e poder, fazendo com que isso, em última análise, condicione o destino de cada local (CASTELLS, 1999).

A atuação das instituições de apoio ao arranjo como possíveis promotoras do incremento da interação e comunicação – tanto institucional quanto empresarial – também é um bom indicador para se analisar o objeto estudado como um ambiente de relacionamento em rede. Nesse ponto, não se questiona o desempenho das instituições de acordo com as funções para as quais foram criadas, mas a existência de uma atuação pró-ativa de sua parte no sentido

de promover discussões e fortalecer o estabelecimento de atuações coletivas constantes e intensas.

O SINDIROCHAS, o SINDIMÁRMORE, o CETEMAG e o REDE ROCHAS foram as quatro entidades alvo da pesquisa. As três primeiras foram escolhidas por serem as que há mais tempo estão em atividade no arranjo. Já a última, por representar exatamente o espaço de ações conjuntas entre as entidades e entre essas e o empresariado como um todo.

O Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS)

Essa entidade foi fundada em 3 de maio de 1973. Inicialmente, a ação dessa entidade era apenas a nível municipal, depois, em 1989, ela se estendeu para 27 municípios do sul do estado e, seis anos depois, em 1995, passou a abranger todo o Estado do Espírito Santo, tornando-se o que é hoje o SINDIROCHAS. Essa entidade é um indutor do desenvolvimento através do fortalecimento do setor de arranjo de rochas ornamentais, a partir da identificação e atendimento das necessidades de seus associados e da defesa de suas causas. Entre os principais trabalhos dessa entidade destaca-se o incentivo e participação na criação da CREDIROCHAS (cooperativa de crédito voltada para empresas do setor de rochas ornamentais) e do CETEMAG (Centro Tecnológico do Mármore e Granito). O SINDIROCHAS também incentivou e gerou condições para a criação do primeiro consórcio de exportação de empresas do setor e está atualmente apoiando e participando diretamente do primeiro Programa para o Desenvolvimento em Rede do Arranjo Produtivo de Rochas Ornamentais do Estado do Espírito Santo (REDE ROCHAS)⁴⁴.

O SINDIROCHAS cumpre um papel estratégico no arranjo ao servir como espaço de articulação empresarial e de representatividade dos interesses das empresas perante o poder público, o mercado e a sociedade. Então, ele pode ser considerado um *nó* em potencial numa possível formação da rede do arranjo.

Quanto à contribuição dessa entidade para o desenvolvimento de um trabalho em rede, os entrevistados colocam que o sindicato tem apoiado todas as ações conjuntas que são realizadas para o bem do arranjo, mas o desvio das respostas, bem como as respostas genéricas e o uso dos mesmos exemplos por parte dos entrevistados, indicam que não existe uma ação mais forte, mais pró-ativa do SINDIROCHAS, indicam apenas o seu apoio, a sua participação.

Ele tem desempenhado um papel de representatividade e defesa do empresariado local que é fundamental para o crescimento do arranjo. Contudo, o que se argumenta aqui é que a sua atuação como promotor de uma interatividade interorganizacional ainda é pequena. Chama-se atenção para o fato de que ele tem um potencial enorme na articulação de relações em rede. Primeiro, porque ele tem uma boa imagem dentro do arranjo. Segundo, porque representa uma classe (o empresariado local) que, na criação de uma rede, é quem

poderia contribuir mais, por ser maioria no arranjo e responsável pela produção em torno da qual seria organizada a rede. Entretanto, sua atuação no sentido de promover a interação entre as entidades ainda é inexpressiva.

O Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito do Espírito Santo (SINDIMÁRMORE)

A ideia de se formar uma organização de defesa dos trabalhadores tem sua origem no sentimento de “indignação e de protesto contra as mortes e as mutilações provocadas no setor de mármore e granito. Ela surge nos gritos das ‘Caminhadas dos Mártires’ organizadas pelas sofridas comunidades mineiras da região de Alto Gironda – Cachoeiro de Itapemirim (ES) - em conjunto com a Igreja Católica”⁷⁵⁵.

O papel do SINDIMÁRMORE no arranjo, segundo depoimento do presidente da entidade, está voltado principalmente para a defesa dos direitos dos trabalhadores em questões de segurança e de doenças ocupacionais, assim como em questões relativas à dignidade social e moral desses trabalhadores.

Olhando o arranjo como um sistema, percebe-se a importância desse possível centro de rede ou nó para o desenvolvimento dessa região, dado que esse desenvolvimento também está relacionado à valorização desses participantes ativos que são os trabalhadores. Contudo, essa não é a visão dos empresários. Pela fala do representante dos trabalhadores e de outro entrevistado, bem como pela pouca menção feita ao SINDIMÁRMORE no transcorrer de todas as entrevistas, fica visível que essa entidade está à margem das articulações interorganizacionais, embora a criação do Programa para o Desenvolvimento em Rede do Arranjo (REDE ROCHAS) tenha permitido uma maior inserção dessa entidade nas discussões conjuntas.

Essa constatação está de acordo com a ideia de Castells (1999) de que os nós seguem uma hierarquia organizacional de acordo com seu peso relativo na rede e que essa hierarquia pode mudar dependendo da evolução das atividades processadas na rede. Como o peso da entidade é relativo à importância dada pelas outras entidades, percebe-se que esse nó está pouco conectado ao restante do grupo, ou seja, existem relações assimétricas entre o sindicato dos trabalhadores e as outras entidades de apoio que dificultam o estabelecimento de relações interativas entre as mesmas.

Na visão do entrevistado do SINDIMÁRMORE, não existia trabalho conjunto antes da criação do programa REDE ROCHAS. Essa entidade trabalhava mais isolada e somente agora é que foi convidada a participar mais das discussões feitas entre as outras entidades.

Quanto à forma de relação no dia-a-dia das instituições, houve opiniões divergentes. Para o sindicato patronal, a relação é muito boa. Em momento algum, os entrevistados desse sindicato colocaram qualquer problema em relação ao SINDIMÁRMORE. Houve, até

mesmo, quem dissesse existir uma relação de amizade entre os membros das diversas entidades.

Contudo, o representante do sindicato dos trabalhadores já havia alertado para o fato de que alguém poderia defender que existia uma relação de amizade. Deixou claro em todo o seu discurso que as relações não são nada amistosas e que elas se dão somente para resolver problemas de trabalho. A todo momento, durante novos questionamentos, ressurgiam os comentários sobre a dificuldade de se relacionar com o sindicato patronal, pela falta de compreensão por parte desse último. Era como se todas as perguntas questionassem um mesmo ponto.

Percebe-se que a dificuldade de interação entre o SINDIMÁRMORE e o SINDIROCHAS decorre da pouca disponibilidade em ceder, principalmente da parte do empresariado. Isso permite entender as dificuldades que são e serão enfrentadas pelo arranjo, sempre que houver necessidade de cessão de partes. Esse aspecto é mais um indicador do quanto precisa ser mudado para que as relações no arranjo possam vir a se configurar em rede.

Deve ficar registrado que, ao enfatizar a existência de uma relação que impede o SINDIMÁRMORE de ser um promotor do trabalho coletivo – até porque dificulta a sua simples adesão a esse tipo de trabalho – fica difícil dizer se a sua ausência como promotor é devida à relação de desigualdade ou se, ao contrário, o próprio sindicato já teria uma pré-disposição a não atuar como um agente pró-ativo no estabelecimento de relações interorganizacionais. A primeira afirmação parece mais plausível até, porque um entrevistado de fora do SINDIMÁRMORE expôs que, quando da implantação do REDE ROCHAS, esse sindicato foi um grande batalhador, não deixando que o fato de ser o único sindicato dos trabalhadores fosse um empecilho para incentivar a ideia do REDE ROCHAS.

O Centro Tecnológico do Mármore e Granito (CETEMAG)

O CETEMAG foi criado em 28 de abril de 1988 por empresários do setor de rochas ornamentais, em função da necessidade de encontrar meios de desenvolver tecnologicamente o setor e suas empresas. Ele atua diretamente nas empresas, solucionando problemas das áreas de produção, desde a extração até o beneficiamento, prestando assessoria e consultoria em empresas instaladas em qualquer estado brasileiro.

Entre os seus vários objetivos estão os de “atuar como agente promotor da integração do parque produtivo nacional do setor, com entidades que atuem no desenvolvimento tecnológico” e o de “propugnar por maior harmonia, quanto aos interesses comuns, no âmbito do setor de rochas ornamentais”⁶⁶.

Por trabalhar com uma área tecnológica, área de muita demanda no arranjo, o CETEMAG tem um papel fundamental como prestador de um serviço que dificilmente seria viabilizado por uma organização privada no âmbito regional. Sem dúvida, pode-se dizer que é um nó em potencial e que desempenha funções estratégicas para o arranjo. A importância

dessa entidade e a sua valorização são percebidas também por intermédio das falas dos entrevistados das outras entidades.

O CETEMAG é uma entidade que trabalha muito para o arranjo, tem um papel indispensável na região. Trabalha em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e tem um curso de especialização em rochas ornamentais em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com um instituto de engenharia da Espanha. Enfim, essa entidade está bem articulada em nível de parcerias. Todavia, ressalvas devem ser feitas, dada à admissão – em outros momentos da entrevista – de que entidades, como o próprio CETEMAG, estão habituadas a trabalhar sozinhas e tendem a ter uma postura mais isolada. Ou seja, essa entidade tem bons trabalhos desenvolvidos em parceria, mas não está efetivamente participando, nem promovendo a integração interentidades.

O Programa para o Desenvolvimento em Rede do Setor de Rochas Ornamentais do Espírito Santo (REDE ROCHAS)

De acordo com um relatório da FINEP⁷⁷, o Programa para o Desenvolvimento em Rede do Setor de Rochas Ornamentais do Espírito Santo é apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com recursos financeiros do Centro Tecnológico Mineral - através do FNDCT/FINEP, SEBRAE-ES, BANDES, SINDIROCHAS, CREDIROCHAS (cooperativa de crédito), MAQROCHAS (associação dos fabricantes de máquinas, equipamentos e insumos) e recursos não financeiros do SINDIMÁRMORE e CETEMAG.

O mesmo relatório destaca que os objetivos mais amplos do Programa são o aumento da competitividade das empresas, com a melhoria das condições de trabalho e a preservação do meio ambiente, tendo como fim último intensificar o processo de inclusão social por meio de geração de emprego e renda.

Sua estrutura, até o momento, baseia-se preponderantemente na atuação de Grupos de Trabalho (GTs) e de Grupos de Melhoria Conjunta (GMCs). Os grupos de trabalho em atividade são: Comunicação e Marketing, Legislação, Linhas de Financiamento, Meio Ambiente. Os GTs Desenvolvimento Tecnológico, Formação e Qualificação Profissional, Logística de Transporte e Mármore só funcionaram até dezembro de 2002. Já os GMCs em atividade são somente dois: Serragem em Cachoeiro de Itapemirim e Extração em Nova Venécia.

Uma avaliação geral da formação e atuação do REDE ROCHAS ajuda a entender as dificuldades de articulação conjunta entre as instituições de apoio do arranjo:

- o REDE ROCHAS não é uma instituição, mas um espaço de articulação e de trabalho conjunto entre as entidades de apoio e as empresas interessadas nesse trabalho. Logo, a dificuldade de funcionamento desse espaço é extremamente representativa do nível de mobilização conjunta atingido pelo arranjo;

- foi um programa implantado pelo governo federal. Logo, percebe-se que não surge de ações espontâneas das entidades. Caso tivesse surgido por iniciativa das entidades, seria um indicador positivo do esforço das mesmas, mas não foi assim;
- para algumas instituições (SINDIROCHAS e SINDIMÁMORE), esse programa é o único espaço de articulação conjunta entre elas, como já foi dito em outro momento;
- as dificuldades de operação – interrupções de longo período, fechamento de alguns GTs e a dificuldade de abrir novos grupos e aumentar a participação – também se constituem num outro importante indicador da grande distância ainda a ser percorrida para que exista um relacionamento em rede.

Foi questionado sobre o que está sendo feito pelo programa para melhorar a aproximação das entidades, objetivando perceber a posição pró-ativa dos coordenadores do programa. O que se verificou é que os mesmos preocupam-se em fazer o seu papel, ou seja, prestar um serviço de articulação entre as empresas e entidades.

Na verdade, não se pode exigir que os implementadores do programa façam tudo. Como é defendido nessa pesquisa, o que deve existir é uma percepção e participação maior das entidades em atividades desenvolvidas de forma conjunta. Então, quando nos referimos aos problemas da REDE ROCHAS, estamos nos referindo às dificuldades das próprias entidades e empresas, até porque se os recursos financeiros federais para o programa são poucos - a sede tem uma estrutura precária que precisa melhorar muito – as entidades e empresários deveriam providenciar as melhorias, caso estivessem imbuídos da visão necessária para a constituição de redes organizacionais.

As informações colocadas acima, bem como as falas dos entrevistados, deixam claro que, embora o projeto seja nobre, ele ainda se encontra em fase embrionária e enfrenta sérias dificuldades decorrentes da pouca adesão à sua filosofia e trabalho. Aliás, não poderia ser diferente, pois, se a REDE ROCHAS é o espaço de articulação conjunta do arranjo, a adesão à sua lógica não poderia ser grande, porque estaria em extrema contradição com todos os outros resultados obtidos na pesquisa, os quais apontam para uma adesão ao trabalho coletivo muito fraca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi motivada pela vontade de estudar o comportamento organizacional em sua dimensão externa, tendo como foco a teoria de redes. Essa motivação decorre de diversas constatações, segundo as quais, cada vez mais, assume importância o estudo sociológico, econômico e também administrativo da construção de relações entre pessoas, organizações privadas, públicas, não-governamentais, entidades financeiras e as organizações em geral, como forma alternativa aos estudos que focam nas relações intraorganizacionais.

Tomando-se Castells (1999) como referencial, essa pesquisa procurou descrever o perfil das relações entre as instituições de apoio do arranjo produtivo de rochas ornamentais do Espírito Santo na perspectiva de redes. Como parâmetros para análise do arranjo, foram utilizados alguns atributos de uma organização com base em rede. Os atributos que foram eleitos visam, em última instância, verificar a presença da lógica da rede no ambiente de estudo.

Conforme análise dos resultados, percebe-se que o padrão de interação existente entre as instituições de apoio ao arranjo está longe daquele que acontece em um ambiente em rede. O caminho a se percorrer para atingir um grau de interatividade compatível com um relacionamento em rede ainda é muito grande. Para a sua construção, alguns grandes desafios se colocam:

Já a comunicação entre as instituições de apoio acaba sendo um reflexo da ausência de percepção da interdependência e do fraco padrão interativo estabelecido entre as organizações. A deficiência da comunicação é percebida diante das respostas insatisfatórias que somente apontam a proximidade física e a participação de diretores em mais de uma entidade de apoio como seus fatores positivos.

As instituições de apoio, analisadas em separado, refletem claramente as ausências de percepções de interdependência e fraca interatividade. Além de nenhuma ter mostrado trabalhar com qualidade na troca de informações, deve-se lembrar que:

- o SINDIROCHAS não conseguiu mostrar que está atuante em trabalhos coletivos com as outras instituições, embora esteja desempenhando muito bem o papel para o qual foi criado;
- o CETEMAG tem um discurso de trabalhar com pró-atividade, mas isso ainda é promessa, além de admitir que possui tendência a cair na individualidade;
- quanto ao SINDIMÁRMORE, não é possível concluir sua intenção de participar coletivamente, porque a ele não é dado o devido espaço. Se o mesmo não tem espaço para a participação, menos ainda o tem para a promoção de atividades coletivas;
- a REDE ROCHAS, por sua vez, tem dificuldades de comunicação, de apoio financeiro e de adesão, exatamente porque não encontra terreno fértil na mente das pessoas. Ao se constituir no espaço de articulação entre as instituições, ou seja, no espaço de manifestação do trabalho em rede da região, sua *performance* é um forte indicador do quanto ainda se deve caminhar para que a rede venha a se tornar uma realidade. Embora seja nobre enquanto projeto, seu desempenho é fraco e decorre da pouca adesão empresarial. Os fracos resultados obtidos por esse programa vêm dar coerência às conclusões da pesquisa, as quais mostram os problemas para a construção de um espaço de articulação conjunta.

De forma sintética, os resultados da pesquisa mostram que a ausência de percepção da interdependência entre as organizações do arranjo não contribui para a construção de um comportamento altamente interativo, o que, por sua vez, estaria relacionado com a capacidade de as entidades de apoio comunicarem-se com frequência, intensidade e qualidade e se constituírem em centros promotores e incentivadores do comportamento em rede.

Diante dos resultados alcançados pela pesquisa, pode-se dizer que a forma organizacional em rede, no nível exigido por Castells (1999), não se faz presente entre as instituições de apoio ao arranjo produtivo de rochas ornamentais do Espírito Santo. Pode-se dizer o mesmo quanto às outras organizações do arranjo, dada a representatividade que as instituições de apoio possuem na região.

Tão importante ou mais que essa constatação, é aquela que se refere à ausência ou à presença tímida de condições para a emergência de uma futura relação interorganizacional em rede. A análise dos atributos de uma organização com base em rede, tais como percepção de interdependência, interação, comunicação e centros de rede, mostra que, além de não existir a forma organizacional em rede, ainda existem muitas barreiras para a sua construção. Ou seja, não existe a presença efetiva de uma relação em rede, mas também não existe a manifestação de sua lógica. Enfim, não se verifica no pensamento e comportamento das pessoas a lógica necessária para a posterior construção de um relacionamento em rede.

NOTAS

- 1 Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais na UFR
- 2 A região concentra 780 empresas de um total de 1071 em todo o Estado do Espírito Santo, segundo dados do SINDIMÁRMORE (2002) apud Sabadini (2002)
- 3 Fonte: Revista Pedras do Brasil (2003).
- 4 Informações retiradas do site <http://www.sindirochas.com.br>.
- 5 Informações retiradas do site <http://www.cadetudo.com.br/sindimarmore/noticias>.
- 6 Informações retiradas do site <http://www.cetemag.org.br>.
- 7 Primeiro Relatório Parcial da FINEP sobre o Programa para o Desenvolvimento em Rede do Arranjo Produtivo de Rochas Ornamentais do Espírito Santo – Período: 20 de maio a 20 de novembro de 2003.

REFERÊNCIAS

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, M.M.H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J.E. *et al.* **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). Tradução de Roneide V. Majer. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENSO Demográfico 2000: **resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

CETEMAG itinerante. Disponível em <<http://www.cetemag.org.br>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

HISTÓRICO Sindimármore, Disponível em <<http://www.cadetudo.com.br/sindimarmore/noticias>>. Acesso em 25 nov. 2011.

MORGAN, Gharet. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1986.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SABADINI, Maurício de Sousa. **Arranjo produtivo de rochas ornamentais (mármore e granito) no Espírito Santo**. Espírito Santo: s/e, 2002.

SABADINI, Maurício de Sousa. **Os distritos industriais como modelo de crescimento endógeno: o caso do segmento de rochas ornamentais (mármore e granito) no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES)**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

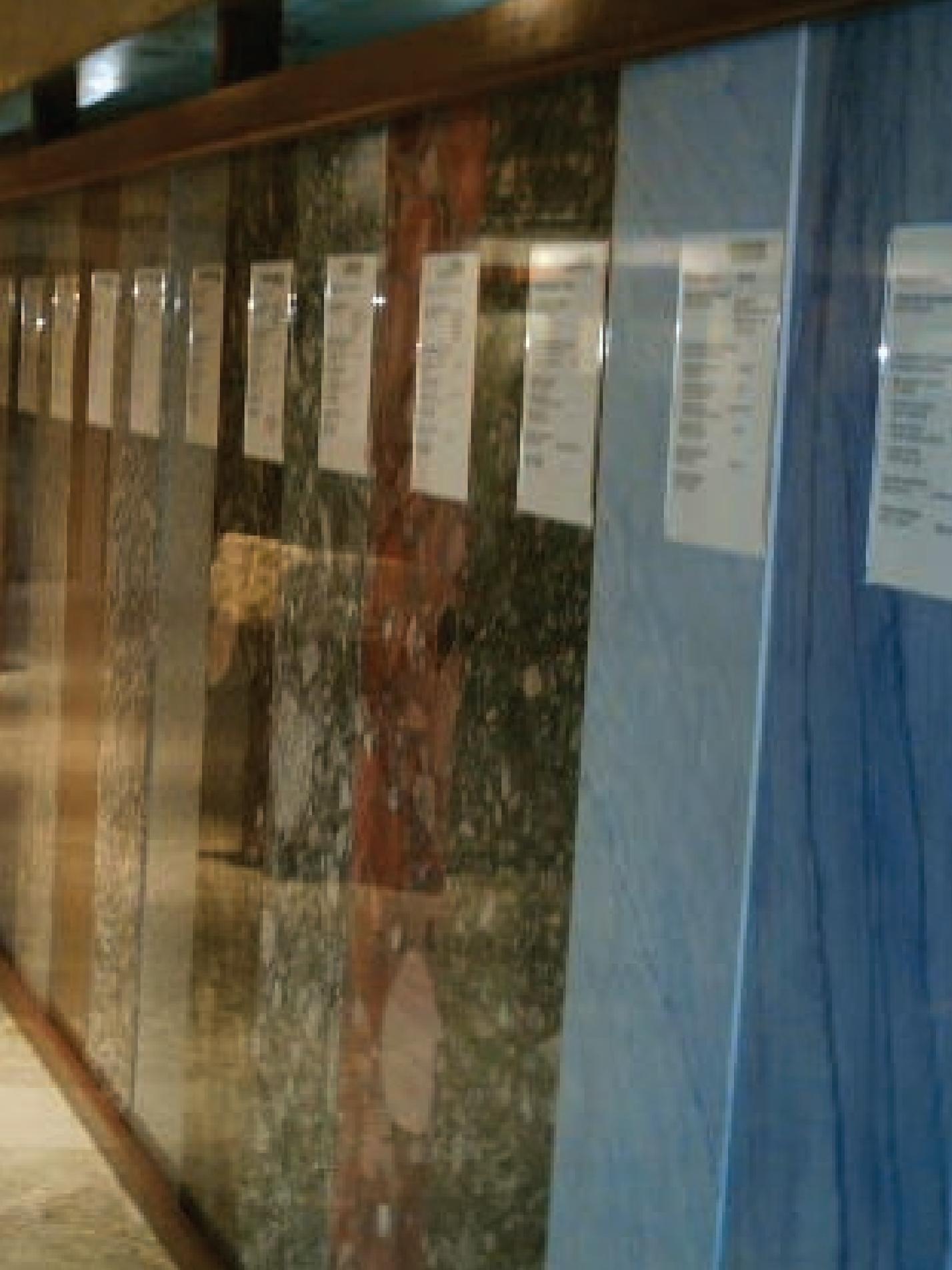
TRINTA anos de Sindirochas. Disponível em <<http://www.sindirochas.com.br/sind.htm>>. Acesso em 11 mar. 2011.

Erivelton Guizzardi Administrador pela Universidade Federal do Espírito Santo, trabalha no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES de Venda Nova do Imigrante. Suas áreas de interesse incluem estratégia, arranjos produtivos e formação de redes organizacionais.

Ricardo Savacini Pandolfi Consultor na DVF Consultoria, Vitória (Espírito Santo), onde coordena projeto de planejamento estratégico (www.dvf.com.br). Suas áreas de interesse incluem cultura organizacional, cultura do trabalho, imigração, desenvolvimento regional.

João Gualberto Moreira Vasconcellos Professor Titular aposentado da UFES, onde lecionou no curso de graduação e administração e também no mestrado da mesma área. Coordenou linhas de pesquisa denominada Capital Cultural, Desenvolvimento e Poder Local. Diretor da Futura Pesquisa e Consultoria, com atuação nos estados da Bahia e Espírito Santo. Pesquisador Associado do CIAGS/UFBA. Possui doutorado em Sociologia Política na EHESS, Paris, França. Autor, dentre outros livros, de *A Invenção do Coronel*, Edufes, 1995 e co-autor com Roberta da DaMatta de *Fé em Deus e Pé na Tabua*, Rocco, 2010.





A Força da Imigração Italiana na Construção de uma Cultura Empresarial

Ricardo Savacini Pandolfi

Resumo O objetivo do artigo é compreender a construção do capital cultural dos ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos familiares, o que gerou estratégias de racionalidade, certo padrão de afetividade e sociabilidade na comunidade em que estavam inseridos. Esse contexto possibilitou a definição de aspectos sociais e culturais, e de desdobramentos no campo empresarial em Colatina, no Espírito Santo. Recorremos ao método indiciário como método de pesquisa e à utilização de entrevistas como técnica de coleta de dados. Dessa forma, foi possível criar três eixos explicativos. Com esses três elementos, construiu-se a noção de *habitus* dos ítalo-brasileiros e a de capital cultural. Essa conjugação de elementos, presentes no município de Colatina, criou as condições para que se produzisse na região certa organização da sociedade local, implicando o surgimento de uma cultura empresarial e gerencial na região que a diferencia de outros espaços produtivos capixabas.

Palavras-chave Cultura do Trabalho. *Habitus*. Capital Cultural. Família. Cultura Empresarial.

Abstract The objective of the study is to understand, among Italian-Brazilian people, how the construction of the cultural capital, based in the culture of the work, in the church and in groups of kinship, has generated rationality strategies and a certain standard of affectivity and sociability in the community where they were inserted. That allowed the definition of social and cultural aspects; and unfoldings in the business field in Colatina, in the State of Espírito Santo. We appeal to the “indiciário” method as research method. That way, the notion of *habitus* of the Italian-Brazilian people and of local cultural capital was constructed. These elements, in the City of Colatina, created the environment for the organization of the local society, producing a business, managerial configuration in the region that distinguishes it from other productive areas in the State of Espírito Santo.

Keywords Work Culture. *Habitus*. Cultural Capital. Family. Corporate Culture.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de exaustivo levantamento secundário e pesquisa de campo sobre a imigração italiana no Espírito Santo, imigração esta que deixou marcas profundas na sociedade brasileira e isso não foi obra do acaso. A entrada de imigrantes alemães, italianos, japoneses, libaneses e espanhóis em nossas terras teve no fundo uma preocupação de branqueamento da raça brasileira (RAMOS, 1994), devido à discussão de teorias com bases científicas do século XIX, as quais pregavam a inferioridade da raça negra. Raça negra essa que não conseguiu se firmar entre os brasileiros como uma raça nobre. A ela, coube o papel da miscigenação e da suposta ideia de um país que tem no seu bojo uma visão mais “democrática” no que diz respeito à questão da raça (SEYFERTH, 1974).

O processo de imigração no Brasil foi baseado num projeto de monitoramento da população que envolvia o adensamento, branqueamento e a ‘elevação civilizatória’ dos habitantes do país. Essa política possuía dois objetivos claros: “o povoamento das regiões de fraca densidade populacional e a constituição de um mercado de trabalho para substituir a mão-de-obra escrava na produção mercantil-exportadora” (COLBARI, 1998, p. 129-130). Assim, Colbari (1998, p.132) enfatiza que “a questão não era somente a falta de população, os vazios demográficos, mas a falta de uma população portadora de certos atributos que permitissem sua incorporação no processo de produção”.

No Espírito Santo, para buscar entender esse fenômeno, é necessário voltar ao século XIX. Foi nesse momento histórico que o estado deixou para trás o seu marasmo econômico em relação às outras províncias e partiu para uma nova fase do seu desenvolvimento econômico. Fase esta marcada por transformações na economia regional: a cultura do café. É bom esclarecer que, no fim da escravidão, os trabalhadores da região sul passaram a trabalhar em sistema de parceria e os da região central reforçaram a produção familiar (ROCHA *et al.*, 1983). Esse reforço na pequena produção familiar se deveu à política do Império de distribuir frações de terras às famílias europeias, principalmente italianas e germânicas, as quais, com um pequeno pedaço de terra, “geraram uma importante estrutura de minifúndios e foram responsáveis por parte significativa da produção cafeeira, sobretudo a situada na região central e de montanhas” (VASCONCELLOS *et al.*, 1998, p.15).

Nesse sentido, Colatina, foco empírico do nosso artigo, é um município ao norte do estado, a 128 km da capital do estado, Vitória, e que só contou com a presença de imigrantes italianos em um segundo momento, no início do século XX, quando o limite físico, imposto pelo Rio Doce, foi superado. Duas situações explicam o direcionamento em relação ao norte do estado. O primeiro tem relação com a manutenção da pequena propriedade familiar, já que para produzir era necessário mover-se pelo território, e o Rio Doce era naturalmente um empecilho ao desenvolvimento da produção familiar. O segundo, em decorrência do primeiro, era a necessidade de transposição do rio, o que possibilitou a construção de um sistema de transporte, especialmente, a edificação da Ponte Florentino Ávidos, fator determinante para fazer de Colatina porta de acesso à região norte do estado e também para a manutenção da pequena produção familiar ou, até mesmo, ampliação do ritmo de sua

produção (CAMPOS JR., 2004). Além da ponte, segundo Ribeiro (1996), a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1906, foi o primeiro marco da transformação da região de Colatina em importante entreposto comercial e centro irradiador da expansão populacional a partir da margem norte do Rio Doce. A cidade transformou-se em parada para os passageiros e isto, somado ao intenso movimento de tropas cargueiras, estimulou o crescimento do comércio.

Entretanto, não será sobre o desenvolvimento do município que vamos nos debruçar, mas sobre a percepção de que há em Colatina uma formação empresarial marcada fortemente pela presença do trabalho do imigrante. Nessa perspectiva, a discussão estará voltada para a compreensão de atitudes, comportamentos, capacidades intrínsecas e valores. Mais particularmente o que está relacionado ao *habitus* do imigrante, ou seja, trataremos das estruturas que foram internalizadas pelo indivíduo, das concepções de juízo e ação, vindas da sociedade e partilhadas por todos aqueles que estavam submetidos a condicionamentos sociais similares (IEES, 2005). Ou ainda a história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental. Sendo assim, o *habitus* é história incorporada, e capital (BOURDIEU, 2003). Mais precisamente neste artigo, capital cultural.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo compreender como foi construído o capital cultural desses ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos de parentesco e que gerou estratégias de racionalidade, além de certo padrão de afetividade e sociabilidade na comunidade em que estavam inseridos. Esse contexto possibilitou a definição de aspectos sociais e culturais e de desdobramentos no campo empresarial em Colatina.

Buscou-se responder ao seguinte questionamento: a presença do trabalho do imigrante, organizado, sobretudo de forma familiar, foi um fator explicativo da forma como os empresários surgiram em Colatina? Isso explica o fato de haver, em Colatina, empresários e empreendimentos bem sucedidos e uma cultura empresarial moderna?

A seguir discorreremos sobre o sentido da imigração no Brasil e no Espírito Santo, especialmente em Colatina, a metodologia utilizada para coleta de dados, os resultados obtidos, a análise dos significados e as considerações finais.

O HABITUS E O CAPITAL CULTURAL

Para Bourdieu, o “indivíduo” denominado de agente, no nosso caso os ítalo-brasileiros, é um termo de acordo com os mesmos princípios, é indissociavelmente história incorporada e situada no mundo social.

Nesse sentido (Há uma repetição desse termo.), os agentes possuem *habitus*, ou seja, valores, elementos, estrutura social incorporada por esses imigrantes, podendo intitulá-lo de *habitus* dos ítalo-brasileiros e tem (a que esse verbo se refere: *habitus* ou agentes? Caso seja a agentes,

acrescentar o acento circunflexo.) “lugar”, posição em um espaço social, e que tem lugar no mundo particular e específico como o campo social desses imigrantes, o campo da comunidade de imigrantes formados no Município de Colatina, que se diferencia do campo dos imigrantes estabelecidos na região central do estado pelas suas especificidades. A prática é condicionada pelas determinações do *habitus* e da posição ocupada, ou seja, as ações possíveis são delimitadas pelas condições histórico-sociais. Como diz Bourdieu (1997, p. 17): “É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer.” Porém, acrescenta ainda: “Os agentes sociais não são, evidentemente, partículas passivamente levadas pelas forças do campo” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Os *habitus*, disposições e estruturas mentais incorporados ao longo da história do “indivíduo”, ou seja, os valores herdados pelo discurso da igreja, pela ética do trabalho e pelo núcleo familiar, os quais incluem os condicionamentos da origem (por exemplo: social, econômica ou geográfica), porém (O emprego dessa conjunção aqui soa estranho. Há uma ideia de contraste?): “só se realizam efetivamente em relação com uma estrutura determinada de posições socialmente marcadas” (BOURDIEU, 1996, p. 299). Ou seja, o *habitus* é expressão do corpo socializado, história das relações objetivas incorporadas que “confere” o sentido das práticas ou ações dos agentes, “sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional” (BOURDIEU, 1989, p. 62). Ao permitir o reconhecimento prático do jogo, o *habitus* permite a identificação do espaço de possíveis, do espaço relativamente autônomo das tomadas de posição dos agentes.

Estamos falando de uma história individual ou de grupo que foi sedimentada ao corpo, história incorporada, de certa estrutura social específica localizada em um campo, Colatina, de influência ítalo-brasileira que se tornou estrutura mental. Nesse sentido, o *habitus* ítalo-brasileiro ainda está presente nessa região de Colatina, porque ele não se resume a uma aptidão natural, mas social, e nesse sentido pode ser variável através do tempo. Ele também é transferível entre vários domínios presente na prática e está presente na relação dos indivíduos de mesma classe ou grupo, fundamentando os estilos de vida de cada agente. Também tem a característica de ser durável, duradouro, mas não estático ou eterno. O fato mais importante é que tem a característica de ter uma inércia incorporada, ou seja, uma resistência que os corpos materiais opõem à modificação de seu estado de movimento, mesmo quando são produzidas práticas moldadas depois das estruturas sociais que o (A que se refere esse pronome?) geraram. O *habitus* também introduz um hiato entre as ações do passado que o formaram ou produziram e as determinações das ações presentes ou atuais. Ele também é guia de ações que assume (Quem assume? Se ações, verbo no plural. Se ele, colocar vírgula depois de ações e usar o pronome relativo o qual.) a marca, a especificidade sistemática de estratégias, sem ser o produto da estratégia (IEES, 2005).

A noção de capital cultural é genérica e Bourdieu (1992) afirma que gostaria de denominá-lo capital informacional. O capital cultural “existe ele mesmo, sob três formas, no estado incorporado, objetivado e institucionalizado.” (BOURDIEU *et al.*, 1992, p.95). O capital cultural incorporado, vinculado ao corpo, supõe um investimento de tempo pessoal e intransferível, favorecido prioritariamente pelo capital cultural familiar acumulado, que

amplia de forma considerável o tempo de aquisição, na medida em que este é constituído na própria socialização.

No estado objetivado (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, escritos, pinturas etc.), o capital cultural, em sua dimensão material, pode ser obtido do mesmo modo que o capital econômico. Porém, somente se constitui em sua globalidade na dependência das categorias de percepção relativas ao estado incorporado, esta condição de sua apropriação efetiva. O capital cultural institucionalizado é o próprio reconhecimento institucional, que apesar de certa autonomia em relação ao capital cultural incorporado, sob a forma de um título escolar, permite o estabelecimento da possibilidade de conversão, atribuindo comensurabilidade na relação entre capital cultural e econômico, sendo tão mais valioso quanto mais raro ele for.

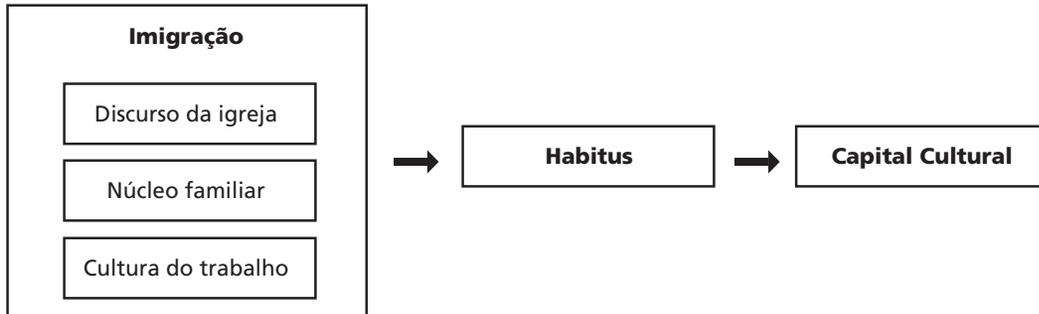
Nesse sentido, a história incorporada, o *habitus*, é um capital que possibilita aos agentes disporem das mesmas estruturas de percepção e de avaliação dos bens simbólicos de um universo social. Mas de que capital estamos nos reportando aqui? De um capital cultural, baseado nessas relações colocadas acima: religião, ética do trabalho, higiene, domínio de técnicas de produção, senso de organização e respeito às leis. No entanto, um capital cultural específico, o capital cultural incorporado, vinculado ao corpo, supõe um investimento de tempo pessoal e intransferível, favorecido prioritariamente pelo capital cultural familiar acumulado, que amplia de forma considerável o tempo de aquisição, na medida em que este é constituído na própria socialização.

Nessa perspectiva, os ítalo-brasileiros são portadores de um capital cultural que lhes possibilita certa vantagem em relação ao trabalhador nativo. Muitos imigrantes eram alfabetizados, tinham assimilado uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na igreja, na ética do trabalho e nos grupos de parentesco. Além do fato de serem brancos, o que facilitava seu trânsito numa sociedade impregnada pelos estigmas da escravidão da população negra.

Esses três eixos que constituem o *habitus* reafirmaram e preservaram a integridade do grupo familiar, a identidade sociocultural através do trabalho contínuo, obsessivo, o que garante a inserção desse capital cultural nas organizações econômicas e produtivas no município de Colatina. Esses aspectos socioculturais configuram um tipo de empresa, num campo territorial específico e particular como o de Colatina, com características próprias e peculiares.

A Figura 1 sintetiza as ideias defendidas neste artigo.

Figura 1 – As relações entre o capital cultural e a imigração



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado foi o indiciário (GINZBURG, 1989). O nosso objetivo se resume em utilizá-lo como método de pesquisa, entendendo por método todo o processo de pesquisa, de instrução, de investigação, de apresentação, de escolhas, um modo de agir, de proceder no campo da pesquisa. Por que esse método? Primeiro, porque ele parte da interdisciplinaridade, de um pluralismo teórico e metodológico, da mesma forma em que se tece o tema imigração italiana, pois estamos utilizando conceitos relativos ao campo da administração, antropologia, história e sociologia. Segundo, os parâmetros indiciários não tecem teorias permanentes, mas sim, teorias que possam ser refutadas, refeitas, reconcluídas, o que atende ao próprio objeto. Novas teorias poderão ser formuladas a partir do tema imigração, porque entendemos que os fatos históricos não são deterministas ou generalistas. Existem realidades e não realidade histórica, verdade e verdades históricas, a melhor versão dependerá de que olhar ela será vista, porque os olhares são muitos, os sentidos são diversos e os interesses plurais. O terceiro ponto está relacionado a uma perspectiva ensaísta da narrativa histórica, o que coaduna com o que podemos inferir neste artigo. Não estamos lidando com os imigrantes que para cá vieram, mas sim, com memórias daqueles que ouviram, que de uma forma ou de outra vivenciaram esse cotidiano, pois se “as causas não são reproduzíveis, só nos resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1989, p.169). Outro elemento do método é que ele se desloca para o ângulo da pesquisa, o vínculo entre retórica e prova, que faz parte do modelo ensaísta que pretendemos adotar. A prova se dará dentro da perspectiva da retórica. Nesse caso, o critério de escolha do indício não invalida o caráter científico das ciências conjecturais, porque a realidade é opaca, nela existem pontos privilegiados, indícios, sintomas, que tornam possíveis decifrá-la, ou seja, a retórica não é incompatível com a prova empírica palpável. Nesse sentido, o método requer um exercício de imaginação e argumentação retórica.

O método indiciário (GINZBURG, 1989) é de cunho qualitativo. Neste sentido, foi utilizado como técnica de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas. Também foi utilizado o manuseio de documentos.

O critério de escolha do informante era ser filho, neto ou bisneto dos imigrantes italianos que escolheram Colatina para residir e montar os seus negócios. A população escolhida foi dividida em três segmentos: empresários do setor de confecções (5 entrevistas), os moradores de Colatina (11 entrevistas) e estudiosos (4 entrevistas) do tema imigração italiana, tanto em Colatina quanto no restante do Estado do Espírito Santo. As entrevistas foram realizadas durante os meses de maio a dezembro de 2006, num total de 20 entrevistas.

Recorreu-se à literatura existente sobre a imigração italiana no Espírito Santo, principalmente em Colatina, através de dissertações, teses, livros e artigos na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Assim como também a jornais, revistas e livros na Biblioteca Municipal de Colatina. Revisado todo o material bibliográfico, retiraram-se os elementos que ainda não haviam sido bem explorados nesses estudos, os vazios, os assuntos não discutidos, principalmente aqueles que fossem viáveis para dar conta da explicação do capital cultural dos ítalo-brasileiros. Nesse sentido, chegou-se a três eixos: o discurso da igreja, a cultura do trabalho e o núcleo familiar. Com esses três elementos construiu-se a noção de *habitus* e a de capital cultural presente na região de Colatina.

Nessa perspectiva, para montar um quadro, uma pintura do momento histórico, era necessário buscar na memória das pessoas o tempo múltiplo, não somente o cronológico, já que recorrer a ela é construir o passado com os olhos e valores de hoje, sendo ao mesmo tempo um documento do presente e uma reconstrução de fatos passados, um elemento constitutivo do sentimento de identidade relacionado ao sentimento de continuidade e coerência. Nesse sentido, história e memória são batalhas simbólicas pela apropriação de eventos do passado que devem ser lembrados, pois “a essência de nação consiste na existência de uma memória, de um patrimônio comum a todos os indivíduos” (OLIVEIRA, 2006, p.13).

Porém, o que essa discussão, tanto do tema quanto do método, agrega ao campo da Administração? Para Bourdieu, o fazer científico está no mundo. A questão é: como fazer para “tomar” o mundo como objeto? Para responder a esta pergunta, Bourdieu apresenta um pré-requisito: “tomar” o próprio fazer científico como objeto. Prosseguindo na reflexão, surge a questão: a partir de que pressupostos é possível “tomar” o fazer científico como objeto? O primeiro pressuposto já foi dado: o fazer científico é histórico e social. Aceitá-lo implica pensar os pressupostos como inseparavelmente inscritos na epistemologia e na sociologia. O que estamos trazendo como forma de agregar valor às teorias da administração é uma dimensão pouco considerada no campo, uma abordagem histórica. Com essa perspectiva, é possível dar mais ênfase às histórias de vida, às experiências vividas e internalizadas pelos indivíduos. O que coaduna com o pensamento de Chanlat (2000), quando o autor analisa que essa dimensão é esquecida nas organizações modernas, já que os gestores estão, de certa forma, submersos em ações imediatas e orientados para as questões de curto prazo, pois têm a tendência de eliminar a memória e trabalhar com horizontes mais curtos. Entretanto, se essa dimensão é esquecida, esquecemos igualmente quem somos e de onde viemos, já que a história é constituída da identidade dos indivíduos e das sociedades.

COLATINA: PRESENTE E PASSADO

Colatina se configura como um dos principais polos da economia capixaba, sendo o município articulador não apenas econômico, mas também político de toda a região noroeste. É um dos centros regionais mais dinâmicos de uma nova economia que vai se construindo no estado, onde os chamados Arranjos Produtivos Locais são peças-chave. Como salienta um empresário: “Em Colatina então surgiram muitas indústrias de confecções com grande força, inclusive para o mercado interno e até para a exportação, estamos exportando” (Empresário D, 30 anos).

Cabe lembrar, para compreendermos melhor o caso de Colatina, que o Espírito Santo teve seu primeiro ciclo de desenvolvimento alimentado pela cultura do café. Posteriormente, voltou-se para um ciclo de industrialização que se deu primeiro com capitais locais, depois com forte internacionalização dos investimentos. Nesses ciclos, e mesmo em movimentos anteriores, os processos sociais foram sendo amadurecidos, consolidados e constituidores de uma nova base de sustentação de novos ciclos na sociedade. Como enfatiza um pesquisador: “Eles [os imigrantes] já estavam produzindo café, porque a produção de café foi logo no início. O principal produto era o café, tem que ter em mente que o café era fundamental, quem já produzia tinha dificuldade de transporte” (Pesquisador D).

Além disso, as condições objetivas de operação econômica, política e social do Brasil também mudaram muito. A chamada abertura econômica vivida a partir do início dos anos 1990 lançou-nos em mercados altamente competitivos e nos possibilitou também ampliar os níveis de competitividade de nossos sistemas econômicos. Economias locais como as de Colatina puderam inserir-se em mercados nunca antes imaginados. Desde que tivessem – e esse era claramente o caso do arranjo do vestuário em Colatina – as condições endógenas para lançar-se a novos desafios. Valendo-se assim de elementos positivos, evoluiu de pólo importante do ciclo do café para centro dinâmico daquilo que podemos chamar de nova economia capixaba, fazendo surgir um novo arranjo não apenas entre empresários, mas entre eles e a sociedade, ajudando a configurar um novo poder local.

Cabe aqui uma explicação. A conjugação de elementos presentes desde o início da ocupação territorial e da exploração econômica da região – ambas proporcionadas pela presença marcante dos imigrantes – criou as condições para que se produzisse na região de Colatina certa organização da sociedade local, sob a forma de valores como a confiança, a cooperação e a solidariedade e permitiu o surgimento de uma configuração empresarial, gerencial e política na região que a diferencia de outros espaços produtivos capixabas. Das entrevistas realizadas durante a pesquisa, pode-se depreender facilmente que existe um sentimento comunitário que é forte e estruturado a partir do envolvimento entre as pessoas, gerando uma interatividade muito propícia ao desenvolvimento de relações mais cooperadas. O que coaduna com o pensamento de um entrevistado: “No município de Colatina, os imigrantes chegaram em 1888, não existia nada, não tinha luz elétrica, não tinha água, não tinha rede de esgoto. Vê essa situação difícil. Mas as pessoas se ajudavam” (Morador A, 80 anos).

Nas grandes modificações econômicas, sociais e políticas pelas quais Colatina vem passando,

destaca-se a constituição de um novo setor econômico: o vestuário. Ele transformou-se em uma espécie de carro-chefe da economia local, seja em termos de volume produzido, seja em capacidade de gerar marca para a cidade. Aliás, essa marca ligada à indústria da moda é um dos seus grandes diferenciais competitivos e das outras localidades que se articulam e se locomovem em torno dela. É um capital intangível importante, capaz de conferir aos empresários ligados ao setor uma presença diferenciada nos espaços em que atuam.

Como construção sócio-histórica, a cidade de Colatina teve uma trajetória que pode nos ajudar a explicar não apenas o surgimento e afirmação de um novo centro dinâmico, como também a construção de certo estoque de capital intangível. Para começar a entender o que vem se passando, é válido lembrar que no final do século XIX e início do século XX, em decorrência de uma grave crise, entre outros fatores, sobretudo da: a) extinção do trabalho escravo decretado no fim do período imperial; b) a chegada em massa para o Espírito Santo do trabalhador imigrante, principalmente italiano; c) e ainda, a crise internacional de preços e também da própria comercialização do café, houve, no contexto de uma nova distribuição de importâncias no espaço produtivo capixaba, um deslocamento progressivo do eixo dinâmico da economia e da produção agrícola, do sul para o norte do estado (CAMPOS JR., 2004).

Com a construção da estrada de ferro Vitória a Minas, chegando a ferrovia em 1906 na cidade, Colatina consolida a sua posição de centro comercial da região (CAMPOS JR., 2004). A construção da ferrovia para ligar o Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais, concebida pelo Presidente Muniz Freire (1892-1895), teve impacto muito forte em Colatina. Ele queria trazer o café produzido no Espírito Santo e em Minas para ser exportado por Vitória, viabilizando economicamente o seu porto (CAMPOS JR., 2005).

Nas imediações da margem direita do Rio Doce, nos arredores de Colatina, já havia cultivo de café e a ferrovia permitiu o seu escoamento com maior facilidade, além de funcionar como indutor da expansão do café em direção ao território mineiro, contribuindo para a formação de novos polos comerciais, como os de Colatina. Da mesma forma que Colatina foi o ponto de partida da frente pioneira para o norte do Rio Doce, também foi o ponto de chegada das mercadorias produzidas na região. A passagem dos produtos por Colatina para serem embarcados no trem, desenvolveu um importante comércio regional.

O Município de Colatina teve, tradicionalmente, como uma de suas principais atividades econômicas a extração de madeira e a produção de café. Na verdade, a extração da madeira teve início em função dos cafezais. Como os imigrantes eram muito descapitalizados e o café naquela época levava cerca de sete anos para ter-se a primeira colheita, os colonos tinham de gerar outras fontes de renda. Assim, como estavam dentro da Mata Atlântica e precisavam mesmo desmatar para começar suas lavouras, foram retirando as árvores mais nobres. Assim, lentamente foram vendendo jacarandás, perobas e outras madeiras nobres até a sua extinção. Entre os anos 1940 e início dos anos 1960, a extração de madeira teve forte importância na região e construiu uma nova base econômica, juntamente com o café.

Entretanto, no final dos anos 1950, o governo brasileiro requalificou a produção do café

para exportação. O café que o Espírito Santo produzia era de baixa qualidade e assim foi decidido, nas instâncias centrais da burocracia governamental, que ele deveria ser erradicado. A retirada dos pés de café foi iniciada no fim da década de 1950 e prolongada até o início dos anos 1970. A erradicação não apenas esvaziou o campo como provocou um movimento maciço da população rural em direção à cidade, criando enormes bolsões de miséria, além de uma mão-de-obra mais extensiva e, portanto, mais barata. A recomposição produtiva basear-se-ia, então, com as iniciativas empresariais mais expostas à concorrência de fora, criando novas oportunidades para além de seu mercado local (DADALTO, 2004).

Não podemos, entretanto, afirmar com segurança que foi o esvaziamento da cultura do café que produziu um setor industrial forte e potente. Fosse apenas isso, esse mesmo setor teria se desenvolvido em outras cidades próximas. Na verdade, a história não é linear e nem se desenvolve de uma forma que possamos traçar um quadro simples. Ela também é o lugar do inesperado. O que as falas apontam é que havia um conjunto de condições especiais instaladas na região, sendo a presença dos ítalo-brasileiros o seu elemento mais forte, que possibilitou o desenvolvimento de um novo patamar de crescimento, criando uma cultura empresarial voltada para as atividades industriais por parte dos setores mais novos das famílias ítalo-brasileiras. Em seguida, apontamos alguns dos elementos que julgamos explicativos dessa presença dos ítalo-brasileiros.

OS INDÍCIOS PARA UMA REFLEXÃO DO CAMPO EMPRESARIAL EM COLATINA

O Papel da Igreja

Nas falas dos entrevistados, há um fato que é recorrente: a presença marcante da Igreja junto a esses colonos ítalo-brasileiros. Uma presença viva e constante, que tinha um papel importante na vida desses imigrantes, o de elemento de coesão, de transmissão de valores, como concorda um entrevistado:

Todos esses elementos conservavam os principais hábitos e costumes dessa “italianada” e a que se destacava era a prática da religião católica. Nesse sentido, os imigrantes, como o meu avô, exerciam a função de fabricante, tesoureiro da igreja, cabendo a todos zelar pelo templo e organizar festas da igreja e da comunidade (Morador G, 50 anos).

Mais do que um espaço físico para as reuniões, ou até mesmo para o funcionamento das escolas, a igreja, com a presença do padre, era um espaço onde eram ensinadas as questões relativas à convivência harmoniosa, à confiança, à reciprocidade, o fazer o bem, geralmente em regiões de dificuldades de transporte, de trabalho duro nas lavouras. “A igreja também já serviu como estabelecimento de ensino. Nós já estudamos na igreja, porque não tinha escola, nem lugar para estudarmos” (Morador D, 85 anos). “O padre estava presente em todas as situações da comunidade, participando da separação das brigas de família, no almoço de

domingo, em tantas situações” (Pesquisador C).

A presença do padre parecia ajudar a atenuar os desconfortos e a vida difícil que os imigrantes levavam. Sendo o lugar de encontro para esses ítalo-brasileiros, a igreja desempenhava o papel de instituição social. Como afirma um empresário: “Era costume, falava a nona, que, na igreja, os homens sentavam-se numa ala dos bancos e as mulheres na outra. Não se misturavam. As cerimônias religiosas eram seguidas com muito respeito e ninguém ousava interrompê-las ou perturbá-las” (Empresário D, 30 anos). Foi a igreja que garantiu a coesão tão necessária num ambiente novo, desconhecido e hostil. Era, na verdade, o centro dos valores morais e mantinha viva a tendência da ajuda mútua. “O que os imigrantes nunca dispensaram eram as missas e as rezas” (Morador A, 80 anos). Porém, o que queremos apresentar diz respeito ao elemento que parece ser o papel do clero para com os imigrantes, colocar nas mentes desses imigrantes uma relação com o trabalho diferenciada e o desenvolvimento de uma ética para o trabalho. Pensamento confirmado nas falas dos entrevistados: “Não só o padre, mas a religião católica em si, ela estava presente na maneira de ser, de agir, de pensar, de reagir desses imigrantes” (Pesquisador C).

É também importante ressaltar alguns rigores seguidos pelos imigrantes pela fé católica. Pregavam abstinência na quaresma e na Semana Santa, dormindo em quartos separados. Já o carnaval era uma invenção diabólica para os colonos mais puritanos (Morador C, 79 anos).

Para Almeida (2002), o imigrante italiano foi instrumentalizado pelo catolicismo romano, numa tentativa, por parte da Igreja, de influenciar na política imigratória, devido ao que seria natural para o Estado moderno, a separação entre Igreja e o Estado brasileiro. “Na tentativa de estabelecer os critérios para a arregimentação de trabalhadores, o catolicismo romanizado estimulou a elaboração de pastorais voltadas para o enquadramento do imigrante, tendo em vista o seu projeto religioso e político” (ALMEIDA, 2002, p. 2).

A tese de Almeida (2002) era a mesma defendida por Colbari (1998) com relação ao imigrante ideal para a Igreja Católica, ou seja, uma pessoa comprometida com os laços culturais e religiosos, sendo essa a imagem idealizada pelo clero. Tendo o imigrante que ser portador das marcas da resignação e a Igreja o papel de moldá-los. Portanto, o que a Igreja buscava eram indivíduos obedientes, como concorda um morador entrevistado: “[...] a Igreja tinha um papel de unir, de evangelizar, me parece, não sei se estou enganada, mas uma forma também de catequizar, não catequizar como os jesuítas, mas uma catequização para a vida, em família e principalmente voltada para o trabalho” (Morador D, 85 anos).

Conforme Almeida (2002, p. 2), o catolicismo buscava forjar, sob seus auspícios, a unidade cultural e religiosa do País. “O papel do padre era que este ressaltasse as obrigações morais dos indivíduos, para o seu dever de obediência, de humildade, de docilidade e resignação, aceitando sua situação como desígnio divino, uma vez que a ordem social era por ele estabelecida”. O fato é que, além das prerrogativas políticas e econômicas em relação à política da imigração, o objetivo da Igreja romana era enquadrar os colonos italianos na sua doutrina .

O Núcleo Familiar como Patrimônio

Segundo Zanini (2004), a família, para esses descendentes de italianos, é um elemento compreendido como um patrimônio, numa perspectiva que procura valorizar o sangue e a etnia. Para Zanini (2004, p. 57), “a família se torna patrimônio simbólico que agrega valor a seus membros. Portanto, ser membro de determinada família, ter origem italiana e compartilhar de um itinerário de sucesso valoriza positivamente a identidade do descendente”. Para a autora, esse patrimônio interage no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 2003), no qual a questão da etnia, como num campo (BOURDIEU, 2003), representa busca por capacidade, aptidão e na capacidade de influenciar, na capacidade superiora. Nesse sentido, os descendentes são os herdeiros e portadores da saga do imigrante e do histórico particular dos seus antepassados (ZANINI, 2004). Análise corroborada por um empresário:

Vovô era um homem fortíssimo, viajava 4 horas a pé, com um saco de milho às costas, até o moinho mais próximo e voltava carregando o fubá. Sua disposição era incomum para o trabalho. Também derrubava mata, trabalho do qual não tinha muita prática, foi atingido por uma árvore que caía. Mas, mesmo assim, levantou-se e, com auxílio de outros companheiros, foi caminhando para casa, onde faleceu horas mais tarde, sem qualquer assistência médica (Empresário A, 50 anos).

A colonização foi um empreendimento familiar (COLBARI, 1998). Não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreendimento familiar, tendo o seu apoio mais notório no trabalho e na Igreja. Esse núcleo familiar também se utilizava de vários subterfúgios para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade: o encaminhamento dos filhos e filhas aos seminários, a distribuição racional daqueles que trabalhavam nas lavouras e os que estudavam. Como nos esclarece um morador: “[...] Meu tio foi para o convento, era o do meio, pois o mais velho que ficou com as terras. Era assim e ninguém discutia” (Morador A, 80 anos). Corroborado por um pesquisador entrevistado: “[...] Quando me casei, só levei os presentes do casamento e uma máquina de costurar da minha mãe, as mulheres não tinham direito a herança. Só os homens” (Pesquisador D).

Os casamentos entre as famílias são exemplos dessas estratégias para a não fragmentação das extensões de terra. Podendo ser entendido como a racionalidade da cultura italiana (BANCK, 1998) para a manutenção da propriedade, já que as famílias eram numerosas. Era preciso prever uma forma de que não houvesse uma dispersão da propriedade. Além disso, o nível de escolaridade possível de se atingir era o básico. Muitas vezes, as aulas eram ministradas por professores contratados pelas famílias.

Para a imigração, eles representavam um tipo humano disciplinado, com uma cultura de trabalho e organização social cujo eixo estava na Igreja e no grau de parentesco. Aliás, “a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal” (COLBARI, 1998, p.137).

Essa forma de sociabilização, ou seja, aqueles que se associam em grupo, constituiu a

realidade dos imigrantes e estava estruturada a partir da vida familiar, sendo esse o núcleo que provocou o desatar dos motivos ou causas para enfrentar as adversidades das condições físicas e sociais da região estudada e para manter o grupo unido e coeso, nessa vivência comunitária.

A família enquanto uma espécie de cooperativa é um importante elemento a ser considerado, pois ele é importante para se compreender a estrutura das empresas hoje no Espírito Santo e particularmente em Colatina. A fala a seguir reafirma este item:

Bom, quando acabamos, acho, a quarta série, estou transformando para hoje para você entender melhor, porque antes não se chamava assim. Meus parentes se reuniram e decidiram que meu pai tinha que abrir um comércio na cidade, porque era preciso dar acesso à educação às crianças, continuar a estudar. Bom, assim aconteceu, meus pais se mudaram para Colatina, montaram um comércio, construíram uma casa que foi para toda a família, um ponto de passagem (Morador L, 25 anos).

Por que estamos nos referindo à cooperativa? Porque unia geralmente uma mesma família. O patriarca geralmente tinha vários filhos, 12, por exemplo, que geravam outras famílias também numerosas. Estamos aí falando num total de 70 pessoas entre genros, noras, filhos, netos. Um contingente representativo de pessoas. Era preciso alimentá-los, educá-los. Para tanto, era preciso ter certa organização interna quanto a quem cuidava do quê. Geralmente, as famílias mais abastadas tinham vários tipos de atividades, comércio, plantação de café, plantação de frutas e cereais, criação de bois e porcos, entre outros negócios. Até mesmo as famílias menos abastadas, que tinham apenas uma atividade econômica, necessitavam de um tipo de organização para que a produção pudesse ser suficiente para alimentar e vestir a todos.

É importante salientar que, no Espírito Santo, pouquíssimos foram aqueles imigrantes que foram meeiros ou trabalhadores assalariados. A literatura sobre o tema relaciona que os imigrantes receberam pequenas propriedades e delas viviam (CAMPOS JR., 1996).

Nessa perspectiva, todos tinham uma função bem clara dentro da família, cada um possuía uma tarefa a ser desenvolvida, sendo geralmente o patriarca o que gerenciava a todos. A participação das mulheres nas lavouras acontecia na colheita basicamente, porque cabia aos homens, o trabalho que necessitava de força física. Esse papel estava relacionado geralmente às famílias de menor poder aquisitivo, já que as mulheres de uma família mais abastada eram donas de casa e cuidavam da educação dos filhos e dos afazeres domésticos; não que as outras não tivessem esse tipo de papel, só que, para aquelas, a jornada era dupla. A fala do entrevistado reafirma esta ideia:

Vovó fazia doces muito bem e estava firme na convicção de fabricar massas e doces caseiros de mamão, de goiaba, de pêssego e de figo, com a ajuda das filhas. Já os homens, os filhos, eram os vendedores. O tio Tito não gostava muito de

ficar preso à venda, não, mas, mesmo assim, ajudava a vender os doces. Mas a maioria dos meus tios já trabalhava na venda desde muito pequenos, já com 12 anos, e tinham interesse pelos negócios (Morador E, 55 anos).

Contrastando Culturas do Trabalho a Partir da Cultura do Imigrante

Segundo Holanda (1995), Prado Jr (1999), Freyre (2003) e DaMatta (1997), a frouxidão da estrutura social, associada à falta de hierarquia na estrutura da sociedade de origem lusitana, gerou um tipo humano brasileiro com uma ética do trabalho bem diferente do que vai ser notado no contexto da imigração de estrangeiros no país. Como corrobora o empresário entrevistado: “Minha vó também recorda que em plena lua-de-mel foi plantar café com o seu marido, o meu avô” (Empresário E, 55 anos).

Neste contexto, a valorização da ociosidade, do trabalho não-manual, do personalismo, vai formar no Brasil Colônia um tipo particular de família e de “negociantes”. A libertação dos escravos representou no Brasil mais do que a liberdade para um povo cativo, mas, também, o fim de uma estrutura de produção.

A relação com o trabalho de herança portuguesa é um fato que não pode deixar de ser mencionado. Não houve, entre a gente lusitana, uma religião para o trabalho ou para o apreço às atividades utilitárias (HOLANDA, 1995). Ao contrário, houve uma ânsia pela prosperidade sem custo, pelos títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis. Não é de se espantar o uso do trabalho cativo nas lavouras cafeeiras. Destoando, portanto, do *ethos* protestante defendido por Max Weber (ano?). Enquanto os povos protestantes tinham um apreço e uma valorização pelas tarefas manuais, as nações ibéricas possuíam um apreço maior pela “vida fácil”, pelo ócio, em detrimento do trabalho pela luta do pão de cada dia (Holanda, 1995). Para os entrevistados: “Acho que me esqueci de mencionar que tivemos escravidão. Esse fato não é um caso qualquer, é um elemento importante, porque a população, ou melhor, a sociedade então tinha que lidar com o trabalho” (Empresário D, 30 anos). “Acho que esse elemento da escravidão ficou muito arraigado em nós” (Pesquisador D).

“Em Portugal, somos todos fidalgos.” Essa frase de Fradique Mendonça retrata bem a forma como os portugueses encaravam a relação com o trabalho e reforça o exemplo acima citado. Além, é claro, de exaltar o prestígio social, o privilégio, favorecendo a mania de fidalguia, reforçando a ideia de repulsa ao trabalho regular e utilitário.

Marcante, e que deve ser levantada e discutida e que também não guarda relação com o mundo da imigração italiana, é a reduzida capacidade de organização social da nação portuguesa. Dificilmente a solidariedade fazia parte da moral do trabalho na Península Ibérica. Dada a característica personalista desta sociedade, que valorizava o mérito pessoal, não é de se admirar que a ideia de solidariedade faça parte do imaginário desses povos. “Se os homens se ajudavam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no mais animados pelo espírito da caninha do que do amor ao trabalho” (HOLANDA, 1995, p.60).

Holanda (1995), ao criar o dueto aventureiro e trabalhador, permite diferenciar o típico homem português que para cá veio, do imigrante estrangeiro. Apesar de não ter afirmado isso

na sua obra, até porque a finalidade era outra, ele acaba por apresentar um novo perfil: o da ética do trabalho, pautado numa nova moral, em contraposição ao universo lusitano. Apesar do autor não ter detalhado o tema, dando maior atenção à ética aventureira, o conceito defendido pelo autor nos permite refletir a respeito do assunto. Pensamento reafirmado pelos entrevistados: “Bom, o trabalho entre a italianada começava cedo, de madrugada, na verdade. Eram pessoas determinadas, que tinham um objetivo claro, vencer na América” (Morador D, 85 anos). “A dedicação exemplar ao trabalho, pois, não mais era do que um imperativo de sobrevivência” (Morador A, 80 anos).

Para Holanda (1995), será (??) a partir da sua afirmação de que existe uma ética da aventura e que existe uma ética do trabalho, uma distinção do mundo português (pautado na ética da aventura) e um outro mundo que ele não exprime qual, mas que é regimentado pelos que vieram para cá para trabalhar, se sujeitar ao trabalho pesado da lavoura, ao esforço, a enfrentar o trabalho manual. Não vieram para cá com a finalidade de se tornar bacharéis e trabalhar no serviço público. Não havendo, portanto, como dissociar o mundo do trabalho pesado na produção da imigração, muito pelo contrário, uma vez que falar em trabalho é pensar imigração e vice-versa. A fala dos entrevistados corrobora este pensamento:

Os imigrantes ajudaram a povoar terras vazias, cultivar fazendas de café, fundaram vilas, montaram escolas, criaram uma mentalidade junto aos seus descendentes de boas maneiras, de moral, de ética, de um conjunto de valores importantes (Empresário A, 50 anos).

É preciso lembrar que eles (os imigrantes) estavam relegados à própria sorte em contexto hostil, onde a sobrevivência impunha o espírito de desbravamento (Morador G, 50 anos).

É preciso abrir um parêntese para que essa discussão não seja enquadrada no que DaMatta (1983) intitulou da “Fábula das Três Raças”, ou seja, na imagem do mito da origem em que “índios”, “brancos” e “negros” são apresentados como partes complementares da Nação brasileira. Essa complementariedade se definiu em torno de um conjunto de propriedades diferenciais: negro/força, índio/coragem, branco/inteligência, que, uma vez combinadas historicamente, teriam dado origem ao Brasil. Pois é preciso levantar que a colonização brasileira teve um sentido nos trópicos, tomando para si um aspecto de uma empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais em proveito de um comércio europeu. O que explica os contornos fundamentais tanto econômicos quanto sociais da formação da história do Brasil (PRADO JR., 1999) e a ética da aventura discutida por Holanda (1995). Estamos levantando essa questão, pois não estamos fazendo nenhum tipo de apologia aos ítalo-brasileiros como portadores de características superiores a outras etnias, mas o que se discute e analisa é um relato do que foi visto, sentido, percebido no campo empírico e na literatura que discute o tema da imigração.

Pois, enquanto para o tipo aventureiro a “mira do esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que dispensa, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1995, p.

44). O trabalhador, ao contrário, enxerga primeiro o obstáculo a transpor. Esforçando-se mais, com recompensas nem sempre satisfatórias, mas com um olhar mais atento a tentar tirar proveito aparentemente do insignificante.

Dentro dessa lógica apresentada por Holanda (1995), o tipo trabalhador construirá uma moral do trabalho diferente do aventureiro, não atribuindo valor às características do outro perfil: irresponsabilidade, ousadia, bravura, valentia. Ou seja, não irá valorizar nada que esteja ligado à questão da amplitude, da vastidão e do sentido de espaçoso do mundo. Ao contrário, privilegiará atitudes baseadas na estabilidade, na segurança e em perspectivas materiais sem proveito rápido. Para os entrevistados: “Os italianos nunca foram poupados do trabalho árduo e pesado” (Empresário D, 30 anos). “Eles eram diferentes dos negros ou dos índios, mas o fato é que estavam aqui para trabalhar e era isso que faziam, até que senão não teríamos o que temos hoje” (Morador B, 76 anos). “Mas acho que interessante é mencionar que todos os esforços tinham basicamente duas finalidades: melhorar o orçamento familiar e permitir a formação de poupança” (Morador D, 85 anos).

Se por um lado a característica do tipo aventureiro esteve ligada ao mundo colonial e sendo imprescindível para a colonização de outrora, nesse novo contexto, o da quebra da estrutura baseada na monocultura e escravista, a figura do trabalhador tem uma afinidade maior com o que se quer realizar no Brasil com a vinda dos imigrantes italianos. Transformar um país essencialmente agrícola, colonizado, numa nação republicana, industrial e democrática.

Deve-se ressaltar que não apenas o aventureiro não tem relação com o mundo da imigração, mas outras características ou traços da cultura brasileira presentes nos clássicos antropológicos e sociológicos brasileiros como: o homem cordial, o personalismo, a “sensualidade brejeira”, como salienta Holanda (1995), o paternalismo, fazem parte de um Brasil a partir de uma ótica lusitana, que não possibilita explicar completamente o Brasil contemporâneo. Esses traços da cultura brasileira não incorporaram a presença da cultura de outros povos, em particular dos italianos. “Essas ‘explicações’ se concentram sobretudo no passado” (CÂNDIDO, 1998, p. 84). Como afirma um entrevistado: “Mas os italianos que para cá vieram tiveram um bonito papel, mas um papel nem sempre fácil de ser exercido” (Morador J, 27 anos).

Meu avô era um senhor muito trabalhador, acordava cedo, ia para a lavoura, só voltava à noite com toda a família, uma pessoa sem muitos luxos, sem muitas preocupações que temos hoje com relação ao consumo. O importante para ele era poupar e guardar para os filhos, foi o que fez a vida inteira (Morador A, 80 anos).

Para Cândido (1998), esse entusiasmo de Holanda, de Freyre, de Oliveira Viana, de Manoel Bonfim, pela raiz lusitana em nossa formação, resulta de uma visão conservadora e de saudosismo. Essa visão, segundo o autor, dificulta explicar a concepção do Brasil de hoje, não mais apenas português, mas com uma contribuição dos imigrantes. Para o autor é “curioso que não tenha feito referência ao imigrante para caracterizar uma nova era devida em parte à influência deste” (CÂNDIDO, 1998, p. 84).

No entanto, essa análise não leva em consideração algumas características, especificidades ocorridas em outras regiões do país como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, especialmente em Colatina, que parece ter reproduzido o discurso da política da imigração no país, os núcleos coloniais. O Espírito Santo, particularmente Colatina, não realizou, como São Paulo ou o Rio de Janeiro, a mesma estrutura de imigração, seja ela nas grandes fazendas, seja na incorporação dessa mão-de-obra na indústria. Como salienta Taunay (1943), aqui foi tudo modesto e tardio. Isto não deixa de ser verdade. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que o processo da imigração italiana realizada no estado contribuiu para o desenvolvimento de Colatina e de outros municípios, pois propiciou a organização da vida produtiva em terras capixabas, lançando as bases para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas chefiadas por famílias de origem europeia, em especial de origem italiana.

A imigração italiana em Colatina não só influenciou a vida produtiva e a configuração do cenário empresarial no universo da cultura empresarial e organizacional das empresas e dos seus dirigentes, como também imprimiu a sua marca na formação social e cultural do Município de Colatina. Preservando a sua identidade, a sua especificidade, frente ao caldeirão de etnias que é o Espírito Santo. Pensamento reafirmado pelos entrevistados: “Eu faço parte de uma dessas famílias importantes no estado. Essa grande empresa nasceu aqui em Colatina e somos oriundos de tudo isso que discutimos aqui durante essas entrevistas” (Pesquisador D).

Não sei explicar o que é exatamente, mas essas questões que estamos discutindo, talvez expliquem isso (a relação igreja, trabalho, família). Até porque não veria uma relação melhor, mas o fato é que somos diferentes e lidamos com essa diferença, não tenho dúvida. Não tenho problema em trabalhar sábado, domingo, feriado, não sei se isso é comum com outras pessoas, mas o fato é que, pelo que sei das histórias da família, os nonos eram assim também, com eles não tinha tempo ruim, todo dia era dia, não tinha isso de feriado ou dia santo, todo dia era dia de trabalho, muito trabalho (Empresário E, 55 anos).

AS RESSIGNIFICAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM COLATINA (ES)

Reivindicar *habitus*, e mesmo expressá-lo, tem sentido na medida em que os indivíduos encontrem a si mesmos nessa empreitada. O que equivale a dizer que, enquanto for um espelho positivo e demarcador de um determinado estilo de vida valorizado socialmente, tal reivindicação adquire sentido para o indivíduo e eleva sua autoestima, ou seja, não se é mais um cidadão genérico, mas, sim, particularizado, estilizado.

As comemorações da imigração italiana a partir de 1970 parecem ter trazido a tona essa reivindicação do *habitus*, ou ainda, este sentimento de pertencimento à Itália, neste sentido, tirar a cidadania, lembrar das cantigas, formar grupos de dança, realizar festas das famílias, participar de *circolos* que foram abertos em várias cidades do Brasil e, especialmente, em Colatina, se tornaram elementos importantes, pois foi o momento em que muitos dos

descendentes desses imigrantes se voltaram para um movimento social em prol de reviver o *habitus*, criando associações e *circolos* com o objetivo de reviver a ascendência italiana.

Num cenário mundial em que o local e o global, ou a uniformidade e a diversidade, se confrontam com frequência, reivindicar o *habitus* tem sido uma forma de expressar o pertencimento a uma “comunidade”, que possui uma forma específica de ser, com uma cultura e uma história particular. Além disso, as reivindicações de identidades se tem revelado um campo no qual o indivíduo pode se expressar com maior liberdade em termos sentimentais, em que a família e seus pertencentes desempenham um papel importante, os indivíduos podem, além de construir as memórias, encontrar sentido para suas existências particulares e dar vazão a uma série de sentimentos que se expressam pela trajetória imigrantista. Sentimentos tais como: coragem para vencer adversidades num mundo cada vez mais competitivo; disciplina para suplantar obstáculos; fé para prosseguir cotidianamente; crença de que a família é, sem dúvida, a melhor forma de convívio, entre tantas outras. Dessa forma, revivendo o *habitus* italiano em Colatina, através dos cursos de língua e cultura italiana e das narrativas dos descendentes, ser ítalo-brasileiro significa ser portador de uma história de sucesso e membro de um grupo que manteve, apesar de todas as dificuldades, uma determinada ordem moral. Significa, em suma, ser uma pessoa boa, ordeira e, acima de tudo, trabalhadora.

Contudo, a Itália moderna e real não é a Itália cultivada nos discursos invocadores das origens. A Itália que possui força é a Itália imaginada, idealizada. Dessa forma, na reconstrução desse capital cultural e suas particularidades, a família desempenha um papel fundamental como aquela rede de relações sociais baseada no sangue por meio da qual a imigração como um processo maior se particulariza e adquire formas, cheiros, cores e a experiência de personagens vivos. São pelas reconstruções da trajetória do emigrado doméstico, da família, que trajetórias são traçadas e se estabelecem redes de troca de informações e de partilha das dificuldades e dos êxitos. E quanto maior a trajetória de sucesso do emigrado e de sua descendência, maior valor possui a família e suas ramificações.

Contudo, para além das análises de cunho mais coletivo, observa-se que o investimento que muitos indivíduos e famílias têm feito na reconstrução de suas trajetórias familiares necessita de um olhar mais atento, que penetre nos domínios domésticos em que estas adquirem sentido. Pelo trabalho de campo, observa-se que, conjunta à reconstrução de uma trajetória positiva e de sucesso, principalmente, empresarial, tais indivíduos criam formas de expressão.

Além disso, esses ítalo-brasileiros, residentes em Colatina, possuem também um discurso centrado na valorização da memória como uma escolha na qual a valorização da cultura italiana de origem promoveria uma espécie de estetização da vida cotidiana. Qual a validade de se possuir um estilo de vida visibilizado? No âmbito da cultura empresarial, ele conota individualidade e uma consciência de si estilizada, ou seja, estabelece diferenças. Além disso, o triunfo de uma cultura da representação resulta num mundo simulacional, no qual a proliferação dos signos e imagens aboliu a distinção entre o real e o imaginário.

A dinâmica dos ítalo-brasileiros faz sentido aqui, em terras brasileiras como demarcadora de

pertencimento e estilo de vida. Fora daqui, na Itália, são brasileiros preferencialmente.

Esse capital cultural herdado é uma elaboração de empreendedores étnicos. O que se nota, contudo, no tocante aos descendentes pesquisados, é a relevância de se observar como os descendentes incorporam esse *habitus* e, mesmo quando ele não é expresso em termos discursivos, de que forma a noção de pertencimento está lá, senão manifesta, latente.

Mas, por que serem italianos? Por que esses indivíduos selecionam, no interior de uma gama de referências, a étnica? Compreende-se que, pelo processo criativo de reapropriação do passado que as memórias permitem, os indivíduos encontram prazer nessas atividades e, além disso, tais recriações promovem encantamento do mundo, bem como reaquecem relações sociais de parentesco já fragilizadas. O indivíduo, recriando a família, recria a si mesmo e, ao mesmo tempo, permite que ela se mantenha viva de uma forma positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que a pesquisa tem revelado, quanto a este capital cultural, é que este é fonte de sentimento e pertencimento, ou seja, um vínculo identitário que abarca sangue e valores, como, por exemplo, família, trabalho e religião. É, igualmente, um atributo construtor de uma identidade positiva, a de ítalo-brasileiro.

Neste sentido, a família, o trabalho e a religião são mantenedores de um determinado estilo de vida que ainda possui um peso fundamental para o grupo estudado, pois é por meio deles que sua origem e determinados valores a eles associados são repassados como legítimos e necessários. Neste caso, a família está se convertendo num patrimônio, segundo o qual o descendente pode elaborar, acerca de si mesmo, uma trajetória. Nesta trajetória, o passado ancestral dos emigrados italianos, posteriormente imigrantes e colonos italianos no Brasil, é evocado como herança, e a colonização transforma-se em sinônimo de processo civilizador, do qual o descendente se sente parte integrante.

Em suma, o descendente, ao reivindicar uma ancestralidade italiana, assentada na família, religião e trabalho pretende que a ele, individualmente, seja agregado valor, seja no mercado de bens simbólicos local, seja no regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vasni de. Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.44, p. 2-4, jul./dez. 2002.

BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Lisboa: Difel, 2003.

_____. **Les Usages Sociaux de la Science**. Pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: INRA, 1997.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____; WACQUANT, Loïc. **Réponses**: Pour une anthropologie réflexive. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. **As Regras da Arte**: Gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS JR., Carlos T. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

_____. **A Formação da Centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

_____. **Estudo de Referência para o Município de Linhares**. Vitória: FUTURA, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CHANLAT, Jean. **Ciências Sociais e Management**. São Paulo: Atlas, 2000.

COLBARI, Antônia L. Família e Trabalho na Cultura dos Imigrantes Italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

DADALTO, Cristina. Da Colônia ao Aglomerado Industrial: o caso do relacionamento social-econômico-gerencial interfirmas da Indústria do Vestuário em Colatina. **ENANPAD, Anais** Atibaia-SP, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BECKERT, J.; ZAFIROVSKI, M. (orgs.). **International Encyclopedia of Economic Sociology**. London: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia L. **Nós e Eles**: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAMOS, Jair S. **O Ponto de Mistura: raça, imigração e nação num debate da década de 20, 1994.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Luis R. **Pequena Contribuição a História da Imigração Italiana no Município de Colatina.** Vitória: Artgraf, 1996.

ROCHA, Haroldo C.; COSSETTI, Maria P. **Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo, 1850/1930.** Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim.** Porto Alegre: SAB, 1974.

VASCONCELLOS, João G.; DAVEL, Eduardo. As organizações capixabas, seus contextos e mutações. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J.G. (Orgs). **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 1998.

ZANINI, Maria Catarina C. A Família como Patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de Imigrantes Italianos, **Campos - Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 53-67, jan./dez. 2004.

Ricardo Savacini Pandolfi Consultor na DVF Consultoria, Vitória (Espírito Santo), onde coordena projeto de planejamento estratégico (www.dvf.com.br). Suas áreas de interesse incluem cultura organizacional, cultura do trabalho, imigração, desenvolvimento regional.





FUNDO MUNICIPAL
EDUCAÇÃO & SAÚDE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBA
RUA...

612

MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA
E INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
14 DE MAIO DE 1964

MUNICIPAL
SON BERGER
MUNICIPAL
ARIO RÖEPKE
DA CÂMARA MUNICIPAL
LÁRIO BOENING
EDUCAÇÃO CULTURA TURISMO E ESPORTE
VERLINDA B. ESPINDOLA
OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
M. DOBRUNS
12/78
CRIAÇÃO

Promovirch
Präsidentschaft
2005

Promovirch
Präsidentschaft
2005

Promovirch
Präsidentschaft
2005

Promovirch
Präsidentschaft
2005

Tradição Italiana e Modernidade: a Organização da Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante

Nara Falqueto Caliman

Resumo O artigo trata da organização comunitária da Festa da Polenta, considerada como a maior festa da cultura italiana no Espírito Santo. As peculiaridades de sua criação, a complexidade, riqueza e valores que envolvem sua realização ao longo do ano, a atuação peculiar de sujeitos-chave e sua importância como vitrine para a manifestação da cultura e identidades locais nos fazem crer que essa festa é um *locus* privilegiado de observação da organização social de Venda Nova do Imigrante. Nosso objetivo é, através de entrevistas em profundidade e observação participante, compreender as formas de manifestação dos aspectos culturais tradicionais dos imigrantes e a influência da lógica da acumulação na organização da Festa da Polenta nos dias atuais, o papel criativo dos sujeitos-atores nessa trajetória peculiar, a importância dessa identidade cultural como alavanca para a economia local, além de apontar alguns caminhos e possibilidades do futuro da Festa. O artigo, portanto, contribui para a compreensão desta sociedade local a partir da análise de sua maior manifestação cultural, a Festa da Polenta.

Palavras-chave Gestão Social de Territórios. Tradição. Tradição Italiana. Modernidade. Festa Popular. Giddens.

Abstract The article deals with the community organization of the Polenta Festival, considered the largest celebration of Italian culture in Espírito Santo State. The peculiarities of its creation, the complexity, richness and values involved in its realization over the years, the role of key individuals and their importance as a showcase for the manifestation of culture and local identity make us believe that it is a *locus* for the observation of the social organization in Venda Nova do Imigrante. Our goal is, through in-depth interviews and participant observation, to understand the different traditional cultural aspects of immigrants and the influence of the logic of accumulation in the organization of the Polenta Festival today, the creative role of individuals in this peculiar trajectory, the importance of cultural identity as a lever for the local economy, while pointing

out some possibilities for the future of the festival. The paper therefore contributes to the understanding of the local society through the analysis of its largest cultural event, the Polenta Festival.

Keywords Tradition. Italian Tradition. Modernity. Popular Festival. Giddens.

INTRODUÇÃO

A Festa da Polenta é considerada a maior festa da cultura italiana no Estado do Espírito Santo. As peculiaridades de sua criação, a complexidade, riqueza e valores que envolvem sua realização ao longo do ano, a atuação peculiar de sujeitos-chave e sua importância como vitrine para a manifestação da cultura e identidades locais nos fazem crer que essa festa é um *locus* privilegiado de observação da organização social de Venda Nova do Imigrante. Nosso objetivo é compreender as formas de manifestação dos aspectos culturais tradicionais dos imigrantes e a influência da lógica da acumulação na organização da Festa da Polenta nos dias atuais, o papel criativo dos sujeitos-atores nessa trajetória peculiar, a importância dessa identidade cultural como alavanca para a economia local, além de apontar alguns caminhos e possibilidades para o futuro da Festa da Polenta. O artigo, portanto, contribui para a compreensão desta sociedade local a partir da análise de sua maior manifestação cultural, a Festa da Polenta.

Venda Nova do Imigrante, cidade de cerca de 24 mil habitantes, está localizada na região serrana do estado do Espírito Santo. Colonizada por imigrantes italianos no final do século XIX, quando a imigração europeia foi utilizada como estratégia imperial brasileira de substituição de mão de obra escrava e ocupação dos vazios territoriais, Venda Nova manteve – por razões que perpassam desde o relativo isolamento geográfico até questões culturais que procuraremos explorar ao longo deste artigo – uma influência marcante de valores que são percebidos como tradicionais e que atravessam todos os momentos de sua constituição até os dias atuais, sendo reconhecidos como marcos característicos que a tornam um dos principais remanescentes da cultura da imigração italiana no Espírito Santo e no Brasil. Essas características tornam Venda Nova – como é mais conhecida – atraente para a visualização da atuação dos elementos formadores e mantenedores da tradição.

A importância de estudar esses mecanismos, portanto, se evidencia não só na contribuição para o resgate sócio-histórico e compreensão dessa trajetória social, em particular, como, principalmente, no entendimento da trajetória da ação dos sujeitos e da construção coletiva das sociedades na atualidade. A mesma questão pode ser observada em outros grupos da sociedade brasileira.

Analisamos, também, questões relativas à escolha dos *estilos de vida* nos dias atuais, ou seja,

na modernidade. Nesse contexto, entendemos que os sujeitos fazem suas escolhas de forma reflexiva diante da gama de possibilidades. A tradição é vista como uma dentre essas possíveis escolhas. Assim, podemos avaliar, para cada contexto social atual, o peso da tradição enquanto estilo de vida e os impactos dessa escolha na organização social local.

Nosso artigo está assim estruturado: na introdução, fez-se uma breve contextualização de Venda Nova e do tema proposto. O próximo item traz o aporte teórico sobre tradição, modernidade, a influência da lógica da acumulação na identidade e cultura locais e na escolha do estilo de vida, além da contextualização da importância da imigração italiana para o Espírito Santo e para Venda Nova. Em seguida, são tratados os aspectos metodológicos e, na seção seguinte, a Festa da Polenta e sua trajetória são brevemente abordados. As análises sobre a Festa, seu modelo de organização, seu papel na organização social local, a participação dos sujeitos e os possíveis caminhos para seu futuro, bem como nossas considerações e recomendações para novos estudos são retratados na última parte.

MARCOS TEÓRICOS

Tradição e Modernidade: Opostos?

A adoção do referencial teórico baseado nas reflexões de Giddens sobre a tradição se deve à sua postura de tradição não oposta à modernidade; dito de outra forma, pela relação paradoxal entre tradição e modernidade e co-existência de ambas, que culmina na possibilidade de se ter a tradição como uma opção entre a infinita gama de estilos de vida. Assim, temos que:

A modernidade, quase que por definição, sempre se colocou em oposição à tradição; não é verdade que a sociedade moderna tem sido “pós-tradicional”? *Não*, pelo menos da maneira em que me proponho a falar aqui da “sociedade pós-tradicional”. Durante a maior parte da sua história, *a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia*. (GIDDENS, 2001, p. 22, grifos nossos).

As relações dialéticas entre o local e o global – a relação entre as decisões do dia a dia e os resultados globais, em conjunto com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual – compõem, segundo Giddens (2001, p. 24), o principal tema da nova agenda da ciência social. Os grupos sociais não desaparecem por conta disso, mas tendem a ser reorganizados e reformulados segundo essa nova agenda.

Pela grande diversidade de fontes de informação e conhecimento, muitas delas divergentes e contraditórias, o máximo que pode ser dito com alguma certeza é que não há certezas e, sim, uma gama de “cenários possíveis”, cuja plausibilidade depende, entre outros fatores, da quantidade de pessoas que aderem a cada um deles. Nesse aspecto, encontramos um elemento que, segundo Giddens (2002), é central: a reflexividade. O autor a conceitua da seguinte forma:

Reflexividade se refere à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade

social e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa, à luz de novo conhecimento ou informações. [...] [É] o uso regularizado do conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação. (GIDDENS, 2002, p. 25-26).

O aspecto do questionamento e revisão do que está dado, que a reflexividade ressalta, de certa forma, é uma potencial ameaça à tradição, caracterizando-se pelo constante aperfeiçoamento na busca pelo novo. Giddens (2002) afirma ainda que o sujeito, bem como os contextos institucionais em que atua, tem que ser constituído reflexivamente, tarefa esta a ser realizada em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades (GIDDENS, 2002, p. 11). É notável, aqui, a importância da postura reflexiva nas escolhas dos sujeitos e a intensidade do questionamento da validade do que está posto mediante o conhecimento e aprimoramento constantes; evolui à medida que se ampliam, na gama de possibilidades de escolha, os riscos e incertezas.

Assim, nas sociedades modernas, as escolhas de estilo de vida são constitutivas da vida cotidiana. Os sujeitos são obrigados a fazer escolhas a todo o momento. Veremos no decorrer deste artigo o quanto essas escolhas de estilos de vida podem impactar – e ser impactadas – pela permanência de aspectos tradicionais em suas variadas formas de combinação na sociedade vendanovense. E é nesse contexto que analisamos alguns elementos que compõem a tradição, segundo Giddens.

Entendendo a Tradição: Elementos Formadores e Mantenedores

A tradição tem um importante papel na construção de uma sociedade. Ela tem uma dimensão de organização sobre o tempo. Nas palavras de Giddens (2001):

A tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma outra maneira de se organizar o tempo futuro. O futuro é modelado sem que se tenha a necessidade de esculpi-lo como território separado. A repetição [...] chega a fazer o futuro voltar ao passado, enquanto também aproxima o passado para reconstituir o futuro. (GIDDENS, 2001, p. 31, grifos nossos)

Sob o aspecto da funcionalidade, a tradição tem a missão de manter coesão e influenciar a ordem social. Giddens observa, porém, que essa funcionalidade não se opera de maneira mecânica e repetitiva ao longo do tempo, como propõem as interpretações correntes. Ela se constitui, nesse caso, por uma intencionalidade de perpetuar os aspectos que geram identificação e segurança. Nesse contexto, o ritual tem um sentido, posto de forma intencional pelo guardião, e incorporado, também, como algo dotado de sentido pelos membros da sociedade. Eles conhecem a intencionalidade e estão conscientes do sentido do ritual.

Transferindo essa lógica de forma análoga para o contexto de Venda Nova, perceberemos, ao longo desse estudo, que a repetição das tradições como rituais, mesmo que reinventadas e ressignificadas, torna-as uma opção de estilo de vida que fornece segurança pela adesão a uma identidade cultural.

Por isso, é mais importante a autenticidade da tradição, ou seja, sua legitimidade naquela sociedade, que seu tempo de existência. E essa autenticidade se dá pela habilidade em reconstruir o passado com base no presente. A partir daí, surgem elementos fundamentais ligados à tradição. Há dois conceitos importantes nas reflexões de Giddens (2001, p. 32-35) que são pertinentes para a compreensão das tradições em Venda Nova: guardiães da tradição e especialistas.

Guardiães da Tradição

São aqueles nos quais se acredita serem eles agentes ou mediadores essenciais dos poderes causais da verdade formular – a verdade por trás dos rituais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades provêm mais de seu envolvimento com o poder causal da tradição do que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico. O guardião é o repositório das tradições porque identifica os seus detalhes, relaciona-os com o presente e projeta-os no futuro enquanto interage com os outros da sua idade e, por fim, transmite-os aos jovens. É ele quem faz o trabalho contínuo de interpretação para identificar os laços que ligam o presente ao passado. Por isso, podemos dizer que a tradição é um meio organizador da memória coletiva.

Assim, a integridade da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do trabalho contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado. O *status* de líder proporciona ao guardião a continuidade daquela tradição, por ser ela não só o que “é” feito, como o que “deve ser” feito. Seu *status* na ordem tradicional, mais do que sua competência, é a principal característica do guardião.

Especialistas

“O especialista é qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipos de conhecimento que o leigo não possui”, diz Giddens (2001, p. 62). A especialização é, portanto, mutável, desincorporadora, pois se baseia em princípios impessoais, que podem ser aprendidos, desenvolvidos e transportados, o que independente do contexto. O especialista pode, então, ser “substituído” por outro cujos conhecimentos se tenham sobressaído ou sejam mais aplicáveis ao momento.

O guardião, sob alguns aspectos, poderia até ser comparado ao especialista da era moderna. Em alguns casos, eles até coincidem numa mesma pessoa, mas entre eles há uma diferença crucial no aspecto da autoridade. O guardião (GIDDENS, 2001, p. 60), nas culturas tradicionais, age de determinada maneira em virtude do seu acesso especial a poderes causais da verdade formular. O termo “sabedoria” pode ser a ele aplicado, em oposição ao termo “conhecimento”, adequado ao especialista. A estabilidade da liderança tradicional depende

mais de acesso a símbolos que perpetuam a “aura” necessária, e não da liderança conquistada pela detenção de conhecimento, que precisa ser atualizado cotidianamente. Esta última está mais ligada a aspectos reflexivos e precisa ser constantemente ampliada, uma vez que é também, de forma constante, questionada e posta a prova no cenário de diversidade atual. A especialização é intrínseca ao mundo da alta reflexividade. “Em contraste com a sabedoria, a “competência” está especificamente ligada à especialização” (GIDDENS 2001, p. 71).

Analisando a transição das sociedades tradicionais para as modernas, é comum considerar a tradição como intrinsecamente conservadora. Porém, Giddens (2001, p. 50-51) enfatiza seu papel de transformadora, e é justamente nessa transformação, nessa reconstrução, que se faz a ligação presente-passado, limitando a gama de escolhas.

Transpondo essa reflexão para a Festa da Polenta, vemos que a continuidade ou mesmo o resgate de antigas tradições da comunidade, como o plantio do milho para a Festa ao modo dos *nonos*¹, trazem consigo uma nova gama de sentidos e significados que não os que se tinham anteriormente. Nesse caso, tem o valor simbólico de um ritual de identidade cultural que serve à coesão social e ao atrativo turístico, não tendo mais o valor funcional de seus antepassados, que plantavam de forma rudimentar para sua subsistência. Esse processo de “releitura” das tradições oferece àquela sociedade a possibilidade de um estilo de vida ainda ligado aos aspectos tradicionais, porém, inserido e influenciado pela modernidade globalizante.

A lógica da Acumulação e a Determinação dos Estilos de Vida

Nas sociedades tradicionais, a lógica da subsistência – ou da troca – orientava a forma de consumo. Nas sociedades modernas, regidas pela lógica do capitalismo, ampliam-se as possibilidades de opções e escolhas, uma vez que é possível produzir, acumular capital com a comercialização dos produtos e escolher o quê e como consumir, numa gama cada vez mais variada – e quase infinita – de produtos ou serviços.

Segundo Rocha (2005), a noção de escolhas e opções variadas de estilos de vida não tem significado nos contextos tradicionais, pois neles as questões fundamentais da existência humana são dadas como respondidas. Já a sociedade de consumo oferece não *uma* resposta, e sim *muitas*. Qualquer escolha configura um estilo de vida, com seus comportamentos, valores e hábitos de consumo característicos. Sobre isso, Rocha (2005) segue fazendo uma interessante reflexão à luz de Giddens²:

Fazer parte de uma tradição significa precisamente que não se pode escolher, que as instituições escolhem por nós. Nesse sentido, é enganoso ver na redescoberta de modos de vida tradicionais, tais como a acupuntura, a ioga, a astrologia, o zen-budismo, uma retomada da tradição. A própria “liberdade” de escolha significa que não se trata, aqui, de tradição. Quando se pode escolher entre tantas opções, é porque o que está em questão não é mais sua dimensão tradicional – que torna cada uma dessas categorias irreduzível às demais – mas seu valor de troca, segundo o qual todas podem ser intercambiáveis. (ROCHA, 2005, p. 116, grifos nossos).

Quanto à configuração atual da cidade de Venda Nova, que vive em função do turismo – capitaneado especialmente pela Festa da Polenta, que é sua principal vitrine –, a possibilidade de acumulação é um elemento fundamental para a compreensão do que propomos enquanto reflexão. Analisando a Festa da Polenta, em particular, e a organização da cidade, como uma experiência turística no geral, percebemos que a Festa foi grande indutora do turismo, ao mesmo tempo em que se resignificou e se adapta, permanentemente, em função do turismo, muitas vezes para atender a expectativas dos consumidores-turistas. Vemos aí que a necessidade de acumulação possui lugar comum, comandando a lógica de diferenciação da oferta do que será consumido.

Analisando Venda Nova sob essa ótica, por um lado, temos os sujeitos locais inseridos na lógica do consumo da era capitalista, expostos à gama de opções do mercado globalizado, a inúmeras possibilidades e variedades de produtos, podendo optar por padrões de consumo diferenciados, que conferem outros estilos de vida que não aquele predominante na cidade ou aos outros que a própria cidade pode oferecer.

Por outro lado, quando observamos os sujeitos enquanto produtores/ofertantes de produtos e serviços, podemos dizer que a manutenção de um discurso da tradição – corroborado pelo resgate e releitura de hábitos e costumes do passado – pode representar o elemento diferenciador, conferindo identidade ou imagem à cidade enquanto experiência turística a ser vivenciada, de maneira tal que o seu consumo reforça-a como uma opção de escolha aos turistas e aos próprios habitantes locais. Um exemplo é demonstrado quando os aspectos tradicionais tornam-se um “teatro”, uma representação nas ocasiões festivas, com a finalidade de ser uma experiência a ser vivenciada por visitantes e nativos.

O papel da Reflexividade: a Tradição como Estilo de Vida

Para determinado grupo ou indivíduo que opta por retornar ou manter um aspecto tradicional já em desuso, enfraquecido, Giddens (2001) tem um posicionamento interessante, considerando-se os aspectos da reflexividade e dos estilos de vida:

Quer essas ideias sejam ou não difundidas, um processo de seleção desse tipo [retorno a tradições] não é um redespertar da tradição, mas algo novo. É a adoção da tradição como sendo em si uma decisão de estilo de vida. (GIDDENS, 2001, p. 54, grifos nossos).

Vemos em Venda Nova que os hábitos antigos ressurgem, mas resignificados, para ambientar o cenário dos imigrantes como atração turística. Assim, a adoção da tradição como estilo de vida, ou seja, a tentativa de manter esses valores, não os faz retornar ao que eram anteriormente, uma vez que o contexto sócio-histórico que os cerca é outro. Aparece como uma postura reflexiva, de escolha, ou seja, a tradição é chamada a “se justificar” e reafirmar sua validade nesse novo cenário.

A tradição, ainda, pressupõe a diferenciação entre “o iniciado” e “o outro”. Nesse aspecto, é também um meio de identidade:

A tradição é um meio de identidade. Seja pessoal ou coletiva, a identidade pressupõe significado, mas também pressupõe o processo constante de recapitulação e reinterpretação [...]. A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com o futuro antecipado. Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal e sua conexão com identidades sociais amplas é um requisito primordial de segurança ontológica. [...] As ameaças à integridade das tradições são, muito frequentemente, se não universalmente, experimentadas como ameaças à integridade do eu. (GIDDENS, 2001, p. 56, grifos nossos).

Vemos como uma identidade se reconstrói no cotidiano, de forma intencional, e que essa referência é base para coesão, através da identificação dos indivíduos com a identidade coletiva da comunidade. Esse aspecto de segurança ontológica, ligado à confiança, tem grande importância na constituição e no cotidiano das sociedades.

A reflexividade é, portanto, um fator primordial que traz à tona e diferencia o ambiente tradicional do ambiente moderno. Mas essa, digamos, transição entre um e outro cenário deve ser bem compreendida:

A modernidade destrói a tradição. Entretanto (e isso é muito importante), uma colaboração entre modernidade e tradição foi crucial às primeiras fases do desenvolvimento social moderno – período em que o risco era calculável em relação a influências externas. Essa fase é concluída com a emergência da alta modernidade ou daquilo que Beck chama de modernização reflexiva. Daí em diante a tradição assume um caráter diferente. Mesmo a mais avançada das civilizações pré-modernas permanece firmemente tradicional. (GIDDENS 2001, p. 73, grifos do autor).

Entrelaçando as reflexões de Giddens (2001), temos que, nas sociedades tradicionais, uma tradição inventada ganha autenticidade pela ação de um guardião; ou seja, um líder que, por sua credibilidade, confiança, “sabedoria” e legitimidade junto à determinada sociedade, consegue, identificar detalhes da tradição, fazer a conexão entre passado e futuro, adaptando, inventando e incorporando elementos à tradição, além de transmitir e “contagiar” as novas gerações. Assim, enquanto a tradição for suficientemente eficaz para ser legitimada e ganhar autenticidade social – passando pela reflexividade, releituras e ressignificações – ela irá perdurar. Esse mesmo mecanismo funciona, também, nas sociedades modernas. Porém, nesse contexto, a pluralidade de escolhas de estilos de vida faz com que essa conexão entre passado e futuro seja cada vez mais frágil.

Por fim, essa reflexão abre caminho para a coexistência pacífica das tradições no âmbito da modernidade. O autor pondera o equilíbrio pela manutenção intencional e permanentemente refletida de aspectos tradicionais enquanto estilo de vida:

Como humanidade coletiva, não estamos condenados à irreparável fragmentação. Além da compulsividade, está a oportunidade de se desenvolverem formas autênticas de vida humana que pouco devem às verdades formulares da tradição, mas nas quais a defesa da tradição também tem um papel importante. (GIDDENS, 2001, p. 94).

Iniciamos, a seguir, breve análise do cenário capixaba e da imigração italiana, que contextualiza nosso olhar sobre Venda Nova.

O Espírito Santo e a Imigração Italiana

Uma doação de 50 léguas de terra na costa brasileira, feita pelo Rei de Portugal Dom João III a Vasco Fernandes Coutinho, em 1534, inicia a história do Espírito Santo (OLIVEIRA, 1975). Segundo Vasconcellos (1995, p. 103), o *ethos* desbravador e aventureiro de seu donatário português, e uma mentalidade ligada ao lucro fácil, não o fez desanimar nem diante da recepção hostil que aqui encontrou ao aportar em 23 de maio de 1535.

A capitania passou por longos períodos de estagnação em sua história, sendo por anos barreira natural de proteção de Minas Gerais. A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, abriu uma oportunidade de acabar com o marasmo que tomava conta de algumas províncias, como a do Espírito Santo. O cenário capixaba, bem como o nacional, sofreu alterações. A lógica de transformar a Colônia na nova sede do Reino passou a ser vigente e trouxe a perspectiva de abertura de novos espaços econômicos, solução para o marasmo econômico em terras capixabas. Mas os sonhos de riqueza e prosperidade desmoronam. Em Vasconcellos (1995), vemos um lampejo da vida da capitania do Espírito Santo:

A navegação com a Europa e a África tinha desaparecido. [...] [na capitania destacava-se a] estrada que ligou a baía de Vitória a Vila Rica, em Minas Gerais. [...] [Mas], apesar das vantagens fiscais concedidas pela Coroa para o transporte da mercadoria, a Estrada Nova do Rubim não motivou o comércio [devido principalmente aos ataques dos violentos botocudos. Nesse período], no esforço de defender a Colônia, o próprio Dom João inauguraria o movimento migratório europeu que tantos trabalhadores traria para o Brasil. Trinta casais de açorianos foram enviados ao Espírito Santo e instalados em Viana, a aproximadamente 18 quilômetros da capital. (VASCONCELLOS, 1995, p. 108).

A imigração europeia, especialmente a italiana e alemã, para o Brasil, iniciou-se no final do século XIX, caracterizada, fundamentalmente, como atrativa por parte do Brasil e não só expulsora por parte dos países de origem, segundo Pollini (2005, p. 66-69). Havia uma diferenciação entre a imigração demandada pela Província de São Paulo e a destinada ao Sul do país. A de São Paulo tinha como finalidade a substituição de mão de obra escrava. Já nas demais, havia a ocupação territorial e a intenção de se estabelecer um sentido de nação através da ocupação desses vazios demográficos (POLLINI, 2005, p.58). No Espírito Santo, ela teve configuração semelhante às províncias do sul do país:

A configuração territorial do Estado, então, se baseou na pequena propriedade de estrutura familiar localizada em sua maioria em Vitória e nas regiões de montanha do Estado, mais próximas do clima europeu e de mais fácil adaptação para os imigrantes. Segundo Rocha (2000), parece que o Espírito Santo foi a “cobaia” perfeita do discurso da imigração no Brasil, pois, assim como outros estados, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, foi a pequena propriedade a estrutura vigente. (PANDOLFI; VASCONCELLOS, 2005, p. 11).

No Espírito Santo, a imigração inaugura o início do crescimento capixaba e a saída da apatia econômica. A imigração e o cultivo do café escreveram essas páginas. No início, a expansão cafeeira do ES seguiu o modelo colonial existente, o latifúndio exportador e escravagista, base da economia brasileira. Porém, a partir de 1870, o início do trabalho livre na lavoura é marcado pela chegada e fixação do contingente de imigrantes europeus no Estado (PANDOLFI; VASCONCELLOS, 2005). Seu papel de ocupação do território capixaba foi decisivo. Estes receberam do governo da província títulos de propriedade das terras que ocuparam, onde cultivavam café e produtos para a própria subsistência (CAMPOS JR., 1985).

A estrutura fundiária capixaba, baseada na pequena propriedade familiar, tem origem nesse contexto, como vemos no trecho, abaixo, do estudo de Pandolfi e Vasconcellos (2005), com base na pesquisa do antropólogo Geert Bank (1998):

A crise propagada pela falta de mão de obra cativa na grande lavoura cafeeira na região sul da província e a falta de sensibilidade dos cafeicultores em perceber o fim da escravidão, como fizeram outros cafeicultores de outras províncias, trouxeram consequências para os fazendeiros. Muitos latifundiários tiveram que repartir as suas terras em pequenos lotes e vender aos colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender a produção à sua firma de comercialização. Essas terras eram vendidas aos colonos a preços módicos e a longos prazos. Com frequência cada vez maior os fazendeiros subdividiam as suas propriedades em lotes para vendê-los em seguida aos colonos (PANDOLFI; VASCONCELLOS, 2005, p.13).

Em Pandolfi e Vasconcellos (2005), vemos também que a lógica da ética do trabalho ligada à imigração italiana se aplica à realidade capixaba. Os imigrantes que vieram para o Espírito Santo se afixaram e contribuíram como importantes peças para a construção do panorama econômico, social e cultural capixaba, já que tinham, além das atribuições de trabalhar a terra e produzir, a de povoar a província.

O relatório do Projeto Imigrantes (1995) explica o período colonizador do Espírito Santo no Império, em especial a formação, a partir de 1861, do Núcleo Castello (*sic*), extensão da Colônia Rio Novo, situado onde hoje são os municípios de Alfredo Chaves, Marechal Floriano e Vargem Alta. Dos imigrantes que se localizaram no Núcleo Castello (*sic*), mais precisamente da região onde hoje é o distrito de Araguaia, em Alfredo Chaves, saiu o primeiro grupo que fundou Venda Nova. Segundo Zandonadi (1980), Amadeo Venturim, em 1891, foi o primeiro imigrante a se aventurar pelas florestas nas montanhas com vistas a comprar partes de fazendas de café em decadência, na localidade onde hoje é a cidade de Venda Nova. A partir dele, outras famílias foram comprando pequenas propriedades e se estabelecendo na vila.

Os valores dos imigrantes, ligados à religiosidade, trabalho e solidariedade, são, também, expressos por Pandolfi e Vasconcellos (2005):

Não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreen-

dimento familiar, tendo o seu apoio mais notório no trabalho e na igreja. O trabalho em torno dos preceitos religiosos era pautado em valores solidários que sobrepujavam às pretensões individualistas. A coesão e os investimentos em prol da coletividade são aspectos encontrados na vida comunitária das colônias italianas. (PANDOLFI; VASCONCELLOS, 2005, p. 13).

Observamos, nos relatos de todos os entrevistados deste estudo, o quanto a igreja católica – na figura de seus padres – teve papel decisivo na orientação dos valores morais e na conduta de organização da comunidade, quer intermediando o envio dos filhos para estudar em seminários, protagonizando o papel de educadora e formadora através da escola local, ou pela disseminação de valores. Foi, também, espaço de convivência e discussão dos problemas da comunidade, bem como espaço de cultura, com apresentações de corais, teatro, música e filmes. Todo esse universo de atuação pioneira da igreja fazia dos padres atores importantes no cenário, como intermediadores das informações entre a comunidade e o meio externo.

A imigração italiana tem, então, papel fundamental na formação cultural e social do Estado, deixando como legado uma cultura do trabalho baseada na cooperação, solidariedade e confiança e um grande destaque da igreja como ator de organização social e participante ativa do desenvolvimento local. Aspectos que ainda hoje são percebidos como traços marcantes desse grupo, que se diferencia das demais localidades onde os imigrantes não fizeram história.

A cultura do trabalho, especialmente o trabalho voluntário, oriundo de valores de solidariedade, confiança e cooperação, está fortemente presente em Venda Nova, desde sua fundação no final do Século XIX. A mobilização social voluntária se dava em todos os aspectos sociais, como vemos:

O trabalho voluntário é um valor que transformou para sempre a vida de Venda Nova. Quando as primeiras famílias desbravavam o lugar, era comum a ajuda mútua. As que terminavam primeiro o trabalho na colheita ajudavam as outras. Esta mesma disponibilidade se estendia para outros momentos da vida, os festivos entre eles. (Editorial, CADERNO ESPECIAL FESTA DA POLEN-TA, 2005, p. 02).

Dessa forma, em Venda Nova, encontramos, ainda hoje, fortes indícios da cultura dos imigrantes italianos, presentes na arquitetura – nas casas antigas restauradas e, também, em novas construções que se inspiram no antigo estilo; nas expressões idiomáticas cotidianas e na sonoridade do sotaque do dialeto vêneto presente no conversar – embora com cada vez menos intensidade a cada geração; na culinária, através da polenta em suas variadas formas de consumo e seus acompanhamentos, como os doces, o socol e outras iguarias; nos hábitos e rituais, no ensino do idioma italiano nas escolas estaduais do município; no curso de italiano oferecido pela AFEPOL; na multiplicidade de associações, cooperativas e entidades do terceiro setor e na cultura do voluntariado; no *design* dos locais e materiais de divulgação dos pontos de agroturismo e nas festas locais, vitrine da cultura dos imigrantes italianos, aspectos abordados neste artigo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A complexidade das sociedades na atualidade requer das ciências sociais uma postura reflexiva diante dos problemas a serem estudados. A importância da transdisciplinaridade na compreensão das sociedades é abordada pelo antropólogo Gilberto Velho. Em sua pesquisa, Velho (2006) resgata dois importantes sentidos de cultura – objetiva e subjetiva –, inspirado nos estudos do sociólogo Georg Simmel. Em suas reflexões, os conceitos não são absolutamente análogos, uma vez que a cultura subjetiva é o objetivo principal:

Sua medida [*a da cultura subjetiva*] é a extensão em que o processo da vida psíquica utiliza esses bens e realizações objetivas. Obviamente não pode haver cultura subjetiva sem cultura objetiva, pois o desenvolvimento ou a condição de um sujeito é a cultura, através da incorporação de objetos cultivados com que se defronta. Em contraste, a cultura objetiva pode ser parcialmente independente da cultura subjetiva, na medida em que foram criados objetos “cultivados” – ou sendo cultivados – para fins culturais que não se limitam a sua utilização por sujeitos (VELHO, 2006, p.15).

Dentro dessa perspectiva, os cortes, o olhar e os indivíduos que são privilegiados nesta nossa pesquisa, “tudo delinea o âmbito de arbitrariedade em que se move o pesquisador-autor” (VELHO, 2006, p.15). Nesse sentido, as fronteiras entre o conhecimento científico, objetivo, e uma interpretação de natureza mais subjetiva, não são tão óbvias. Os personagens falam. Mas, ao retraduzir seus discursos por meio de um texto de nossa autoria, estamos “misturando às suas falas, perplexidades, dúvidas e hesitações” (VELHO, 2006, p. 15), ao mesmo tempo em que uma preocupação teórica estabelece um distanciamento que nos assegura um equilíbrio do olhar subjetivo na construção do conhecimento (VELHO, 2006).

Com a ajuda desse enfoque, optamos por utilizar como recorte a Festa da Polenta, considerada popularmente como a maior festa da cultura italiana no Espírito Santo. As peculiaridades de sua criação, a complexidade e riqueza que envolvem sua realização ao longo do ano, a atuação peculiar de sujeitos-chave e sua importância como vitrine para a manifestação da cultura e identidade locais nos fazem crer que a Festa da Polenta³ é um *locus* privilegiado de observação da organização social de Venda Nova.

Nossa pesquisa é, portanto, essencialmente qualitativa. Por ser um estudo sobre uma realidade social delimitada, e por envolver aspectos tão diluídos e “camuflados” no cotidiano, foi importante adotar procedimentos que captassem as nuances dos sentimentos e emoções, leis e costumes que se escondem por trás do comportamento social, e que dificilmente são revelados apenas por meio de entrevistas em profundidade. Portanto, observação participante, a utilização de indícios e pistas como base para inferências, aliadas às entrevistas em profundidade, foram os procedimentos adotados, que possibilitaram absorver, além das informações ditas pelos entrevistados, as nuances de comportamento e ação individual e coletiva, ou seja, a diferença entre o discurso e a ação e as informações deixadas pelos sujeitos através da organização social da cidade.

Foram utilizados como fontes e procedimentos para obtenção dos dados:

- estruturação de um referencial teórico com levantamento bibliográfico, bem como do contexto sócio-histórico da formação do Espírito Santo e de Venda Nova do Imigrante;
- pesquisa documental em periódicos locais, onde foram analisados relatos de fatos históricos e cotidianos, de hábitos e costumes;
- entrevistas em profundidade com seis dos sete coordenadores da Festa da Polenta, que se alternaram em dez ciclos de gestão, além de outros atores sociais que se destacam na trajetória da cidade no âmbito político, social ou econômico. O critério de escolha desses últimos foi a citação nos periódicos e livros pesquisados ou nas próprias entrevistas da pesquisa. Além destes, lideranças locais e voluntários da Festa da Polenta fizeram parte do grupo de entrevistados. Ao todo, foram realizadas 20 (vinte) entrevistas;
- observação participante com registro em diário de campo durante 9 meses. As observações incluíram desde triviais conversas com taxistas da cidade, conversas informais com lideranças locais, turistas e moradores, além de visitas à AFEPOL, até a participação em manifestações culturais e religiosas locais e na própria Festa da Polenta, integrando a equipe de limpeza como voluntária da Festa.

Os dados coletados por meio de entrevistas foram gravados e transcritos. Os dados originados da leitura de jornais e livros locais, notas dos acontecimentos e fatos cotidianos e as informações oriundas da observação participante foram selecionados, registrados sob forma textual, categorizados e analisados. No cruzamento desses dados, foram encontradas e compiladas as confluências de opiniões, bem como confrontadas as opiniões divergentes dos entrevistados sobre certos temas. Sobre essas confluências e confrontos fizemos nossas reflexões, tendo como referência o marco teórico inicial e nosso olhar sobre o objeto. Nosso referencial teórico, também, foi sendo construído e adaptado ao longo da pesquisa e com base nas informações encontradas no campo empírico.

FESTA DA POLENTA: TRADIÇÃO, ATORES LOCAIS E GESTÃO

A Festa da Polenta é considerada a maior manifestação da cultura italiana no Espírito Santo. É realizada anualmente em Venda Nova desde 1979, sempre no segundo fim de semana de outubro, em alusão ao aniversário de seu fundador, Padre Cleto Caliman. Ela atraiu na última edição um público que gira em torno de 25 mil pessoas⁴, cerca de cinco mil a mais que sua população, segundo números do IBGE (2001).

De cunho filantrópico, desde as primeiras edições, a comunidade realiza uma assembleia após o Evento, na qual, diante dos associados, a diretoria presta contas e submete a Festa a uma avaliação, quando é definida a distribuição dos recursos arrecadados para as entidades filantrópicas de saúde, assistência, segurança, educação e cultura. A trigésima edição

(2008) foi organizada e executada por cerca de 900 voluntários, distribuídos em dezenas de equipes, mantendo e aprimorando as atrações culturais resgatadas nas edições anteriores e concentrando o foco nas atrações mais voltadas à cultura italiana.

Como atrações, a festa apresenta shows musicais para agradar a todos os públicos, que vão desde bandas regionais de *pop rock* aos grupos de música italiana e tarantela, estes majoritários na programação. Também se apresentam grupos de danças locais, além do desfile da rainha da polenta. O resgate das tradições fica por conta de espaços especiais no cenário da festa, como a *Casa da Nonna* e o *Paiol do Nonno*, que reproduzem ambientes, costumes, artefatos e hábitos dos imigrantes, como fazer polenta em fogão à lenha, os jogos de *mora* ou *moretina* e *boccias*, as ferramentas, as cantarolas italianas regadas a vinho, as expressões idiomáticas presentes na conversa e na forma de recontar a história e outros elementos tidos como tradicionais.

Na culinária, são servidos 3.600 quilos de polenta durante a festa. O Tombo da Polenta, uma de suas grandes atrações desde 2004, figura no *Guinness Book*, o livro dos recordes, como a maior polenta do mundo, com 1200 quilos do alimento preparados de uma só vez num painelão gigante, réplica ampliada dos usados nas cozinhas dos imigrantes.

Segundo informações do *site* oficial da Festa da Polenta, pesquisa realizada pelo Instituto Futura em 2008, afirma que ela é o quarto evento mais lembrado do Espírito Santo, só perdendo para a Festa de Nossa Senhora da Penha (28%), a Festa de São Benedito (5,5%) e o Carnaval (5%). Com 4,8%, a Festa da Polenta vem seguida pelo Aniversário de Vitória, com 3,5%. Estes foram considerados os cinco primeiros eventos (festa popular) citados como os mais importantes que ocorrem no Espírito Santo.

A Festa da Polenta chama a atenção por ser considerada pelos nativos a vitrine das tradições dos imigrantes italianos e, também, por representar, em sua organização, os principais valores e a organização social locais. Faremos, aqui, uma breve incursão pelos principais marcos da trajetória da Festa da Polenta, ressaltando elementos importantes para sua compreensão.

Um texto escrito por Padre Cleto, em 1994, e publicado no *site* da AFEPOL 15 anos após a criação da Festa da Polenta, revela que ela nasceu da simplicidade da polenta como prato típico. Sua inspiração veio de uma outra festa da polenta, realizada no município de Alfredo Chaves-ES, e os objetivos eram, principalmente, a diversão e confraternização das famílias de Venda Nova. Segundo Padre Cleto, “Não havia propriamente uma filosofia sobre o evento. Era juntar o povo, comer, divertir-se e agrupar possível saldo credor”.

A primeira festa (1979) aconteceu numa estrutura improvisada no pátio do Colégio Salesiano (hoje, Fioravante Caliman). Um público de cerca de 150 pessoas, formado pelas famílias de Venda Nova, degustou a polenta e outros pratos típicos, feitos com utensílios emprestados pelas famílias. A atração das primeiras festas era o Coral Santa Cecília, formado por membros da comunidade. A missa sempre fazia parte da programação, uma vez que a religiosidade estava fortemente presente.

A Festa da Polenta seguiu durante anos sendo realizada no pátio do Colégio Salesiano. Em 1982, o Colégio passou a ofertar apenas ensino público – na nova Escola Fioravante Caliman – a partir do convênio com o Governo do Estado, iniciando-se certo distanciamento no envolvimento do Colégio com a Festa com a depois da chegada do Governo como novo interveniente. O ano de 1984, segundo o *site* da associação AFEPOL, representa a primeira grande transição da Festa da Polenta: o afastamento de Padre Cleto Caliman, o fundador da festa, devido a sua transferência para o Rio de Janeiro. A partir daí, as lideranças voluntárias da comunidade precisaram se organizar e tomar a frente do evento.

A edição de 1985 marcou a primeira divisão da organização por equipes, um novo passo para a profissionalização. Eram 12 equipes, distribuídas entre diversas atividades, como de cozinha, bar, ornamentação, caixas (venda de fichas no balcão do bar) e programação. O voluntariado já era valorizado nesse período. Não foi possível precisar o ano, entre 1986 e 1988, em que se iniciou a festa de confraternização dos voluntários, momento em que se reconhecia e celebrava a dedicação do trabalho de mais de 500 pessoas envolvidas. Este foi um marco importante para a festa, não só pelo reconhecimento formal do papel do voluntário, mas também para o que se tornaria mais tarde um dos fatores motivadores da adesão e manutenção de voluntários na organização da Festa da Polenta.

As dificuldades de captação de recursos fizeram com que se iniciasse uma discussão sobre a origem das verbas para realização da Festa. Assim, na gestão de 1998, ficou acertado que parte da verba da festa daquele ano ficaria destinada à realização da edição seguinte, e procedeu-se, ainda, a organização de uma instituição jurídica, com o objetivo de captar recursos públicos e privados. Assim, a criação da Associação da Festa da Polenta – AFEPOL, em 1991, foi outro grande marco de transição e profissionalização.

Em 1994, foi realizada a última festa no pátio do ginásio da Escola Fioravante Caliman. Sua realização no Centro de Eventos Pe. Cleto Caliman, a partir de 1995, é outro grande marco em sua trajetória, retratando a fase em que a atração de público externo chegou ao auge.

Na quarta gestão pós Padre Cleto, a partir de 1994, nasce a filosofia de tornar o próprio vendanovense o artista da Festa. Criou-se a Casa da *Nonna*, cenário que reproduzia os domínios femininos das casas dos primeiros imigrantes, com hábitos, costumes, trajes e utensílios típicos. A valorização dos voluntários como artistas ganhou espaço com a ampliação do calendário anual da Festa da Polenta, com a criação dos eventos-rituais de plantio, “montoa”⁵ e colheita do milho. Também é criada a Serenata Italiana, evento em que os voluntários saem vestidos a caráter de diversos pontos da cidade, entoando canções tradicionais, para se encontrarem no antigo local da Festa da Polenta, o pátio da Escola Fioravante Caliman. Agregam, a cada ano, novos elementos para ilustrar a vida na época da imigração.

A sexta gestão (1998-1999) teve como marcas a criação do Paiol do *Nonno*, na época, chamado de Rancho do *Nonno*, e um grande processo de inovações operacionais que ofereceram melhores condições de trabalho e qualidade no atendimento. Dentre outras mudanças, ficou estabelecida a eleição bianual do presidente e vice, que, juntos, formam, por livre escolha, o restante da diretoria da AFEPOL.

Em 2000, a parceria com a Associação da Língua e Cultura Italiana do Espírito Santo, AL-CIES, viabilizou o curso de italiano para a comunidade na AFEPOL. Com um trabalho de divulgação, a Festa começa a sensibilizar os moradores e comerciantes para enfeitarem suas fachadas e vitrines e incentivar os moradores a receber os turistas.

De 2004 a 2007, os aspectos culturais locais ganham força com o Tombo da Polenta: 1,2 toneladas de polenta cozidas ao vivo em um panelão de ferro gigante. O momento mais esperado da festa dá à polenta visibilidade e *status* de cartão postal de Venda Nova. Os *shows* musicais passam a ser mais voltados à cultura italiana ou atrações com ar mais intimista.

Em 2008, acontece a trigésima edição, organizada e executada por cerca de 900 voluntários distribuídos em dezenas de equipes. O foco nas atrações culturais tradicionais e a preocupação com a qualidade no atendimento revelam um nível de organização em constante aprimoramento.

O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA FESTA: PRODUTO E PRODUTOR DA SOCIEDADE LOCAL

A Festa da Polenta nasceu pelas mãos do Padre Cleto Climan, numa comunidade profundamente religiosa. A religiosidade esteve sempre presente na trajetória dessa festa devido ao forte papel da igreja na organização social de Venda Nova. Podemos inferir, com base nos relatos dos entrevistados, que a profissionalização da estrutura de organização da festa com a criação da AFEPOL é o principal elemento da sua desvinculação com a igreja. A presença de líderes não ligados diretamente à igreja, como o Padre Cleto, ajudou a promover esse distanciamento, embora a festa ainda mantenha ligações importantes, como, por exemplo, a bênção na sua abertura.

O planejamento, a divisão do trabalho em equipes e a escolha das escalas, áreas e espaços de trabalho, a racionalização das tarefas e os avanços tecnológicos promovidos ao longo dos anos refletem a profissionalização desse evento, em que os elementos tradicionais são representações e, também, tratados como atividades nesta mesma lógica de organização do trabalho.

Uma das preocupações da AFEPOL é preservar a entidade de influências políticas. Esse sempre foi um de seus princípios, o de buscar o apoio do poder público, mas sem se submeter a ele, e o de se manter imparcial em questões político-partidárias. Isso foi priorizado na elaboração do estatuto, referência formal básica da instituição.

Na Assembleia Geral Ordinária, as contas da AFEPOL são avaliadas. A assembleia elege o gestor e, dessa forma, legitima a confiança no presidente e no conselho fiscal eleitos. Os cargos de diretoria e coordenação são de escolha do Presidente. Mas, além dos aspectos legais e formais de uma associação, a assembleia é o grande instrumento de avaliação da Festa, momento de questionamento do que funcionou bem e do que precisa ser aprimorado.

As inovações na festa, como dito por vários entrevistados e comprovado por sua trajetória histórica, são marcas de cada gestor e sua diretoria, tanto positivas quanto negativas, pois, segundo relatos, é o gestor quem “dá as cartas”, escolhendo livremente sua diretoria. Mas, se cada gestor, com sua diretoria, deixa sua marca, num horizonte de anos e décadas, o que garante a continuidade das tradições para que os objetivos da festa não sejam distorcidos? Como são definidos ao longo do tempo os rumos do evento?

A assembleia anual é, também, instrumento de controle social. Se alguma ação não é aprovada, esse é o momento de corrigir a rota e discutir os rumos da festa. Percebe-se que a assembleia e, em especial, as lideranças mais ativas da comunidade dão essa direção e traçam os aspectos importantes a serem feitos na edição seguinte da festa.

Algumas correções de rota importantes foram feitas por esse instrumento. Talvez, o melhor exemplo seja o retorno aos aspectos culturais após os anos de 2001 a 2003. Nesse período, a organização da festa trouxe grandes artistas nacionais, atraindo um público maior do que o evento podia comportar. A partir daí, optou-se por uma festa mais intimista, com atrações culturais ligadas à imigração italiana, e direcionada para um público que aprecia eventos culturais e não a agitação tão comum em grandes festas. Esse é, no nosso entender, um aspecto peculiar da profissionalização.

A Profissionalização da Festa: o Divisor de Águas entre Tradição e Modernidade

O próprio Padre Cleto, fundador da festa, em texto escrito em 1994, sinalizou como um divisor na história da Festa a fundação da AFEPOL. Destacou que a Associação marcou novos conceitos e objetivos, diferentes dos que ele tinha quando a fundou. Com a criação da Associação, o objetivo de “manterem vivas as tradições históricas, culturais e os costumes trazidos pelo imigrante italiano” passou a nortear sua organização.

Esse novo objetivo, segundo texto publicado no *site* da Festa da Polenta após a Fundação da AFEPOL, é “resgatar e manter viva a cultura do imigrante italiano que colonizou Venda Nova há mais de 100 anos, expresso no tripé cultura, voluntariado e filantropia”, e reflete a profissionalização da estrutura da Festa, demonstrando, claramente, o sentido de preservação e representação das tradições às novas gerações e aos turistas.

Analisando a sequência dos marcos, vimos que o estopim dessa transição foi o grande salto da Festa, provocado por Padre Cleto, com a divulgação do evento em mídia nacional, em 1990. A atração de um volume de público muito maior do que o esperado mostrou o quanto a estrutura improvisada era insuficiente para o tamanho que o evento alcançara. Isso demandou o início do processo de sua profissionalização, cujos marcos foram a criação da AFEPOL, enquanto instituição jurídica, em 1991, e a transferência da Festa do Colégio Salesiano para um local maior, com a construção do Centro de Eventos, concretizada em 1995.

A partir desse processo de profissionalização, o resgate das tradições e as inovações foram

ações dos presidentes, diretores ou voluntários engajados. Entre esses aspectos, citamos a vila cenográfica, a serenata italiana, o Paiol do *Nonno*, a Casa da *Nonna* com suas atrações, o grupo musical Toni Boni, o grupo de dança *Di Ballo Granello Giallo*, o projeto Resgate da Cultura com gravação do CD de corais infantis e o Tombo da Polenta. Essa atuação dos dirigentes da festa se enquadra, dentro dos conceitos de Giddens (2001), como a atuação do *especialista*.

Em outras palavras, a profissionalização da festa marca a transição entre a atuação do *guardião da tradição*, personificado na figura do Padre Cleto Caliman, e a dos *especialistas*, os presidentes, diretores e voluntários à frente da organização da festa. Nesse cenário, Padre Cleto mantém-se como figura destaque, porém, deixa de atuar como seu principal condutor e passa a figurar como personagem ilustre, o fundador homenageado nas festividades, convidado de honra nos eventos e lembrado por seus grandes feitos em prol da cidade.

Aspectos como culinária, vestes típicas, danças e outros foram sendo recuperados e incorporados à programação da festa. Ora, se analisarmos sob a ótica de Giddens (2001), só faz sentido falar em recuperação das tradições quando elas estão ameaçadas de extinção. Do contrário, elas passariam despercebidas no cotidiano como elementos “desta época”, ou seja, modernos. A partir do momento em que há preocupação com sua permanência ou perpetuação, é sinal de que estão ameaçadas com a possibilidade de deixarem de figurar como elementos da identidade local e precisam de um cuidado especial que lhes empreste um novo sentido a fim de garantir-lhes a permanência.

O que queremos ressaltar é que, nesse cenário, os aspectos que a festa busca resgatar ou preservar já não fazem parte do cotidiano da cidade, sendo necessário que sejam adaptados ao contexto atual, ganhando novo sentido para que possam ser preservados em sua essência. Nesse sentido, a Festa da Polenta encontra, num primeiro momento, no sentido de identidade cultural, e, posteriormente, no turismo, os aspectos que conectam e dão sentido ao resgate e à permanência das tradições nos dias atuais. Tratamos aqui, portanto, não de uma situação local específica, mas de um fenômeno generalizado, que é reflexo das mudanças no contexto global descrito por Giddens (2002): a transição da ação do guardião, num contexto tradicional, para o especialista, num contexto moderno, bem como a escolha da tradição como um estilo de vida no contexto atual.

Nesse contexto, entre 2004 e 2005, se consolida a filosofia de “tornar o vendanovense o astro da festa”, quando ele deixa de ser o público-alvo para ser o “ator principal”, o braço que organiza e que prepara a cidade para receber o turista. Aqui, se consolida a preocupação com o resgate e a dramatização teatral dos hábitos e costumes dos imigrantes, da beleza plástica, com o objetivo de atrair e entreter o turista. A partir daí, quando se concentra no turista e resgata os hábitos e costumes antigos ressignificados, a Festa passa a ser um marco identitário que diferencia Venda Nova das demais localidades, destacando seu potencial turístico. Assim, a Festa passou a ser vista, planejada e realizada com o objetivo de ser uma vitrine da cidade e celebração anual dos costumes e tradições resgatados, ressignificados e reinventados ao longo de cada edição.

O formato “cultural” da Festa abriu, ainda, espaço para oportunidades de negócio aos moradores da cidade. Corroborando com essa lógica, os entrevistados destacaram a ligação da festa com o agroturismo, afirmando que as propriedades que dele vivem foram impulsionadas pela exposição dos produtos caseiros na lojinha de *souvenirs* instalada no local do evento. Embora o agroturismo tenha surgido na cidade como atividade econômica, a partir do início da década de 1990, suas raízes remontam às décadas de 1960 e 70. Ao contrário do que esperávamos inicialmente, é explícita a ligação entre a preocupação da Festa com a identidade cultural local e seu impacto no turismo como atividade econômica para a cidade.

Também, novos pequenos negócios privados surgiram em decorrência da Festa da Polenta, como serviços de *buffet*, com o conhecimento adquirido na equipe de cozinha; decoração e floricultura, a partir da prática na decoração da festa e do desfile da rainha; a abertura das casas para aluguel durante o evento como complemento de renda; e, porque não, a formação de profissionais liberais e administradores, com a prática de gestão ou de liderança de equipes da Festa. Além disso, ampliou a demanda por serviços de hospedagem, alimentação, entretenimento e estimulou o surgimento de faculdades e outros serviços.

O evento, ainda, tem um papel de ser espelho para a criação de festas menores de produtos locais, como a festa do café, da pizza, do socol e do tomate, que também se utilizam do voluntariado na organização e que geram renda e benfeitorias coletivas para as comunidades que as realizam. Referência para essa comunidade, a Festa é, portanto, um “norte” para os diversos contextos da sociedade local, e suas mudanças impactam no modelo de desenvolvimento de Venda Nova.

Mudanças, Seus Impactos na Sociedade Local e Possíveis Caminhos do Futuro da Festa

Quando analisamos Venda Nova e a Festa da Polenta no atual contexto globalizado, vemos que elas competem não só com festivais culturais, mas com destinos turísticos em todo o mundo, pois as distâncias geográficas são cada vez mais relativas.

A Festa, ao longo de seus 30 anos, já passou por momentos difíceis, transições e ameaças decorrentes de influências do contexto moderno, em que se pensava que fosse acabar. Essas mudanças, inseguranças e dificuldades foram ultrapassadas com avaliação e reposicionamento, ora com adaptações, ora com grandes saltos qualitativos. Porém, não comprometeram a essência da festa, ao contrário, foram fundamentais para sua continuidade. Esta é a prova de fogo por que passam as tradições: seu teste diante da reflexividade, avaliando se elas permanecem tendo sentido no contexto atual e se devem, portanto, ser mantidas, reinventadas ou eliminadas. Todos os entrevistados tinham muito clara a visão desse objetivo.

Nesse contexto, as preocupações locais giram em torno da continuidade e manutenção da identidade cultural e das tradições. A partir dos relatos dos entrevistados, as atenções sobre a manutenção dessa identidade concentram-se em três aspectos: a *profissionalização* da Festa, a continuidade do *voluntariado* na organização e a existência de *lideranças* comprometidas com as tradições.

No item *profissionalização*, há entrevistados que acham que a Festa deve continuar evoluindo, resgatar e inventar outras tradições, como o Tombo da Polenta, organizar melhor a estrutura, capacitar o voluntariado etc. Um dos entrevistados defende que o evento precisa de um novo salto, um novo patamar, algo mais radical, como a expansão do calendário anual com a realização de “mini festas da polenta” ao longo do ano, porém, com mão de obra remunerada, a fim de impulsionar a economia local e gerar renda, sem que isso altere o formato original realizado em outubro – o qual deve se manter com voluntariado, um de seus pilares. Dois outros entrevistados concordam com essa visão.

Já na linha de explorar o diferencial local das tradições e da cultura, um dos entrevistados propõe que o poder público municipal capitaneie ações para transformar a Festa da Polenta “num grande produto de amplitude nacional”. Uma maior participação do poder público, porém, mostra-se complexa, pois a imparcialidade política e a independência do poder público são algumas das características mais valorizadas pela AFEPOL, segundo relatos dos entrevistados.

Todos os entrevistados mencionaram que a profissionalização é fundamental para a continuidade da comemoração. Porém, divergem sobre o nível dessa profissionalização e, principalmente, que aspectos devem ser profissionalizados. A linha mais ousada vê na estrutura de camarotes uma forma de atrair patrocinadores, um público diferenciado e, assim, garantir a sustentabilidade do evento sem perder as características culturais. Já os mais conservadores acham que não se deve abrir mão do voluntariado e da igualdade no tratamento do público e patrocinadores, pois acabaria com seu diferencial, transformando-a numa *commodity*.

Há preocupação com a formação de novas lideranças e com a continuidade do voluntariado, pois, apesar das adesões de jovens, os entrevistados atentam para o fato de que as lideranças são sempre as mesmas e formadas, em sua maioria, por uma geração entre 40 a 60 anos, que já está há 20 ou 30 anos à frente da organização; e não é em todas as famílias que a liderança passa “de pai para filho”. Muitos jovens saem da cidade para estudar e estabelecem outras prioridades em suas vidas.

A preocupação com o voluntariado é tamanha que há outras iniciativas de envolvimento de crianças e jovens no trabalho voluntário da Festa, objetivando a continuidade. Mas, ainda assim, ela encontra-se ameaçada, e um dos entrevistados enfatiza a importância do processo de adaptação das tradições ao contexto atual para sua preservação.

Os aspectos instrumentais da profissionalização na gestão, também, são ressaltados por alguns, reforçando a necessidade de melhor estruturação das equipes, planejamento estratégico, melhor dimensionamento de recursos materiais e humanos, introdução de facilidades como a cobrança por cartão de crédito. Também o aspecto inovação é citado como necessário para a continuidade da Festa.

Em suma, percebemos que existe uma preocupação constante com a permanência da identidade cultural e dos valores tradicionais ligados à imigração italiana. É uma complexa tentativa de equilíbrio entre o resgate, adaptação e ressignificação das tradições, de um lado, e a

inovação para se conectar às novas gerações, de outro, sendo que é ponto pacífico que ambos são fundamentais para a continuidade da Festa da Polenta, em particular, e para o sucesso da cidade de Venda Nova enquanto produto turístico no geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu contribuir para a compreensão da sociedade de Venda Nova a partir da análise de sua maior manifestação cultural, a Festa da Polenta. Analisamos como as manifestações culturais tradicionais dos imigrantes permanecem ou são retomadas de forma ressignificada ou reinventada; observamos a lógica da acumulação influenciando na organização da Festa e em novos negócios decorrentes dela para os empreendedores locais; vimos o papel criativo dos sujeitos – o fundador da festa e os coordenadores que o seguiram ao longo da história, à frente da AFEPOL; a importância dessa identidade cultural da imigração italiana como alavanca para a economia local e; apontamos alguns caminhos e possibilidades para o futuro da Festa da Polenta, com base nas inovações propostas ao longo de sua história, na profissionalização em curso e, também, nas projeções, planos e encaminhamentos dos atores locais.

Por fim, deixamos registrada como sugestão para novos estudos focados na análise das tradições em Venda Nova e, em especial, nesta linha de festas populares, a Festa do Galo Caipira. Este evento que, também, mistura celebração religiosa e festa profana, criado recentemente, em 2003, incorpora, curiosamente, à tradicional cultura dos imigrantes italianos, elementos do universo caipira brasileiro como a moda de viola. É uma festa que vem ganhando dimensão, como alguns entrevistados mencionaram, de “segunda Festa da Polenta”, por sua característica agregadora e pelo diferencial de sua programação. A importância dessa festa como aspecto relevante do cenário das tradições em Venda Nova se intensifica e estimula a necessidade de pesquisas complementares.

NOTAS

- 1 *Nonnos*: “Avós”, em dialeto vêneto.
- 2 O autor usa como referência: GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- 3 Um caminho semelhante foi trilhado pelo antropólogo Roberto DaMatta (1990), que buscou explicar o comportamento do brasileiro pela análise do carnaval. DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- 4 Fonte: “Festa da Polenta 2008 atrai 25 mil”. Disponível em <<http://www.festadapolenta.com.br/?p=noticias-detalhes&cn=75>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- 5 Montoa é o nome dado à técnica agrícola de amontoar terra ao redor dos pés de milho após a capina, para apoiar sua estrutura e evitar a erosão. O período da montoa do milho destinado à

Festa é um evento celebrado como um ritual, em que são utilizados trajes e ferramentas tradicionais dos imigrantes, repetindo os hábitos de trabalho e alimentação da época da imigração.

REFERÊNCIAS

BANK, G. **Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1998.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/catálogos/indicadores>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

CALIMAN, C. **A Festa da Polenta Nasceu por Acaso**. Disponível em : <<http://www.festadapolenta.com.br/quemsomos/afepol/oacaso>>. Acesso em : 20 jul. 2008.

CAMPOS JUNIOR, C. T. **O Novo Arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória**. 1985. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

EDITORIAL: Quase 115 anos de imigração do plantio à colheita: os rituais perpetuam a cultura de Venda Nova. **Caderno Especial Festa da Polenta**, 2005, p. 02

ESPÍRITO SANTO, Arquivo Público Estadual (Projeto Imigrantes) – Disponível em <<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/historico.html>>. Acesso: 10 jul. 2008.

GIDDENS, A. **Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e réplicas**. São Paulo, 2001.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro, 2002.

O TRABALHO COMO MATRIZ DE UMA IDENTIDADE CULTURAL. In: **Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, 1998, Vitória. Resumo do grupo de trabalho sobre Identidade Capixaba. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <<http://www.ufes.br/~cisoufes/gts/gt21.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural, 1975.

PANDOLFI, R.; VASCONCELLOS, J. G. M. Organizações familiares, cultura italiana e desenvolvimento local: um estudo do caso do Espírito Santo. In: EnANPAD, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: EnAPAD, 2005.

POLLINI, G. Italianos e alemães no sul do Brasil: as características principais do fenômeno imigratório e os objetivos da investigação. In: **Cultura e Desenvolvimento: uma inves-**

tigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil. Porto Alegre: Est Edições, 2005. p. 57- 80.

ROCHA, S. P. V. O homem sem Qualidades: modernidade, consumo e identidade cultural. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, n. 3, p.111-122, 2005.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A Invenção do Coronel**. Vitória: Edufes, 1995.

VELHO, G. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ZANDONADI, M. **Venda Nova**: um capítulo da imigração italiana. São Paulo, 1980.

Nara Falqueto Caliman Mestre em Administração e Gestão de Organizações pela UFES e graduada em Comunicação Social/Publicidade pela UFES. Atuou em projetos de desenvolvimento local e planejamento participativo na Prefeitura de Venda Nova do Imigrante, onde coordenou o Projeto Pró-Venda Nova, classificado entre as 100 melhores práticas globais de gestão no Prêmio Best Practices and Local Leadership Programme (ONU/UN-Habitat 2004). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado do Espírito Santo e atualmente integra a equipe do Programa Estadual de Parcerias com o Terceiro Setor (contratos de gestão e termos de parceria). Suas áreas de interesse são gestão pública, cultura, identidade e poder local.





Representações Familiares a partir da Gestão: um Estudo do Caso de uma Indústria de Bebidas

Claudiani Waiandt, Gelson Silva Junquilha

Resumo Com este artigo, analisa-se como determinadas práticas cotidianas de gestão reproduzem, por meio de representações, imagens familiares em uma indústria de bebidas. Por meio de técnica de história de vida, de entrevista semiestruturada, de observação não participante e de análise de documentos, realizou-se a pesquisa. Percebe-se uma representação em transição ao longo de duas gerações na administração: do “pai tradicional” ao “pai moderno”. A partir dessa premissa, verifica-se que essas imagens interagem com as práticas cotidianas dos gestores que tendem à personalidade, a certa informalidade, ao autoritarismo, ao “apaga incêndio”. Sendo assim, o artigo contribui para a teoria organizacional à medida que indica uma distinta perspectiva de análise do estudo em organizações familiares, ressalta a metodologia da história de vida para uma ampla contextualização do campo de pesquisa e propõe estudos das representações familiares em organizações que não são de propriedades da família, mas que assumem esse discurso.

Palavras-chave Representações Sociais. Representações Familiares. Gestão. História de Vida. Organizações Familiares.

Abstract The article examines how certain ordinary management practices reproduce, through representations, familiar images in a beverage industry. The research was carried out through technical history of life, semi-structured, non-participant observation and document analysis. It was observed, over the course of two generations, a transition from the “traditional father” model to the “post-modern father” one. From this premise, it appears that these images interact with the daily practices of managers showing personhood, informality, authoritarianism. Thus, the paper contributes to organizational theory by indicating a distinct analytical perspective of the study in family firms, highlighting the methodology of life history for a broad context of the search field and proposing studies of family representations in organizations that are not family property, but bear such speech.

Keywords Social Representations. Representation Family. Management. Life History. Family Organizations.

INTRODUÇÃO

A estrutura do mercado brasileiro é composta por empresas que podem ser classificadas em dimensões diversas, desde seu tamanho, forma de organização, origem, dentre outras. Contudo, as organizações de propriedade ou influenciadas por grupos familiares destacam-se, pois são responsáveis por 90% dos negócios e empregam mais de 60% da força de trabalho (LEITE, 2002). Mundialmente, essas organizações são responsáveis por mais da metade dos empregos e, dependendo do país, geram de metade a dois terços do Produto Interno Bruto (LETHBRIDGE, 1997). Apesar de sua importância econômica, essas organizações somente tornaram-se objetos de estudo partir dos anos 1960, quando surgiu um número expressivo de publicações sobre elas, o que tornou o assunto muito discutido nos meios acadêmico e empresarial brasileiro.

Os primeiros estudos sobre essas empresas limitaram-se a aspectos estruturais, como descrever seus processos de gestão, seguidos daqueles que tiveram por foco os processos sucessórios, atribuindo conotações negativas ao empirismo na condução das técnicas de gestão e à forte influência dos laços afetivos nessas dinâmicas. Contudo, na última década, foi reconhecida a importância de se estudar a organização familiar não enquanto estrutura e processo de gestão, mas em termos de suas características comportamentais, notadamente os aspectos relacionados aos valores e emoções, bem como a representação simbólica da família.

Sendo assim, para uma compreensão aprofundada do pilar que fundamenta este artigo – representações familiares – procura-se descrever e analisar o desenvolvimento da família e a evolução do estudo sobre organizações familiares para justificar o seu estudo sob uma abordagem que privilegie os aspectos mais subjetivos de sua gestão. Para exemplificar, apresenta-se um estudo do caso em uma empresa de bebidas capixaba que se destaca por seu extraordinário crescimento e seu processo sucessório, o que provocou uma nova representação do novo dirigente organizacional e, conseqüentemente, mudanças nas relações entre pessoas e novas práticas gerenciais.

O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES

O interesse pelo estudo de organizações permeadas pela dinâmica familiar tem aumentado significativamente no decorrer das últimas décadas. Os primeiros conceitos mostram, claramente, focos voltados para as questões materiais, como as de sucessão, ciclos de vida, profissionalização e estratégia, bem como a seguinte definição de organização familiar:

aquela “que tenha estado ligada a uma família pelo menos durante duas gerações e com ligações familiares que exerçam influências sobre as diretrizes empresariais, os interesses e objetivos da família” (DONNELLEY, 1967, p. 161).

Lodi (1986) resgata o conceito de Donnelley (1967) e conceitua a empresa familiar como uma organização empresarial que tem sua origem e sua história vinculadas a uma mesma família há pelo menos duas gerações, ou aquela que mantém membros da família na administração dos negócios, ou seja, empresa que é controlada e/ou administrada por membros de uma família. Assim, o autor limita o conceito, não incluindo nestas aquelas em que a família apenas investe o dinheiro (simples investidor) e aquelas em que o fundador não tem herdeiros.

Oliveira (1999, p. 18) reforça esse conceito quando afirma que “a empresa familiar caracteriza-se pela sucessão do poder decisório de maneira hereditária a partir de uma ou mais famílias”. Silva e outros (1999) sustentam que a empresa familiar deve reunir, simultaneamente, as seguintes características:

- a família deve possuir propriedade sobre a empresa, podendo assumir propriedade total, majoritário ou controle minoritário;
- a família deve influenciar nas diretrizes da gestão estratégica da empresa;
- os valores da empresa são influenciados ou identificados com a família;
- a família determina o processo sucessório da empresa.

Também, autores, como Bernhoeft (1989), Gallo e Ribeiro (1996), Gersick e outros (1997), Ricca (1998), Oliveira (1999), Garcia (2001), Grzybovski (2002) Andrade e Grzybovski (2004), Davel e Souza (2004), buscaram nesses conceitos e características fundamentar o seu estudo das organizações familiares.

Assim, de uma maneira geral, os primeiros estudos produzidos sobre organizações familiares no Brasil, em consonância com a visão mundial, procuram caracterizar e classificar as suas estruturas, identificando os problemas relacionados com as dimensões informais utilizadas nos processos de gestão (caracterizados por serem altamente normativos), buscando, além disso, prescrever uma série de estratégias preventivas e corretivas para o trato dessas questões informais. Dentre estas, ressaltam-se aquelas que dizem respeito à afetividade e à emoção da família. Nessas organizações, os laços emocionais da família causam uma série de influências (positivas e negativas) na gestão da organização. No entanto, os estudos desenvolvidos sob essa abordagem ressaltam pontos negativos, como as disputas afetivas e irracionais que podem ocorrer na organização, comprometendo o futuro do empreendimento. A propriedade envolve uma disputa pelos símbolos de ostentação de poder que estabelecem diferenças de caráter social e podem comprometer todo o negócio.

Assim, muitos estudos se voltaram para os problemas relacionados à sobrevivência das organizações familiares, em que se destacam, principalmente, as dificuldades relacionadas à competitividade no mercado global (BERNHÖEFT; MARTINS; MENEZES, 1999), ao processo sucessório (BERNHÖEFT, 1989; GALLO, 1995; GARCIA, 2001; GERSICK e outros, 1997), à profissionalização (BERNHÖEFT, 1995; GARCIA, 2001) e aos conflitos (GALLO, 1995) entre os membros da família.

Contudo, na última década, foi reconhecida a importância de se estudar a organização familiar não enquanto estrutura e processo de gestão, mas enfatizando-se suas características comportamentais humanas, notadamente os aspectos simbólicos relacionados à cultura e emoções, sobretudo, a representação simbólica da família que pode ser verificada em outros ambientes organizacionais que não especificamente empresas classificadas como familiares.

Dentre os trabalhos pioneiros nessa perspectiva, destacam-se os de Colbari (1992; 1996), inspirada por Bendix (1956), que empreendeu um estudo no qual as imagens familiares constantes da cultura brasileira podem ser encontradas no universo organizacional. A autora mostra que a figura de provedor da família inseriu-se no espaço do trabalho de tal forma que a formação de culturas corporativas se sedimentou com base nesse imaginário. Revela, ainda, que as novas formas de gestão inseridas no ambiente organizacional tendem a aliar as questões socioeconômicas aos “códigos familiares”. Com essa ideologia gerencial, chamada gestão pela cultura, as empresas tendem a reforçar as óticas participativas que acionam a dimensão interativa e a afetiva do processo de trabalho, extrapolando, assim, os referentes normativos do contrato de trabalho e os marcos da racionalidade instrumental.

Contudo, segundo Cavedon (2003), Colbari conduz a sua análise para o espectro técnico e histórico, mas esquece de ver a família no contexto atual, no qual a figura do provedor não se encontra centrada em uma única pessoa. Nessa nova configuração da família, a mulher e os filhos adultos contribuem com a renda familiar. Isto requer um novo modelo de ambiente doméstico, muito mais calcado na negociação, na camaradagem, na responsabilidade de cada um, não comportando mais uma posição autoritária.

No final da década de 1990, autores como Davel e Vasconcellos (1998), Fischer (2000), Davel e Colbari (2000, 2003), Cavedon e Ferraz (2003), Davel e Dantas (2004) resgatam essa dimensão mais subjetiva, relacionando as imagens do universo familiar com a forma de gestão das organizações, em busca de novas interpretações que contribuam com a análise que a autora não contemplou.

Davel e Vasconcellos (1998), assim como Cavedon (2003), ressaltam nos seus trabalhos a mudança da ideia de família e sua representação no contexto organizacional, ressaltando valores matriarcais, como intuição, criatividade, amor, confiança, otimismo e compaixão, para o espaço organizacional, ou seja, privilegiando aspectos mais fraternais.

Desta forma, a imagem que se tem da organização que reporta ao universo familiar pode ser reconhecida em diferentes tipos de organizações, sejam elas públicas, filantrópicas, privadas ou, mesmo, familiares. Nessas organizações – cuja dinâmica organizacional reproduz representações sociais do universo familiar –, os relacionamentos são mais intensos, pois envolvem relacionamentos familiares ou de amizade, os quais possuem uma longa história e que se desenvolveram, também, fora da organização. Sendo assim, as ligações pessoais, os laços emocionais e os vínculos de afeição são mais complexos, enraizados e imbricados (DAVEL; COLBARI, 2003). Então, para um estudo consistente “os valores familiares devem ser vistos de maneira contextualizada, ou seja, refletindo e, igualmente, determinando valores da sociedade local” (CAVEDON; FERRAZ, 2003).

Uma recente pesquisa que reproduz essas representações familiares foi apresentada por Davel e Dantas (2004) quando interpretaram a dinâmica de três organizações culturais - blocos afros no carnaval da Bahia - as quais assumem três padrões familiares para sustentar sua lógica estrutural e organizacional: a “família consangüínea”, a “família-de-santo” e a “família por consideração”. Nessa pesquisa, relacionada com a etnicidade do grupo, os autores confirmam que diversas representações de família podem ser verificadas na dinâmica organizacional, as quais, conseqüentemente, significam diversas maneiras de organizar e administrar.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS IMAGENS FAMILIARES NAS ORGANIZAÇÕES

A origem da expressão “Representação Social” é europeia e remete ao conceito de representação coletiva de Émile Durkheim (1989), em sua obra *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*¹, escrita em 1912. Nessa obra, as representações sociais se referem a uma classe de crenças que procurava dar conta de fenômenos como a religião, os mitos, a ciência, as categorias de espaço e tempo em termos de conhecimentos inerentes à sociedade. Tais crenças não são somente admitidas no plano individual, mas são do grupo, e dele se faz a unidade. Os indivíduos que a compõem sentem-se ligados uns aos outros pelos laços de uma crença comum, formando uma sociedade, cujos membros são unidos porque representam, da mesma maneira, o mundo sagrado e as relações deste com o mundo profano, e porque traduzem essa representação comum em práticas idênticas; é o que chamamos de religião (GOMES, 2004).

Nos últimos trinta anos, a expressão “representações sociais” ganhou um novo sentido que designa tanto um conjunto de fenômenos sociais, quanto uma teoria sociológica construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos sociológicos e psicossociais capazes de incluir desde os conhecimentos mobilizados pelas pessoas comuns, na comunicação informal da vida cotidiana, até as disciplinas acadêmicas que se ocupam da política, da biologia, da medicina, da informática, da psicologia, da educação e da religião (GOMES, 2004).

A lista do campo do conhecimento, coberto pela teoria das representações sociais, é bastante extensa e, ainda, certamente incompleta para incluir a diversidade de assuntos que formam a subjetividade e prendem a atenção dos sujeitos nas relações interpessoais no dia a dia, servindo como elementos basilares na construção das chamadas realidades objetivas e subjetivas que servem para construir o conhecimento da vida cotidiana nos processos de socialização.

Um delineamento formal mais recente do conceito e da teoria das “Representações Sociais”, e que fundamentará esta pesquisa, surgiu, no campo da psicologia social, com o trabalho do psicólogo francês Serge Moscovici. Segundo o autor, “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 2003, p. 26).

O autor resgata e amplia, numa perspectiva psico-sociológica, o conceito durkheiminiano de representações coletivas, entendidas, nessa nova forma, como um sistema de valores, noções e julgamentos concernentes aos fenômenos sociais, que permitem coerência e permanência da vida cotidiana, favorecendo também a intercomunicação grupal. Devem ser encaradas como 'teorias' do senso comum, portanto, carregadas de símbolos e afetos. Assim, Moscovici (2003) afirma que a representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos. Nesse contexto, as representações de um objeto social passam por um processo de formação, entendido como um encadeamento de fenômenos interativos, fruto dos processos sociais no cotidiano. Sendo assim, o autor foca seu estudo nas representações produzidas na sociedade contemporânea, oriundas do solo religioso e científico (ampliando a proposta de Durkheim), que nem sempre tiveram o tempo suficiente de se tornarem imutáveis – ou seja, uma modalidade de conhecimento que tem a função social de representar o mundo das relações sociais: religiões, ciências oficiais, ideologias, dentre outras (GOMES, 2004).

Em outras palavras, as representações sociais têm sua origem nos conhecimentos, nos mitos e práticas de uma coletividade (identificadas por meio da comunicação, de uma conversa, de um encontro, de uma imagem etc.), mas os portadores dessas representações são os indivíduos que as carregam, as utilizam e as transformam em suas relações *face to face*, no dia a dia, na elaboração do conhecimento da vida cotidiana.

A função social das representações sociais consiste em contribuir para definir um grupo social em sua especificidade, constituindo um modo de referência para todos os seus membros, o que possibilita ao indivíduo e ao grupo um modo sistemático de apreensão da realidade, e culmina por influenciar em seus comportamentos sociais (JODELET, 2001). Além do mais, as representações sociais têm a função primordial de transformar o não familiar em familiar (MOSCOVICI, 2003). Por conta de tais contribuições, o conceito representações sociais consegue contribuir para o entendimento do fenômeno verificado por Bendix (1956), Cavedon (2003), Colbari (1992), Davel e Vergara (2001), dentre outros, no que diz respeito à reprodução das imagens do universo da família nas organizações contemporâneas. É nessa perspectiva que foi realizado um estudo de caso em uma organização familiar, o qual será apresentado após o percurso metodológico.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa empírica e a análise de seus resultados foram fundamentados da abordagem qualitativa, na medida em que procuraram compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995). Além disso, buscou-se focar a interpretação, enfatizar a subjetividade e flexibilizar o processo de conduta da pesquisa, preocupando-se com o contexto. Todas essas características fundamentam o problema proposto: como determinadas práticas cotidianas de gestão reproduzem, por meio de representações, a ideia de família em uma indústria de bebidas?

A partir do problema proposto, realizou-se um estudo do caso em uma indústria de bebidas,

localizada no interior do estado de Espírito Santo, que tem se destacado economicamente no mercado regional e que possui uma história surpreendente de formação e desenvolvimento, sempre administrada pela família proprietária, descendente de austríacos e alemães, e inserida em uma comunidade com fortes valores familiares e culturais.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos e durou, aproximadamente, um ano e meio. Num primeiro momento, foram realizadas cinco entrevistas abertas com o sucessor do fundador da empresa e duas entrevistas com seu filho, atual administrador, baseadas na técnica de história de vida (ALBERTI, 1989). A cada visita, foram tiradas dúvidas a respeito das etapas anteriores à construção de uma história sólida. As entrevistas foram gravadas e, depois de transcritas, avaliadas pelos entrevistados. Ao término das avaliações, os entrevistados assinaram uma autorização para divulgação do material coletado. Nesse momento, a pesquisa buscou reconstruir a trajetória da empresa, procurando compreender o envolvimento dos proprietários e de suas famílias com a organização. Consequentemente, isso possibilitou ao pesquisador acessar o sentido de realidade que os proprietários desenvolvem sobre seu mundo e tentou dar “voz” a essa realidade ao permitir que eles falassem por si mesmos.

Num segundo momento, realizou-se uma pesquisa em documentos sobre a empresa, bem como entrevistas semiestruturadas com seus gestores e funcionários de diversos níveis hierárquicos, com o objetivo de investigar a gestão organizacional e, assim, identificar e compreender os significados de representações familiares a partir de práticas gerenciais na organização. Paralelamente, foram coletadas notas de observação não participante.

A análise dos dados baseou-se na análise de conteúdo proposta por Bogdan e outros (1994), e procurou codificar palavras e frases que justificassem a representação da família na dinâmica organizacional, sempre relacionada ao seu contexto histórico.

A EMPRESA CAPIXABA DE BEBIDAS

O Nascimento da Fábrica e a Mudança de Produção

Os primeiros passos para o que é hoje a empresa capixaba de bebidas foram dados em junho de 1930, no interior do estado de Espírito Santo, quando um imigrante austríaco muito desanimado com o comércio de café, após perder todo o seu patrimônio com a crise do produto², decide produzir e comercializar vinho artesanal de laranja. Nesse sentido, ele próprio idealizou um despolpador de laranja para retirar o suco, dando início a sua fabricação, num local descoberto no terreno em frente a sua casa e com dinheiro e materiais emprestados.

Apesar dessas dificuldades, o vinho teve grande aceitação e várias pessoas vinham comprar caixas do produto. Depois de quatro anos, o imigrante conseguiu regularizar a produção e a diversificou, fabricando produtos derivados da laranja: a bagaceira, o vinagre e o óleo etérico da casca; além de aguardente de cana, jurubeba e conhaque de mel. Como a fábrica começou a dar sinais de prosperidade, constantemente, ele tomava empréstimos e investia

na compra de equipamentos e utensílios. Nesse período, a fábrica possuía cerca de dez diaristas, na maioria, amigos do imigrante. Além dos diaristas, os seus filhos e sua mulher estavam sempre presentes nas tarefas diárias da produção.

Mesmo com a prosperidade, o imigrante decidiu mudar de ramo em 1950, pois o produto, apesar de se destacar no mercado, dava pouca margem de lucro e limitava o progresso da indústria. Além disso, o brasileiro, de maneira geral, não era um grande apreciador de vinho, o que tornava o produto contra-producente. Esses motivos levaram o imigrante e seus filhos, agora já de maior idade, iniciar experiências com refrigerantes. Então, contratou um grande conhecedor da bebida que trabalhava na capital e comprou uma máquina rudimentar para encher os refrigerantes com capacidade de produzir cerca de 1.800 garrafas de refrigerantes por dia. Em fevereiro do ano seguinte, seguiram pelo caminhão de seu genro as primeiras 70 grades de refrigerantes para Vitória, onde foi lançado o produto.

Nesse mesmo mês, o imigrante resolveu admitir seus filhos como sócios e nomeou o mais velho para administrar a fábrica, enquanto o filho mais novo ficou responsável pelas complexas máquinas que operava diuturnamente. O imigrante austríaco morreu dois anos após o lançamento do refrigerante no mercado e seus filhos herdaram a organização.

A história do esforço e da persistência do imigrante para inaugurar a fábrica de vinhos, gerenciá-la por quase duas décadas e, ainda, vivenciar as primeiras experiências com o refrigerante, construiu na empresa a imagem do mito organizacional. Essa imagem, extremamente preciosa aos seus dirigentes por seu caráter sagrado, exemplar e significativo, permitiu exprimir, enaltecer e codificar a crença no seu fundador com relação aos seus princípios morais, oferecendo, assim, regras práticas para a orientação dos próximos gestores e demais funcionários. Sendo assim, a trajetória dos novos dirigentes na organização foi marcada pelo trabalho árduo, pela responsabilidade e integridade, qualidades ressaltadas na primeira geração da administração na empresa.

A Organização pela Representação do “Pai Tradicional”

O novo administrador da segunda geração passou por grandes dificuldades financeiras nos primeiros anos de sua direção, pois a empresa teve retidas duas grandes quantias, em dois bancos, que estavam em nome do pai, que falecera, deixando-a sem capital de giro. Contudo, com o apoio de seu avô que era formado em ciências contábeis, conseguiu prosseguir as atividades sem grandes contratemplos. Nesse período, também admitiu o cunhado como sócio da firma, que ficou responsável pelo transporte das mercadorias, mas este permaneceu por poucos anos na sociedade. Vê-se logo que a nova administração herdou as características informais do fundador da empresa, quando não havia a separação entre a casa e a empresa.

Em vinte anos, a empresa assistiu grande crescimento e diversificou a sua produção, ao fabricar refrigerantes de laranja e limão e engarrafar água mineral. Ao completar 50 anos, a empresa era a maior empresa do município onde estava instalada e oferecia ao mercado de trabalho 57 empregos diretos. Contava, também, com uma transportadora (fundada em 1978), que empregava 42 funcionários, responsável pelo escoamento da produção. O dirigente viu sua fabriqueta se tornar uma indústria próspera na região.

No sentido weberiano (WEBER, 1991), o dirigente da segunda geração na organização realizou uma gestão tradicional paternalista, privilegiando a pessoalidade nas relações humanas e o informalismo nos processos administrativos e produtivos. Assim como seu pai, o dirigente mantinha relacionamentos estreitos com seus funcionários, fazendo com que estes criassem imagens, baseadas no universo familiar, que correspondessem a essa interação no ambiente organizacional. Dos doze funcionários entrevistados, dez mencionaram em suas entrevistas que tinham o dirigente como pai e se sentiam numa família: “eu sempre considereí eles como se fossem meus pais”, “existe uma verdadeira família aqui dentro”, “ele assume uma postura de como se a gente fosse filho mesmo”.

Essa representação, construída ao longo de sua administração, emergiu da percepção dos atores de seu comportamento e, também, de suas ações. Como na gestão tradicionalmente paternalista, a sua presença física constante determinava toda a dinâmica organizacional, e, em troca de benefícios sociais e favores que concedia aos funcionários, esperava deles lealdade e comprometimento. Contudo, a dureza de sua gestão, a intolerância na cobrança dos funcionários, a centralização da tomada de decisão em suas mãos, o autoritarismo (Quadro 1), transmitiram uma imagem de um “pai tradicional”, que muito lembra as características do chefe na família nuclear (WEBER, 1991; BENDIX, 1956).

Quadro 1 – Características do Dirigente da Segunda Geração

	“Pai Tradicional”
Autoridade	Severo, austero
Tomada de decisão	Centralizador
Poder	Autoritário
Relação com outros	Intolerante (disciplina) x Generoso (gratificar)
Relação consigo mesmo	Perfeccionista, primoroso
Planejamento	Longo prazo

Fonte: elaboração da autora, a partir de dados coletados.

Para compreender tal representação, é preciso caracterizar essa família nuclear. Na sociedade burguesa (família tradicional), o sangue e a habitação em comum constituem-se em características determinantes da formação da família, cujos membros são constituídos por pai, mãe e filhos. A união entre o homem e a mulher é selada como eterna e sua finalidade principal é a reprodução (POSTER, 1979; LASCH, 1991; MACÊDO, 1999). Além disso, a manutenção da família é realizada pelo pai, provedor financeiro, sendo que seu campo de ação - o mundo exterior - permanecia, de certa forma, inacessível a mulher e aos filhos. Os valores patriarcais e a dependência total da família em relação ao produto do trabalho paterno garantiam ao pai um enorme poder, que lhe dava autonomia e direito para fazer o que bem quisesse, desde que não deixasse faltar nada dentro de casa.

Contudo, as características como autoridade e firmeza contrastavam com a generosidade e a cordialidade com seus funcionários. Por um lado, o dirigente não tolerava atrasos e era sempre muito rigoroso na disciplina, conforme narraram alguns entrevistados: “Se você chegava aqui às 7:15h, tinha que escutar dele. Às vezes ele não falava, mas te dava uma

olhada de lado e permanecia o dia todo assim”. Segundo outro entrevistado: “Eu tive um caso de um santinho de um político que coloquei no vidro na minha mesa. Ele disse: Quem colocou esse negócio aí? Então, tira, aqui dentro não quero política”. Por outro lado, se preocupava com a vida particular de seus funcionários e seu conforto, prestando favores como emprestar os veículos da empresa para passeios de fins de semana, realizar mudanças dos funcionários ou levar os funcionários e sua família para consultas médicas na capital, bem como participava das confraternizações individuais e coletivas.

Com o estilo paternalista, o dirigente procurou promover um certo clima de camaradagem, cooperação e solidariedade, próximo às representações do universo familiar. Este clima é promovido por meio de uma troca, ou seja, um relacionamento direto e próximo do patrão, o que incluía a distribuição de favores e a mediação nas situações conflitivas, tendo como contrapartida a lealdade e eterna gratidão dos empregados. Todas as situações eram resolvidas diretamente com o dirigente, desde um problema mais pessoal com outro colega de trabalho ou a própria manutenção do trabalho. Esse clima pode ser sentido, principalmente, nas falas dos entrevistados que expressam um acentuado orgulho de trabalhar na empresa, quando ressaltam o seu comprometimento com os objetivos da organização, com seu proprietário e sua responsabilidade com o seu trabalho. Como afirmaram alguns entrevistados: “Às vezes eu sou até cobrado pela esposa e pelos filhos: Você só pensa na empresa?”; “a gente não veste a camisa, não, a gente costuma falar que a gente sua a camisa pela empresa”; “eu gosto disso aqui como se fosse meu”.

A administração do dirigente, irrepreensível, centralizava todas as decisões em suas mãos, era muito severo em relação às normas por ele estabelecidas e, sobretudo, conservador. Ele sempre detinha a última palavra e não abria muito espaço para participação dos funcionários na tomada de decisão. Essa é outra característica da família nuclear (NEDER, 1998), na qual o pai tem plenos poderes e a mãe e os filhos ocupam papéis secundários. O chefe de família era “o cabeça” do casal, a quem a mulher deveria obedecer e ser fiel, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, e a quem os filhos deveriam honrar, respeitar e obedecer. Restava, então, à mãe, o papel de provedora dos cuidados domésticos, realizando tarefas rotineiras e tomando decisões cotidianas (MACÊDO, 1999).

Também as ações do dirigente patrocinaram a sua representação entre os atores organizacionais. Como afirmado pelos entrevistados, o dirigente não escolhia a tarefa que ia realizar. Quando o trabalho na produção atrasava ou mesmo na hora do almoço dos operários, ele ajudava a carregar caixas e encher os refrigerantes, ao lado dos demais funcionários. A sua imagem de pai austero e sua participação sempre ativa na comunidade, colaborando em prol do seu desenvolvimento, também serviam de exemplos para o imaginário organizacional.

Essa densidade das relações de trabalho, potencializada pela gestão paternalista, impede que as relações de trabalho permaneçam fechadas aos limites de um contrato formal, o que numa situação de conflito alimenta um sentimento de dilaceramento do tecido social (COLBARI, 1992); ou seja, as divergências ou disputas são percebidas em termos de injustiças e ingratidão por parte dos funcionários. Essa constatação se revelou quando os funcionários contavam casos em que o patrão chamou-lhes atenção e estes ficaram extremamente magoados, quase se afastando da organização. Vê-se com esses exemplos a

extensão de um clima organizacional que extrapola o contrato entre patrão e funcionários, entre trabalho e salários, mas que rodeia todo um universo de representações e relações estreitas fortemente permeadas por traços afetivos.

Com o passar dos anos, o filho mais velho do fundador foi se cansando da direção da empresa e, dia após dia, se envolvia cada vez mais com o estudo e cultivo de orquídeas e bromélias, sua grande paixão. Então, no ano de 1983, entregou a direção da empresa nas mãos da terceira geração da família. Assim, como mandava a tradição, seu filho mais velho ficou responsável pela administração da empresa, como diretor geral.

A Organização pela Representação do “Pai Moderno”

Embora a terceira geração na administração da empresa ainda se caracterize por uma gestão paternalista, a representação do dirigente se constrói com base na figura do “pai moderno”. Essa mudança se deu, principalmente, por dois motivos: o não planejamento da sucessão na empresa e o comportamento empreendedor e flexível do novo dirigente. Para compreensão dessa transição, uma descrição sucinta, sob o ponto de vista dos atores organizacionais, deve ser realizada. “Tudo aconteceu de maneira inesperada”, segundo o novo administrador. Nesse período, ele estava cursando administração perto da capital, e, como já namorava há algum tempo, resolveu marcar a data de casamento. Contudo, alguns dias antes do casamento, quando a empresa completou seus 50 anos, seu pai surpreendentemente disse-lhe “eu vou passar a empresa para você e quando você voltar da lua de mel, você vai tocar”. O administrador da terceira geração não acreditava naquilo que tinha ouvido. O casamento aconteceu, viajou em lua de mel, retornou num domingo e, na segunda-feira, quando chegou à empresa, verificou que tudo era verdade, seu pai já não estava à frente da administração.

O início da sua gestão, segundo o novo diretor geral, foi muito difícil, porque “eu ainda não estava preparado para assumir a empresa e não pensava em suceder o meu pai na administração”, tampouco o seu pai conversava sobre sucessão com ele e seu irmão. Assim, o seu contato com a empresa se deu em expedientes que fazia concomitantes com a faculdade. Mesmo com esses expedientes, não estava verdadeiramente comprometido com as atividades que desempenhava. Desse modo, não conheceu/aprendeu as atividades e processos administrativos; e, além disso, o seu pai não lhe deu qualquer autonomia para tomada de decisão enquanto estava à frente da organização.

O novo diretor teve plena consciência de que agora a responsabilidade da empresa estava em suas mãos quando recebeu a Fiscalização Federal de IPI: “para mim, foi a minha primeira prova de fogo”. Essa tensão se deu porque o novo administrador precisou resolver sozinho o problema, pois seu pai não interferiu no acontecimento e seu tio somente estava inteirado com os problemas da produção.

Nesse período de adaptação, o novo administrador prosseguiu a administração paterna e manteve as atividades transcorrendo normalmente devido ao apoio dos funcionários mais antigos em quem ele confiava plenamente. Nas suas palavras: “eles sabiam melhor os problemas do que o pessoal da família”. Nestas circunstâncias, sua administração foi bem recebida e ele auferiu um grande incentivo e apoio dos seus funcionários, já que muitos deles

sentiam que ele era mais um e não um chefe ou patrão. Esse sentimento já fazia-se presente, pois, há algum tempo, ele convivia diariamente com os funcionários, inclusive depois do trabalho ou nos fins de semana para se divertir.

Essa ruptura na sucessão da gestão familiar foi um dos motivos para a transição da representação do dirigente da organização do “pai tradicional” para a imagem do “pai moderno”, já que rompeu, de certa forma, com o modelo de liderança paternalista tradicional instalado pelo antigo administrador. O novo administrador não recebeu, naquele momento, os ensinamentos paternos; sua aprendizagem se deu de maneira particular, orientada pelos seus funcionários. Essa mudança no relacionamento entre os funcionários e proprietário transformou este não em um patrão com plenos poderes, mas sim num companheiro, um camarada, que veio para somar na administração da empresa, eliminando a antiga distância entre o patrão, seu pai, e os seus empregados.

Em relação à organização, a década de 1980 foi marcada por um fato muito importante, qual seja, a produção deixou de ser considerada artesanal para adquirir *status* de uma verdadeira indústria, com a instalação de novas máquinas. Além disso, em 1987, o novo administrador começou a participar da Federação das Indústrias do Estado, o que propiciou um maior conhecimento do mercado e integração com outros ramos da indústria regional, levando-o a entender que a empresa precisava se modernizar e se equiparar ao que estava acontecendo no mercado brasileiro. Com a aposentadoria de seu tio, os seus quatro filhos foram associados à empresa, assumindo cargos administrativos, mas sem interferir diretamente na administração geral. O novo administrador ganhou *status* de diretor da sociedade.

Por cerca de dez anos de sua administração, a empresa não viveu grandes inovações, a produção foi se tornando lenta, nenhum produto foi lançado, conseqüentemente, sua planta produtiva começava a dar sinais de esgotamento, a demanda diminuía em relação ao aumento do mercado, pois a distribuição não conseguia atender aos pontos de vendas. “A empresa não estava parada no tempo, estava retrocedendo no mesmo tempo em que a concorrência se acirrava no setor” (NASCIMENTO, 1999).

Então, quando foi lançado o engarrafamento em embalagens PET (*polietileno tereftalato* – resina do grupo poliésteres), no início da década de 1990, o diretor viu a possibilidade da empresa dar um salto em seu desenvolvimento, implantando essa nova tecnologia. Mas, essa decisão foi um dos maiores atritos familiares que o diretor precisou superar, pois seu irmão achava que este investimento era uma loucura, devido ao investimento para sua implementação, já que o engarrafamento em vidro proporcionava maior lucro à empresa. Contudo, o diretor conseguiu convencer os sócios e começou a produção mesmo com poucos recursos. Nas suas palavras, “não adianta você querer vender o que você fabrica, você tem que fabricar o que se vende”. Então, a empresa transformou uma das máquinas e começou a engarrafar o PET, comprando garrafas prontas e arrolhando-as com uma máquina rudimentar.

Deste modo, a terceira geração inaugurou uma fase de intensa expansão e modernização do parque fabril. A produção em embalagens descartáveis exigiu um grande investimento na aquisição de novas máquinas, permitiu maior diversificação nos sabores – cola, uva,

tangerina, *tutti-frutti* e as versões *light* – e, ainda, possibilitou a ampliação no seu raio de comercialização³, inclusive para outros países. Assim, a empresa deu um salto no crescimento de sua produção e diversificação de produtos, o que levou o novo dirigente a iniciar um intenso processo de mudanças administrativas, contratando profissionais de grandes concorrentes nacionais, com objetivo de organizar e dinamizar a sua gestão, reestruturar a produção e a distribuição, bem como ampliar e modernizar a divulgação da sua marca. Os profissionais contratados de concorrentes capixabas assumiram postos de gerência e deram um grande impulso ao processo de mudanças organizacionais.

A reestruturação iniciou-se na área comercial, paralelamente à área produtiva. A área de pessoal continuou nos mesmos moldes anteriores, sendo contratado um profissional para regularizar os processos. Essas contratações causaram de imediato um grande conflito entre os profissionais que trabalhavam na administração há vários anos e que não se adaptavam às mudanças realizadas, culminando no afastamento de alguns funcionários e no surgimento de um clima de instabilidade organizacional. Mesmo com essas demissões, o diretor afirmou que “apesar dessas mudanças, nenhum dos funcionários com mais de 20 anos de empresa e que participou da sucessão na administração foi demitido”.

O aumento de demanda levou, também, à criação do departamento comercial e de marketing. Os diretores atentaram que, após a intensificação da propaganda, o cliente chegava ao comércio e não encontrava o produto. De tal modo, viu-se a necessidade urgente de reorganizar a distribuição, mapeando as rotas e os pontos de vendas, contratando profissionais com experiência no mercado, terceirizando parte da distribuição dos produtos e mantendo um canal próprio de distribuição (grandes redes de supermercados e o próprio município). O Departamento de Marketing foi criado com o objetivo de consolidar a marca, voltado para o ponto de venda, por meio de medidas que demandassem um menor investimento.

Em 1996, a empresa ocupava uma área coberta de 4.000m² e, além dos sete diretores, empregava 250 funcionários diretos, independentemente das 32 distribuidoras exclusivas, sediadas em várias cidades do Espírito Santo, sul da Bahia, oeste de Minas Gerais e Rio de Janeiro, as quais envolvem cerca de mil pessoas.

A postura flexível e empreendedora do dirigente da terceira geração foi o segundo fator que motivou a sua representação na imagem do “pai moderno” pelos atores organizacionais (Quadro 2), surgida na primeira década de sua gestão e fortalecida no decorrer dos anos, com as dificuldades que precisou enfrentar devido à crise.

Quadro 2 – Características do Dirigente da Terceira Geração

	“Pai Moderno”
Autoridade	Maleável, flexível
Tomada de decisão	Descentralizador
Poder	Delegador
Relação com outros	Compreensivo
Relação consigo mesmo	A melhor maneira possível
Planejamento	Curto prazo

Fonte: elaboração da autora, a partir de dados coletados.

Vale ressaltar que a mudança da representação da gestão paternalista caminhou em consonância com as mudanças que estão ocorrendo dentro da família ao longo das últimas décadas na sociedade. Esses momentos demonstram as alterações nos papéis sociais dentro da família, as quais atendem tanto a um esforço da própria família visando a adaptar-se às mudanças da sociedade, quanto às transformações internas que seus membros vêm sofrendo na medida em que ela se modifica.

Nas últimas décadas, no Mundo Ocidental, a formação da família ganhou novos contornos; muito se discutiu sobre a “crise” da família - as mudanças no seu tamanho e a composição. Porém, de fato, o que se observa não é um enfraquecimento da família, mas o nascimento de novos modelos, construídos a partir dos fenômenos sociais e, principalmente, das transformações nas relações entre os sexos, vistas, agora, a partir de uma perspectiva igualitária. Assim, na família moderna (NEDER, 1998), os papéis dos pais e dos filhos sofreram modificações. As mulheres ingressam no mercado de trabalho e muitas delas são as responsáveis pela provisão e pelo sustento da família. Com o desemprego, muitos pais ficam com as tarefas domésticas e muitos filhos ingressam no mercado de trabalho para auxiliar na manutenção econômica familiar.

Todas essas mudanças contribuíram para o decréscimo dos casamentos e das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens, dos divórcios, das “famílias pequenas” e das famílias monoparentais. Deste modo, surgem às famílias formadas por mãe solteira e filhos, pai solteiro e filhos, avós e netos, casal de homossexuais e filhos, e outras tantas configurações. O sangue e a habitação, características da família tradicional, desaparecem. Como consequência, a divisão de tarefas e do poder foi totalmente alterada (LASCH, 1991).

Assim como a família modificou-se, a autoridade e poder absoluto paterno também esvaeceram. O pai da família moderna deixa de ser o provedor financeiro da família e perde o *status* de dar a última palavra; emerge, então, a igualdade na relação entre os pais e entre pais e filhos. Nasce, assim, o “pai moderno”, que divide o poder e a responsabilidade da manutenção, tanto econômica como social, da família com a mulher e filhos.

O dirigente da terceira geração eliminou a distância que existia entre o patrão e seus funcionários, permitindo uma maior participação destes, adotando uma postura mais cordial e flexível, delegando autoridade aos gestores e descentralizando as decisões (Quadro 2).

Esse comportamento, aliado a sua postura empreendedora e progressista, lhe deu *status* de líder familiar carismático (BENDIX, 1956). Sendo assim, a gestão paternalista ganha contornos mais carismáticos para se legitimar neste novo ambiente organizacional, agora muito mais dinâmico e imprevisível, e, além disso, precisa ser legalizado por um conjunto de regras e normas, típico da autoridade burocrática. Deste modo, realizando uma análise mais dinâmica da família ao longo da sociedade, pode-se indicar que a crise da autoridade paterna, que emergiu a partir da constituição do modelo contemporâneo de família, se fez, também, presente na organização deste estudo.

Essa transição da representação imaginária entre as duas gerações insurgiu de significativas mudanças organizacionais ao longo da terceira geração. Por causa do grande investimento em modernização tecnológica, no final da década de 90, a empresa submergiu numa profunda crise financeira, criando um clima de instabilidade e de incerteza. As contratações que de imediato causaram conflitos entre o pessoal, com o tempo, passaram a representar um impulso para o crescimento da empresa. Contudo, ainda pairava no ar um clima de desconfiança entre os funcionários com mais tempo de casa, por causa das constantes mudanças e da sua pouca qualificação. Por outro lado, essa situação incentivou os funcionários a buscarem uma maior escolarização para o seu aperfeiçoamento pessoal, com o objetivo de permanecer competitivo, almejar uma promoção ou, mesmo, se manter na função.

Como solução ao problema financeiro, constantemente, emergia a ideia de fabricar cerveja, uma opção para o futuro da empresa, já que o refrigerante do modo que o mercado conhece está fadado a acabar devido à pressão dos órgãos de saúde. Há muitos anos, o fundador da empresa pensou em construir uma fábrica de cerveja; a segunda geração, por duas vezes, teve essa oportunidade com financiamento de grupos alemães, mas não houve coragem para investir. Segundo o diretor “a cerveja dá mais lucro [...] e é um antigo sonho da família”.

Esses fatores levaram a família proprietária a procurar outra família e propor sociedade. No entanto, essa decisão foi outro momento difícil, pois mesmo com os problemas financeiros, a empresa ainda poderia sobreviver, “mas quanto tempo ia levar? A que custo?”, conforme o diretor. Este não concebia mais a ideia de manter uma empresa somente de refrigerantes, então, resolveu convidar todos os sócios, que também já sentiam as dificuldades, e propôs: “para a gente sair dessa dificuldade ou a gente vende tudo ou vamos fazer uma parceria com outro grupo que irá possibilitar desenvolver novos projetos que dê continuidade a empresa”.

Para que a parceria acontecesse, os outros sócios da família tiveram que abrir mão do poder de autoridade direta que detinham na administração. Para resolver esse impasse, o diretor propôs a criação de *holding* (uma sociedade anônima), constituída pelos sete sócios da família, que seria associada à empresa. Esse *holding* será criado para proteger a empresa de ataques, já que o sócio possuiria ações que poderiam ser vendidas no mercado livre, mas que não influenciaria na representação do *holding* na organização. A partir da decisão, o diretor negociou a sociedade com uma família de descendentes de italianos, cujo um dos irmãos era seu amigo de faculdade. Todavia, os fatos que mais pesaram na decisão por parte do grupo foram a história e os valores da família sócia serem muito parecidos aos da família proprietária, apesar daquela ter vasta experiência empresarial no ramo de bebidas, sendo responsável pela distribuição da revenda da Brahma no estado.

O novo grupo familiar se associou à família proprietária em 2002, dividindo a empresa em duas partes iguais (50% mais 50%), e cada família indicou um sócio-diretor que há representasse. Os objetivos iniciais da nova administração eram sanar os problemas financeiros da empresa, para aumentar o capital de giro e pagar as dívidas, e, então, fabricar cerveja. Para tanto, a nova diretoria planejou em conjunto com a gerência um Plano Diretor para dimensionar a empresa para os próximos 15 ou 20 anos, como a mudança de *layout* que, atualmente, ocupa 23.000 m², preparação da empresa e dos funcionários para certificação pela ISO 9000, mudança na gestão e maior diversificação de sua produção.

Com a sociedade e as consequentes mudanças, o clima organizacional transformou-se. As incertezas do primeiro momento deram lugar a esperança, principalmente por causa do grande crescimento e da instalação da fábrica de cerveja. Também a administração tomou outro caminho, já que a família associada trouxe na bagagem outra forma de gestão, menos paternalista, menos pessoal nas relações de trabalho e mais profissionalizada, além de estimular uma maior participação maior dos funcionários.

No entanto, as tantas e constantes mudanças na empresa e a dificuldade na comunicação dos diversos departamentos provocaram uma desordem nos processos administrativos, levando à repetição ou não realização de algumas atividades. Esses problemas levaram a nova diretoria, durante o processo de implementação da ISO (*International Organization for Standardization*), a contratar um funcionário para acompanhar as áreas, padronizar os processos e, assim, organizar as atividades.

Embora a administração tenha, de certa forma, sido descentralizada na gestão da terceira geração, ela ainda continuava centrada na figura do gerente-geral, contratado no início da reestruturação. Para a nova diretoria, a prioridade foi descentralizar a gestão, ampliar as operações da área comercial e utilizar toda a potencialidade do parque industrial. Outra dificuldade na dinâmica organizacional estava relacionada à falta de planejamento. Muitos projetos desenvolvidos na organização precisaram ser abandonados devido à falta de informação a respeito de detalhes importantes, como legislação, pesquisa de mercado, tendências, dentre outros. Contrariando o desenvolvimento dos projetos anteriores, o novo empreendimento da empresa, qual seja, a construção da fábrica de cerveja, foi sendo minimamente detalhado.

A diretoria, buscando contornar essas dificuldades, iniciou uma política de reuniões mensais, nas quais os gestores informam sobre o desempenho de suas atividades, apresentam suas dificuldades e divulgam novas metas para o mês seguinte. Com isso, pretende-se resolver o problema de ruído na comunicação entre os departamentos e treinar os profissionais para a realização de um planejamento estratégico.

Atualmente, o diretor da família fundadora acredita que essa sociedade foi um dos momentos mais importantes na história da empresa, levando-a a ter condições de concorrer no mercado nacional. Conforme afirmou, “talvez hoje, olhando para trás, esse tenha sido o melhor momento da minha história aqui na empresa.” No entanto, a empresa necessita, ainda, de muitas mudanças, em suas palavras “eu acho que no dia que você achar que está tudo bem, as coisas estão muito mal, porque você nunca vai chegar num ponto em que

“você não possa melhorar mais”. Com a sociedade, a empresa conquistou uma imagem de organização forte no mercado, ficando isto claro com a mudança no relacionamento com os bancos e os fornecedores. Num segmento de concorrência tão acirrada, a sólida posição da empresa, na sua terceira geração, é suficiente para demonstrar a capacidade empresarial de seus sócios controladores, num mercado de refrigerantes e água mineral com forte tradição no Estado do Espírito Santo.

CONCLUSÃO

A empresa capixaba de bebidas esteve, durante sua trajetória, representada por duas figuras diferentes; o “pai tradicional”, dirigente da primeira geração, e o “pai moderno”, gestor da segunda geração.

A representação do dirigente da primeira geração, com base na figura do “pai tradicional”, se deu, especialmente, por causa de sua gestão paternalista, em que se privilegiava a personalidade nas relações humanas e o informalismo nos processos administrativos e produtivos. A sua presença física constante na empresa, determinando toda a dinâmica organizacional, e a troca de benefícios sociais e favores por lealdade e comprometimento marcam definitivamente essa construção na dinâmica organizacional.

A transição da representação imaginária entre as gerações na administração da empresa, quer dizer, do “pai tradicional” para o “pai moderno”, é marcada pelo intempestivo processo de sucessão e pelo comportamento e ações adotados pelo novo dirigente. Neste sentido, o novo dirigente eliminou a distância que existia entre o patrão e seus empregados, adotando uma postura mais cordial, delegando a autoridade aos gestores e descentralizando a tomada de decisão. Esse comportamento, aliado a sua postura empreendedora, lhe abonou *status* de líder organizacional. Sendo assim, a gestão paternalista ganha contornos carismáticos para se legitimar neste novo ambiente organizacional muito mais dinâmico e imprevisível.

A pesquisa indicou algumas contribuições para a teoria organizacional: a importância do estudo das representações familiares em organizações contemporâneas; a interação das representações familiares e do comportamento dos gestores; e a extrapolação do estudo das representações familiares para empresas que não sejam de propriedade familiar.

Ao constatar a intensa influência do universo familiar na dinâmica organizacional da empresa o estudo das representações familiares abre um leque de oportunidades para o entendimento do comportamento dos membros de um determinado grupo social. Os novos estudos deveriam contemplar as divergências presentes na construção dessas representações, pois na empresa pesquisada convivem, reciprocamente, tanto representações favoráveis, como um proprietário protetor e generoso, quanto representações desfavoráveis, como um proprietário autoritário e centralizador. Sendo assim, como se sustentariam essas divergências?

As representações sociais interagem com a ação dos gestores, como num ciclo, convergindo

para uma influência mútua que deveria ser mais conhecida, já que a mesma ajudaria a compreender a dinâmica gerencial da organização. Essa dinâmica contempla tanto os aspectos técnicos, quanto os aspectos políticos e ideológicos da formação do gestor, numa demonstração de que o domínio das operações mecânicas e técnicas ou relações políticas não são suficientes para o entendimento dos processos administrativos; estes não podem abstrair-se das dimensões dos valores culturais organizacionais (valores, histórias organizacionais com significados subjacentes, mitos, ritos e rituais), dos relacionamentos emocionais e da própria representação simbólica que se faz dos atores organizacionais. O entendimento de todas essas dimensões cultivadas no ambiente organizacional que fazem parte de um mapa global possibilitaria uma ampla compreensão da organização contemporânea.

O estudo investido em uma organização familiar, também, levantou aspectos simbólicos da representação familiar que podem instigar a pesquisa dessas representações em organizações que não são de propriedade familiar, como organizações filantrópicas, organizações públicas, organizações sociais, organizações culturais, mas que em suas relações remetem à representação do universo familiar. Deste modo, essa concepção de organização como universo simbólico significa o deslocamento de um paradigma centrado no processo de bens materiais para outro situado no sistema de representações.

NOTAS

- 1 Durkheim demonstra que a ideia de religião é inseparável da ideia de comunidade religiosa. As crenças propriamente religiosas são sempre comuns a uma coletividade determinada. Nesta comunidade, o indivíduo abre mão, às vezes, da sua própria liberdade pessoal para aderir às práticas e ritos coletivos e solidários cujo objetivo final é receber em troca certa organização da realidade da vida cotidiana (GOMES, 2004).
- 2 A crise de 1930 e o clima de insegurança causado pela Aliança Liberal de Getúlio Vargas fizeram o preço do café despencar no mercado brasileiro.
- 3 A comercialização da garrafa de vidro retornável restringia o raio em aproximadamente 500 quilômetros para ida e volta.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ANDRADE, D. M.; GRZYBOVSKI, D. Aplicabilidade do “Modelo dos Três Círculos” em empresas familiares brasileiras: um estudo de caso. In: Encontro de Estudos Organizacionais – ENEO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2004.

BENDIX, R. **Max Weber**: um perfil intelectual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1956.

BERNHOEFT, R. **Empresa Familiar**: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

BERNHOEFT, R. **Manual de Sobrevivência para Sócios e Herdeiros**: a experiência da DPZ, do grupo Vicunha. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1995.

_____; GALLO, M. **Governança na Empresa Familiar**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

_____; MARTINS, I. G. S.; MENESES, P. L. **Empresas Familiares Brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K., BAPTISTA, T. M. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora LTDA, 1994.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____; FERRAZ, D. L. Os diferentes modelos de família e de empresas familiares e seus respectivos valores: um olhar sobre empresas comerciais em Porto Alegre. **Organização & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 75-91, mai./ago. 2003.

COLBARI, A. Imagens familiares na cultura das organizações. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J.G. (orgs.). **Recursos humanos e subjetividades**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996. p. 208-229.

_____. **Ética do trabalho**. Vitória: Ed. FCAA/UFES, 1992.

DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J. G. M. (Org.). **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998. p. 283-346.

_____; COLBARI, A. Organizações Familiares: por uma introdução a sua tradição, contemporaneidade e multidisciplinaridade. **Organização & Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 45-64, 2000.

_____; _____. Pesquisas sobre Organizações Familiares: instigações e contribuições. In: Colóquio Internacional – Análise de Organizações: Perspectivas Latinas, 2., 2003, Salvador, **Anais...** Salvador: PDGS-EA/UFBA, 2003.

_____; DANTAS, M. Pluralistic family notions in organizations: organizing and ethnicity in cultural organizations. In.: EGOS Colloquium, 20., 2004, Slovenia. **Anais...** Slovenia, 2004.

_____; SOUZA, J. Aprendizado e Formação Continuada em Organizações Familiares e Intensivas em Conhecimento: a força das relações de parentesco por consideração. In.: Encontro de Estudos Organizacionais – ENEO, 3., 2004, Atibaia. **Anais...** Atibaia/SP: ANPAD, 2004.

DAVEL, E.; VERGARA, S. C. (org.). **Gestão com Pessoas e Subjetividade**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

DONNELLEY, R. G. A. Empresa familiar. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 7, n. 22, p. 161-198. Tradutor: Carlos Osmar Bertero. Rio de Janeiro: FGV, 1967.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

FISCHER, T. Organizações familiares como linha de pesquisa. **Organização & Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 43-44, 2000.

GARCIA, V. P. **Desenvolvimento das Famílias Empresárias**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GERSTICK, K. E. et al. **De Geração para Geração**: ciclos de vida da empresa familiar. São Paulo: Negócio Editora, 1997.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, A. M. A. As representações sociais e estudo do fenômeno do campo religioso. **Revista Psyu**, v. 5, n. 15, maio 2004. Disponível em: <www.psyu.com.br>. Acesso em 2 jul. 2004.

GRZYBOVSKI, D. **O Administrador na Empresa Familiar**. 1. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

JODELET, D. **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

LASCH, C. **Refúgio num Mundo sem Coração**. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEITE, R. C. As técnicas modernas de gestão de empresas familiares. In: GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. (Org.). **Empresa Familiar**. 3. ed. Passo Fundo: UFP Editora, 2002.

LETHBRIDGE, E. Tendências da empresa familiar no mundo. **Revista eletrônica do BNDES**, Brasília, n. 7, 1997. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2003.

LODI, J. B. **A Empresa Familiar**. São Paulo: Pioneira, 1986.

MACÊDO, K. B. **Psicodinâmica nas Organizações**: poder, cultura e decisão na empresa familiar. 1999. 242 f. Tese de doutorado (Psicologia Social) – PUC/SP, São Paulo, 1999.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 2003.

NEDER, E. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias

no Brasil. In: FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S (Org.). **Família Brasileira**: a base de tudo. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998.

OLIVEIRA, D. P. R. **Empresa Familiar**: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório. São Paulo: Atlas, 1999.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RICCA, D. **Da Empresa Familiar à Empresa Profissional**. 1. ed. São Paulo: Editora CLA Cultural, 1998.

SILVA, J. C. S.; FISCHER, T., DAVEL, E. Organizações familiares e tipologias de análise: o caso da organização Odebrecht. In: ENANPAD, 23, 1999, Rio das Pedras. **Anais...** Rio das Pedras/RJ: ANPAD, 1999.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

Claudiani Waiandt Professora adjunta da Escola de Administração, na Universidade Federal da Bahia. Coordenadora executiva do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do CIAGS e pesquisadora junto à FAPESB com o Projeto “Trajetórias institucionais e modelos de educação profissional: formação de líderes baianos”. Suas áreas de interesse incluem a educação profissional, gestão social e cultura e simbolismo, com ênfase na formação do gestor social e história do ensino.

Gelson Silva Junquilha Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Diretor Administrativo-Financeiro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (biênio 2011-2012). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: práticas de gestão em educação, culturas em organizações, ação gerencial e subjetividades.





100%



Modernidade e Tradição em Anthony Giddens: um Olhar sobre os Estilos de Vida nas Paneleiras de Goiabeiras

Giovana Gava Camiletti

Resumo O artigo analisa a existência de um discurso institucional recorrente entre as Paneleiras de Goiabeiras (ES). Tal discurso, responsável pela orientação para o mercado da atividade de fazer panelas de barro, possui a tradição como pano de fundo e o objetivo central deste artigo é a análise de sua sobrevivência na lógica mercadológica moderna considerando um dos aspectos da modernidade determinados por Giddens: os estilos de vida. Avaliamos o discurso: “ser paneleira é um orgulho e fazer panelas de barro é contribuir para a cultura capixaba”. O método de pesquisa utilizado no trabalho foi o qualitativo e a coleta de dados foi feita por meio da observação não-participante aliada à realização de entrevistas em profundidade com atores pertencentes à Associação Paneleiras de Goiabeiras, entidade responsável pela institucionalização e certificação da atividade e pela noção da importância da arte de fazer panelas de barro para as próprias paneleiras, pela valorização cultural deste saber-fazer e pelas contribuições desta manifestação para a cultura capixaba. Todos estes aspectos presentes no discurso das paneleiras. Os resultados do trabalho sugerem que a sobrevivência desse discurso está pautada na reinvenção de uma tradição que vigora na modernidade, uma vez que foi construído com o objetivo de resgate de uma memória cultural e é reproduzido com a finalidade de estabelecer um elo forte de ligação entre as paneleiras, o saber-fazer, o produto e o mercado. Assim, o discurso recorrente é construído pautado em uma lógica mercadológica edificada na modernidade, a qual, simplificadamente, se resume a maximizar lucros e minimizar custos

Palavras-chave Modernidade. Tradição. Estilo de Vida. Paneleiras de Goiabeiras. Consumo.

Abstract The paper analyzes the existence of a recurrent institutional discourse among the *Paneleiras* (pot makers) from Goiabeiras (ES). Such discourse, responsible for the market orientation of the activity of making clay pots, has a tradition as a backdrop, and the goal of this article is the analysis of survival in the modern

market logic considering one aspect of modernity argued by Giddens: lifestyles. Instances of speech like the following were analyzed: “I’m proud of being a pot maker and making clay pots is to contribute to the Capixaba culture.” The research method used in the study was qualitative and data collection was done through non-participant observation coupled with in-depth interviews with actors belonging to the Association of the *Paneleiras* from Goiabeiras, responsible for institutionalizing and certifying the activity and for the notion of the importance of the art of making clay pots for the *paneleiras* themselves, the appreciation of this cultural know-how, and contributions to the Capixaba culture, all these aspects present in the discourse of the *paneleiras*. The results of the study suggest that the survival of this discourse is based on the reinvention of a tradition that prevails in modern times since it was built with the goal of rescuing a cultural memory and is reproduced with the goal of establishing a strong link among the *paneleiras*, know-how, product and market. Thus, such constructed discourse, built by a modern market logic, is meant to maximize profit and minimize costs.

Keywords Modernity. Tradition. Lifestyle. *Paneleiras* from Goiabeiras. Consumption.

INTRODUÇÃO

O principal aspecto que nos desperta para este estudo é a formação cultural e de identidades caracterizada pela diversidade, apresentando-se como um mosaico racial e cultural, representação figurativa que melhor caracteriza e diferencia este estado.

No Espírito Santo, encontramos, num grupo de mulheres da Ilha de Vitória que produz um dos mais difundidos símbolos culturais capixabas, a panela de barro, com suas tradições vistas no processo de produção deste artefato, bem como na matéria-prima utilizada e também nas técnicas empregadas, peculiaridades com relação aos aspectos da sociedade moderna. Estamos falando das *Paneleiras* de Goiabeiras, fabricantes da autêntica panela de barro capixaba, cujo ofício é reconhecido como bem de natureza imaterial da sociedade, registrado no Livro dos Saberes, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que produzem e sobrevivem com um discurso ainda pautado na lógica da sociedade tradicional.

A fabricação deste artefato está atrelada à existência de uma instituição organizada, registrada e reconhecida pelos governos estadual e municipal, com um local de trabalho definido, hierarquia, impostos, exportação, lógica de trabalho, estoque, entre outras características. Trata-se da Associação *Paneleiras* de Goiabeiras. Não faz parte do nosso foco, contudo, discutir a estrutura de fabricação da panela de barro, mas sim, a existência de um discurso institucional comum às *paneleiras*, o discurso do orgulho de ser *paneleira* e da beleza do ofício de fazer panelas de barro. Ou seja, estamos falando de um contraste

aparente entre a tradição eminente naquela entidade e a modernidade e seus elementos, tais como a preocupação com o consumo, ainda que na ordem do individual, preocupações com crescimento pessoal, fragmentação e anseios e desejos.

O objetivo deste trabalho, então, é compreender a existência de um discurso institucional, recorrente entre as Paneleiras de Goiabeiras, que traz a tradição como pano de fundo e a sua sobrevivência na lógica mercadológica moderna considerando um dos aspectos da modernidade determinados por Anthony Giddens, os estilos de vida.

Consideramos o discurso que é recorrente: “ser padeira é um orgulho e fazer panelas de barro é contribuir para a cultura capixaba”. Partimos para essa análise, contudo, buscando uma maior compreensão dos agentes e atores envolvidos na construção desse discurso.

Para tanto, temos os seguintes objetivos específicos: a análise das variáveis intervenientes do surgimento e crescimento da entidade Associação Paneleiras de Goiabeiras, a compreensão daquilo que Anthony Giddens chama de estilos de vida e por fim a compreensão das relações entre tradição e modernidade, nas Paneleiras de Goiabeiras.

Uma das justificativas desta pesquisa pauta-se em elucidar os aspectos relevantes de um dos elementos da formação cultural capixaba, tão fragmentada. Outra justificativa é a realização de um estudo que busca a compreensão da sociedade tradicional e os contrastes com a modernidade de maneira a oferecer mais elementos que facilitem a investigação desta interconexão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Para a realização deste trabalho, foi utilizado como método a pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo interesse na interpretação dos próprios participantes sobre a situação em estudo (MOREIRA, 2000). Neste caso, as relações entre tradição e modernidade, sendo observadas a partir da existência de uma instituição com uma organização social com valores e configurações únicas, as relações construídas dentro desta organização com o saber-fazer e com o próprio produto final, enfatizando a flexibilidade na condução do processo, estabelecem a observação e diálogo desde o princípio da elaboração do projeto.

Como método de coleta de dados, utilizamo-nos da observação não-participante aliada à realização de entrevistas em profundidade. Quanto aos sujeitos da pesquisa, estes integram o *hall* dos fabricantes da panelas de barro. Foram realizadas dez entrevistas com pessoas que trabalham no galpão, selecionadas obedecendo a alguns critérios: a disponibilidade em conceder uma entrevista; a localização do estande de trabalho dentro do galpão; e a eliminação de irmãos do processo de coleta para alcançar a diversidade de informações nas fases iniciais da vida.

A visitação à entidade e o processo de observação e coleta de dados no campo e as entrevistas

em profundidade aconteceram no próprio galpão das panelleiras. As visitas foram realizadas com frequência diária e permanência no local durante todo o dia. Esse processo durou dois meses. As entrevistas em profundidade foram realizadas no mês de agosto de 2006.

O tratamento dos dados se fez pela criação da categorização analítica onde foram levadas em consideração três categorias: a tradição e suas características, a modernidade e seus elementos e o discurso e sua sobrevivência.

UMA COMPREENSÃO SOBRE A ASSOCIAÇÃO PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

No processo de construção das informações acerca da formação e consolidação da Associação Panelleiras de Goiabeiras, deparamo-nos com algumas dificuldades: uma delas foi a ausência de informações sobre os responsáveis diretos, ou melhor, sobre os idealizadores do projeto; outra dificuldade foi a inexistência de registros documentais de atas de reuniões e publicações. Assim, nossa principal fonte de informação acerca da constituição desta entidade é uma das panelleiras que participou intensamente do processo de constituição da entidade e tornou-se a primeira presidente, a senhora Melquíades Alves Correia Rodrigues, de 78 anos.

A Associação Panelleiras de Goiabeiras é uma entidade de classe constituída para representar os interesses das Panelleiras de Goiabeiras, que vinham ganhando projeção no mercado, importância cultural para o Espírito Santo e enfrentavam dificuldades na produção da panela de barro de Vitória.

Ainda segundo a entrevistada, no final dos anos 80, entre 86 e 87, a Prefeitura de Vitória, por meio da Secretaria competente, começou a levar as panelas de barro para serem apresentadas em feiras, dentro e fora do estado, e a produção cresceu muito em função da demanda que passou a existir com mais intensidade devido à divulgação.

Em 1987, algumas panelleiras que se mantinham, como a maioria, autônomas, se organizaram para a constituição da Associação Panelleiras de Goiabeiras. Na verdade, com a demanda e o aumento da produção, houve um interesse pela organização daquele trabalho tanto por parte das panelleiras quanto por parte de agentes do governo. Segundo Dona Melquíades, ela e mais quatro mulheres que também eram panelleiras, auxiliadas pela vereadora do Município de Vitória, Etta de Assis, junto com assistentes sociais da Prefeitura e funcionários da Secretaria Municipal de Cultura, fundaram a Associação Panelleiras de Goiabeiras.

A configuração do trabalho das panelleiras de Goiabeiras antes da criação da organização, era da seguinte maneira: ninguém sabia com certeza quantas pessoas produziam panelas de barro; o artefato era produzido nos quintais e garagens das casas das próprias panelleiras e comercializado nos mesmos locais, normalmente para compradores fixos ou pessoas que tomavam conhecimento da existência da panela de barro em Goiabeiras e procuravam, lá mesmo, uma maneira de comprar.

De acordo com Dona Melquíades, antes da criação da Associação, na década de 80, o número de pessoas trabalhando e exercendo a atividade de confeccionar panelas profissionalmente era pequeno se comparado ao que se vê hoje na Associação. Muitas artesãs, em busca de melhores condições de vida, exerciam o ofício em horas vagas, apenas como complemento de renda, na maior parte dos casos, ajudando outras pessoas que confeccionavam o artefato nos quintais das casas. A própria entrevistada conta que tinha a ajuda de algumas pessoas na sua casa. As panelas, nas décadas de 50 e 60, eram confeccionadas, em sua maioria, por encomendas e levadas para a Vila Rubim, normalmente em canoas ou por meio de força física, até o local onde hoje está localizado o Bairro de Santa Lucia, onde passava o bonde e eram vendidas a compradores fiéis e, em algumas ocasiões, vendidas avulsas ou para os “lojistas” que comercializavam na região. Já nessa época, a panela era fabricada com o intuito de ser vendida e representava parte dos lucros familiares das paneleiras.

Somado a essas condições de trabalho, existia outro fator relevante que era a expansão que vinha sofrendo o Bairro de Goiabeiras, em função do próprio crescimento da metrópole, tornando a queima das panelas nos quintais das casas algo que representava, algumas vezes, um desentendimento com os vizinhos, incomodados com o cheiro e com a fumaça.

Com a efetivação da Associação, alguns benefícios foram conseguidos. O galpão das paneleiras é um bom exemplo. Foi construído pelo então Prefeito de Vitória, Hermes Laranja em um depósito de lixo aterrado, no próprio bairro. Com a formatação de um espaço adequado para trabalhar e com a perspectiva de projeção da panela de barro, muitas pessoas passaram a fazer panelas (ou deixaram empregos para exercer a atividade de artesãs do barro ou começaram a exercer a atividade mais profissionalmente).

Outro importante benefício conseguido pela Associação Paneleiras de Goiabeiras foi a manutenção da propriedade do “barreiro” e a garantia de acesso à matéria prima. O Governo do Estado havia desapropriado a área, apossando-se desta e concedendo o direito à construção de uma Estação de Tratamento de Água pela Cesan, no local. Com o reconhecimento das paneleiras e do seu ofício pelo IPHAN, a comunicação entre as paneleiras e o poder público foi intensificada e a manutenção do local de extração do barro garantida por meio de acordo entre a entidade e o poder público.

O transporte do barro também foi facilitado pela Prefeitura em função da existência da Associação, e a Vale S/A passou a ceder a madeira para a queima. Foi ainda criado, pela Prefeitura de Vitória, o selo de qualidade que confere às panelas de barro de Goiabeiras a autenticidade de serem as verdadeiras panelas de barro capixabas, além da facilitação de participação das pessoas com seus produtos em feiras nacionais e internacionais.

RELAÇÕES ENTRE MODERNIDADE E TRADIÇÃO EM ANTHONY GIDDENS

Para discutir o fenômeno da modernidade, bem como seus entrelaces com as tradições, utilizaremos, além de outros estudos, os de Anthony Giddens, os quais propõem uma

descrição densa sobre o assunto e suas consequências, chamando-o de alta-modernidade ou modernidade tardia. Segundo o autor (1991, p.11), a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Assim, entender a modernidade é como entender as características de um determinado tempo, suas dinâmicas, os fatores mais marcantes, as interações e as peculiaridades relativas àquele tempo.

Vivemos uma época marcada pela desorientação e pela sensação de que não compreendemos inteiramente os eventos sociais. A modernidade alterou as relações sociais e também a percepção dos indivíduos e coletividades sobre a segurança e a confiança, bem como sobre os perigos e riscos do viver. É da compreensão dessas relações e mudanças que nos ocuparemos na busca de respostas para a questão proposta nesse trabalho.

Para tanto, fenômenos como a globalização complementam o aporte teórico necessário para a compreensão dos elementos propostos. A dinâmica do processo de globalização e a forma com que somos afetados diretamente por ela definem novas formas de viver o cotidiano e a cultura herdada. A ideia de globalização pode ser percebida a todo o tempo, em todos os lugares, nas atitudes, nos meios de comunicação, na moda que impera na estação: faz parte da composição da vida humana desde que emergiu como fenômeno mundial e compõe as produções intelectuais com a mesma importância que vigora nas transformações da vida social. Surge como força motora no mundo organizacional, remetendo-nos ao internacional, transnacional, mundial, global.

Estamos vivendo uma nova referência de mundo: um mundo globalizado onde o volume e a velocidade da informação circulam quase instantaneamente, acelerando o processo histórico em que as noções de tempo e espaço adquirem novos significados, onde as dinâmicas culturais sofrem, principalmente, um processo de desenraizamento e, conseqüentemente, uma busca pela constante reconstrução de seus significados. Ideias e práticas que se originam num espaço acabam migrando para outros, encontrando um ambiente muitas vezes diferente daquele no qual surgiram, mas acabam sendo adaptadas ao novo contexto e, por assim dizer, acabam entrando no novo lugar.

As novas características temporais e espaciais propostas pela modernidade fazem com que novos elementos sejam incorporados à realidade social criando novos significados para elementos já existentes. É fundamental compreender a forma como a sociedade vive, assim como é importante entender a globalização e a modernidade como fenômenos entrelaçados. A visão da interação entre modernidade e globalização é importante, porque ela gera desdobramentos, ainda que não exatamente da mesma forma, em todas as sociedades.

“A modernidade é inerentemente globalizante”, afirma Giddens (1991, p.69). A era da globalização impõe transformações universalizantes que reconfiguram a tradição, proporcionando sua desincorporação. O local encontra-se interconectado ao global, o qual influencia e é influenciado por aquele. A tradição vivenciada no *locus* do cotidiano, no espaço

específico, é colocada em questão pela experiência vivenciada do indivíduo no tempo e espaço global. Por outro lado, o local também problematiza o global. Como afirma Beck *et al.* (1997, p.74-75):

poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes. [...] O reverso da medalha é menos evidente. Hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais. [...] [A] decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais.

Há uma interdependência cada vez maior entre o espaço global e o local. O global tem influência sobre as vidas individuais nos espaços locais; mas também as decisões dos indivíduos em seu cotidiano podem influenciar os resultados globais. A liberdade de atuação americana, por exemplo, em países do Oriente Médio, combatendo com exércitos e estabelecendo normas governamentais, constitui um aspecto dessa dialética local-global. Em outra esfera, e com igual importância, estão as discussões sobre as polêmicas mundiais como as opiniões emitidas sobre o método da circuncisão praticado ainda hoje por tribos africanas, bem como sobre as preferências religiosas praticadas pelo mundo. De acordo com Hall (2003, p.75) “a sociedade torna-se intensamente mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados [...]”.

Considerando a lógica de Giddens (1991), a modernidade nas condições da globalização amplia tanto as oportunidades quanto as incertezas e os perigos. O mundo torna-se cada vez mais um lugar inseguro e essa insegurança é sentida pelo indivíduo em qualquer lugar que esteja, seja nos grandes centros seja na pequena comunidade desconhecida. A experiência da modernidade em tempos globais fez com que as certezas fossem colocadas em cheque: as surpresas e os riscos estão sempre à espreita e o futuro parece uma impossibilidade se pensado enquanto construção histórica a partir do passado e do presente. A modernidade na globalização se assemelha a uma grande e perigosa aventura, à qual, independente da nossa vontade, estamos presos e da qual temos que participar.

As transformações são universais e ocorrem sobre as bases culturais do território global, traduzindo características específicas locais ou regionais, conferindo contornos distintos, adequados ou não a cada região, propondo, em alguns casos, características universais e, em outros, características bastante individualizadas.

As experiências do cotidiano na modernidade globalizada vinculam-se às questões fundamentais relativas à identidade e à percepção mútua entre o eu e o outro. Por outro lado, envolvem múltiplas mudanças e adaptações na vida cotidiana. Em tais circunstâncias, os indivíduos sentem-se inseguros, apegando-se às tradições.

Passamos a viver em um mundo impregnado de novas imagens, apelos consumistas,

inovações tecnológicas, novas invenções, uma diversidade de opções de produtos, além de um acesso facilitado pelos meios eletrônicos e pela circulação intensa da informação. Neste contexto, muitas vezes, formas de propagação da produção simbólica pelo mercado confrontam-se com a individualidade de maneira muito dinâmica. As escolhas diárias estão sujeitas a elementos econômicos, socioculturais e também políticos.

Dessa forma podemos acompanhar, ou sofrer, ou viver, eventos em quaisquer lugares do mundo a qualquer tempo. A vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global. Percebemos ainda que caminhamos cada vez mais rápido em direção à interdependência global, onde os códigos culturais estão se tornando cada vez mais fragmentados oferecendo uma vasta multiplicidade de estilos (GIDDENS, 2002, p.11).

De acordo com o autor, “quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções” (GIDDENS, 2002, p.13).

Há que se dizer, porém, que, quando falamos em escolhas de estilo de vida, na modernidade tardia, ou seja, nas sociedades pós-tradicionais, com características inerentemente globalizantes e com uma diversidade de opções, queremos remeter-nos à questão da construção da auto-identidade. Uma crítica ao conceito de estilo de vida é referente ao seu emprego em contextos de miséria e em grupos sociais onde as margens de escolha praticamente inexistem. Erroneamente, o conceito de estilo de vida nesse contexto da alta modernidade, não vem com uma leitura de interligação com o consumo de bens e mercadorias como comumente é percebido. Na verdade, a escolha do estilo de vida a partir do universo de opções concedido a cada um, com condições e características próprias do ambiente e condições em que está inserido cada indivíduo, “é cada vez mais importante na constituição da auto-identidade e da atividade diária” (GIDDENS, 1991, p.13).

Assim, entender essa relação é também compreender o cotidiano no qual vivem e estão inseridas as pessoas e dominá-lo de forma tal que possamos projetá-los na sociedade e inseri-la no mundo globalizado.

Contudo, controlar o cotidiano não é simples, depende de interagir positivamente com aquilo que está instituído localmente. A cultura local pode ser mais ou menos permeável a esse controle globalizado. Cada uma dessas respostas é uma realização muito particular da modernidade ocidental vivida por cada sociedade em particular. Novos padrões de relações sociais foram estabelecidos e uma nova leitura da realidade se impôs aos setores populares. Se velhas tradições como o saber-fazer das paneleiras permaneceram é porque elas foram reconstruídas a partir de novas mediações. A modernidade vem em contraposição às tradições. Sob a ótica de Giddens (2002), a modernidade propõe uma invenção ou reinvenção das tradições. Segundo o autor, os modos tradicionais de vida vêm se transformando: “sobre

o plano extensional, novos fatores serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, eles vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (GIDDENS, 1991, p. 14). A panela de barro de Goiabeiras, se tomada como exemplo, não perdeu seus elementos constitutivos, mas acabou elaborando-os de uma forma muito próxima aos desejos da nova realidade social, e de outras instâncias da sociedade como o mercado e o consumidor final.

Os modos de viver veiculados pela modernidade tardia provocaram descontinuidades na ordem social, seja como resultante das formas de vinculação societária globalizada, seja como produtora de transformações identitárias que se manifestam nas mais íntimas experiências pessoais.

De acordo com Giddens (2002, p.68), o fenômeno da globalização, não se reduz ao mercado global e deve ser entendido também em suas características sociais, políticas e culturais. Não parece haver dúvidas sobre o fato de que o processo econômico em curso está no centro das transformações da sociedade contemporânea. A intensidade do processo de globalização é influenciada diretamente pela revolução na tecnologia da informação, induzindo à globalização da “economia do conhecimento, o que, combinando-se com aspectos mais amplos do processo, gera mudanças na natureza da atividade econômica” (GIDDENS, 2002, p. 69).

Porém, onde queremos chegar com tudo isso? Hoje, é possível conhecer e adquirir as principais obras literárias recém-elaboradas sem ir à livraria, assim como visitar museus pelo mundo em uma ou duas tardes. Tornou-se economicamente viável participar de um curso de pós-graduação pela videoconferência, comunicar-se com os orientadores por meio de *e-mail* e receber os trabalhos finais pelo mesmo meio. Tudo isso com pouco ou quase nenhum esforço de deslocamento, ao alcance com alguns cliques do *mouse* devido ao contato direto que temos com as informações e mercadorias nesse mundo sem fronteira. Estamos falando que organizações que produzem em pequena escala têm um código cultural embutido em seus produtos e mantêm o vigor da produção nas características tradicionais presentes no modo de produção e no saber-fazer que carregam, integrando também o ciberespaço e fazendo parte das organizações que operam em um mundo sem fronteiras. Estamos falando que a panela de barro de Goiabeiras pode hoje ser conhecida pela internet, assim como todo o tradicional processo de produção, matéria prima e materiais utilizados e mais podem ser adquiridos por este mesmo meio.

Trazendo essas discussões para as fronteiras brasileiras, o que se percebe é que, no Brasil, a intelectualidade tem oscilado no que diz respeito a estas questões. “A modernidade brasileira se caracteriza por saber ingerir e digerir criativamente o que vem de fora” (OLIVIEN, 2001, p.12). Em alguns momentos a cultura brasileira é profundamente desvalorizada pelas elites, tomando-se em seu lugar a cultura europeia ou a norte-americana como modelo de modernidade a ser alcançada.

O Brasil continua discutindo modelos para organizar a nação e esse debate acaba

inevitavelmente passando pela discussão do que é nacional e o que é estrangeiro, isto é, o que está caracterizado como local e que reflete o global, ou seja, o país continua girando em torno da questão da identidade nacional, a qual é reatualizada à medida que novos contextos são criados.

A produção de bens de consumo se faz dentro das fronteiras nacionais e o aumento das exportações pode ser percebido em produtos como a carne bovina brasileira e as telenovelas, as quais alcançaram os mercados europeus. O processo de desenvolvimento do Brasil foi desigual e combinado, criando um quadro em que há simultaneamente uma miséria extrema e elementos de progresso técnico e de modernidade. Configura-se uma nova situação do ponto de vista econômico, político e cultural. O advento do fenômeno da globalização tornou a interação do Brasil com o resto do mundo multifacetada (OLIVIEN, 2001). As trocas entre países, decorrente da existência dessa realidade globalizada, acaba dependendo das posições ocupadas por estes países no contexto global político-econômico e também cultural. Podemos tomar como exemplo a Bossa Nova e o Samba, ritmos tipicamente brasileiros, difundidos no exterior pelo valor cultural que possuem. “O Brasil continua recebendo influências do exterior em áreas como o cinema, a música, etc., mas faz algum tempo que passou também a ser um exportador de cultura. O fluxo de bens culturais para o exterior pode ser exemplificado em relação à religião, à música, etc.” (OLIVIEN, 2001, p.15). Nesse *hall* de produtos, está também a panela de barro capixaba, que já alcançou seu lugar no mercado interno e vem progredindo rumo as conquistas pelo mundo.

Assim, os espaços do projeto nacional, seja qual for a sua tonalidade política ou econômica, reduzem-se, anulam-se ou somente podem ser recriados sob outras condições. A globalização cria injunções e estabelece parâmetros, anula e abre horizontes. Contudo, o pensamento científico parece um tanto tímido, surpreso ou mesmo atônito, diante das implicações epistemológicas da globalização.

Um dos aspectos centrais do projeto da modernidade sempre foi o da emancipação humana. Se a modernidade não estiver a serviço do bem-estar social, ela perde o seu sentido. Ora, o que caracteriza o Brasil é justamente uma contradição gritante entre uma crescente modernidade tecnológica e a não-realização de mudanças sociais que propiciem o acesso da maioria da população aos benefícios do progresso material.

O Brasil é caracterizado hoje por uma sociedade com desigualdades sociais e econômicas e com uma distribuição de renda que não contempla com igualdade todos aqueles que são cidadãos. Trata-se de um país que experimentou uma modernização conservadora em que o tradicional se combinou com o moderno, a mudança se articulou com a continuidade.

É provável que o que há de peculiar à sociedade brasileira seja justamente sua capacidade de incorporar aqueles aspectos da modernidade que lhe interessam, transformando-os em algo adaptado à sua própria realidade, em que o moderno se articula ao tradicional, o racional ao afetivo, o individual ao pessoal.

As inúmeras disputas políticas que se inauguraram com a modernidade, as possibilidades de crítica e revisão dos parâmetros de pensamento da tradição trazidos com a expansão da ciência moderna, também diluíram os princípios de legitimação sobre os quais estavam ancoradas as lógicas simbólicas que formavam o núcleo das culturas tradicionais. (IANNI, 1994). Desse movimento, surge o feminismo, o relativismo cultural, os ativismos políticos dos mais diversos matizes, os quais acabaram por ampliar as possibilidades de ver o mundo de uma dada sociedade nacional. A igualdade de direito entre homens e mulheres, o reconhecimento dos direitos dos homossexuais, os movimentos ecológicos, dentre outros, especializaram-se em inspecionar as lógicas de raciocínio das elites tradicionais, opondo a elas outras possibilidades de ver o mundo que acabam por dissolver os princípios tradicionais.

Nessa perspectiva, a modernidade propriamente dita encontra outras possibilidades de desenvolver-se, seja como razão instrumental, seja como razão crítica. Segundo Ianni (1994, p.160-161),

No fim das contas, é pois sua globalidade simultaneamente estrutural e planetária que define a modernidade do final do século XX como um momento singular. [...]. Essa é a modernidade-mundo. [...] Tal é, pois, a mutação fundamental realizada pela modernidade: com a mundialização da economia, o tecnocosmo, a internacionalização da vida social, coloca-se em evidência um sistema global, do qual não existiu jamais um equivalente ao longo da história da humanidade. É impossível ocultar a força qualitativa desta mutação em nome da continuidade capitalista. Também seria desarrazoado reduzi-la à sua dimensão técnica. [...] Momento histórico singular, a modernidade mundo impõe a sua singularidade também à reflexão histórica e ao saber histórico.

Por fim, a interdependência entre as sociedades vem sendo multiplicada, em escalas internacionais, promovendo aquilo que chamamos de interconexões, sobretudo as virtuais, colocando-nos como sujeitos de uma interação informacional e tecnológica que nos permite perceber a realidade como ela é, com riscos iminentes e com sistemas que nos inspiram confiança e segurança. Os contrastes são cada vez mais visíveis. Temos o Protocolo de Kyoto contrastante com a moderna sociedade americana, maior emissora de gases tóxicos do planeta; a Índia, detentora da famosa bomba atômica e da tecnologia nuclear e um sistema social onde a mobilidade se faz por meio de castas; temos ainda constantes dilemas como a impossibilidade de combate à AIDS e o não-apoio ao uso de preservativos pela Igreja Católica, entre inúmeras outras situações de cunho local, nacional ou internacional. No século XXI, percebemos cidadãos do mundo, mas não no sentido de pessoas que deixaram as suas realidades para viver outras, não aqueles que viajam e sim aqueles que compartilham cotidianos semelhantes. Estamos falando de coisas, produtos e condições que invadem as vidas de todos ou quase todos, fugindo à generalização, restringendo ou libertando, integrando a vida, incorporando-se ao dia-a-dia. Falamos de Malboro, Chocolates, Lojas McDonald's, Disney, *fast food* (ORTIZ, 2000), *self-services*, computadores, que integram a gama de opções para a escolha do estilo de vida, para a configuração do moderno. Falamos de uma mundialização e, por fim, de uma inevitável reorientação das sociedades atuais.

UM OLHAR SOBRE OS ESTILOS DE VIDA

Falamos em modernidade, tradição, nas relações entre as ordens sociais nas duas realidades, buscamos a globalização como mecanismo de compreensão de inúmeros fenômenos no âmago da sociedade atual, discutimos todo esse emaranhado de informações que fornecem a tônica, o desenho da sociedade atual e chegamos a alguns pilares teóricos sobre o que nos propomos a discutir.

Contudo, nosso foco nesse trabalho é perceber a existência de um discurso construído e recorrente entre as Paneleiras de Goiabeiras e sua sobrevivência na lógica mercadológica moderna. Assim, resta-nos relatar em que medidas as propostas explicativas desse autor nos auxiliam a refletir o objeto proposto, ou seja, o discurso recorrente das Paneleiras e ainda as práticas associadas a esse discurso.

Nesse sentido, destacamos um dos pontos da teoria proposta e a enriquecemos com ideias adicionais no sentido de propor uma linha teórica de análise, ou seja, uma construção teórica sólida a fim de obtermos dados suficientes que dêem conta do objetivo deste trabalho.

Alguns aspetos giram em torno desse discurso: um deles é que ele é recorrente dentro de uma entidade que foi constituída já no âmbito da modernidade; o segundo é que possivelmente esse discurso foi construído por alguém que não pertence àquela tradição e é reproduzido também por agentes que não compõem o universo dito tradicional.

Assim, no recorte teórico que propomos de modo a efetuar nosso trabalho, consideraremos as possibilidades de escolha e mudança de estilos de vida como um de nossos pilares na compreensão do que sugerimos.

A questão dos estilos de vida será tratada aqui tendo os aspectos mercadológicos como pano de fundo para nossas discussões. Na nova configuração do trabalho das pateleiras, a possibilidade de acumulação é um elemento fundamental para aquilo a que estamos nos propondo. Nas sociedades tradicionais, o que era produzido era também consumido ou ainda trocado, como era no feudalismo, por exemplo. Nas sociedades modernas, sobretudo com a ascensão do capitalismo, o leque de opções abre-se no sentido de que é possível produzir, acumular riqueza com a comercialização dos produtos e escolher como empregar essa riqueza.

Trazendo essa discussão para o campo das pateleiras, com a disseminação da pateleira de barro, especialmente depois da institucionalização e certificação do ofício, é possível perceber que a necessidade de acumulação possui lugar comum entre aqueles atores. Assim, é possível escolher no universo plural de opções o que vai ser consumido, de que modo e ainda com que intensidade. Nesse sentido, podemos dizer que a manutenção de um discurso da tradição pode representar o elemento mantenedor ou conferir legitimidade ao produto de maneira tal que ele seja consumido e represente a porta de entrada para as opções disponíveis pelo mundo capitalista.

Segue então uma discussão complementar proposta para nos auxiliar na compreensão da sociedade do consumo, de modo que possamos compreender alguns aspectos envolvidos na produção da panela de barro.

CONSUMO: UM ELEMENTO EDIFICADO DA MODERNIDADE

A mundialização da cultura do consumo, fortemente entrelaçada ao conceito de modernidade (SLATER, 2002), pode criar novos significados culturais aos bens, uma vez que a produção de bens industrializados passou a ser o coração da economia e os padrões ocidentais, criados principalmente na Europa e Estados Unidos, foram dominando os padrões de consumo e, conseqüentemente, certos comportamentos no mundo em que vivemos.

A preocupação de consumidores, inseridos na realidade da modernidade, com elementos como escolha, adaptação e exposição de suas posses e bens intencionando uma formação estilística própria que os traduza, demonstra o quanto as práticas de consumo são carregadas de significados culturais. Esses significados expressam categorias, ideais, estilo de vida, identidades e projetos coletivos que não podem ser compreendidos simplesmente mediante concepções de valor econômico e de trocas racionais e instrumentais.

Estamos falando de uma realidade onde o preço que se paga por uma mercadoria ou a qualidade em detrimento do valor final de um determinado objeto, entre outras características, podem não assumir configurações tão relevantes quanto o significado cultural que possui um determinado produto para seu consumidor. Essa é mais uma das características da sociedade moderna: a maneira pela qual os indivíduos usam o consumo como meio de criação de identidade. A organização social da modernidade vivencia o consumo com intensidade, como forma privilegiada de, por meio dele, manifestar afetos, relações sociais e prazeres emocionais através de desejos concentrados no imaginário cultural, elaborando uma visão de mundo. É como uma fábrica de sonhos que oferece como brinde o local para sonhar com chances mínimas de interrupções.

Modernizar-se denota consumir e incorporar os hábitos de consumo. O apelo a esse consumo de bens modernos invade todos os domínios, das necessidades básicas como vestir-se ao elevado conforto do lar e lazer da vida cotidiana, transformando-se num estilo de vida, numa forma de pertencimento e integração a um padrão de vida e a uma classe social que se distingue pelo consumo de bens simbolicamente modernos.

Neste mundo de mercadorias que transcende o valor utilitário, a discussão do consumo de produtos que apresentam peculiaridades frente aos demais passa a ser percebida como um elemento natural da constituição dessa nova ordem, a modernidade. Falamos de produtos como a panela de barro capixaba, conhecida no estado por ser um de seus símbolos culturais, carregada de significados e fabricada na capital, Vitória, no Bairro de Goiabeiras, de maneira ainda artesanal, com baixo valor de mercado e alto valor simbólico.

O objeto hoje, no Espírito Santo, constitui-se como um importante *souvenir*, difundido nos meios de comunicação, tratado com relevância pelas instituições públicas e tomado como símbolo de identidade, principalmente na região litorânea do estado, onde a moqueca e a torta capixaba são preparadas e servidas a todos aqueles que buscam a culinária local. O artefato é percebido hoje como um produto representativo, cada vez mais fortalecido por uma fração dos capixabas como seu espelho, o qual reflete a sua imagem e traduz um sentimento de orgulho.

Não estamos falando apenas de consumo de produtos de maneira a sanar necessidades ou formatar estilos. Falamos na compreensão, de certa forma, de algumas diferenças culturais que podem existir quando consideramos os contextos nos quais estão inseridos esses atores e na compreensão das idiosincrasias presentes nesses diferentes contextos culturais. De acordo com Featherstone (1995, p.122), “o consumo [...] não deve ser compreendido apenas como valores de uso, de utilidades materiais, mas, primordialmente, como consumo de signos”.

A rapidez da mundialização de elementos como a racionalização pode, por exemplo, provocar uma mudança na lógica de funcionamento de todas as sociedades que se apresentam interconectadas. Essa racionalização é representada principalmente pelas grandes empresas que fundamentam a criação de novas realidades para o campo da gestão e que o direciona para compreensão das relações dessa sociedade com o mundo.

Slater (2002, p.13), afirma que:

carros, roupas e aparelhos eletrônicos de consumo certamente são os produtos de empresas multinacionais colossais; mas, ao mesmo tempo, ao fazer uso dessas mercadorias, os consumidores têm de dar sentido a eles em termos de suas próprias vidas e culturas. Por causa desse fato simples, mas inextirpável, sempre há uma tensão entre o local e o global, e a produção de diversidades, que tem de ser compreendida tanto pelos analistas quanto pelos consumidores.

Para o autor, a interação entre modernidade e cultura do consumo não representa algo instintivo e automático e, sim, uma realidade onde cada um pode construir sua própria modernidade. “Ser moderno é ser um consumidor; modernizar é, em última instância, manter tanto um modo de vida consumista quanto a capacidade de participar da cultura do consumo global” (SLATER, 2002).

O autor afirma ainda que: “a cultura do consumo não é uma monstruosidade que vai demolir todas as culturas locais; tampouco é o ‘final feliz’ [grifo do autor] da história em que todas as diferenças ideológicas e culturais serão resolvidas numa utopia da escolha individual”. (SLATER, 2002, p.15)

As instituições modernas são geralmente marcadas pela produção capitalista e produzem mercadorias padronizadas que funcionam não isoladamente, mas em conjunto com sistemas

abstratos, influenciando a própria dinâmica da modernidade. Os mercados de massa participam diretamente nos processos de reformulação do cotidiano. A mercantilização não produz meramente padronização, mas pode produzir a diferencialização, pois a pluralidade de mercadorias permite a possibilidade de escolhas que podem gerar características individualizadas, estilos próprios de vida (GIDDENS, 2002).

Contudo, nem todas as sociedades estão no mesmo estágio de modernidade. A complexidade cultural e as diferentes lógicas de desenvolvimento em estruturas sociais heterogêneas não nos permitem criar estruturas de análise fixas e perenes. Há um sentido efêmero das relações socioeconômicas que convivem com as tradições e modernidade (CANCLINI, 2003). Essa complexidade também gera novas formas de comunicação, originando múltiplas formas de mediação e de consumo de bens simbólicos, numa arena que não é de consenso, mas de conflito e de negociação (MARTIN-BARBERO, 2003).

Na sociedade de consumo “abandona-se o primado pela lógica de classes emergindo a era das motivações íntimas e existenciais, da gratificação psicológica, do prazer para si mesmo”. (LIPOVETSKY, 1989, p.174). Esses aspectos fomentam um interesse pela estética, pela qualidade e pelo prazer. Na sociedade de consumo, valoriza-se o novo, assumindo-se, sem constrangimentos, o prazer na mudança e no efêmero. (LIPOVETSKY, 1989, 1989).

A tradição circunscreve as opções individuais, enquanto que a globalização dos mercados e a rapidez que é imposta pela cultura do consumo implica na socialização de comportamentos diferenciados.

Assim, não podemos deixar de analisar aquele universo que produz a panela de barro em Goiabeiras. Aqueles atores não estão fora dessa configuração moderna, dessa lógica do consumo. Na verdade, podemos analisar por dois ângulos: o primeiro diz respeito àqueles atores como consumidores do mundo moderno, ou seja, indivíduos pautados também no efêmero que possuem necessidades e que se percebem diante de inúmeras possibilidades e variedades de produtos, podendo optar por eles, por novos estilos de vida; atores completamente envolvidos no mundo e na lógica capitalista. Por outro ângulo, percebemos aqueles atores como agentes formadores da lógica do consumo, produzindo um objeto utilitário, com especialidades e particularidades para atender, muitas vezes, às necessidades do mercado, por exemplo, a alça na panela, característica que não está presente nos formatos tradicionais, mas é acessório obrigatório, hoje, inserido principalmente para atender às necessidades de restaurantes e facilitar o uso da panela de barro em fogões.

A LÓGICA MERCADOLÓGICA MODERNA E A QUESTÃO DOS ESTILOS DE VIDA

Quando partimos para uma análise voltada para as questões mercadológicas, somos tomados de grande surpresa. Aqui, o discurso vigente passa a ter um sentido inestimável e sua sobrevivência, ou melhor, os fatores por trás de sua sobrevivência, se fazem presentes.

Nesse ponto, realmente, notamos o tradicionalismo sendo deixado de lado, dando lugar aos elementos modernos segundo a visão de Giddens.

Se falarmos de aspectos modernos e tradicionais, podemos perceber que ambos estão presentes na entidade, tanto aqueles elementos mais tradicionais como a matéria-prima para a fabricação do artefato quanto elementos mais modernos como a lógica do meio eletrônico de comercialização da panela de barro.

O que nos desperta para a discussão, contudo, não são os elementos presentes e, sim, suas relações presentes, principalmente, na existência de um discurso. Se retomarmos a questão dos estilos de vida como proposta por Giddens, podemos perceber que esse autor nos remete, a todos, a uma realidade globalizada, onde existe uma tendência, uma facilidade de acesso a bens, serviços, produtos e atividades jamais sonhadas em épocas onde as fronteiras eram claramente definidas e a fluidez da informação imperceptível. É claro que precisamos compreender um pouco da realidade que estamos retratando. Giddens escreve para uma sociedade inglesa e, decerto, não podemos tomar determinadas questões, por exemplo, o acesso irrestrito à internet, e simplesmente transpô-las para as associadas da Associação Panelas de Goiabeiras. Porém, o próprio autor defende que a modernidade produz diferença, exclusão e marginalização. Na verdade, essa afirmação torna-se nossa bengala de sustentação quando tomada como certa e verdadeira.

Partindo de uma visão que as próprias entrevistadas possuem da Associação Panelas de Goiabeiras, o que podemos afirmar é que existe uma preocupação daquelas pessoas com a melhoria das condições da produção do artefato e com a ampliação do espaço para produzir. Não percebemos uma fala recorrente sobre a manutenção das tradições, tampouco sobre a matéria-prima utilizada. Existe uma inquietação quanto ao pouco auxílio que recebem, às condições precárias do local de produção e às doenças que podem derivar da prática intensificada da atividade.

Estamos falando de uma organização onde os princípios gerenciais percebidos são todos voltados para uma tendência mercadológica moderna: existe uma preocupação com o desenvolvimento e manutenção da atividade; existe uma preocupação com melhoria das condições de trabalho, com direitos de trabalhadores, com aposentadoria, com infraestrutura adequada, com a venda e obtenção de lucros, existem empregos indiretos na entidade e principalmente falamos de uma realidade organizacional onde a concorrência, tanto entre cada artesão como o mercado de panelas de barro externo àquela realidade torna-se um fantasma que persegue e, sobretudo, define direcionamentos.

Vivemos todo o tempo em contato com novas imagens, apelos consumistas, inovações tecnológicas, novas invenções, uma diversidade de opções de produtos, além de um acesso facilitado pelos meios eletrônicos e pela circulação intensa da informação. Essa é, também, a realidade daquelas pessoas envolvidas com a atividade de produção da panela de barro.

Se pensarmos o movimento de crescimento da panela de barro, tomando como marco

inicial a constituição da Associação, perceberemos um movimento de crescimento e uma quantidade, cada vez maior, de paneleiras envolvidas com a atividade e considerando-a como geradora de renda.

As entrevistas nos mostram uma realidade interessante, como um movimento de fora para dentro da entidade. Antes da entidade, ou seja, do trabalho institucionalizado e reconhecido por uma institucionalização, algumas “paneiras” trabalhavam em empregos fora daquela realidade ou estavam afastadas em função dos cuidados com a família. O retorno está atrelado a alguns fatores: o desemprego é um deles, as dificuldades em manter-se assalariado, outro, e, por fim, e o que mais nos interessa, a lucratividade gerada pela panela de barro. O retorno à entidade e a maior valorização parecem ter um marco de existência que é o fato da panela de barro, após a organização da instituição, ter sido alçada da condição de artefato fabricado em fundos de quintais a um objeto de valor agregado e de comercialização fácil e garantida. O que podemos dizer é que a existência da formalidade da instituição e a valorização tanto do artefato quanto da profissão paneleira é o que garante a continuidade da atividade. Parece que o fato das paneleiras passarem a valorizar a arte de fazer panelas de barro está intrinsecamente ligado à auto-valorização.

A partir de então, com o aumento da produtividade, das vendas e dos lucros, passou a existir, também, por parte de agentes do governo, uma preocupação com a atividade e seu desenvolvimento. Assim, percebemos que há claramente uma projeção do artefato no mercado. O crescimento do turismo, ou melhor, a difusão da arte de fazer panelas de barro, acabou por impulsionar a entrada destas paneleiras no mercado.

Retomando, então, nossos aspectos identificados na instituição durante o processo de observação conforme explicitados acima, traremos para as discussões os elementos inerentes ao processo de produção, ao produto em si e às orientações para o mercado que assumiu a panela de barro, tomando a existência da Associação Paneleiras de Goiabeiras.

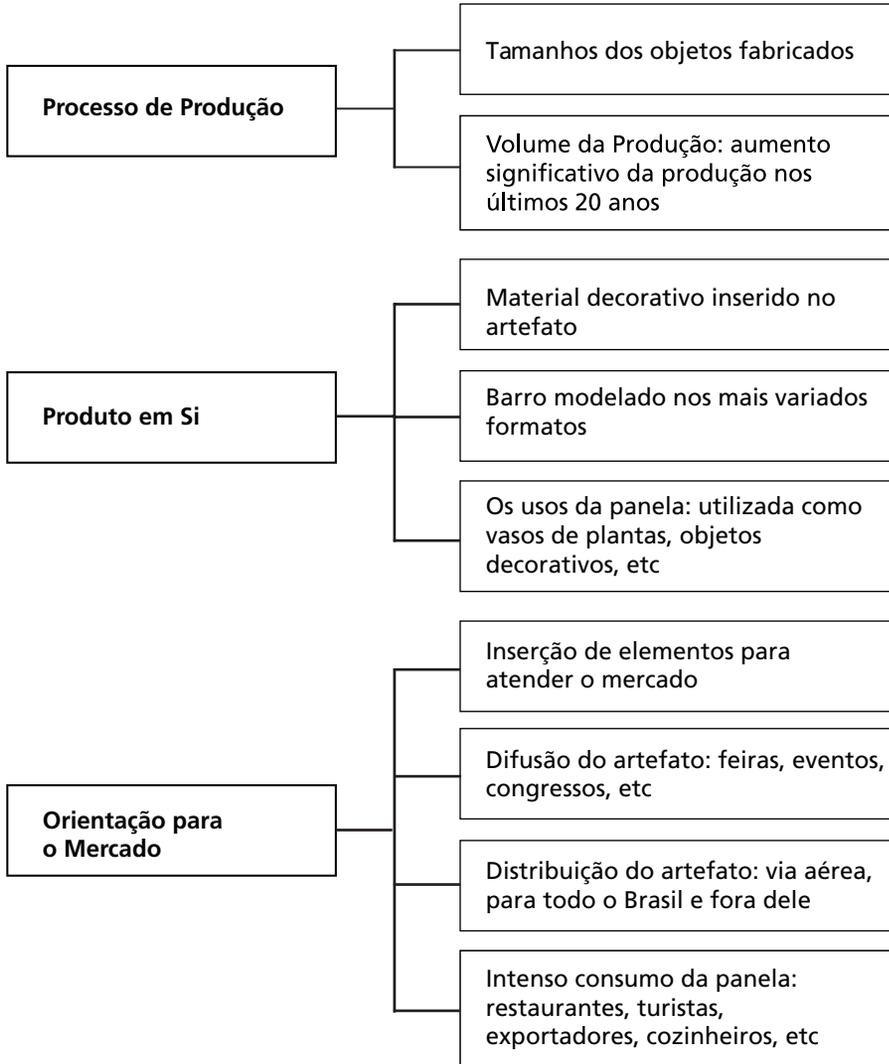
A partir destas características, e também tomando os dados coletados, pretendemos compreender as lógicas modernas presentes e os fatores por trás da sobrevivência do discurso na entidade. É preciso ainda deixar claro que as análises que se seguem não dizem respeito a categorias e, sim, a aspectos presentes na entidade, passíveis de serem analisados.

MODERNIDADE, TRADIÇÕES, DISCURSOS E RESSIGNIFICAÇÕES NAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

A partir das visitas e observações realizadas na Associação Paneleiras de Goiabeiras, e levando em consideração as descrições teóricas e o objeto de estudo deste artigo, pudemos identificar alguns elementos que consideramos relevantes para a análise que pretendemos. Tentamos buscar dados referentes à existência de aspectos característicos do tradicionalismo e também da modernidade e suas relações, para que assim pudéssemos compreender a sobrevivência do discurso recorrente na instituição. Não intencionamos identificar apenas

os contrastes que, inevitavelmente, em alguns momentos, estarão explícitos.

Figura 1: Elementos Inerentes ao Tradicionalismo e à Modernidade



Fonte: Dados coletados na pesquisa.

A análise de nossos dados será realizada à luz da reflexão teórica proposta neste trabalho, onde nos propomos a compreender as relações entre modernidade e tradição por meio principalmente da questão dos estilos de vida a partir da lógica mercadológica moderna.

As informações coletadas referenciam que existem, na entidade em questão, aspectos inerentes do tradicionalismo e, principalmente, da modernidade: o produto em si, a orientação para o mercado e o processo de produção. Como dito, alguns aspectos contrastam entre si, outros apenas coexistem. Não trabalharemos com todos eles, pois nossa intenção é evidenciar aqueles

que nos permitam compreender a sobrevivência de um discurso construído, tomando a tradição como pano de fundo, e sua sobrevivência na lógica mercadológica moderna além de sua ressignificação (GIDDENS, 1991) na modernidade. Assim, analisaremos os seguintes aspectos, conforme a Figura 1.

Processo de Produção

Com relação ao processo de produção da panela de barro, observamos que alguns aspectos presentes no processo ainda pertencem ao tradicionalismo, contudo, a lógica moderna está por toda a parte. Mas, o que podemos dizer acerca dos aspectos descritos acima?

Focando nossa análise nas questões do aumento do volume de produção e também na padronização dos tamanhos dos objetos, podemos já começar a compreender que o panorama atual das panelas de Goiabeiras difere do panorama tradicional.

Hoje é possível, no galpão das panelas, identificar os produtos comercializados, ou seja, as panelas de barro, pela quantidade de pessoas que servem e que alimento deve ser cozido nelas. Hoje, um turista ou visitante do galpão pode adquirir panelas para peixe (moqueca), arroz, pirão, tabuleiros específicos para as tortas capixabas, caldeirões para feijoada, panelas para caldos e uma infinidade de outras especificidades que a panela de barro assumiu. Não obstante o tipo de alimento a ser cozido, a quantidade de pessoas que cada panela serve também é senso comum: as panelas podem ser adquiridas para servir duas, três, cinco, sete pessoas ou, se houver necessidade e encomenda, um número específico de pessoas, fornecido pelo consumidor.

É possível também perceber que o volume de produção aumentou significativamente nos últimos 20 anos, em função da existência da Associação Panelas de Goiabeiras. Anteriormente, dissemos que muitas pessoas passaram a produzir panelas de barro depois da institucionalização do processo e essa pode ser a causa do aumento na produção. Entretanto, não é nossa preocupação compreender as causas do aumento do volume na fabricação de panelas de barro. Nosso foco é na compreensão desse aumento e da distribuição desse bem cultural.

Podemos dizer, então, que o aumento significativo na produção, em função da lógica mercadológica moderna, faz com que as pessoas se envolvam mais na atividade e acabem por torná-la seu meio de sobrevivência definitivamente. Na verdade, se compararmos as percepções das próprias panelas contrastando a infância e a fase atual, todas as que vivenciaram esses momentos, antes e depois da criação da Associação, dizem que esse período que vivenciam agora é mais produtivo e rentável em relação ao anterior.

Produto em Si

O que podemos dizer sobre o produto em si é que ele assume a mesma linha do processo de produção. Temos algumas características envolvidas com o produto em si conforme

descritas acima. Vamos tratar cada uma delas.

A primeira que citamos, os usos da panela, diz respeito à maneira como evoluiu a panela de barro e as alternativas criadas para novas formas de utilização, ou seja, os novos significados que assumiu o artefato. Hoje, em Vitória, a panela de barro tornou-se um importante *souvenir*, por exemplo. Tanto para quem vem ao estado como para o capixaba que vai para outros lugares, oferecer uma panela de barro feita pelas paneleiras de Goiabeiras tornou-se uma prática recorrente. Um outro uso, além da culinária, geralmente associado à panela de barro, é como porta guardanapos, cinzeiros, lixeiras, entre outros, em bares e restaurantes. Aqui podemos associar também a outra característica proposta que é o barro modelado em diferentes formatos. É comum no galpão das paneleiras encontrarmos objetos modelados no barro, tais como cofres e imagens. Outros moldes também são utilizados como travessas em formato de peixe, tabuleiros com diferentes formatos, próprios para a torta capixaba, minisiris, onde é servido o prato chamado “casquinha de siri”, comum em regiões litorâneas. Mais uma característica relacionada ao produto, intrínseca à modernidade, são as decorações encontradas na panela de barro hoje. Figuras de mariscos e moldes de temperos são comumente modelados em outro material (*biscuit*, por exemplo) e inserido na panela de modo a agregar valor para o mercado.

Assim, os usos, os formatos, as novas associações e criações relativas à utilidade da panela de barro e do próprio barro enquanto matéria-prima podem ser considerados como alternativas de produção orientadas para o mercado, o que, mais uma vez, nos remete a uma lógica mercadológica por trás da sobrevivência do discurso.

Orientações para o Mercado

Por fim, o último elemento a ser analisado são as orientações para o mercado que ganhou a produção da panela de barro em função da lógica mercadológica moderna.

O primeiro aspecto que vamos levantar é a colocação das alças na panela de barro. As alças são raramente encontradas em artesanatos indígenas tradicionais (PEROTA, DOXSEY E BELING NETO, 1997). Contudo, hoje ela é um elemento constitutivo da panela de barro, sendo sua colocação no artefato, uma parte do processo. Segundo os autores, as alças passam a integrar o objeto para atender a uma lógica de mercado, ou seja, primeiro elas vieram com o intuito de facilitar a utilização em fogões e depois para viabilizar o manejo pelos garçons de bares e restaurantes.

O que podemos dizer acerca deste fato é que, para atender a uma lógica mercadológica moderna, o artefato sofreu esse processo de hibridação. A hibridação, nesse contexto, deve ser compreendida na lógica de Canclini (2003), o qual contextualiza o assunto como estruturas ou práticas que, por processos socioculturais, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. O que queremos dizer com isso é que, mais uma vez, temos a modernidade coexistindo com a tradição, ou melhor, com um discurso voltado para a tradição.

Outros aspectos também presentes nessa orientação para o mercado da panela de barro é sua distribuição. A panela hoje deixou de ser apenas objeto de consumo de restaurantes ou empreendimentos com foco na gastronomia. Esse artefato passou a envolver outros atores, tais como turistas, visitantes do galpão, os próprios cidadãos capixabas, quando temos, por exemplo, um aumento significativo da demanda por panelas no estado, por meio da participação destas artesãs em feiras e eventos, e também devido à divulgação que, segundo as paneleiras, é realizada por entes governamentais já que foi percebida e reconhecida a intensificação do turismo no galpão das paneleiras.

O que podemos concluir então, é que existe uma necessidade do mercado que acaba por impor algumas regras e estabelece novas demandas. Não podemos afirmar que o processo de fabricação sofreu quaisquer alterações ao longo dos quatrocentos anos de existência desta tradição, mas concluímos que novos elementos são inseridos nesse produto da tradicionalidade a fim de suprir as demandas e necessidades da modernidade.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Levando em consideração todos esses aspectos, como pensar a questão dos estilos de vida nessa realidade? Tratamos do discurso da lógica mercadológica como um dos pilares de sustentação desse discurso, mas precisamos compreender, na lógica de Giddens, a questão da escolha do estilo de vida em todo esse processo.

As experiências do cotidiano na modernidade globalizada vinculam-se às questões fundamentais relativas a múltiplas mudanças e adaptações na vida cotidiana. Na Associação Paneleiras de Goiabeiras não é diferente. Concordando com Giddens (1991), em tais circunstâncias, os indivíduos sentem-se inseguros, apegando-se às tradições, fazendo delas seu meio de compreender, viver e adaptar-se à vida.

Partindo do ponto de vista proposto, podemos dizer que, muitas vezes, formas de propagação da produção simbólica pelo mercado confrontam-se com a individualidade de forma muito dinâmica. As escolhas diárias estão sujeitas a elementos socioculturais, políticos e, principalmente, econômicos. Vivemos o princípio de sociedade moderna onde a multiplicidade de opções nos leva à possibilidade de escolhas e mudanças.

Dessa maneira, tomando a preocupação com a formatação de uma autoidentidade e partindo do princípio da acumulação de riqueza inerente ao capitalismo, podemos confirmar que, uma vez que a panela de barro é projetada ao mercado, com valor agregado e torna-se objeto de consumo gerando renda, seus fabricantes passam a ser, salvaguardando as limitações, donos de um poder de escolha, de um direito de mudança de estilo de vida.

Assim, a panela de barro de Goiabeiras, se tomada como exemplo, não perdeu seus elementos constitutivos, mas acabou elaborando-os de uma forma muito próxima aos desejos da nova realidade social e de outras instâncias da sociedade, como o mercado e o consumidor final.

Então, o que podemos dizer sobre isso? As panelleiras de Goiabeiras não simplesmente reproduzem tradições. São atores de uma realidade em constante mutação, estão interligadas ao mundo global e estão, de acordo com o que foi proposto, em contato direto com uma multiplicidade de imagens, estilos, opções e produtos. Sonhos, desejos e realizações estão relacionados diretamente com a constituição da autoidentidade por meio das tradições, por meio da segurança na reprodução dessas tradições.

Chegamos, então, às conclusões que buscávamos acerca da existência de um discurso. Podemos dizer que este é o responsável pela orientação para o mercado. A noção da importância da arte de fazer panelas de barro para as próprias panelleiras, a valorização cultural deste saber-fazer, as contribuições desta manifestação para a cultura capixaba, todos estes aspectos presentes no discurso das panelleiras são intrínsecos à existência da Associação, à institucionalização, à certificação da arte de produzir panelas de barro. Além disso, o produto que é resultado de um saber-fazer registrado e certificado carrega em si o selo de originalidade e, devido a isso, ganha o carimbo de produto genuinamente capixaba. Assim, o discurso recorrente é construído pautado em uma lógica mercadológica edificada na modernidade que, simplificada, resume-se em maximizar lucros e minimizar custos. Mas como ele pode sobreviver?

A sobrevivência desse discurso está na resignificação, ou melhor, na reinvenção de uma tradição que vigora na modernidade. Esse discurso de que falamos foi elaborado segundo a lógica mercadológica, sofrendo as influências externas, principalmente de agentes governamentais; ele vem imbuído de tradicionalismos e sentimentos que denotam orgulho, coragem e valentia para a continuidade dessa arte secular; sobrevive, então, na modernidade, porque foi construído nela, por atores que atuam nesse palco moderno e está localizado dentro de uma instituição edificada nas bases modernas. É ainda reproduzido por atores que pertencem a essa lógica da reinvenção da tradição, na qual fazer panela de barro é uma atividade que envolve um conhecimento que é passado de geração a geração. Falamos de uma tradição que, ao que parece, é a mesma há quatrocentos anos e que há quatrocentos anos mantém os significados da panela. Porém, estamos na era da globalização, na era da modernidade. Os significados da panela não são os mesmos, tampouco os atores envolvidos no processo. Então, temos um discurso, dito, que na verdade foi construído com o objetivo de resgate de uma memória cultural e é reproduzido com a finalidade de estabelecer um elo forte de ligação entre as panelleiras, o saber-fazer, o produto e o mercado, ou seja, agrega valor ao produto, garantindo sua reprodução, sua comercialização, sua reinvenção, sua readequação, elementos imortalizados nas falas das próprias panelleiras.

A tradição se sustenta, porque ganha uma resignificação na modernidade, ou seja, não existe mais uma tradição por si só na entidade em questão, de modo que a existência de um discurso representa a tentativa de reprodução das tradições de modo a manter viva a lógica moderna de vendas. A panela de barro ganhou uma conotação diferente, um valor e um significado na sociedade moderna que a projeta no mercado, de modo que não mais representa somente a reprodução do saber de um povo, mas, sim, a reorientação para uma importante alternativa de renda.

Porém, que possíveis desdobramentos ganha nosso trabalho além das conclusões que propusemos? Vivemos na modernidade, mas falamos de reinvenções, ou melhor, de tradições reinventadas, construídas num discurso. Falamos da tradição como se fosse possível reproduzi-la tal como ela vigorava em sociedades estritamente tradicionais.

Se refletirmos a respeito da importância da panela de barro no cenário cultural capixaba, perceberemos que o discurso da tradição sustenta a atividade, mas é necessário mais que isso. É preciso um maior engajamento de uma geração mais jovem na atividade, a conscientização para a limitação da matéria-prima, ou seja, o barro, e também uma maior compreensão da efetiva importância que tem a panela de barro no universo cultural do Espírito Santo, sobretudo na região litorânea.

Um artefato que é ícone cultural não necessita de certificação de originalidade. Uma atividade de importância reconhecida como a produção da panela de barro em Goiabeiras já possui um valor intrínseco à própria existência de técnicas e elementos tradicionais envolvidos em todo o processo. É interessante, então, o exercício da compreensão de que tal atividade cultural necessite de uma certificação, de um selo de originalidade para ser percebido e reconhecido como autêntico, não somente pelo turista que visita o galpão ou adquire o artefato em feiras e eventos, mas, também, pelo próprio capixaba que acaba por encontrar atribuído a tal manifestação um sentimento de orgulho de ser capixaba.

Mais uma vez, vemos a lógica mercadológica ditando as regras. É preciso autenticar as panelas de barro de Goiabeiras para que não concorram com outros artefatos do tipo, híbridos, porém capixabas. É preciso registrar e garantir a existência do saber para que este não se perca com o tempo. É preciso tornar pública a existência da panela de barro para que a "atividade" seja fomentada.

O que nos resta é entender, cada vez mais, o capitalismo, pois, ainda que as tradições vigorem, sejam reinventadas de modo a se conservarem na modernidade e se tornem mecanismos de criação de valores, é ele quem dá a tônica do desenvolvimento, seja ele político, econômico, cultural ou social.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva**: trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 fev. 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 fev. 2007.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PEROTA, Celso; DOXSEY, J. R.; BELING NETO, R. A. **As Paneleiras de Goiabeiras. Vitória**: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- SLATER, Don. **Cultura do Consumo & Modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

Giovana Gava Camiletti Professora nas Faculdades Integradas Espírito-Santenses (FAESA) e Assessora Especial de Planejamento Estratégico na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Cariacica (ES). Suas áreas de interesse incluem os estudos de aspectos relativos à formação sócio-histórica da identidade capixaba bem como a exploração dos elementos que contribuem para sua compreensão na atualidade considerando o cenário social, cultural, político e econômico do estado.





Ações Empreendedoras e o Imaginário Social: Do Coronel Duarte ao Setor de Transporte de Cargas de Iconha

**Rodrigo Kuyumjian, João Gualberto Moreira Vasconcellos,
Marcelo Zandomingue Monti, Sérgio Robert Sant'Anna**

Resumo Este artigo tem o objetivo de analisar a presença do Coronel Duarte na formação de Iconha e sua capacidade empreendedora como elemento social-histórico relevante no imaginário local, além de observar possíveis correlações frente à organização empresarial atual do Setor de Transporte de Cargas dessa cidade. Para tal, foram pesquisadas produções bibliográficas sobre a história de Iconha, como, também, realizadas entrevistas semiestruturadas e observações diretas junto às instituições locais do atual Setor de Transporte Rodoviário de Carga. O olhar do filósofo grego Cornelius Castoriadis é, neste artigo, elemento preponderante para elucidação de eventuais correlações; pois, o que se presume haver concluído, aqui, é o fato de que significações imaginárias instituídas, sobretudo em imigrantes italianos residentes em Iconha – entre o final do século XIX e início do XX –, entrelaçadas simbolicamente pelo elemento central do Coronel Duarte, ainda podem ser encontradas na vida de profissionais relacionados ao segmento de transporte de cargas do município, em dias presentes.

Palavras-chave Empreendedorismo. Coronelismo. Imigração. Caminhões. Imaginário.

Abstract This article aims to analyze the presence of Colonel Duarte in the growth of Iconha and his entrepreneurial skills as an important social-historical element in local imaginary, besides observing possible correlations towards the current business organization of Iconha's Duty Transportation sector. To this end, literature productions were surveyed regarding the history of Iconha. Semi-structured interviews and direct observations with local institutions related to the current Duty Transportation sector were also promoted. The touch of Cornelius Castoriadis, in this article, is a preponderant element to suggest such correlations between the two periods of time. Thus, what is presumed to be concluded, here, is primarily the fact that the instituted imaginary significations can still be found in the lives of professionals involved with the segment of duty transportation in this city at present time, mainly among Italian immigrants

living in Iconha - between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century – symbolically entwined by a central element of Colonel Duarte.

Keywords Entrepreneurship. Coronelism. Immigration. Trucks. Imaginary.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a história de todo e qualquer indivíduo não é, por si só, uma cúpula hermeticamente isolada, isenta de influências, sejam elas diretas ou indiretas. Neste sentido, acredita-se ser de grande valia retroceder na linha cronológica do tempo, especificamente, para resgatar marcantes acontecimentos ocorridos no município de Iconha, Estado do Espírito Santo, ao final do século XIX e início do século XX, onde viveu Antônio José Duarte – o Coronel Duarte.

E, a partir de tal resgate, espera-se observar possíveis conexões entre elementos desse momento histórico (que abrange não apenas a vida do Coronel Duarte, como de centenas de famílias brasileiras e estrangeiras, sobretudo italianas) e certas características empreendedoras de caminhoneiros profissionais do vigente segmento comercial, em Iconha. Município este, aliás, que apresenta, atualmente, o maior número *per capita* de caminhões e assemelhados por habitante do Brasil (IHGI, 2008).

Graças ao imensurável universo das subjetividades, não há, aqui, pretensões de delimitar, se é que existe possibilidade para tal, um encadeamento (ou desencadeamento) quase matemático com precisões raras a respeito do objeto de estudo. Estudo este não intenta afirmar, categoricamente, ou sequer provar, nem ao leitor nem tampouco à comunidade científica em geral, que evidências de momentos do passado determinam, inquestionável e inexoravelmente, comportamentos de gerações futuras, em um mesmo espaço geográfico de certa região ou país.

Todavia, não se pode, de forma simplista, ignorar a transmissão de costumes, valores, regras, crenças ou mesmo significações imaginárias construídas na e pela sociedade. Assim sendo, o elemento central deste artigo, o Coronel Duarte, entalha na história de Iconha seus vincos profundos de pró-atividade e arrojo, sempre sustentados (no sentido de existência) pela população que os constroem. População tal, com elevado percentual de indivíduos italianos que, naturalmente, produzem descendentes, os quais, por sua vez, podem, sem dificuldades hercúleas, haver herdado características ou mesmo percepções de seus antecessores.

Desta forma, o artigo em questão subdivide-se em quatro partes. No primeiro momento, “O Coronelismo - A Invenção do Coronel”, faz-se de forma breve uma explanação da figura dos coronéis brasileiros – sujeitos marcantes durante os períodos do Brasil Colônia, Império e início da República. O segundo bloco, o maior de todos, descreve historicamente a trajetória do Coronel Duarte, suas benfeitorias, suas habilidades comerciais e mercantis,

seus títulos, sua articulação política, econômica, social e cultural no Estado do Espírito Santo, sobretudo, no município de Iconha: “O empreendedorismo do Coronel Antônio Duarte”. A terceira parte avança algumas décadas na história de Iconha e traz informações sobre o segmento atual de transportes de cargas (caminhões) desse município capixaba: “Iconha nos Dias Atuais: O Setor de Transporte Rodoviário de Cargas”. E, por fim, a “Conclusão”, amparada pelo olhar de Cornelius Castoriadis – o qual também marca presença nos três blocos já supracitados –, permite tanto aos leitores deste documento, como a seus autores, arquitetarem suas percepções e factíveis interpretações das conexões sociais-históricas costuradas pelas imprevisíveis linhas, por vezes tênues, por vezes adensadas, do simbolismo social e das significações imaginárias que desenham a vida humana na criação do tempo.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste numa aproximação entre o resgate da pessoa e dos feitos do Coronel Duarte, entre o final do século XIX e início do XX, como figura elementar no processo social-histórico de Iconha (seus empreendimentos e habilidades mercantis) e eventuais correlações à capacidade empreendedora dos elementos participantes do atual setor de transporte de cargas, dessa cidade do Estado do Espírito Santo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, há que se considerarem dois aspectos. O primeiro trata do caráter de pesquisa bibliográfica. Assim, duas dissertações, dois livros sobre a história local e outras produções e informações disponibilizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Iconha foram utilizados para o resgate histórico do Coronel Duarte. O segundo trata das aproximações realizadas junto ao Setor de Transporte de Cargas, as quais se deram pela participação em organizações coletivas que representam o setor, especialmente, reuniões de diretoria. Desta maneira, foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas, formais, com representantes do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas, sendo duas com caminhoneiros, dentre elas o presidente da COOPATRIA (Cooperativa dos Profissionais Automotivos do Transporte Rodoviário de Iconha e Adjacências) e oito entrevistas com empresários, dentre os quais participaram presidentes e ex-presidentes da ASTRAC (Associação Sul Litorânea dos Transportadores de Carga) e da ASCAMES (Associação dos Caminhoneiros do Sul do Estado do Espírito Santo); além dos pioneiros no transporte de cargas, os senhores Aldite Donatelli e Vergílio Veronez, e o vereador de Iconha, Lauromir Gobetti. Por fim, ainda no que diz respeito ao percurso metodológico, especificamente em relação à análise dos dados, é relevante apontar que as fontes de informações e os assuntos vinculados aos objetos de pesquisa foram identificados e organizados em conjuntos, ou seja, em categorias, dentro do escopo que Bardin (2006) denomina como “análise temática”.

O CORONELISMO: A INVENÇÃO DO CORONEL

De acordo com Castoriadis (1982), a busca pela elucidação de contextos da história do homem só faz algum sentido a partir, justamente, da compreensão de realidades vigentes, as

quais são e estão indissociáveis do ‘fazer’ atual:

o fato de que isso nos leve inevitavelmente a reinterpretar e a recriar o passado, pode ser deplorado por alguns e denunciado como um ‘canibalismo espiritual pior que o outro’. Nós, como eles, nada podemos contra isso, assim como não podemos impedir que nosso alimento contenha, em proporção constantemente crescente, os elementos que compunham o corpo de nossos ancestrais há mais de trinta mil gerações. (CASTORIADIS, 1982, p. 197).

Na remontagem do nascimento do coronelismo no Brasil, observa-se que suas origens se dão durante o período da colonização do país, mediante a divisão do solo nacional em Capitanias Hereditárias e, por conseguinte, daqueles que as herdavam: o ‘donatário’ (PRADO JR., 1986). Estes logo assumiram cadeiras de destaque no imaginário de muitos contemporâneos brasileiros e estrangeiros que aqui residiam. Fortalece-se, portanto, a figura dos estereotipados ‘senhores’, intitulados, posteriormente, ‘coronéis’ (VASCONCELLOS, 1995).

Para Castoriadis (1982), existe relação entre aquilo que está instituído nas (e pelas) sociedades e a estrutura da personalidade dos indivíduos. A instituição social da diferença, por sua vez, é reproduzida na organização psíquica do homem. E, por meio da linguagem, este homem acaba por integrar um mundo estruturado hierarquicamente. Aliás, para França (1996), um indivíduo não se posiciona frente a outro apenas de modo diferente, mas sim, como superior ou inferior, com a ressalva, no entanto, de poder ocorrer inversões de papéis, ao longo do tempo.

Posto isto, o elemento ‘coronel’ ocuparia, portanto, posição elevada na pirâmide hierárquica imaginária de milhares de moradores nativos e imigrantes do Brasil, majoritariamente, entre o final do século XIX e o início do XX (VASCONCELLOS, 1995).

Vale lembrar que, durante esse período, a sociedade vigente foi impactada, de forma significativa, pelo comportamento dos colonizadores portugueses, os quais possuíam acentuada capacidade de interagir com diferentes povos. No Brasil, tal fato culminou, inclusive, na formação de uma sociedade mestiça, sobretudo, a partir de 1532, resultando em um longo período de *contatos estreitos* entre portugueses e os habitantes locais – nativos ou estrangeiros (VASCONCELLOS, 1995).

Em termos gerais, os coronéis eram senhores de engenho ou detentores de latifúndios os quais se faziam presentes de modo emblemático nos espectros político, econômico e social das populações conectadas, direta ou indiretamente, a eles (VASCONCELLOS, 1995). O latifundiário, em um contexto aristocrático, detinha não somente a riqueza material, mas, principalmente, poder e autoridade. Sua figura marcante exercia explícito domínio até mesmo nas escolhas de profissões, amizades e casamentos de membros da sociedade local. O respeito e o prestígio atribuídos aos coronéis foram fatores que, inevitavelmente,

influenciaram percepções e comportamentos de contemporâneos das capitanias brasileiras (VASCONCELLOS, 1995).

Tais senhores, para Vasconcellos (1995), foram, efetivamente, criadores de códigos de comportamentos sociais “brasileiros” dentro de uma sociedade regida por poucas, porém grandes, famílias oligárquicas. Neste contexto, é providencial o pensamento de Castoriadis (1982) a respeito das Instituições Imaginárias da Sociedade:

Este elemento, que dá a funcionalidade de cada sistema institucional, sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individual ou coletivo, este elemento nada mais é do que o imaginário da sociedade ou da época considerada. (CASTORIADIS, 1982, p. 165).

Com base no autor supracitado, Vasconcellos (1995) define o coronelismo como sendo uma das principais instituições imaginárias da sociedade brasileira:

Foi a instituição imaginária que permitiu durante longo tempo a existência histórica dos mais diversos personagens políticos, dotando-os de significação. A sobrevivência do coronelismo até hoje é devida à profunda impregnação das práticas sociopolíticas brasileiras pelo imaginário do coronel. (VASCONCELLOS, 1995, p. 15).

Conforme já apontado anteriormente, para Vasconcellos (1995), o alcance dos coronéis não se restringia, portanto, ao poderio econômico e político. Além de desconhecer fronteiras entre os âmbitos público e privado, tal alcance abrangia distintas esferas do relacionamento humano, como, por exemplo, a vida cultural e religiosa das comunidades, permeadas também por afeto e sentimentos.

Enfim, em um cenário rural, de infraestrutura rudimentar, onde ásperas realidades ditavam os dias de populações marcadas pela escassez, incontáveis coronéis, ao longo do vasto território brasileiro, não apenas cravaram presença na psique de indivíduos e sociedades por estes instituídas, como, também, escreveram seus nomes nas páginas do tempo social-histórico do país.

O EMPREENDEDORISMO DO CORONEL ANTÔNIO DUARTE

Se comparado ao restante da Região Sudeste do Brasil, o processo de ocupação e colonização em Iconha ocorreu tardiamente (PANDOLFI; VASCONCELLOS, 2005), assim como em todo o Espírito Santo. As primeiras tentativas de ocupação aconteceram no início da segunda metade do século XIX, inicialmente, com um grupo de alemães e, momentos depois, com um grupo de ingleses, liderado pelo construtor e engenheiro Thomaz Dutton Junior, entre 1850 e 1860, o qual adquire terras em Piúma e no alto Rio Iconha. Dutton tinha o objetivo de “urbanizar Piúma e transformar a vila no centro exportador da produção do interior do Rio Iconha, onde hoje é o município de Iconha e seu interior” (IHGI, 2008). De fato, os ingleses se tornaram os pioneiros na colonização de Iconha e Piúma (PANDOLFI, 2007).

construiu um trapiche (porto) em Piúma e contribuiu para o crescimento da vila (Piúma) criando escola, iluminação pública e trazendo ingleses para a região [...] Seu objetivo era que Piúma fosse um grande centro urbano comercial [...] Dutton adquire terras onde hoje é a localidade de Monte Belo em Iconha e cria ali uma fazenda com mão de obra escrava e de imigrantes ingleses. Era produzido, principalmente, café e a extração de madeira. Tudo era levado para Piúma onde era embarcado para Rio de Janeiro ou Vitória. (IHGI, 2008, CD-ROM).

Assim, a Vila de Iconha começa a surgir em decorrência desse processo de ocupação, balizado pela exploração florestal, agricultura incipiente e comercialização para centros consumidores. No entanto, fracassaram os objetivos do inglês em fazer com que a região se tornasse um grande pólo produtor e exportador. Os empreendimentos construídos por Dutton em Iconha foram adquiridos por José Gonçalves da Costa Beiriz e seu sócio Antônio José Duarte, o Coronel Duarte. Beiriz e Duarte eram portugueses que haviam se instalado na região durante as décadas de 1860 e 1870 e explorado o comércio em Piúma, Benevente – hoje Anchieta – e Iconha (CAPRINI, 2007). Ao se mudarem para Iconha, primeiro Beiriz, depois seu sócio Duarte, começaram a promover ações baseadas em empreendimentos mercantis, polarizados na Casa Comercial.

Nas duas últimas décadas do século XIX, Iconha e Piúma, especialmente a primeira, passam por intensas transformações econômicas, políticas e sociais devido ao povoamento do interior, à cultura do café e ao desenvolvimento da Casa Comercial Duarte e Beiriz, que foi o centro polarizador das mudanças na região. (CAPRINI, 2007, p. 63).

Duarte e Beiriz monopolizaram, naquelas duas décadas, a posse das terras do que é hoje a cidade de Iconha: “tomando como referência o município de Iconha na atualidade, era de sua propriedade – Duarte e Beiriz – grande parte do território” (CAPRINI, 2007, p.71). E, neste período, enquanto as terras pertenciam a Duarte e Beiriz, poucos lotes seriam

destinados à agricultura. Uma considerável parte destas terras era cobertas por florestas e, por conseguinte, explorava-se madeira.

Os negócios de compra e venda de terras foram de expressiva valia à Casa Comercial, pertencente aos sócios portugueses, pois, ao venderem as terras em lotes, após tê-las adquiridas de fazendeiros falidos, eles puderam auferir grandes lucros. É válido destacar que a atuação do Coronel Duarte se confunde com a imigração italiana na região, sendo os italianos os principais compradores das terras loteadas e financiadas pela Firma Duarte e Beiriz (Cavati, 1973).

O fato de ter o imigrante acesso à propriedade da terra aqui no Espírito Santo, e, portanto não precisar trabalhar na terra de outrem, acabava por deixar o fazendeiro sem mão de obra para ampliar suas propriedades ou mesmo manter as que já possuía, visto que a falta de braços verificada com o advento da abolição foi grande. (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 80-81)

Além disso, os poucos fazendeiros que trouxeram imigrantes diretamente para suas propriedades o fizeram com ônus, pois os estímulos maiores se concentravam nos Estados mais importantes. Mesmo assim, os fazendeiros capixabas não tinham acesso às discussões travadas em âmbito nacional e tampouco possuíam força política junto ao governo local. Como consequência, observou-se, após 1888, o desaparecimento de grande número de fazendas escravistas (CAMPOS JÚNIOR, 1996). As que conseguiram se manter acabaram por instituir o regime de parceria. Contudo, tal fato acabou por se tornar uma medida temporária. Se, de um lado, os fazendeiros tinham de oferecer muitas vantagens ao imigrante a ponto, inclusive, de abdicar do posto de proprietário, por outro lado, as vantagens oferecidas abreviavam a permanência dos imigrantes nas fazendas, porque mais cedo reuniriam recursos para obter suas próprias terras. E, na medida em que os fazendeiros oferecessem maiores vantagens aos imigrantes, o lucro obtido seria menor, o que poderia até vir a comprometer o funcionamento de seu estabelecimento (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Segundo Castro (2003), em Iconha, foi criado um mecanismo por meio do qual os proprietários de terra vendiam frações dela aos imigrantes italianos e transformavam-se em comerciantes pela compra do café produzido pelos italianos.

propriedade Olaria (em 1879) [...] fixando ali 33 famílias, em sua maioria, italianas [...] “Em 1880 Beiriz comprou a propriedade Tocaia e dividiu-a, levando para ali 17 famílias (de italianos)”. “Em 1888 a firma Duarte e Beiriz comprou uma propriedade rural na localidade de Duas Barras, ainda em mata virgem [...] dividiram-na em lotes e neles assentou 50 famílias italianas”. [...] “Em 1890 Beiriz comprou a propriedade na localidade de Crubixá, estabelecendo nelas 30 famílias italianas, vendendo-lhes terras e fornecendo-lhes gêneros alimentícios nas mesmas condições anteriores”, [...] “Em 1901 o mesmo Beiriz comprou a Fazenda Monte Belo, fixando ali mais de 400 famílias italianas,

ainda pelo mesmo processo de prazo e fornecimento de bens de consumo”. [...] Em 1911 o Coronel Duarte (Beiriz já falecido) [...] comprou 30 alqueires de terra no lugar denominado córrego dos Lopes, estabelecendo 10 famílias italianas com as mesmas condições de crédito. Em 1914, o mesmo Coronel Duarte comprou 650 alqueires de terras das fazendas Jaracatiá e Pongal, onde colocou mais de 50 famílias, em sua maioria, italianas e descendentes destas. (CASTRO, 2003, p. 73-74).

A firma Duarte e Beiriz, como indica Cavati (1973), estabeleceu um número superior a seiscentas famílias européias, na região de Iconha. Os italianos compravam as terras a crédito na dependência de pagá-las com futuras colheitas do café. Ao comprar as terras em mata virgem, os imigrantes “teriam que derrubar a mata, esperar a produção, colher e entregar na Casa Comercial Duarte e Beiriz para abater as dívidas das terras” (CAPRINI, 2007, p. 70). Os imigrantes, “além de dever as terras, também compravam fiado na firma, o que aumentava seus débitos, além dos juros” (CAPRINI, 2007, p. 71).

A Casa de Comércio era o centro polarizador da Vila de Iconha.

O comércio atuava na venda de gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos, querosene e utensílios, que na época eram denominados ‘secos e molhados’ e comprava a produção de café e revendia para exportadores, além da venda de terras. (CAPRINI, 2007, p. 69).

As atividades mercantis da Firma Duarte e Beiriz eram apoiadas pelos três vapores de pequena cabotagem que navegavam, transportando passageiros e mercadorias, do porto de Piúma a Vitória, Anchieta, Guarapari e Rio de Janeiro (SIMÃO, 1991).

Essa força comercial possibilitou, a partir do final do século XIX, a transição da grande fazenda para as pequenas propriedades, marcando, igualmente, a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, e, conseqüentemente, a formação de uma nova base de produção organizada em pequenas propriedades, como bem descrita por Campos Júnior (1996).

O desenvolvimento da Vila de Iconha foi acompanhado pela formação de uma oligarquia, liderada pelo comerciante Coronel Antônio José Duarte. A organização social do período de 1889 a 1915 – a oligarquia local – desenvolveu-se em torno do comércio e da agricultura fundamentada em pequenas propriedades estiladas pelo próprio Duarte (CAVATI, 1973).

Caprini (2007) considera que, para entender a cultura política do coronelismo de Iconha, é necessário estar atento ao “fato de que a região apresenta aspectos peculiares devido à condição do poder político estar atrelada ao comércio em uma estrutura agrária de pequena propriedade e, ao mesmo tempo, exhibe aspectos clássicos da prática coronelística” (CAPRINI, 2007, p. 101).

A atividade mercantil explorada pela Casa Comercial e a adesão dos imigrantes italianos a este tipo de negócio dá uma dimensão da precariedade das colônias oferecidas pelo governo. Era mais seguro financiar terras, dinheiro e alimentos com a firma Duarte e Beiriz do que viver e sobreviver a partir das condições oferecidas pelos governos nas colônias oficiais. Esse processo de aquisição de terras ocorreu desde que os primeiros italianos se dirigiram para Iconha (CASTRO, 2003).

Ainda, de acordo com Caprini (2007), o poder simbólico do coronel Duarte pode ser percebido pelas suas relações com a sociedade local; pelas benfeitorias realizadas; pela dependência da população em relação à Casa de Comércio; pelos cargos políticos; pela visibilidade que tais condições lhe davam, somada à autopromoção conferida por meio de publicação de almanaques e informativos, além de uma autobiografia. Esses meios de comunicação, ao transmitir informações úteis, sobretudo aos agricultores, promoviam sua imagem pessoal como, também, a imagem de seus negócios.

Dentre as principais realizações, é pertinente enfatizar as seguintes: a Casa de Comércio – a qual mantinha estreito vínculo com agricultores, mediante razões como o financiamento na aquisição dos lotes, a compra fiada de utensílios e equipamentos ou a venda de café ao único comprador da região; a função de conselheiro, uma vez que Duarte era um dos elementos com maior articulação na região; as doações de terras para construção de obras públicas (como ruas, cemitérios, praças, igreja e escolas); a imponência de suas construções (a exemplo das casas de comércio na sede e nas localidades de Piúma, Monte Belo e Duas Barras); e a promoção de bailes e recepções em suas dependências para a elite local e para visitantes (CAVATI, 1973).

Ainda, para melhor compreender a dimensão de tal articulação, são aqui apresentados os cargos públicos, além de outras atribuições conferidas ao Coronel Duarte: Subdelegado de Polícia, Iconha 1890; Agente do Correio, Iconha, 1890; Presidente da Comissão Censitária, Iconha, 1890; Primeiro Suplente de Delegado de Polícia, Iconha, 1891; Governador Municipal, Piúma, 1896 (Iconha era distrito); Tenente Coronel Comandante do 56º batalhão da Guarda Nacional, Piúma, 1898; 2º Suplente do Delegado de Polícia, Piúma, 1898; 1º Juiz Distrital, Iconha, 1900; Coronel, Comandante da 20ª brigada da Guarda Nacional, Piúma, 1900; Membro Honorário do Supremo Conselho do Brasil, Rio de Janeiro, 1901; Delegado de Higiene, Piúma, 1902; Comanda do Mérito Industrial, Portugal, 1903; Governador Municipal – 1º Juiz Distrital, Iconha, 1904; 2º Suplente do Juiz de Direito, Anchieta, 1916; 1º Juiz Distrital, Iconha, 1908; Presidente do Governo Municipal, Iconha, 1908; Presidente da Câmara Municipal, Iconha, 1908-1912; reeleito Presidente da Câmara Municipal, Iconha, 1912-1916; Prefeito Municipal, Iconha, 1918-1920; sócio da Caixa de Socorros, D. Pedro V, desde 1903; e Delegado Regional da Liga Marítima Brasileira, 1908 (SIMÃO, 1991).

Duarte, também, se relacionava com as sociedades maçônicas da região, onde obteve vários níveis de aprendizado. Dentre as lojas maçônicas que participou, alcançou o Grau 3 pela Loja Aliança Fraternal, Guarapari, 1897; o Grau 18 na Loja União e Progresso, Vitória, 1898;

o Grau 30 pela Loja União e Progresso, Vitória, 1899; o Grau 33 da Loja Itapemirinese, Itapemirim, 1901; Benemérito da Loja Luz Universal, Anchieta, 1901; Membro Honorário da Loja Adopção Theodora, Itapemirim, 1902; e, também, sócio da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, desde 1871. Talvez, seja possível dizer, portanto, que o Coronel Duarte era a representação mais explícita do poder em Iconha (SIMÃO, 1991).

Ainda segundo Simão (1991), o progressista Coronel Duarte empenhou grandes aportes financeiros em serviços na capital Vitória, dentre os quais se destacam: a construção de 28 casas no Parque Moscoso; o Aterro do pântano de Campinho (região do Parque Moscoso); a construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia; a construção do porto de desinfecção; o prolongamento da linha de bonde até o Arrabalde de Santo Antônio; a instalação de bondes elétricos por toda a cidade (é válido ressaltar que, naquela época, a cidade concentrava-se no que, atualmente, é o centro de Vitória); a drenagem para o saneamento da Vila Moscoso; a reconstrução do Palácio das Escolas, a sede da Escola Normal e a Escola Modelo; além de todas as obras do Governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), de quem era, por todas as evidências, grande aliado.

Em sua influência local, no entanto, aspectos peculiares o diferenciavam. Em Iconha, o Coronel Duarte estimulou uma espécie de reforma agrária local ao comercializar suas terras em pequenos lotes aos imigrantes italianos, ou seja, promoveu o surgimento de pequenas propriedades. Apesar da forte dependência, como apresentado por Caprini (2007), o empenho dos italianos, como será discutido a seguir, os conduz a serem possuidores de suas próprias terras desde a primeira geração de descendentes, consolidando-se na terceira geração.

Outro aspecto defendido por Caprini (2007, p. 108) consiste em que “não se pode ignorar o fato de que Duarte tinha intenção de instruir a população e proporcionar uma abertura de mentalidade – em um momento da história em que as elites não se preocupavam com informações”. O Coronel Duarte fundou o “Jornal Eco da Lavoura com a finalidade de divulgar novas ideias e conhecimentos, bem como estimular o comércio via anúncios”. [...] “Em 1902, ele criou a biblioteca municipal que possuía, além de livros, jornais diários e revistas a disposição da população” (CAPRINI, 2007, p. 105). Tais peculiaridades, ao mesmo tempo em que davam visibilidade e poder ao Coronel, também propiciaram oportunidades de acesso à informação à população de uma região com predominância de imigrantes italianos, os quais se espelhavam em um homem de poder. “Ele era o que eles (os imigrantes) queriam ser e vieram buscar aqui” (CAPRINI, 2007, p. 108).

Assim sendo, ao recorrer às ponderações de Castoriadis (1987), é possível observar que o processo da construção individual e coletiva (sociedade) se opera por meio de uma via de mão dupla, em que se está longe de obter a descoberta da origem precisa dos fatos. Observa-se, sim, a sua perpetuação ou cristalização. Castoriadis (1987) ainda assinala que:

Toda sociedade instaura, cria seu próprio mundo, no qual, evidentemente,

ela se inclui. Do mesmo modo que para o ser vivo, é a ‘organização’ própria (significações e instituição) da sociedade que define, por exemplo, o que é para a sociedade considerada, ‘informação’, o que é ‘ruído’ e o que não é absolutamente nada; ou a ‘relevância’, o ‘peso’, o ‘valor’ e o ‘sentido’ da ‘informação’; ou o ‘programa’ de elaboração de – e de resposta a – uma ‘informação’ dada etc. Em suma, é a instituição da sociedade que determina o que não é ‘real’, o que tem ‘sentido’ e o que é desprovido dele. [...] Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu mundo próprio. Sua própria identidade nada mais é que esse ‘sistema de interpretação’, esse mundo que ela cria. (CASTORIADIS, 1987, p. 240-241).

As práticas coronelísticas estavam presentes na cultura política da Vila de Iconha. Caprini (2007) enfatiza a presença do “coronel de verdade” na pessoa de Duarte e no grupo hegemônico, praticamente sem oposição, o qual dominava a Vila no que tange às atividades econômicas, sociais e políticas. O clientelismo, o paternalismo, as fraudes eleitorais, as trocas de favores, a ocupação de cargos estratégicos ou a indicação de pessoas de confiança e cativas para ocupá-los são pontos unânimes, tanto no coronelismo brasileiro, quanto nas peculiaridades de Iconha. No entanto, é de grande valia salientar a existência de uma capacidade empreendedora, uma visão de transformar a Vila de Iconha, além de notáveis atividades mercantis.

O Coronel Duarte viveu em Iconha com sua família até 1930, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Veio a falecer em 15 de setembro de 1937. A firma Duarte e Beiriz, assim como suas atividades mercantis, incluindo-se o transporte de cabotagem e os portos de Benevente, Piúma e Itapemirim, começaram a decair quando a Estrada de Ferro que liga Vitória ao Rio de Janeiro deu impulso à vida social e comercial nos municípios de Alfredo Chaves, Vargem Alta, e Cachoeiro de Itapemirim. Desta maneira, transferiam-se para essas localidades os centros de entrepostos e comercialização de mercadorias (CASTRO, 2003).

ICONHA NOS DIAS ATUAIS: O SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

Entre as décadas de 1920 e de 1970, a principal atividade econômica do município era o cultivo do café – um importante produto da localidade, até os dias de hoje. Todavia, cabe ressaltar que, ao longo desse período, o café representou o principal produto agrícola não somente em Iconha, como, também, em outros inúmeros municípios capixabas, até a crise dos anos 1960 (ENTREVISTADO 1).

Já na década de 1980, a banana ganhou espaço na economia da cidade, tornando-se, então, o produto mais importante de sua produção agrícola. O município recebe, inclusive, o apelido de “terra da banana”. Na década de 1990, pragas impediram a continuidade de um cultivo mais intenso. Hoje, tais atividades agrícolas ainda se fazem presentes nas propriedades rurais de Iconha, compondo, juntamente com a pecuária leiteira, as atividades mais expressivas do

meio rural (ENTREVISTADO 1).

Por sua vez, na década de 1990, o transporte rodoviário de cargas desponta como principal atividade econômica. No entanto, os pioneiros desse segmento já haviam iniciado tal atividade na década de 1950. Atualmente, Iconha é o município do Brasil que concentra o maior número per capita de caminhões e assemelhados por habitante (ENTREVISTADO 3). O Entrevistado 3 relata, ainda, que, de acordo com levantamentos recentes, a frota é de aproximadamente 3.500 caminhões e assemelhados, distribuída entre trinta e nove empresas, além de caminhoneiros autônomos da cidade, de tal modo que acaba por ser denominada, por muitos, como a “Terra dos Caminhões”.

Iconha ostenta, hoje, 40 empresas de transporte rodoviário de cargas. Além das associações e cooperativa, conta também com empresas fornecedoras de produtos e serviços: são três montadoras de carrocerias de madeira, cinco lojas de autopeças, uma recauchutadora, cinco postos de combustível, cinco agências bancárias de bandeiras diferentes – número acima da média em relação aos municípios com população semelhante no Espírito Santo (ENTREVISTADO 5). Há, ainda, representantes de seguros e oficinas mecânicas. Dentre essas oficinas, destacam-se os postos de molas, os quais prestam serviços exclusivamente para caminhões, e a recém-implantada oficina com inovadora montagem do segundo eixo dianteiro (eixo direcional) em caminhões e terceiro eixo de carrocerias (ENTREVISTADO 2).

Todavia, a organização do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas não é apenas fruto de ações atemporais, isentas de história e cultura. O próprio desenvolvimento econômico não pode ser visto como algo solto, desconectado e imune às dimensões históricas, sociais e políticas. O desenvolvimento econômico é, igualmente, produto de relações complexas entre as lógicas de mercado, as interpretações que os atores fazem dessas regras e a forma como resolvem os problemas situacionais decorrentes de tais regras, a partir de um conjunto de crenças e valores impregnados de história e cultura.

Neste sentido, torna-se ainda de grande valia registrar que o imigrante italiano – o qual no início do século XX era o “elemento novo” – representa, em dias atuais, por meio de seus descendentes, 90% da população do município em questão, inclusive, entre os empresários do transporte (IHGI, 2008). Uma breve leitura de estatutos das associações e cooperativa do segmento dos transportes de Iconha dá a forte dimensão da presença italiana no local, já que quase todos possuem sobrenomes italianos. Do grupo fundador da cooperativa COOPATRIA, 39 possuem pelo menos um sobrenome italiano, entre um total de 53.

Assim, tentar compreender as relações sociais vigentes de toda e qualquer população implica em vasculhar ou investigar o que é reproduzido, inexoravelmente, entre as costuras do tecido social-histórico, do qual aponta Castoriadis (1982, 1987, 2004) em suas reflexões.

CONCLUSÕES

A Vila de Iconha desenvolveu-se quase que simultaneamente com o crescimento político e econômico do Coronel Duarte e com a chegada dos imigrantes italianos que se estabeleceram nas comunidades agrícolas. As atividades dos imigrantes italianos descritas nos estudos realizados no Espírito Santo, principalmente, pautadas pela coletividade e ajudas mútuas e baseadas no trabalho e na família, se reproduziram ao lado da centralidade econômica liderada pelo Coronel Antônio Duarte.

Considera-se, aqui, que o empreendedorismo presente entre os imigrantes italianos se reproduziu na Vila de Iconha e nas comunidades onde se estabeleceram os imigrantes, diante de uma relação direta com um capital mercantil local que o Coronel Duarte empreendia.

Esse capital mercantil é uma herança que contribui, somado à sociabilidade dos imigrantes italianos, à organização social de Iconha. O Setor de Transporte Rodoviário de Cargas é uma expressão da vontade dos descendentes de italianos de construir a vida nos novos tempos e também, muito possivelmente, um vestígio espelhado na ação mercantil que Iconha já havia presenciado, por meio de seus antecessores.

Durante os intensos anos da vida profissional de Antônio José Duarte não se encontram dúvidas a respeito de suas habilidades de negócios e ousadia empreendedora; adjetivos estes que foram naturalmente vivenciados e, de diferentes maneiras, internalizados pela população local de Iconha, ou seja, brasileiros, portugueses, italianos etc.

O fato é que, em linhas gerais, descendentes sucedem aqueles que os criam por meio de um convívio muitas vezes estreito, cujos valores e costumes são transmitidos pela educação formal e informal, atitudes, mimetismo, induções voluntárias e/ou involuntárias. Enfim, por diversas naturezas de linguagem.

Corroborar-se com a compreensão de Castoriadis (1982) quando este afirma:

A história só existe na e pela linguagem (todas as espécies de linguagem), mas essa linguagem se dá, ela constitui, ela transforma. Ignorar esse lado da questão é estabelecer para sempre a multiplicidade dos sistemas simbólicos (e, por conseguinte, institucionais) e sua sucessão como fatos brutos a propósito dos quais nada haveria a dizer (e ainda menos a fazer), eliminar a questão histórica por excelência: a gênese do sentido, a produção de novos sistemas de significados e de significantes. E, se isso é verdade em relação à constituição histórica de novos sistemas simbólicos, o é também quanto à utilização, a cada momento, de um sistema simbólico estabelecido e dado. (CASTORIADIS, 1982, p. 168).

Não há interesse, portanto, em demarcar de forma inequívoca a exata origem de fatores que contribuíram para o surgimento de um setor comercial de caminhoneiros e sua expressividade,

mas, sim, observar factíveis nós que interligam os dias vividos pelo Coronel Duarte e o senso empreendedor de sujeitos relacionados às práticas profissionais do transporte em Iconha. Novamente, com referência ao filósofo grego acima citado, cabe entender que:

o homem só existe na e pela sociedade - e a sociedade sempre é histórica. A sociedade como tal é uma forma, e cada sociedade dada é uma forma particular e mesmo singular. A forma implica a organização, em outras palavras, a ordem (ou, se assim preferir, a ordem/desordem). (CASTORIADIS, 1987, p. 236).

Assim, acredita-se que, a cidade de Iconha, nascida com base na capacidade empreendedora do Coronel Antônio Duarte, vivencia, atualmente, uma externalização de aspectos coletivos que pode ter sido introduzida pela imigração italiana e reproduzida pelos seus descendentes, em tempos presentes.

Ou seja, o “elemento novo”, além de cumprir o objetivo da iniciativa de trazer imigrantes europeus para o Brasil, contribuiu para criar, nos territórios em que se instalaram, uma lógica social diferente da lógica dos ditos coronéis existentes. O argumento aqui não tem o objetivo, portanto, de garantir que Iconha, dos dias atuais, esteja hermeticamente incólume ou mesmo que reproduz na totalidade aspectos da figura do Coronel Duarte, presente no imaginário social das gerações envolvidas. Todavia, os autores deste documento entendem, sim, que existe uma coletividade e um empreendedorismo latente na cidade de Iconha, representados, especialmente, pelas instituições geridas pelos empresários do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas, os quais foram e são pautados por aspectos socioculturais introduzidos por imigrantes italianos. E, tais aspectos tiveram, por sua vez, conexões com as atitudes, sobretudo comerciais, empreendidas pelo Coronel Duarte.

Outro ponto que parece emergir, mediante o contexto histórico da região, consiste na percepção de que a reprodução de alguns fatores culturais – como a confiança, cooperação, solidariedade, reciprocidade e espírito do trabalho do imigrante italiano – possuem influência na construção e sustentação da organização socioempresarial dos transportes em questão. E, esta organização, ao se fortalecer, consolida igualmente as razões que a permitiu ser criada.

Deste modo, é pertinente também concordar com a ideia de Castoriadis (2004) de que tanto as significações imaginárias da sociedade como as instituições por si produzidas, quando criadas, se cristalizam, ou seja, tornam-se sólidas. Fato este que dá permissão à continuidade, reprodução e repetição de tais formas, as quais sustentam a vida humana pelo período necessário até que qualquer transformação histórica lenta, ou mesmo alguma mutação súbita, possa proporcionar uma alteração ou troca radical por outras formas. O invólucro simbólico criado (no e) pelo Coronel Duarte – já embebido pela condição quase *sine qua non* que cargos ou posições de evidência em âmbitos políticos, sociais e comerciais regalam ao sujeito – ratifica, enfim, as palavras apresentadas por Castoriadis (1982, 1987, 2004).

Essa via de mão dupla ganha intensidade no episódio da história de Iconha, sobretudo, no que se refere à relação indissociável entre o coronel e a sociedade local. Duarte, por meio de vasto currículo comercial, carregado de simbolismo e inspiração, não deixa de ser o outro receptáculo de imaginários produzidos (na e) pela população local. Em outras palavras, o Coronel Duarte não realizou “tudo” o que realizou, dentro de um universo de isolamento exclusivo de sua pessoa, nem tampouco em nome do anonimato, em nome da razão ou, ainda, em nome de alguma obrigatoriedade impositiva advinda de imagináveis instâncias superiores. O empreendedorismo de Duarte se deu dentro de um contexto social-histórico constituído de pessoas, as quais estavam a ele amalgamadas tanto por elementos “reais” (tais como: moeda, mercadorias, terras etc.), como, também, por elementos simbólicos (modelos comercial e político, poder, prosperidade, entre outros).

Duarte fortalece a figura do “coronel” graças à sociedade local, não apenas nos âmbitos (ditos) severos e impositivos que todo “coronelismo” poderia promover. Ainda, é factível dizer que se constituiria uma aposta de altíssimo risco assumir a inexistência, em Iconha, de traços deixados por Duarte, ao longo da formação social, cultural, política e mercantil da cidade.

Portanto, não seria impensável acreditar em admissíveis amarrações e conexões sociais-históricas, percorrendo o imaginário de indivíduos e populações, majoritariamente italianas (residentes da Vila de Iconha, em anos finais do século XIX), influenciando e, reversamente, sendo influenciadas pela conduta, personalidade e atitudes, sobretudo empreendedoras, do Coronel Duarte. Assim sendo, a pesquisa conclui que seria impossível negar que tais conexões não pudessem ter alcançado, por meio de novos descendentes italianos, já miscigenados, os dias presentes desse município, que, como já supracitado, abriga atualmente o maior núcleo de caminhões por habitante do país.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CAMPOS JÚNIOR, C. **O Novo Arrabalde**. Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Vitória, 1996.

CAPRINI, A.B.A. **O Comércio como Propulsor do Poder Político em Iconha: o Coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

_____. O imaginário: a criação no domínio social-histórico. In: **Os Domínios do**

Homem: encruzilhadas do labirinto II. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 236, 240-241.

_____. Imaginário e imaginação na encruzilhada. In: **Figuras do Pensável:** as encruzilhadas do labirinto VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 130-131.

CASTRO, J.M.M. **Iconha:** origem e história. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

CAVATI, J.B. **História da Imigração Italiana no Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Ed. São Vicente, 1973.

FRANÇA, F.C.T. **Criação e Dialética:** o pensamento histórico político de Cornelius Castoriadis. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 23.

IHGI - Instituto Histórico e Geográfico e histórico de Iconha. **Iconha através de Imagens.** Iconha, 2008. CD-ROM.

PANDOLFI, R. **Imigração Italiana no Espírito Santo e a Construção de um Capital Simbólico:** uma reflexão sobre os empresários em Colatina. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

_____; VASCONCELLOS, J.G.M. Organizações Familiares, Cultura Italiana e Desenvolvimento Local: um estudo do caso do Espírito Santo. **XXIX ENANPAD, Anais,** Brasília: ANPAD, 2005.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SIMÃO, I. **História de uma Colonização:** Iconha e Piúma. Iconha: s/ editora, 1ª ed., 1987.
_____. **História de uma Colonização:** Iconha e Piúma. Iconha: s/ editora, 2ª ed., 1991.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A Invenção do Coronel:** ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Editora da UFES, 1995.

Rodrigo Kuyumjian Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Marketing pela Universidade Mackenzie (2000). Especialização em Semiótica Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP. Possui MBA Executivo em Administração de Empresas, com ênfase em Meio Ambiente, pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-SP. Tem experiência com projetos sociais em aldeias africanas (Moçambique), responsabilidade social (BHP Billiton - MOZAL II), sustentabilidade, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Fundação CASA - antiga FEBEM/SP), dentre outros. Atualmente, é Gerente Social no Instituto IDEIAS - Iniciativas Sustentáveis.

João Gualberto Moreira Vasconcellos Professor Titular aposentado da UFES, onde lecionou no curso de graduação e administração e também no mestrado da mesma área. Coordenou linhas de pesquisa denominada Capital Cultural, Desenvolvimento e Poder Local. Diretor da Futura Pesquisa e Consultoria, com atuação nos estados da Bahia e Espírito Santo. Pesquisador Associado do CIAGS/UFBA. Possui doutorado em Sociologia Política na EHESS, Paris, França. Autor, dentre outros livros, de *A Invenção do Coronel*, Edufes, 1995 e co-autor com Roberta da DaMatta de *Fé em Deus e Pé na Tabua*, Rocco, 2010.

Marcelo Zandomingue Monti Consultor sênior em estratégia organizacional e conselheiro do Instituto Innovare, Vitória, Espírito Santo, onde coordena projetos de desenvolvimento empresariais e públicos, inclusive de cidades. É mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo e suas áreas de interesse em pesquisa incluem estratégia organizacional, desenvolvimento de cidades e capital social.

Sérgio Robert de Sant'Anna Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. Suas áreas de interesse incluem marketing, consumo e semiótica.





Sucessão e Parceria em uma Empresa Capixaba de Bebidas: Durante o Jantar

Claudiani Waiandt, Eduardo Davel

Resumo O texto apresenta um conto sobre as dificuldades encontradas na gestão e no crescimento de uma organização familiar capixaba de bebidas. O conto narra um jantar em que o proprietário da organização, de descendência germânica, busca um novo sócio, de origem italiana, com uma cultura distinta e um olhar diferenciado da gestão para investir no mercado de cerveja. A estória, baseada em um estudo de caso verídico, perpassa por vários temas sobre a gestão familiar como: mudanças organizacionais, cultura organizacional, representações sociais, relações de poder, emoção e conflitos. Por meio desta contribuição vivencial, busca-se enriquecer a análise organizacional e apresentar material para realização de atividades nos cursos de graduação e pós-graduação.

Palavras-chave Organização familiar. Gestão Social. Cultura Organizacional. Representações Sociais. Poder.

Abstract The text presents a story about the difficulties encountered by a Capixaba company's CEO in terms of management and growth. The company is family owned and is situated in the beverage industry. The story happens during a dinner, in which the owner receives a possible new partner to invest in the beer market. Each person shows a distinct culture and a different view of management. The story, based on a true case study, goes through various topics on family management as well as organizational changes, organizational culture, social representations, relations of power, emotions and conflict. Through this experiential contribution, we aim at enriching the organizational analysis throughout a material for carrying out learning activities in undergraduate and graduate courses.

Keywords Family Organization. Social Management. Organizational Culture. Social Representations. Power.

O JANTAR: EM BUSCA DE UM SÓCIO PARA A FÁBRICA CAPIXABA DE REFRIGERANTES

Estava anoitecendo quando Klauss Hansburg ouviu a campainha tocar. Ele prontamente foi receber os convidados.

18:00, A FAMÍLIA BOBBIO CHEGA

- Boa noite, Sr. Klauss.

- Boa noite, Sr. Norberto. Entrem, a casa é de vocês.

Na confortável sala de estilo germânico, Klauss apresenta a sua esposa.

- Está é minha esposa Sofia.

- Muito prazer Sra. Sofia. Esta é minha esposa Anita.

- Muito prazer, a satisfação é nossa de recebê-los em nossa residência. Sentem-se.

No mesmo instante chegam os dois filhos do casal Hansburg, fazendo a maior algazarra.

- Esses são os meus filhos Roberto e Alfredo. Eles estão cursando a escola aqui na cidade, mas no segundo grau deverão se mudar para a capital.

- São muito bonitos os seus filhos. Nós temos um casal (disse Anita).

- Obrigada (disse Sofia). Vamos tomar um cafezinho? (Todos confirmaram a sugestão).

Klauss Hansburg é o diretor-administrativo de uma fábrica de refrigerantes, criada pelo seu avô austríaco na década de 1930, no interior do estado do Espírito Santo. A empresa de tamanho médio esta nas mãos da terceira geração da família e hoje tem destaque econômico regional, servindo de fonte de renda para várias famílias na região. A empresa que vem passando por um constante crescimento e uma intensa reestruturação produtiva e gerencial a partir da implementação do engarrafamento das bebidas com o vasilhame de polietileno, está atravessando uma situação econômica muito difícil. Por causa dessa situação, Klaus e seus sócios decidiram vender metade da empresa para sanear a sua situação financeira e realizar um antigo sonho: fabricar cerveja.

- Como estão os seus pais, Klaus?

- Papai está bem. Hoje ele recebeu mais um grupo de biólogos que estão estudando as orquídeas e bromélias. Você sabe, desde que entregou a administração da empresa em minhas mãos ele se dedica exclusivamente no estudo das suas plantas e animais. Ele até está pensando em criar uma fundação com seu nome para continuar os seus trabalhos na nossa reserva. Por conta desses preparativos ele está bastante ocupado. Mas, após o cafezinho, nós podemos passar lá e depois vamos conhecer a empresa.

Noberto Bobbio era irmão de Roberto Bobbio, um grande amigo de Klaus da Faculdade. Ele tinha uma grande curiosidade: conhecer as instalações da fábrica de refrigerantes e água mineral que ficavam a duzentos metros da casa de Klauss. Ele sabia sobre a potencialidade da fábrica, mas queria ver com seus próprios olhos se essa aquisição valeria a pena para o seu grupo. Noberto, assim como Klaus, era um executivo próspero, sua família de descendência

italiana era dona de várias empresas em vários estados no país. Além disso, já estava nos ramos e distribuição há muitos anos, fazendo uma verdadeira revolução atividade e ganhando muito dinheiro. Contudo, agora ele sonhava mais alto, queria ter sua própria fábrica de bebidas e se especializar na produção de cerveja.

Após o café, Klaus e Noberto passaram na casa do velho Roberto e juntos desceram para as instalações da fábrica. Enquanto isso, as mulheres foram para a cozinha supervisionar os preparativos para o jantar.

18:20, KLAUSS HANSBURG MOSTRA A EMPRESA DE BEBIDAS AO NORBERTO BOBBIO E CONTA SUA HISTÓRIA

Na fábrica, os três foram primeiramente ao escritório que se localiza no segundo andar da empresa, que dá uma ampla vista da empresa. Enquanto Klaus procurava as fotos da família e da empresa, Roberto e Noberto conversavam.

- Senhor Roberto, como vocês iniciaram a fabricação de refrigerantes?

- Tudo começou com o meu pai Alfredo Hansburg. Ele e nossa família emigraram da Áustria em 1904 e se estabeleceram aqui no município. Com muito esforço, a nossa família conseguiu construir um grande patrimônio. Papai, na época, investia no comércio, na hotelaria e no transporte. Mas, após a mudança da sede do município da antiga vila, onde estavam localizados os seus negócios, para uma vila vizinha; o comércio e o hotel começaram a entrar em decadência. Então, em 1930, papai tomou emprestada uma grande quantia em dinheiro e investiu tudo em café que sempre resultava em lucro. No entanto, o país estava atravessando um dos maiores colapsos econômicos, por causa da crise de café e do clima de insegurança causado pela Aliança Liberal de Getúlio Vargas. Papai, desinformado, precisou vender o café com grande prejuízo para saldar os compromissos assumidos, e, além disso, desfez-se de vários bens para compor o montante que ele devia.

- O que ele fez após essa falência?

- Bom, ele começou a dar os primeiros passos para o que é hoje a “Fábrica de Refrigerantes”, iniciando as experiências com a fabricação de vinhos. Mas papai era muito teimoso. Mesmo depois de perder uma grande parte do seu patrimônio, ele tomou emprestada outra quantia e investiu novamente em café. Novamente, ele precisou vender o café pela metade do preço, levando um prejuízo maior que o primeiro, e ficou devendo uma verdadeira fortuna para várias pessoas. Para não manchar o nome da família e recuperar a sua honra, ele vendeu as casas e o resto de seus bens que sobraram e saldou todo mundo. Reduzido a zero, ele precisou recomeçar vida nova.

- Tudo era muito complicado naquela época, pois não havia muita comunicação daqui com a capital. A estrada era muito precária, não havia televisão e o rádio pegava muito mal, poucas pessoas tinham rádio (disse Klaus).

- Era mesmo! (continuou Roberto). Aí, papai decidiu definitivamente mudar de ramo e resolveu dedicar-se com mais afinco à fabricação de vinho de laranja. Então, ele próprio desenvolveu uma máquina, bem rudimentar, para despolpar as laranjas para fabricar o vinho. Para servir de gerador de força, ele pegou o seu automóvel, colocou-o num plano

elevado, tirou-lhe o pneu do aro e acoplou uma correia do aro ao despulpador. A calda das laranjas, ele armazenou no porão de sua casa que serviu como adega por um certo tempo. O automóvel era movido a óleo etérico, extraído da própria casca de laranja. Assim que ele deu início a fábrica.

- Olha ! Esta foto era da adega de vovô lá na primeira vila onde moraram.

- Muito interessante. Ele produzia bastante vinho? (disse Noberto)

- Não, era uma produção pequena, papai trabalhava paralelamente em diversas outras ocupações, mas por causa do agravamento de uma doença no estômago, não conseguiu se efetivar nas empresas. Essa doença deve ter piorado por causa da frustração da falência. Então, ele resolveu mudar-se com a família para a sede do município, numa casa emprestada por meu avô, pai de mamãe, e vendeu o restante dos bens para pagar as dívidas adquiridas com a fábrica. Lá, com vovó, ele poderia tratar da sua doença.

- Então ele desistiu da fábrica? (perguntou Noberto)

- Não (disse Roberto). Ele foi trabalhar com vovô como caixeiro e, paralelamente, iniciou a produção de qualquer maneira, num local descoberto no terreno em frente a sua casa. Papai tinha idéia fixa de fabricar vinho de laranja. Lá, ele tomou emprestada uma roda de moinho de fubá com um cunhado, e por meio de uma vala, trouxe a água de um córrego para servir de força motriz para o seu despulpador de laranja. Ele pegou uma economia minha e de meu irmão e também pegou emprestado de vovô meia dúzia de folha de zinco e cobriu o equipamento. Como ele não tinha lugar para guardar a calda de laranja, transformou um quarto da casa em adega e armazenou-a lá. Assim em 1933, ele lançou no mercado o produto que teve grande aceitação. Várias pessoas vinham comprar caixas do vinho. Além do vinho, papai também produziu outros produtos derivados da laranja como a bagaceira, o vinagre e o óleo etérico da casca, cujo maior consumidor era a fábrica de balas e bombons “Garoto”, aguardente de cana, jurubeba e conhaque de mel. Ele ainda tentou patentear o maquinário para a fabricação do vinho, mas por causa da burocracia da época acabou desistindo.

- Foi muito difícil para ele esse início de produção, não é? (perguntou Noberto)

- Sim, foi, mas a fábrica começou logo a dar sinais de prosperidade. Em 1935, ele comprou utensílios e aparelhos de uma antiga e extinta fábrica de cerveja. Neste período, a fábrica possuía uns dez diaristas, na maioria, amigos de papai. Só em 1938, papai registrou a firma na Junta Comercial do Espírito Santo. Pensando em diversificar o vinho, ele ainda viajou a Caxias no Rio Grande do Sul, a fim de aprimorar os seus conhecimentos sobre vinhos e plantio de uva. Quando retornou, ele arrou mais de seis quilômetros de terras em curva de nível e plantou dois mil pés de uva. Mas ele não foi bem sucedido, por causa dos pássaros e morcegos que estragavam os frutos. Papai continuou trabalhando com o vinho até 1950, porque apesar do produto ser conhecido, ele dava pouca margem de lucro, pois tinha que ficar um ano em decantação para não sofrer alterações. Assim, era um capital imenso investido sem render juros, limitando o progresso da indústria. Além disso, o brasileiro de maneira geral não era um grande apreciador de vinho, isso tornava o produto contra-producente.

- Por isso que ele resolveu fabricar refrigerantes? (perguntou Noberto)

- Sim, foi isso (disse Roberto). Em 1950, papai, meu irmão e eu começamos as experiências

com o refrigerante de guaraná. Como não tínhamos conhecimento, papai contratou um especialista que trabalhava em Vitória/ES. Após esses preparativos, papai iniciou uma verdadeira saga. Primeiramente, ele procurou a empresa da Coca-Cola para engarrafar o seu refrigerante aqui no Estado. Mas, o pedido fora-lhe negado. Em seguida, pediu a Cervejaria Brahma o fornecimento de gás carbônico para a produção do refrigerante, também, negado. Então recebeu uma boa notícia, uma carta do governador do Estado que retirava 3% da alíquota do imposto do vinho a fim de serem investidas na ampliação da indústria. Depois de muito procurar por um fornecedor do extrato do guaraná, finalmente, o comprou de uma firma do sul do país. Papai ainda adquiriu um maquinário rudimentar para encher os refrigerantes, fabricado na Alemanha, com capacidade de produzir cerca de 1.800 garrafas de refrigerantes por dia (8 horas de trabalho) e também quatro botijas de gás carbônico. Em 1951, mandou confeccionar os primeiros 20 blocos fiscais e comprou rótulos para o guaraná. No dia três de fevereiro de 1951, seguiram pelo caminhão de seu cunhado as primeiras 70 grades de refrigerantes acobertadas pela nota fiscal nº 001, para o depósito em Vitória.

- Ele teve muita dificuldade para gerenciar o negócio? (perguntou Noberto)

- Nesta primeira fase, eu acho que não, pois não havia limites entre a casa e a empresa. A família estava presente e sempre ajudava. As atividades eram menos intensas. Só havia dificuldade de informação, isso era complicado, tudo demandava mais tempo. Papai passou a administração para mim, por ser o mais velho, em 1951, quando estava bastante doente. Meu irmão ficou tomando conta da área produtiva, consertando as máquinas. A sucessão foi bem tranquila, pois nós sempre o ajudávamos na administração e atividades da empresa. Dois anos mais tarde papai faleceu.

- Como foi o início da sua gestão? (perguntou Noberto)

- Nos primeiros anos eu tive dificuldades em administrar, porque não entendia da área financeira da empresa, mas com o apoio de vovô, que era formado em ciências contábeis, consegui continuar a administração. Também quando papai faleceu, a empresa ficou com duas grandes somas retidas em dois bancos, foi uma dificuldade para pagar os fornecedores, porque a empresa ficou sem capital de giro. Essas quantias entraram no inventário e só foram liberados alguns anos depois. Em 1959, meu irmão e eu admitimos o nosso cunhado como sócio da firma que ficou responsável pelo transporte das mercadorias. Nos anos posteriores, a empresa cresceu bastante, e em 1970, começou também a fabricar refrigerantes de laranja e limão. Dois anos depois, nós lançamos também a água mineral. Mesmo com o crescimento, ainda era muito difícil produzir, pois a empresa contava apenas com uma caldeira para aquecer a máquina de lavar garrafas, e, para obter a calda do açúcar utilizava um tacho grande de cobre aquecido à lenha que acarretava uma demora maior. O processo de fabricação dos refrigerantes era praticamente manual, pois a máquina enchedora tinha um dosador que jogava o xarope dentro da garrafa, a qual era levada através de uma esteira para a máquina que acrescentava água e gás, em seguida colocavam a rolha. Após alguns anos, nós adquirimos outras máquinas, mais modernas como a enchedora com capacidade de engarrafar 24.000 garrafas por hora, uma lavadora com capacidade de 18.000 garrafas por hora e um Roblemix que é um pré-misturador de refrigerantes. Assim, por dois momentos a fábrica passou por ampliações, uma no início da década de 1970 e outra no ano de 1976. Quando completamos 50 anos de empresa em 16 de agosto de 1983, a “Fábrica

de Refrigerantes” era a maior empresa do município, com uma área construída de 2.500 m² e área total de 134 hectares. Nessa época, ela tinha a capacidade de produzir 24 mil garrafas de refrigerantes por hora, oferecendo ao mercado de trabalho 57 empregos diretos. Contava também com uma transportadora, fundada em outubro de 1978, que empregava 42 funcionários entre diretos e contratados, que eram responsáveis pelo escoamento da produção de refrigerantes.

- Senhor Roberto, até quando o senhor administrou a empresa? (perguntou Noberto)

- Eu passei a empresa para Klaus em 1983, ele era o meu filho mais velho. Além disso, ele tinha acabado de se casar. Eu já estava cansado, querendo me aposentar e queria cuidar mais do estudo das orquídeas. Bom, eu preciso me despedir de vocês, pois prometi a minha esposa de levá-la à Igreja. Hoje tem uma confraternização depois da missa. Foi um prazer conhecê-lo, senhor Noberto. Se quiser pode vir um dia aqui para eu lhe mostrar o meu trabalho com as orquídeas e bromélias.

- O prazer é todo meu, Sr. Roberto!

Klaus e Noberto continuaram caminhando pela empresa, olhando as máquinas, a sua área. Klaus explicava sobre o maquinário e as tarefas rotineiras da empresa. Quando já eram 19:20h, os dois se deram conta que precisavam voltar, pois o jantar seria servido.

19:30, O APERITIVO E A DIFÍCIL SUCESSÃO DA TERCEIRA GERAÇÃO

Klaus e Noberto entraram na casa e as mulheres ainda estavam na cozinha. O seu irmão Alfredo e seus primos Adam, Marcos, Humberto, Elberto e esposas estavam na sala num animado bate papo. Então, resolveram tomar um aperitivo.

- Vamos Noberto, vou lhe mostrar o melhor licor da região.

- Eu aprecio muito o licor de jabuticaba feito nessa região. Mas Klaus me conta, como foi o início da sua administração na empresa?

- No início, eu passei por muitas dificuldades, pois eu não conhecia verdadeiramente as atividades e os processos da fábrica. O meu contato com a empresa se dava em expedientes que eu fazia em paralelo com as minhas aulas no curso de administração. Eu não tinha autonomia para tomar decisão, só realizada algumas tarefas. Mesmo com esses expedientes, eu não estava muito envolvido com as atividades que eu realizada, pois não achava que papai iria passar a administração para mim tão cedo. Tampouco papai conversava comigo e com meu irmão sobre a sucessão. Assim, tudo aconteceu de maneira inesperada. Nesse período, eu estava cursando administração em Vila Velha no Espírito Santo, e, como já namorava há algum tempo, resolvi marcar a data do meu casamento para o dia 27 de agosto de 1983. Alguns dias antes, a empresa completou seus 50 anos de existência e papai surpreendentemente me disse: ‘eu vou passar a empresa para você e quando você voltar da lua de mel, você vai tocar’. Eu não acreditava naquilo que tinha ouvido. O casamento aconteceu. Viajei em sua lua de mel, retornei num domingo. Na segunda-feira, quando retornei à empresa, verifiquei que tudo era verdade. Papai já não estava à frente da administração. Ao assumir a direção da empresa, eu precisei me inteirar dos processos e das atividades da fábrica para administrar sem grandes alardes. Nesse primeiro período, eu tentei agir mais ou menos nos mesmos

moldes que papai agia e tudo transcorreu normalmente. Mas, tudo isso graças ao apoio que recebi dos funcionários mais antigos que conviveram anos na empresa e em que papai confiava plenamente.

- Então, os funcionários te ajudaram na administração da fábrica? (perguntou Noberto)

- Ah ! Eles sabiam melhor os problemas do que o pessoal da família. Eu fui muito bem recebido e ganhei um grande incentivo e apoio desses funcionários. Eles sentiam que eu era mais um e não um chefe ou patrão, pois a gente já convivia há um bom tempo. Nos finais de semana do verão, íamos para praia, pescávamos de rede, e muitas vezes depois do trabalho, nós saíamos para tomar uma cerveja, comer um tatu ou gambá nos bares da cidade. Outro problema aconteceu. Para mim, foi a minha primeira prova de fogo. A empresa recebeu a Fiscalização Federal de IPI. Para você ter uma idéia, nós levamos uma multa, que para saldá-la nós precisamos vender uma scania. Para você ter uma idéia da grandiosidade, para uma empresa daquele tamanho, com um faturamento mínimo que tinha, sei lá, a gente vendia um caminhão com caixas de refrigerante por dia, hoje saem cerca de trinta a quarenta caminhões.

- Seu pai não te ajudou neste primeiro momento? (perguntou Noberto)

- Não, eu resolvi esse problema praticamente sozinho, sem contar com o apoio do meu pai, que evitava conversar em casa sobre problemas relacionados à empresa. Nem tão pouco do meu tio, que era responsável pela produção e não estava inteirado sobre problemas administrativos. Os meus primos não estavam ainda associados à empresa. Nesse momento, eu cheguei a dura conclusão que a responsabilidade do rumo da organização estava em minhas mãos. Com muita força de vontade, eu consegui atravessar essas primeiras dificuldades.

Os dois ouviram a esposa de Klaus chamar para o jantar, pois tudo estava arrumado. Então, resolveram subir. Lá em cima, todos esperavam pelos dois na sala de jantar. Na mesa a conversa começou muito animada.

18:40H, A JANTA É SERVIDA E ROBERTO HANSBURG FALA SOBRE SUA GESTÃO

- O que aconteceu na sua gestão, Klaus? (perguntou Noberto, bem interessado)

- A década de 1980 foi marcada por um fato muito importante. A produção deixou de ser considerada artesanal para adquirir *status* de uma indústria, com a aquisição de uma nova máquina, muito mais moderna. A partir dessa aquisição, o refrigerante era engarrafado totalmente pronto, num processo frio, possibilitando um aumento na velocidade da produção. Para se produzir o refrigerante, o açúcar era retido dentro do reservatório o qual era lançado no reator através de uma espiral. Esse reator é envolvido por uma serpentina que é aquecida a 80° C. O açúcar misturado à água transformava-se numa calda. Em seguida, realizava-se a clarificação e esterilização do xarope simples, que era filtrado para reter as impurezas do açúcar e resfriado a uma temperatura de mais ou menos 20° C. Em seguida, ia para a sala de xarope composto onde recebia outros ingredientes. Em sua fase final de produção, o produto era lançado por bombas sanitárias inoxidáveis e levado através de tubulações de aço até a sala de enchimento. Nessa sala passava pelo Roblemix¹. Por fim, era engarrafado pela

máquina enchedora.

- Klaus, desde quando você participa da FINDES²? (perguntou seu irmão Alfredo)

- Eu acho que desde de 1987. Para mim, foi muito importante participar da FINDES, pois aprendi muito sobre o mercado e consegui me integrar com outros ramos da indústria capixaba. Somente quando eu fui eleito presidente do Sindicato é que eu pude entender que a empresa precisava se modernizar e se equiparar às outras empresas do ramo no Brasil, pois ela estava parada no tempo. Por cerca de dez anos, não houve nenhuma inovação. A produção foi se tornando cada vez mais lenta, nenhum produto foi lançado, a planta produtiva começava a dar sinais de esgotamento, a marca apesar de tradicional no mercado, estava mal divulgada, a distribuição não conseguia atender aos pontos de vendas.

- Eu me lembro (disse Alfredo). Naquele período, só criamos o departamento de pessoal. O restante ainda era realizado de maneira centralizada.

- Também, naquele ano, nós começamos a trabalhar na empresa (falou Adam, o primo mais velho de Klaus). Eu lembro que papai se aposentou e eu comecei a administrar o Depósito de Refrigerantes em Vitória, depois que meu irmão ficou deficiente. Aquele depósito só dava problema. Ele já havia sido administrado por vários gerentes, mas ocorreram muitos problemas nessas administrações. Houve roubos, desvios de carga, e outras coisas, até que nós decidimos fechar e terceirizar a distribuição. Foi a melhor coisa que fizemos. Depois disso, eu comecei a tomar conta da produção aqui na empresa no lugar de papai.

- Mas Klaus, quando vocês começaram com a reestruturação da empresa? (perguntou Noberto)

- Bom, a história é longa. Tudo começou com a concorrência. No final da década de 1990, a empresa sofreu muita pressão da Fábrica Antarctica. Essa empresa usava o mesmo vasilhame, a garrafa de vidro, que a nossa e o rotulava. Então, a Antarctica retirou todas as garrafas do mercado e inseriu uma garrafa personalizada, cuja marca era impressa no vasilhame. Assim, nós ficamos sem vasilhame para trabalhar. Para escapar desse problema, nós começamos a engarrafar os refrigerantes em vasilhames de cerveja, próprios da Antarctica, que havia em abundância no mercado. Quer dizer, eles tiraram o nosso e nós tiramos os deles, as garrafas de cerveja! Essa foi uma boa saída e o refrigerante continuou vendendo normalmente. Depois, quando as empresas brasileiras iniciaram o engarrafamento na embalagem de PET³ no início da década de 1990, eu vi a possibilidade da empresa dar um salto em seu desenvolvimento, implantando essa nova tecnologia. Mas, essa decisão pelo investimento gerou um dos maiores atritos familiares que nós tivemos. Meu irmão achava que este investimento era uma loucura, devido ao grande gasto para sua implementação, e que o vidro era que proporcionava maior lucro à empresa.

- Eu achava mesmo, parecida uma loucura!

- Mas, eu consegui convencer todo mundo e começamos a engarrafá-lo mesmo com poucos recursos. Então, nós transformamos uma das máquinas e começamos a engarrafar o PET, comprando garrafas prontas e arrolhando-as com uma máquina rudimentar pneumática em que um funcionário colocava a tampinha e o outro apertava a maquineta. Para se ter uma noção mais exata dessa decisão, hoje, 80% do volume de vendas se dá por embalagens PET. A partir desta implantação, muitas mudanças aconteceram. Em meados de 1993, nós

inauguramos uma fase de intensa expansão e modernização do parque fabril. Isto exigiu um grande investimento na aquisição de novas máquinas, além disso, novos produtos e novas embalagens foram lançados. O refrigerante de maçã foi lançado em 1994 e teve uma boa aceitação até 1997, quando foi encerrada sua produção. O refrigerante novo limão teve sua produção paralisada em 1995 sendo reconhecida como uma experiência frustrada, devido à existência do antigo refrigerante de limão. O refrigerante cola teve seu engarrafamento iniciado em 1995 após concessão da Royal Crown de Columbus de Massachusetts nos Estados Unidos. Foi um trabalho que perdurou até 1997, quando foi substituído por outra marca que possibilitou um menor custo de produção e melhor qualidade. Nesse período também foram lançados os refrigerantes de uva, de tangerina, as versões *light* do guaraná e da cola, e em 1998 o sabor *tutti-frutti*. Na modernização do parque fabril foram adquiridas duas sopradoras de garrafas PET, mais um compressor de ar, duas empacotadoras, um encapsulador⁴. Foram trocadas as esteiras transportadoras da linha de produção, uma enchedora, reforma e remodelação da antiga enchedora PET. Com o aumento da produção, a capacidade energética teve que ser dobrada, comprando um transformador de 500 Kva. A xaroparia que já possuía quatro tanques com capacidade de 3 mil litros teve de ser ampliada com mais seis tanques de 7 mil litros e um tanque de 7 mil litros para o cozimento do açúcar. Novos poços artesianos foram perfurados e adquiridos novos reservatórios de água. A área de estocagem foi ampliada, foram compradas duas empilhadeiras, catorze veículos, entre outros. Sua área coberta atinge 4.200 m² e sua área total 6.900 m².

- Klaus, você lembra que o BANDES⁵ divulgou um estudo em outubro de 1997 sobre o setor de bebidas que apontava para uma tendência nacional ao acoplamento de sopradoras às linhas de produção. Esse estudo demonstrou que a “Fábrica de Refrigerantes” deu um passo à frente de seus concorrentes regionais, instalando sua primeira sopradora em dezembro de 1996. (disse Alfredo)

- Essa inovação toda possibilitou a ampliação no seu raio de comercialização para outros países (falou Humberto). A comercialização da garrafa de vidro retornável restringia o raio em aproximadamente 500 quilômetros para ida e volta. Assim, em maio de 1999, o guaraná em embalagens PET de 350ml chegou à Suécia. Depois, a empresa exportou o guaraná para outros países, como os Estados Unidos e Canadá. A exportação para os Estados Unidos levou a premiação do guaraná em 25 de agosto de 1999, como “classificação A” pela *The Beverage Network*, uma instituição americana que analisa, classifica e divulga a qualidade de refrigerantes e cervejas fabricados em todo o mundo.

- Então, a obtenção destes novos equipamentos possibilitou um aumento em 180% da capacidade produtiva da empresa em seis anos. Em 1996, nós produzíamos cerca de 85 milhões de litros e em 2004, nós já estamos produzindo cerca de 290 milhões. Nós investimos cerca de sete milhões de reais divididos entre FINAME⁶ de 60 meses e recursos próprios. Todo esse crescimento de produção e diversificação de produtos levou a gente a iniciar um intenso processo de mudanças administrativas. Primeiramente, nós contratamos profissionais de grandes concorrentes nacionais com objetivo de organizar e dinamizar a gestão, estruturar a produção e reestruturar a distribuição, ampliar e modernizar a divulgação da marca. Tais mudanças foram necessárias para que a empresa continuasse competitiva.

- Esses profissionais assumiram postos de gerência? (perguntou Noberto)

- Sim, eles assumiram postos de gerência e deram um grande impulso ao processo de mudanças organizacionais na empresa. A reestruturação iniciou-se na área comercial, paralelamente à área produtiva. A área de pessoal continuou nos mesmos moldes anteriores, sendo contratado um profissional de grande experiência com objetivo de regularizar os processos de acordo com a legislação trabalhista brasileira. Essas contratações causaram de imediato um grande conflito entre os profissionais que trabalhavam na administração há vários anos e que não se adaptavam as mudanças realizadas. Além disso, a área estava inchada e deveria ser enxugada. Isto culminou no afastamento de alguns funcionários e no surgimento de um clima de instabilidade entre os profissionais sem qualificação que ocupavam cargos de direção na empresa. Mesmo com essas demissões, eu afirmo que nenhum dos funcionários com mais de 20 anos de empresa e que participaram da sucessão na administração foram demitidos. Mas, dois casos de demissões merecem ser lembrados. O primeiro de uma funcionária que trabalhava há mais de trinta anos na área administrativa da empresa e que nos últimos anos coordenava as atividades da área de pessoal. Ela foi demitida da empresa e, imediatamente, contratada pela APAE para administrar as suas atividades no município. Esta funcionária vem sendo mantida na instituição pela nossa empresa, através de doações mensais. Essa decisão leva em conta o seu perfil de responsabilidade social da empresa. A segunda demissão foi muito polêmica e culminou na demissão de um funcionário muito antigo que agiu de modo antiético dentro da empresa. Para mim, foi uma decisão muito difícil, porque eu tinha um apreço por ele, anos e anos de convivência. Profissionalmente, ele era muito bom, mas ele traiu a confiança da empresa. Eu acho que com as mudanças administrativas, os funcionários precisaram mudar a maneira de realizar várias tarefas. Então, é obrigação da nossa empresa dar o treinamento necessário para a aprendizagem dos funcionários.

- Com todo esse crescimento, como foi a aceitação do produto pelo mercado? (perguntou Noberto)

- Toda a década de 1990 foi marcada por uma grande aceitação dos produtos pelos consumidores. Esse aumento de demanda foi proporcionado parte pela redução de custo, devido o aumento da produção, e parte pela inserção da garrafa descartável, já que essas embalagens não necessitam de lavagem prévia como o vidro. Esse aumento de demanda levou a criação do Departamento Comercial e de Marketing. O Departamento Comercial foi criado quando nós atentamos que após a intensificação da propaganda, o cliente chegava no bar, supermercado ou outro ponto de venda e não encontrava o produto para comprar. Assim, viu-se a necessidade urgente de se organizar a distribuição, levantando e mapeando as rotas, os pontos de vendas, contratando profissionais com experiência no mercado. A partir disso, esse departamento ficou responsável pela terceirização de parte da distribuição dos produtos e pela administração dos profissionais responsáveis pelo canal próprio de distribuição. Esse canal de distribuição era constituído pela sede do município e pelo mercado especial, ou seja, grande redes de supermercados. Com a criação desse mercado especial, a empresa possuía um maior poder de negociação com relação a preços e prazos. Os terceirizados ficaram espalhados por todo o território capixaba, pelo oeste de Minas Gerais, pelo sul da Bahia e por algumas localidades do Rio de Janeiro. O Departamento de Marketing foi criado com o objetivo de consolidar a marca, voltado para o ponto de venda.

Contudo, como o orçamento era muito pequeno, os proprietários resolveram tomar medidas que demandassem um menor investimento, como pinturas em estabelecimentos com a marca, fixação de cartazes, promoção de degustações dos produtos, instalações de luminosos e, posteriormente, a propaganda televisiva. Foram padronizados os carros da empresa, as caixas e as embalagens. O molde da garrafa foi personalizado. Estas combinações refletiram no *market share*, consolidando a marca no mercado do Estado em 1999. Esse crescimento também se deu devido ao planejamento da política de diferenciação do produto. Ou seja, a fabricação com água mineral, a embalagem personalizada, uma excelente qualidade, uma boa prestação de serviço, uma destacada exposição dos produtos nas lojas e uma tradição familiar. Contudo, a nossa empresa dificilmente conseguirá derrubar os preços de determinadas concorrentes 'piratas' que concorrem pelo preço no mercado, mas sem responsabilidade social. Assim, em 1996, a empresa ocupava uma área coberta de 4.000m² e possuía vários terrenos com área total de 1.600.000 m². Nós éramos em sete diretores e empregávamos 250 funcionários diretos, independentemente das 32 distribuidoras exclusivas, sediadas em várias cidades do Espírito Santo, do sul da Bahia, do oeste de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que envolvem ao todo cerca de mil pessoas.

- E quando iniciou o problema financeiro da empresa que você tinha me falado? (perguntou Noberto)

- Foi logo em 1998. Por causa do grande investimento em modernização tecnológica, a empresa submergiu numa profunda crise financeira, criando um clima de instabilidade e de incerteza. Cada vez mais, a empresa precisava fazer desembolsos em períodos curtos de tempo. Além disso, a concorrência estava mais predatória, colocando os preços lá embaixo, causando um problema sério de rentabilidade do refrigerante. Esses fatores foram criando uma bola de neve que culminou no esvaziamento do capital de giro. As contratações que de imediato causaram conflitos entre o pessoal, com o tempo, passaram a representar um impulso para o crescimento da empresa. Contudo, ainda pairava no ar um certo clima de desconfiança entre os funcionários com mais tempo de casa, por causa das constantes mudanças e da sua pouca qualificação.

- Esses foram os fatos que levaram vocês a precisar vender a metade da empresa? (perguntou Noberto)

- Não foi só isso. Somado ao problema financeiro, sempre surgia a idéia de fabricar também a cerveja, uma opção para o futuro da empresa, já que o refrigerante do modo que o mercado conhece está fadado a acabar, devido à pressão dos órgãos de saúde. Há muitos anos, vovô já tinha interesse de construir uma fábrica de cerveja, e papai e titio por duas vezes tiveram esta oportunidade com financiamento de grupos alemães, mas não tiveram coragem para investir. Esses foram os fatores que levaram a nossa família a procurar uma outra família e propor sociedade, para sanar essas dificuldades e poder partir para um novo investimento.

- Todos aceitaram a venda da empresa? (perguntou Noberto)

- Sim, todos estavam percebendo as dificuldades da empresa. Para sairmos dessa dificuldade ou vendíamos tudo ou fazíamos uma parceria com outro grupo para possibilitar o desenvolvimento de novos projetos que assegurem a perenidade da empresa. A partir da decisão, surgiu a idéia de negociar a sociedade com a família Bobbio. Eu já conhecia o seu irmão Roberto, ele foi colega de faculdade. Além disso, a sua família tem uma história muito

parecida com a nossa, com muito trabalho árduo. Vocês ressaltam seus valores éticos, são muito religiosos e valorizam as suas famílias. Além disso, vocês têm uma vasta experiência empresarial, trabalhando com madeira e depois gerenciando a distribuição da revenda da Brahma no Estado. Assim, nós pensamos que sua família seria um grupo ideal para se estabelecer uma parceria.

- Muito obrigado, Klaus. Nós também resolvemos conversar com vocês sobre a parceria, principalmente por causa da tradição que vocês têm no mercado.

- Vamos terminar essa conversa tomando um deliciosos cafezinho lá na sala? (disse Sofia, a esposa de Klaus).

21:00, NORBERTO BOBBIO CONVERSA COM A FAMÍLIA HANSBURG SOBRE OS DESAFIOS ATUAIS

Na sala, a conversa continua.

- Como eu ia falando com vocês, quando a proposta chegou em nossas mãos, a primeira decisão foi realizar uma pesquisa de mercado para saber a aceitação da marca pelos consumidores e a potencialidade de venda da cerveja. Também, contratamos uma consultoria para verificar a verdadeira situação da empresa e levantar toda a sua contabilidade, inclusive o seu patrimônio. Após a pesquisa e a auditoria, realizamos uma reunião com os consultores contratados e eles nos informaram que a sociedade não seria viável, financeiramente. Os consultores nos alertaram que haviam vários problemas que dificultariam a parceria na sociedade, desde a cultura da empresa até dificuldades por causa do envolvimento da família. Além disso o seu patrimônio era muito pequeno em relação do dinheiro que deveria ser investido para transformá-la numa grande empresa nacional.

Todos na sala, naquele momento, estavam tensos por causa das informações de Noberto.

- Mesmo com um aval negativo por parte da auditoria contratada, nós resolvemos nos associar a família Hansburg para produzir a melhor cerveja do Brasil! Nós acreditamos acima de tudo que todos os problemas levantados pela consultoria podem ser resolvidos com um esforço conjunto das duas famílias. O que mais importa é a marca da tradição do produto no mercado, esse é um valor é intangível e não pode ser mesurado por uma consultoria. A nossa família procura sempre novos desafios. Quando começamos a distribuir os produtos da Brahma, eles não tinham nenhuma representação no mercado. Contudo, hoje são os gigantes nesse mercado. É a marca que mais vende no Estado do Espírito Santo. Nós queremos também transformar a sua empresa num grande desafio e torná-la uma grande empresa de bebidas nacional.

- Nós estamos muito felizes com a sua decisão (disse Alfredo). Deste modo, a empresa deverá ser dividida em duas partes iguais e cada família poderia indicar um sócio-diretor que representará a sua família na administração.

- Para isso acontecer, nós precisaremos abrir mão de um poder de autoridade direta que detínhamos (disse Klaus). Para resolver esse impasse, eu proponho a criação de uma *holding*, uma sociedade anônima, que será formada pelos sete sócios da família Hansburg e esta será associada à Fábrica de Refrigerantes. Essa *holding* poderá ser criada para proteger a empresa

de decisões pessoais e unilaterais, já que o sócio possuirá ações que poderão ser vendidas no mercado livre, mas que não influenciará na representação do *holding* na administração da empresa. Assim, teremos uma tomada de decisão muito mais profissional.

- Por outro lado, nós vamos de imediato pagar os empréstimos da empresa e aumentar o capital de giro, assim ela poderá respirar (disse Noberto). Além disso, vamos iniciar o projeto da fabricação da cerveja, planejar em conjunto com as gerências um Plano Diretor com o objetivo de dimensionar a empresa para os próximos 15 ou 20 anos, com mudança de layout, preparação para certificação ISO 9000 e diversificação de sua produção. Eu acho que com essas mudanças o clima organizacional deve melhorar. Também acredito que devemos implementar uma nova forma de gestão, mais participativa, pois hoje a administração da empresa está muito concentrada no diretor-geral. Isso dificulta melhorias nas áreas. Além disso, vamos eliminar a pessoalidade que existe nas relações de trabalho e a informalidade nos processos. A partir de agora, devemos nos concentrar em fazer sempre projetos e planejamentos para inovações. A gestão deverá ser profissionalizada com maior participação dos funcionários.

- Eu acredito que também possamos utilizar melhor o nosso parque industrial. Temos muita ociosidade nas máquinas e uma demanda não atendida (disse Klaus). Podemos ampliar as operações da área comercial e utilizar toda a potencialidade do nosso parque. Para isso, vamos investir contra o mercado e vamos comprar o direito de engarrafar uma das nossas maiores concorrente, o refrigerante Iate. Esse engarrafamento deverá proporcionar para a empresa um significativo aumento no faturamento anual, cerca de 30%, conforme uma pesquisa realizada por uma consultoria contratada. Esse refrigerante é muito apreciado no Estado de Minas Gerais. Mesmo com todas essas medidas ainda teremos uma capacidade relativamente ociosa para alguns produtos. Nós precisamos pensar em novos projetos para ampliar a produção.

- Há uma tendência nova no mercado. As empresas de bebidas estão absorvendo a distribuição das bebidas com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento no mercado e aumentar o seu resultado final (disse Humberto). Esta poderia ser uma mudança positiva para a empresa.

- Sim, essa seria uma alternativa inovadora, reorganizar toda a nossa distribuição. (disse Klaus)

- Mas eu acho que nós temos outro prolema mais urgente para resolver (disse Alfredo). Com tantas e constantes mudanças na empresa, surgiu uma dificuldade de comunicação dos diversos departamentos, provocando certa desordem nos processos administrativos. Com isso, algumas atividades estão sendo desenvolvidas duas vezes e outras estão deixando de serem realizadas. Os funcionários de uma área, muitas vezes, desconhecem as atividades da outra área, assim muitos processos precisam ser refeitos para garantir o seu resultado final. Talvez com esse processo de implementar a ISO⁷ para padronizar os processos e alocar os funcionários corretamente vamos conseguir minimizar essa duplicidade e organizar as tarefas de cada funcionário.

- Quanto ao projeto da cervejaria (disse Klaus), nós deveríamos planejá-lo nos mínimos detalhes, verificando a infraestrutura, a logística, os insumos necessários, a compra de equipamentos, as pesquisas sobre a água, os impactos ambiental e social na comunidade,

o sabor da cerveja, a sua qualidade, as metas, a contratação do pessoal que deverá ser a nível nacional e o posicionamento que deverá apresentar no mercado. Mas não podemos nos esquecer dos funcionários. Com tantas dificuldades, os funcionários estão muito desanimados e inseguros. É certo que essa associação dará um novo gás a organização, mas devemos rever nossa política de pessoal. Devemos implantar uma política de cargos e salários e de aperfeiçoamento contínuo de pessoal. Mas uma coisa eu tenho certeza, essa parceria foi um dos momentos mais importantes na história da empresa, levando-a a ter condições de concorrer no mercado nacional. Talvez hoje, olhando para trás, esse tenha sido o melhor momento. Talvez este seja o melhor momento da minha história aqui na empresa. Mas a empresa necessita de muitas mudanças, eu acho que no dia que acharmos que está tudo bem, as coisas estarão muito mal, porque você nunca vai chegar num ponto em que você não possa melhorar mais. Além disso, a empresa conquistará uma imagem corporativa forte no mercado.

- Eu espero que essa sociedade seja frutífera para as duas famílias (disse Noberto). Bom, eu acho que é hora de nos despedirmos, já está ficando tarde. Amanhã, eu passarei na empresa para começarmos a formalização da parceria. Boa noite para todos!

- Boa noite, Sr. Noberto e Sra. Anita!

Num segmento de concorrência tão acirrada, a sólida posição da Fábrica de Refrigerantes é suficiente para demonstrar a capacidade empresarial de seus sócios controladores, que no mercado de refrigerantes e de água mineral tem forte tradição no Estado do Espírito Santo.

NOTAS

- 1 Máquina dosadora do xarope composto, de água e gás.
- 2 Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo.
- 3 Polietileno tereftalato – resina do grupo poliésteres.
- 4 Máquina que arrolha a tampa plástica na garrafa.
- 5 Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.
- 6 FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos é uma linha de crédito destinada a empresas de micro e pequeno porte, localizadas em qualquer região do país. São utilizados recursos do BNDES para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos, cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), e capital de giro associado à aquisição isolada de equipamentos.
- 7 ISO (International Organization for Standardization) é uma entidade que congrega os gremios de padronização/normalização de 170 países.

**Claudiani
Waiandt** Professora adjunta da Escola de Administração, na Universidade Federal da Bahia. Coordenadora executiva do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do CIAGS e pesquisadora junto à FAPESB com o Projeto “Trajetórias institucionais e modelos de educação profissional: formação de líderes baianos”. Suas áreas de interesse incluem a educação profissional, gestão social e cultura e simbolismo, com ênfase na formação do gestor social e história do ensino.

Eduardo Davel Professor na ESA – École des sciences de l’administration de la TELUQ (Université du Québec) e do CIAGS, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Seus interesses de pesquisa incluem ensino e aprendizagem da administração, bem como práticas de gestão e empreendedorismo nas indústrias criativas.

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

A RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social é uma publicação acadêmica com periodicidade de 4 meses, contando, portanto, com 3 números por ano.

Pressupõe-se que a gestão social situa-se na contemporaneidade e em territórios pluridisciplinares de prática e investigação acadêmica, tratando de diversas problemáticas ligadas a campos de conhecimentos tais como Sociologia, Antropologia, Administração, Educação, Geografia, Arquitetura, Ciência Política, dentre outras.

Ao valorizar essa concepção abrangente e inclusiva da gestão, a RIGS publica documentos originais para o contexto brasileiro. São textos, fotos e vídeos que demonstram sua contribuição para o avanço da pesquisa e da prática com base na interdisciplinaridade.

A RIGS publica documentos inseridos em seis tipologias de contribuição: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual.

www.rigs.ufba.br

